

## QUARTA-FEIRA, 16 DE DEZEMBRO DE 2009

**PRESIDÊNCIA: BUZEK**

*Presidente*

### 1. Abertura do período de sessões

*(A sessão tem início às 09H05)*

\*\*\*

**Göran Färm (S&D).** – (EN) Senhor Presidente, no início do período de sessões desta semana, respondeu a uma pergunta do meu colega austríaco, o senhor deputado Jörg Leichtfried, sobre a entrada dos novos deputados ao Parlamento em resultado do Tratado de Lisboa e sobre a altura em que a mesma se poderia efectuar. A sua resposta foi a de que o assunto é agora da competência do Conselho. Concordo no que respeita à entrada dos novos deputados neste Parlamento como membros de pleno direito da Assembleia, mas não estou certo de seja essa a minha posição quando quanto ao facto de o seu estatuto de observadores servir como forma de introdução para se tornarem, efectivamente, deputados de pleno direito.

A minha interpretação da decisão que tomámos recentemente sobre o relatório do senhor deputado David Martin relativa às nossas próprias regras internas é a de que estamos efectivamente habilitados a deixá-los começar a trabalhar enquanto observadores, desde que sejam eleitos e que a sua eleição seja confirmada pelo Estado-Membro respectivo, e que nós, enquanto Parlamento, podemos decidir relativamente à sua posição enquanto observadores.

Senhor Presidente, seria possível discutir este aspecto com o relator, o senhor deputado Martin, de forma a chegar a uma solução tão brevemente quanto possível? Não seria razoável que novos deputados que já foram eleitos e cuja eleição foi confirmada pelas autoridades nacionais tivessem de esperar meses a fio antes de poderem efectivamente começar a trabalhar. Muitos deles estão preparados para começar no imediato.

**Presidente.** – Como afirmei anteriormente, indaguei sobre a decisão do Conselho Europeu, e também a Comissão dos Assuntos Constitucionais deve ter em conta o problema e examiná-lo. Ainda não existe uma decisão final sobre o número de novos assentos nem sobre os países dos quais virão os novos deputados. A decisão final não está tomada. Sei qual é a decisão do Parlamento Europeu, mas não é a decisão final, e, por conseguinte, não é muito fácil incluir observadores sem dispor da decisão final quanto número de assentos e quanto aos países de onde virão os novos deputados. Por conseguinte, há que esperar. É um assunto de que estou ciente e com o qual estou a lidar com grande firmeza.

**Rebecca Harms (Verts/ALE).** – (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, concordo que se trata de um assunto de difícil solução. Não penso que seja impossível mas, do ponto de vista de meu grupo, gostaria de dizer que, no que respeita à discussão em França, consideramos inaceitável que os observadores, seja qual for o seu estatuto, permaneçam ao mesmo tempo como deputados aos seus parlamentos nacionais. É nossa convicção que quem desempenha o papel de observador nesta Assembleia deve renunciar ao seu mandato nacional.

**Jean-Pierre Audy (PPE).** – (FR) Senhor Presidente, estamos aqui reunidos, nos termos do artigo 110º do Regimento, para debater os resultados da Presidência sueca – e aplaudo o Primeiro-Ministro Reinfeldt, que nos proporcionou uma Presidência corajosa, útil e eficaz –, mas também estamos aqui para analisar os resultados do Conselho Europeu de 10 e 11 de Dezembro.

Neste tocante, gostaria de chamar a atenção do Presidente da Comissão Europeia – que é a guardiã dos Tratados e da sua aplicação –, para o artigo 15º, nº 6, do Tratado da União Europeia, que estipula que cabe ao Presidente do Conselho apresentar um relatório na sequência de todas as reuniões do Conselho Europeu.

Parece não haver dúvidas de que o Sr. Herman Van Rompuy, o novo Presidente do Conselho Europeu não irá juntar-se a nós, o que lamento. Com efeito, ele está em funções desde 1 de Dezembro de 2009, desempenha um papel diplomático intenso, e considero que o seu primeiro acto político deveria ter sido vir aqui apresentar-se ao Parlamento Europeu. Era a ele, portanto, que incumbia vir a esta Câmara apresentar as conclusões do Conselho Europeu de 10 e 11 de Dezembro.

**Presidente.** – Se me é permitido explicar, foi estabelecido um acordo entre o Senhor Van Rompuy, Presidente do Conselho Europeu, e o Senhor Reinfeldt, Presidente em exercício do Conselho, segundo o qual este último mês da Presidência seria conduzido de acordo com os antigos princípios. Este acordo está em vigor. O Senhor Van Rompuy, Presidente do Conselho Europeu, assumirá as suas funções em 1 de Janeiro de 2010.

**Jean-Pierre Audy (PPE).** – (FR) Senhor Presidente, não é aos dos Chefes de Estado ou de Governo que cabe tratar da aplicação dos Tratados que foram ratificados pelos povos.

**Presidente.** – Vou explicar de forma mais detalhada: convidar e trabalhar com o Presidente do Conselho Europeu e com o Primeiro-Ministro em funções, que representa a Presidência rotativa, é uma decisão que cabe a todos os deputados ao Parlamento. Também nós iremos decidir quem é convidado e qual a ordem dos convites. Vamos, igualmente, acordar entre as instituições – Parlamento Europeu e Conselho Europeu – de que forma vamos trabalhar em conjunto. Além disso, penso que essas observações são prematuras.

Há que celebrar um Acordo Interinstitucional. A Comissão Europeia também está envolvida nisto. É muito cedo para discutir este assunto. É muito importante mantermos um equilíbrio apropriado entre a actual presidência e Chefe de Governo e o Presidente do Conselho Europeu, Senhor Van Rompuy. As nossas presidências mudam, enquanto o Presidente se mantém o mesmo, mas também precisamos de cooperar com os Chefes de Governo. Precisamos de cooperação com os governos, porque, enquanto órgão legislativo, temos de ter contacto permanente com o governo do país que ocupa a Presidência.

Além disso, a maneira como vamos trabalhar em conjunto e quem convidamos é algo que também nos cabe decidir – em consulta com o Conselho Europeu, é claro. Vamos ter conversações sobre isto. Gostaria de vos dizer que é muito cedo para tal. Entretanto, o Senhor Presidente em exercício do Conselho, Fredrik Reinfeldt vai apresentar o relatório do último semestre de actividade do Conselho Europeu. O Senhor Van Rompuy não esteve envolvido nesse trabalho, porque só foi designado há algumas semanas, pelo que não poderia, de modo algum, discutir este assunto hoje. A questão é perfeitamente clara.

## **2. Medidas de execução (artigo 88.º do Regimento): ver Acta**

### **3. Balanço da presidência sueca - Conclusões do Conselho Europeu de 10 e 11 de Dezembro de 2009 (debate)**

**Presidente.** – Gostaria de cumprimentar calorosamente o Primeiro-Ministro Reinfeldt, que esteve connosco durante quase um semestre enquanto Presidente em exercício do Conselho. Gostaria também de cumprimentar o Senhor Presidente Barroso.

Segue-se na ordem do dia a discussão conjunta sobre:

- a declaração do Conselho sobre os resultados da Presidência sueca;
- o relatório do Conselho Europeu e a declaração da Comissão sobre o resultado do Conselho Europeu de 10 e 11 de Dezembro de 2009.

**Fredrik Reinfeldt, Presidente em exercício do Conselho.** – (EN) Estou grato por esta oportunidade de, uma vez mais, me dirigir ao Parlamento Europeu, e num momento tão crucial.

Neste preciso momento, representantes de 193 países estão reunidos num centro de conferências em Copenhaga, falando, discutindo, negociando e tentando ir ao encontro das expectativas de milhões de pessoas em todo o mundo. Dentro de apenas dois dias, a Conferência das Nações Unidas sobre o Clima terá terminado. Dentro de pouco tempo, estaremos a apreciar retrospectivamente uma reunião que era crucial, não só para a UE, mas também para o mundo, uma reunião que era decisiva para quem não consegue cultivar as suas plantações por falta de água, decisiva para quem perdeu os seus lares devido a tornados ou cheias e decisiva para quem, em vão, constrói muros contra um nível das águas que sobe todos os anos.

Sabemos o que está em risco; então, por que razão é tão difícil actuar? Será por rearmos quaisquer mudanças do nosso estilo de vida? Ainda assim, sabemos que, se continuarmos a usar os recursos mundiais da maneira como os usamos, o nosso actual estilo de vida deixará de ser uma opção e teremos pela frente mudanças ainda mais drásticas. Há coisas muito mais importantes do que o nosso conforto quotidiano que justificam receio.

A luta contra as alterações climáticas tem estado no topo da agenda ao longo de toda a Presidência sueca, em todas as nossas reuniões do Conselho Europeu e em todas as nossas cimeiras com os principais parceiros da União. Como provavelmente sabem, adoptámos um mandato abrangente no nosso Conselho Europeu de Outubro, no sentido de manter a posição principal da União Europeia nas negociações sobre o clima. Acordámos num objectivo a longo prazo para as reduções de emissões de 80%-95% até 2050 e renovámos a nossa proposta em termos de redução de emissões – 30%, na condição de outros fazerem esforços comparáveis. Acordámos em reduções de emissões nos transportes internacionais e, apesar da resistência de certos quadrantes, pusemos números na necessidade global de recursos financeiros nos países em desenvolvimento para que estes possam combater as alterações climáticas. A semana passada – após semanas de consultas bilaterais – demos mais um passo: um pacote financeiro reunido colectivamente, reservado para o "arranque rápido" da acção em favor do clima nos países em desenvolvimento, oferecendo 7 200 milhões de euros para os próximos três anos.

Sei que isto não basta. Por isso, tenho de dizer que, apesar de estar satisfeito com o facto de o Conselho Europeu ter concordado com esta medida, é altura, agora, de outros países desenvolvidos se juntarem a nós.

O que precisamos, então, de fazer em Copenhaga? Precisamos de compromissos vinculativos no sentido de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, por parte não só dos países desenvolvidos mas também dos países em desenvolvimento, de modo a assegurar que o aquecimento global se mantenha aquém da meta de 2°C que a ciência nos diz ser necessário respeitar.

Sentei-me com os dirigentes da Índia e da China. Sei o que eles dizem sobre isto. Por que razão haveriam de se desenvolver de maneira limpa e verde, se, durante décadas, nós poluímos o mundo? É uma maneira de ver as coisas, mas o problema é o seguinte: o mundo desenvolvido sozinho não consegue resolver o problema. As emissões do mundo em desenvolvimento já estão a começar a ultrapassar as do mundo desenvolvido. É por isso que temos de trabalhar em conjunto para resolver o problema. Pela nossa parte, podemos compensar anos de comportamento irresponsável. Podemos ajudar a financiar a acção em favor do clima no mundo em desenvolvimento. A União Europeia assumiu as suas responsabilidades a semana passada. O que importa em Copenhaga não é a forma, mas sim a substância. Podemos dar-nos por satisfeitos se conseguirmos um acordo sobre reduções de emissões e sobre financiamento e um compromisso no sentido de começar imediatamente a actuar e, o que é mais importante, podemos começar a lutar contra as alterações climáticas.

O ano passado, vimo-nos subitamente confrontados com a maior crise financeira desde a década de 1930. O chão pôs-se literalmente a tremer debaixo dos nossos pés. De repente, tornou-se claro para nós a que ponto os mercados financeiros estavam interligados e a que ponto dependíamos uns dos outros para encontrar uma resposta comum. No espaço de apenas alguns meses, os governos dos países da UE adoptaram medidas de apoio extraordinárias. Foi uma resposta rápida e impressionante, mas que teve o seu preço. O défice agregado das nossas contas públicas eleva-se agora a quase 7% do PIB – mais do triplo do valor do ano passado. Vinte Estados-Membros estão a passar por processos de défice excessivo. Logo, o seguimento da crise económica e financeira foi, naturalmente, outra grande prioridade ao longo do Outono.

Permitam-me que me refira sucintamente àquilo que fizemos. No final de Outubro, acordámos numa estratégia orçamental de saída, e, na reunião da semana passada do Conselho Europeu, chegámos a acordo quanto a princípios para a saída dos regimes de apoio financeiro. Além disso, acordámos numa estrutura nova na sua essência para a supervisão financeira na Europa. Quando os fluxos financeiros são internacionais, a supervisão não pode continuar a ser nacional. Cabe agora ao Parlamento Europeu chegar a acordo quanto aos passos finais.

Também ficou claro para nós que a "cultura dos bónus" não poderia continuar da maneira a que as pessoas se tinham habituado. Congratulo-me com o facto de a UE ter conseguido convencer o G20 a concordar quanto a grandes modificações dessa política. As novas regras irão reforçar a necessidade de uma ligação entre resultados e recompensas.

A crise económica e financeira atingiu-nos fortemente, mas mostrámos capacidade para agir e reforçámos a nossa resistência. Assim que assegurarmos a nossa recuperação, a UE ficará mais forte, graças às medidas que adoptámos.

A Presidência sueca teve lugar durante um período de transformações institucionais. Quando assumimos funções, em 1 de Julho, este Parlamento tinha acabado de ser eleito. Ainda não tínhamos designado o Presidente da Comissão Europeia. O resultado do referendo irlandês que então se aguardava era incerto. Não era claro que o Tratado de Lisboa fosse ratificado por todos os Estados-Membros. Nem sequer era claro que pudesse entrar em vigor durante a Presidência sueca.

Depois, o drama teve o seu desenlace. Em consulta estreita com este Parlamento, José Manuel Barroso foi designado Presidente da Comissão Europeia por um segundo mandato. A Presidência passara a ter na Comissão um parceiro estável com quem trabalhar. O resultado do referendo irlandês foi uma vitória para a Irlanda. Foi uma vitória para a cooperação europeia. Colocou-nos um passo mais próximo do Tratado de Lisboa.

Foi então que surgiu o inesperado. Numa fase tardia, o Presidente checo impôs novas condições para assinar. Tivemos de lidar com essas exigências de modo a não suscitar imposições semelhantes por parte de outros Estados-Membros, e conseguimos fazê-lo no Conselho Europeu de Outubro. Alguns dias depois, o Presidente checo assinou. Imediatamente após a assinatura, dei início a nova consulta aos meus colegas. Tínhamos de chegar a acordo quanto aos cargos de topo – quanto ao Presidente do Conselho Europeu e ao Alto Representante. Não estou a exagerar quando digo que foi um alívio finalizar todos os preparativos em 1 de Dezembro. O Tratado de Lisboa podia, finalmente, entrar em vigor.

Agora, a União Europeia vai ser mais eficiente. Disporá de melhores instrumentos para lutar contra as alterações climáticas e para influenciar a agenda económica global. O novo Presidente do Conselho Europeu irá assegurar continuidade. A Alta Representante irá assegurar que haja coordenação nas nossas relações externas. Teremos uma União mais democrática com o maior envolvimento do Parlamento Europeu e dos nossos parlamentos nacionais. Começou uma nova era da União Europeia.

Quando compareci aqui perante vós em 15 de Julho, ainda estávamos nos espasmos da crise económica e financeira. Havia incerteza quanto à transição para o novo Tratado. Não sabíamos se iríamos conseguir unir-nos e encorajar outros a seguir a via – não muito longa, mas muito ventosa – que levava a Copenhaga.

Com a reunião do Conselho Europeu da semana passada, a Presidência sueca conseguiu satisfazer todas as suas cinco prioridades: um mandato forte para a UE em matéria de alterações climáticas; seguimento da crise económica e financeira; a Estratégia da UE para o Mar Báltico; o Programa de Estocolmo para a justiça e os assuntos internos; reforço da UE enquanto interveniente global, incluindo o alargamento, e um novo serviço de acção externa. Tal como disse, com o Tratado de Lisboa em vigor, começou uma nova era para a União Europeia.

Gostaria de terminar agradecendo-vos a todos. A Presidência precisava da ajuda do Parlamento Europeu para fazer face aos desafios que enfrentávamos. Muito obrigado por essa ajuda.

Gostaria também de agradecer à Comissão, em especial ao Presidente José Manuel Barroso. Provavelmente, passei com José Manuel, este Outono, mais tempo do que é normal. O Presidente Barroso foi um enorme apoio para mim e para a Presidência sueca.

Por fim, gostaria de agradecer aos Estados-Membros pela sua vontade de pôr de lado as diferenças e de começar a aceitar compromissos – animados por aquilo que era melhor para a Europa – no sentido de encontrar soluções que são benéficas não só para eles, como para a Europa no seu todo. Esta unidade faz a nossa força.

**José Manuel Barroso, Presidente da Comissão.** – (EN) Senhor Presidente, Senhor Presidente em exercício do Conselho, ao longo do último semestre, assistimos à entrada em vigor de um novo Tratado, pondo fim a quase uma década de debate e de abertura de novas oportunidades para esta União Europeia nova e alargada que temos hoje. Tivemos a primeira prova de que a acção decisiva adoptada para estabilizar a economia europeia perante a crise está a dar alguns resultados. E, agora que nos aproximamos da partida final em Copenhaga, podemos estar tranquilos quanto ao facto de a União Europeia ter trabalhado arduamente para manter o dinamismo com que se destacou na via de uma acção global em matéria de alterações climáticas.

Gostaria, por isso, de prestar muito sinceramente homenagem ao Senhor Presidente em exercício do Conselho, Fredrik Reinfeldt e a toda a equipa da Presidência sueca pelo grande sucesso da sua Presidência. Particularmente importante é o facto de a Presidência sueca ter sido tão eficaz em assegurar a conclusão do processo de ratificação do Tratado de Lisboa, gerindo a transição para este novo Tratado, ao mesmo tempo que conseguia realizar todos os outros objectivos. Assistimos à designação do primeiro Presidente do Conselho Europeu e da primeira Alta Representante, Vice-Presidente da Comissão, pelo Conselho Europeu. E, não esqueçamos – porque se tratou de um momento muito importante para este Parlamento, na sequência da designação unânime pelo Conselho Europeu –, assistimos à eleição pelo Parlamento Europeu do Presidente da próxima Comissão, por maioria qualificada.

A semana passada, o Conselho Europeu reuniu pela primeira vez enquanto Instituição de pleno direito. Foi também a primeira vez que a nova Alta Representante e Vice-Presidente da Comissão, Catherine Ashton,

esteve presente. O novo Presidente do Conselho Europeu, que assumirá plenamente as suas funções em 1 de Janeiro de 2010, apresentou as suas ideias sobre o modo de organizar o Conselho Europeu no futuro. Acolho com grande agrado todas as propostas que vão no sentido de dar ao Conselho Europeu mais consistência e mais continuidade no seu trabalho. Saúdo igualmente as ideias de ter mais discussões políticas francas e conclusões breves e vigorosas.

Havia muitas outras questões que foram tratadas pelo Conselho Europeu. Gostaria de salientar algumas, sem esquecer uma que é muito importante, a definição da Estratégia para o Mar Báltico, que pode constituir um modelo para outras cooperações regionais na União Europeia e com alguns dos nossos parceiros.

No que diz respeito à economia, estamos a manter o equilíbrio certo entre manter o estímulo e preparar as nossas estratégias de saída. Apresentei o cenário da nossa Estratégia Europeia para 2020. Espero que o Conselho Europeu se concentre na discussão desta agenda tão importante para o futuro da Europa, nomeadamente através de discussões nas próximas reuniões, no Conselho Europeu formal de Fevereiro e no Conselho Europeu da Primavera. Gostaria de reiterar aqui a minha oferta de vir a este Plenário, de modo a que o Parlamento possa organizar um debate específico sobre esta questão tão importante. Penso que é extremamente importante que haja uma plena participação do Parlamento Europeu e, por parte do Conselho, do Conselho Europeu, nesta Estratégia da União Europeia para 2020, que é onde o nosso futuro se joga.

Quanto ao programa de Estocolmo, as propostas da Comissão foram agora traduzidas para uma abordagem acordada para os próximos cinco anos. Sei que muitas pessoas neste Parlamento partilham a nossa determinação no sentido de utilizar este trampolim para aproveitar as oportunidades do Tratado de Lisboa para uma mudança significativa na acção europeia em matéria de liberdade, segurança e justiça. Esta foi uma das principais razões pelas quais decidi reorganizar as pastas do próximo Colégio neste domínio. Vai ser um dos domínios mais importantes do trabalho da União Europeia nos próximos cinco anos.

O Conselho Europeu teve um significado particular para as alterações climáticas. Nos últimos cinco anos, a União Europeia desenvolveu uma abordagem consistente e ambiciosa em matéria de alterações climáticas. Estou muito orgulhoso com o facto de ter sido a Comissão a lançar essa agenda tão ambiciosa. O impacto da redução das emissões só se vai sentir dentro de várias décadas, mas já estamos a dar passos concretos, dando às nossas metas força de lei.

Sejamos francos quanto a isto. Alguns dos nossos parceiros estão a anunciar as suas intenções através de declarações à imprensa; mas nós anunciámos as nossas intenções por via legislativa, legislação que já tem o acordo de todos os Estados-Membros. O mundo desenvolvido tem de actuar, mas tem também de ajudar o mundo em desenvolvimento a dissociar crescimento e emissões. Penso que, a semana passada, o Conselho Europeu fez bem em centrar-se no modo de pormos esta liderança global ao serviço de um acordo ambicioso em Copenhaga: prometendo ajuda aos países em desenvolvimento, não num qualquer futuro distante, mas já no próximo ano; deixando claro que o acordo tem de ser abrangente e tem de incluir os mecanismos de verificação para que vingue; mantendo a nossa disponibilidade para elevar as nossas metas, mas só se outros também colocarem compromissos ambiciosos em cima da mesa.

Penso que o Conselho Europeu alcançou resultados muito importantes, nomeadamente sobre dois assuntos. Primeiro, no plano financeiro, o Conselho conseguiu reunir um pacote financeiro de arranque rápido, maior do que se esperava, e, o que é crucial, envolvendo todos os Estados-Membros. Evidentemente, houve quem dissesse que, vindo da União Europeia, isto não era suficiente, mas 7 200 milhões de euros, mais de 10 mil milhões de dólares americanos nas actuais circunstâncias, e por três anos, é um compromisso muito sério. Espero que o dinheiro esteja agora garantido, que não seja apenas uma aspiração. Cabe agora a outros assegurarem a contrapartida. O Conselho Europeu reiterou igualmente o seu compromisso de financiamento a médio prazo, para assegurar o contributo que é necessário para 2020.

Em segundo lugar, a acção relativa ao clima foi, por vezes, um ponto fracturante para o Conselho Europeu. No entanto, a atmosfera desta vez foi diferente. Houve um sentimento forte e partilhado de que todos tinham interesse em que a União Europeia cumprisse a sua parte. Deveríamos estar agora a colher os benefícios do investimento que fizemos enquanto pioneiros nesta agenda.

O que achei encorajador, de um modo geral, foi o reconhecimento de que a União Europeia tem de estar coesa. Esperemos que esta determinação resista às pressões dos próximos dois ou três dias.

O que podemos esperar nos próximos dias? O Primeiro-Ministro dinamarquês, Lars Løkke Rasmussen, irá provavelmente apresentar um texto hoje – mas com muitos dos números cruciais ainda em branco. A tarefa dos líderes será a de transformar isso num acordo. É por isso que parto para Copenhaga imediatamente após

este debate. Juntamente com o Senhor Presidente em exercício do Conselho, Fredrik Reinfeldt, vamos fazer o nosso melhor para que a União Europeia lidere este debate.

Sabemos que, neste momento, a atmosfera em Copenhaga não é fácil. Sabemos também que isso faz parte do ritmo habitual de uma negociação de topo. No entanto, a chegada de tantos Chefes de Estado ou de Governo será um impulso poderoso para se alcançar um acordo. Se esse acordo incluir um verdadeiro compromisso no sentido de cortar emissões, por parte quer dos países desenvolvidos, quer dos países em desenvolvimento; um compromisso claro de financiamento para que isso seja possível; e um acordo sobre o modo de o aplicar e verificar – se esse acordo incluir os diferentes elementos do roteiro de Bali e se se puder considerar que está próximo do necessário para respeitar o limite de 2°C, então acho que diremos com razão que será uma conquista muito importante. Ainda não estamos nessa fase, mas acho que é possível alcançar esse acordo.

Os próximos dias vão mostrar se as ambições que tantas vezes discutimos neste Parlamento vão ser realizadas, mas já sinto que há uma necessidade premente de mudança e que precisamos desse êxito em Copenhaga. É muito o que está em jogo. Claro que há que encontrar um equilíbrio, mas também há o sentimento de que a geração actual sabe que há um desafio que não pode ser evitado. Penso que o Conselho Europeu da semana passada deixou a União Europeia pronta para enfrentar o desafio. Espero que, com liderança europeia, tenhamos êxito em Copenhaga.

**Joseph Daul**, em nome do Grupo PPE. – (FR) Senhor Presidente, Senhor Presidente Barroso, Senhor Presidente Reinfeldt, Senhoras e Senhores Deputados, o Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas Cristãos) revê-se na forma como V. Exa., Senhor Presidente Reinfeldt, geriu a Presidência rotativa, em conformidade com o Tratado de Nice. Revê-se também nas mais recentes propostas do Conselho Europeu, tanto sobre o clima e sobre a crise como sobre a criação de uma Europa da segurança, de uma Europa que protege.

O meu grupo apoia de facto a gestão honesta e responsável dos assuntos europeus, que foi a imagem de marca da Presidência sueca. E digo gestão honesta porque numa altura em que tantos dos nossos amigos, vizinhos e familiares estão a ser atingidos pela crise em virtude de terem perdido os seus empregos, ou estarem ainda em risco de os perder, a Europa não lhes fez falsas promessas. Está a construir o futuro, o nosso futuro, assegurando que as empresas voltem a ter os meios para criar, para inovar e, conseqüentemente, para gerar postos de trabalho.

Gestão responsável porque, no que se refere às alterações climáticas, à segurança, mas também ao emprego e à economia, a Europa aplica o modelo da economia social de mercado. Organiza o calendário, os planos para uma saída da crise, concertada e progressiva, mas também difícil. Corrige as desastrosas práticas que vimos nos mercados financeiros ao longo das últimas décadas. Apoia as PME e reforça a coesão social, sem a qual nada de duradouro pode ser feito.

Precisamos, porém, de ter o cuidado de não repetir os erros da Estratégia de Lisboa, que, ao fixar objectivos irrealistas, foi mais decepcionante do que outra coisa. Tenhamos o cuidado de assegurar que esta nova estratégia económica, apelidada de "União Europeia 2020", não se transforme num novo engenho complicado. Senhor Presidente Reinfeldt, Senhor Presidente Barroso, também no que respeita às alterações climáticas a Europa está a mostrar sentido de responsabilidade. Com a sua decisão de desbloquear uma ajuda no valor de 2,4 mil milhões de euros anuais durante três anos, a Europa está a dar o exemplo ao disponibilizar um terço da ajuda internacional aos países mais pobres.

Espero agora que os nossos parceiros o façam também. De Copenhaga, espero que saiam compromissos equilibrados, compromissos de curto e médio prazo, e compromissos verificáveis, associados a sanções financeiras em caso de incumprimento. Por outras palavras, espero que Copenhaga não engane a Europa.

Para terminar, o Grupo PPE aprova as orientações do Conselho em matéria de segurança no quadro do Programa de Estocolmo. Os nossos concidadãos querem mais segurança, mas querem também respeito pelas liberdades públicas. Querem ser protegidos na sua vida quotidiana, querem saber o que comem e o que consomem mas, ao mesmo tempo, esperam – o que é apenas natural – viver numa sociedade mais justa e mais respeitadora dos outros. É precisamente este o tipo de Europa que nós, o Grupo PPE, defendemos e promovemos.

Senhoras e Senhores Deputados, agora que as crises agudas e os altos e baixos institucionais terminaram, é chegado o momento de tomar grandes decisões, e a nossa margem de erro é estreita. Dentro de alguns dias veremos se a corajosa postura da Europa em matéria de alterações climáticas valeu a pena. Veremos se os

Estados Unidos, a China e os demais estão simplesmente a jogar com o tempo, ou se querem realmente qualificar-se para a final dos actores mundiais responsáveis.

Agradeço à Presidência sueca os seus esforços e, acima de tudo, agora que é Natal, ao Senhor Presidente Reinfeldt. O senhor trabalhou empenhadamente nos últimos seis meses; não foi fácil, como todos sabemos. Desejo também as maiores felicidades ao Sr. Herman Van Rompuy, que irá assumir o controlo por dois anos e meio, e peço ao Conselho que não esqueça que, a partir de agora, o Conselho e o Parlamento jogam na mesma liga, em circunstâncias um pouco mais transparentes.

**Martin Schulz**, em nome do Grupo S&D. – (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o conceito de transição foi referido várias vezes hoje, e acho que é um termo adequado para caracterizar a Presidência sueca. Foi uma Presidência de transição de um tratado, o Tratado de Nice, que se revelou totalmente impraticável, para o Tratado de Lisboa, que está sobrecarregado de expectativas, das quais nem todas, em minha opinião, podem ser satisfeitas, uma vez que o Tratado de Lisboa não pode ser o fim do desenvolvimento institucional na Europa. A este propósito, temos de ter cuidado para não esperar que o Tratado de Lisboa satisfaça todos os nossos desejos de ter todas as soluções para todos os problemas do mundo, pois já podemos ver a que ponto é difícil trabalhar com o Tratado de Lisboa, face a todos os pontos de ordem que foram suscitados.

Gostaria de começar pelos problemas institucionais que este tratado criou. Ainda se encontra aqui entre nós o Senhor Primeiro-Ministro sueco. Quem vai representar o Conselho da próxima vez? O Senhor Van Rompuy, a Presidência rotativa, ora o Presidente da Comissão, ora a Baronesa Ashton – se todos falarem, então, pelo menos, pela primeira vez, com as quatro primeiras intervenções não vamos ter esta conferência permanente do PPE, e teremos então a Baronesa Ashton, logo, uma verdadeira socialista, que irá agitar as águas. Isto é, sem dúvida, um benefício.

(Protestos)

Evidentemente, não sei se será o Senhor Van Rompuy ou o Senhor Zapatero que vai assistir, mas muito obrigado, Senhor Deputado Langen. Se já sabe que é o Senhor Zapatero que vai assistir, ao menos desta vez deu um contributo útil. Muito obrigado.

A Presidência sueca foi uma Presidência de transição, mas também uma Presidência que, mais uma vez, teve de passar pela experiência de ver a Senhora Merkel e o Senhor Sarkozy a tratarem coisas em segredo até ao fim, deixando a actual Presidência seguir o seu caminho – enquanto o público dizia “não sabe o que se passa, não pode fazer nada” – e tem de pagar o preço do jogo táctico daqueles. Foi este o destino do Senhor Presidente em exercício do Conselho, Fredrik Reinfeldt nos últimos meses. Graças a Deus, isso agora chegou ao fim. Foi este o progresso que fizemos com o Tratado de Lisboa: um pouco mais de transparência nas nossas estruturas institucionais. E, seguramente, também algo mais: o reforço do poder do Parlamento Europeu. No entanto, mais poder para o Parlamento Europeu também significa que as outras instituições vão ter de lidar com o Parlamento. Para o Presidente do Conselho Europeu, isto significa que vai ter de coordenar decisões que quer preparar no Conselho – decisões legislativas, pelo menos – com o Parlamento. Seria judicioso se não visse o Presidente do Parlamento Europeu como um espectador nas reuniões do Conselho, mas sim como representante de uma instituição à qual foi dado mais poder. É o que eu espero do Senhor Van Rompuy, por exemplo.

O Conselho, e também a Comissão, fariam bem em tentar procurar uma maioria no Parlamento, com base neste novo Tratado, que também consiga dar resposta aos desafios políticos no plano social, ambiental e financeiro que eles próprios formulam nos seus programas, porque, para efeitos legislativos, precisam, em última instância, de uma maioria qualificada neste Parlamento, se quiserem levar por diante as suas iniciativas. Portanto, seria muito avisado se a Comissão procurasse uma maioria em todo o espectro do Parlamento, coisa que talvez não se coadune com o facto de os Membros da Comissão serem vice-líderes de partidos políticos europeus e serem, por isso, a prova da unilateralidade de determinadas tendências políticas. É uma coisa sobre a qual o Senhor Presidente Barroso tem de pensar muito seriamente.

A Presidência sueca esforçou-se muito. Tenho todo o prazer em admiti-lo aqui. No entanto, em última análise – e isto não é culpa sua, Senhor Presidente em exercício do Conselho, Fredrik Reinfeldt, mas sim do sistema – não teve influência nas grandes decisões, incluindo as que presentemente estão a ser tomadas em Copenhaga, porque uma única Presidência rotativa não pode, de modo algum, ter muita influência, pode apenas coordenar, e há uma diferença entre coordenar e influenciar. Influenciar a supervisão dos mercados financeiros, as alterações climáticas, os esforços em prol da recuperação económica – são coisas que só a Europa enquanto todo pode fazer, com as suas Instituições em colaboração. Penso, por isso, que o Tratado de Lisboa representa

um progresso. O facto de a Presidência sueca ter acabado por o pôr em vigor parece-me ter sido o grande êxito desta Presidência de transição.

**Guy Verhofstadt**, *em nome do Grupo ALDE*. – (FR) Senhor Presidente, antes de mais, gostaria de dizer que esta manhã não irei falar sobre questões institucionais, como fizeram outros oradores antes de mim. Vamos seguramente ter ainda oportunidade de o fazer, pois o Conselho vai, pelos vistos, implementar um protocolo que requer uma conferência intergovernamental. Temos de saber se queremos ou não uma conferência. Eu julgo, contudo, que o Parlamento Europeu terá algumas ideias sobre este assunto para fazer avançar a democracia europeia e compensar a falta de transparência e de democracia nas cooptações propostas.

Posto isto, gostaria sobretudo de agradecer à Presidência, a Frederik Reinfeldt e a Cecilia Malmström, as excelentes relações que mantiveram com o Parlamento e a sua boa gestão daqueles que foram, afinal, dossiês muito difíceis – e estou a referir-me, naturalmente, à ratificação do Tratado de Lisboa. Tivemos inclusivamente de ultrapassar o "obstáculo Klaus"; doravante iremos falar do obstáculo Klaus e da forma excelente como a Presidência sueca conseguiu resolver o problema.

Em segundo lugar, penso que o outro elemento mais importante é o Programa de Estocolmo, que foi adoptado e que terá agora de ser implementado. No entanto, para si, Senhor Primeiro-Ministro Reinfeldt, a Presidência não acaba obviamente aqui, pois há ainda a Cimeira de Copenhaga, onde o senhor vai ter de ganhar algum terreno.

Hoje, gostaria de transmitir aqui, perante esta Assembleia, uma mensagem optimista e voluntariosa, que contradiz um pouco aquilo que lemos na imprensa actualmente. A imprensa de hoje caracteriza-se pelo pessimismo: vai ser possível chegar a acordo? Estou em crer que esse acordo é possível, uma vez que existem parceiros sérios, e nós temos de encontrar e motivar esses parceiros.

A chegada do Presidente Obama e do Primeiro-Ministro chinês, amanhã e depois de amanhã, é uma prova de que estão empenhados em alcançar um acordo. Penso que nós temos de seguir uma estratégia. Mas qual, Senhoras e Senhores Deputados? Penso que temos de seguir uma estratégia em que tentemos estabelecer uma cooperação triangular entre os Estados Unidos, a China e a Europa.

Se durante os próximos dois dias estas três partes chegarem a um acordo inicial, nesse caso disporemos de uma base sólida para convencer os demais – a Índia, o Brasil e os outros países – a juntarem-se a este esforço. Defendo, pois, uma abordagem proactiva. O mais importante é procurar estabelecer essa aliança triangular, que é necessária para alcançar um acordo, e propor, logo à partida, uma redução de 30% das emissões. Há que dar mostras de voluntarismo nesta proposta.

Do meu ponto de vista, nesta fase final das negociações, em Copenhaga, devemos deixar-nos guiar por Hegel, que dizia que não é o impossível que conduz ao desespero, mas sim o que era possível e que não foi realizado. Estou convencido de que, com a tenacidade da Presidência sueca, iremos ser bem sucedidos na Cimeira de Copenhaga.

**Rebecca Harms**, *em nome do Grupo Verts/ALE*. – (DE) Senhor Presidente, Senhor Presidente Barroso, Senhor Presidente em exercício do Conselho Fredrik Reinfeldt, depois de ter estado quatro dias em Copenhaga, acho muito difícil ouvir as palavras "papel principal da União Europeia". A liderança – aprendi isto na escola infantil – consegue-se em primeiro lugar dando o exemplo. Gostaria agora de vos perguntar, Senhor Fredrik Reinfeldt e Senhor José Manuel Barroso, se acreditam verdadeiramente que, com uma estratégia baseada em mentiras, auto-ilusão e ilusão internacional em grande escala, podemos conseguir alcançar um papel dirigente num processo internacional como o de Copenhaga.

Devia saber, Senhor Presidente em exercício do Conselho – e o Senhor Presidente Barroso certamente sabe isto, porque esteve muito tempo envolvido – que o objectivo dos dois graus é uma "missão impossível", se os europeus se agarrarem às ofertas que até agora puseram em cima da mesa. A meta de redução é inadequada. Ao mesmo tempo, nós, europeus, abrimos todas as portas das traseiras para evitar uma política de redução entre nós. Já não há limites para a compensação. O ar quente entrou na ordem do dia, não só na Polónia, como também na Suécia. A inclusão das florestas, que o Senhor Primeiro-Ministro Reinfeldt e o seu governo, em particular, têm vindo a promover, é outro contributo da Europa para evitar ter uma política activa de reduções.

Foi avaliado por muitos peritos em Copenhaga que aquilo que os senhores propuseram até agora como sendo o melhor que podemos fazer não resultaria numa descida das emissões na Europa até 2020, mas sim



num aumento. Por isso, Senhor Fredrik Reinfeldt, faça o favor de explicar de que modo vamos conseguir alcançar a meta de dois graus, se ficarmos presos àquilo que até agora foi oferecido.

Para tornar as coisas piores, um jornal alemão, o *Financial Times*, anunciou hoje que desistiram da meta de 30% para 2020 e que agora querem oferecer essa meta para 2025. Se querem realmente promover este processo, pedir-vos-ia que, com urgência, retomassem o que foi publicado hoje no jornal como sendo a linha europeia.

Vou dizer uma última coisa, para terminar. Haverá milhares de observadores oficiais do lado de fora das portas do Bella Centre nos próximos dias – apesar de terem acreditação para a conferência. São pessoas que trabalharam muito arduamente em favor da política do clima durante anos, algumas delas, durante décadas. Por favor, garantam que essas pessoas, lá por, de repente, deixarem de poder estar envolvidas, não acabem atrás de grades ou a ter de estar sentadas durante horas, no chão gelado, com as mãos presas.

Há muitos papéis de líder a perder em Copenhaga. No entanto, o modo como o Estado de direito na UE é apresentado aqui – não me interessam, nem um bocadinho, as multidões que causam conflitos – e o tratamento desproporcionado dos manifestantes pacíficos – Cecilia Malmström é evidentemente uma especialista em direito – também é algo que deviam mesmo explicar em Copenhaga.

**Michał Tomasz Kamiński**, em nome do Grupo ECR. – (PL) Senhor Presidente, é uma pena só ter falado de respeitar o tempo mesmo antes da minha intervenção. Vou tentar respeitar esse limite de tempo.

Senhor Fredrik Reinfeldt, Vossa Excelência merece, é claro, os nossos agradecimentos. Tal como foi dito, a Presidência sueca chegou num período difícil de transição e turbulência associado à adopção do Tratado de Lisboa. Isso agora pertence ao passado, mas a Presidência chegou também num momento de crise económica. Gostaria de começar a minha intervenção, que não vai ter nada de um cumprimento, por agradecer o facto de a Presidência sueca ter evitado a tentação do populismo, em que é tão fácil cair, nestes tempos difíceis de crise.

Senhor Presidente em exercício do Conselho, V. Exa. provou que não há respostas fáceis para questões difíceis. A Presidência sueca mostrou que, em tempos de crise, a União Europeia é capaz de procurar boas soluções, não populistas, susceptíveis de ajudar, não só a Europa como todo o mundo, a sair desta difícil situação. Gostaria de vos agradecer muito sinceramente por terem feito esse trabalho difícil, pelo vosso respeito pelos Estados-Membros e também pelo respeito que mostraram pelo Parlamento Europeu. Foi um período difícil, e penso que passaram no exame. Vão poder acabar a vossa missão, dentro de duas semanas, com plena satisfação.

Penso que não foi sem razão que, na sua intervenção, não referiu a política externa. Infelizmente, não posso deixar, neste momento, de dizer algumas palavras severas. Penso que, no capítulo da política externa, em especial em dois domínios, a Presidência sueca e os últimos seis meses não podem ser considerados um êxito.

Em primeiro lugar, aquilo que penso que foi uma crise completamente desnecessária, relacionada com o infeliz artigo sobre soldados israelitas num jornal sueco, e todo o agravamento desnecessário das relações entre a Presidência sueca e Israel lançaram uma sombra sobre o último semestre. Queria dizer que foi um erro a Presidência não ter condenado inequivocamente o artigo publicado no jornal sueco. Eu e todo o meu grupo político pensamos que os soldados israelitas estão a defender não só Israel, como também toda a nossa civilização. Penso que no último semestre faltou um apoio inequívoco ao nosso principal aliado no Médio Oriente, Israel. Prova disto é o resultado do último Conselho Europeu relativo ao Médio Oriente, o qual, apesar de, em minha opinião, ser melhor do que o que tinha sido proposto, não nos dá um papel principal no Médio Oriente. A União Europeia deveria estar à frente no processo de paz, deveria ser a principal força a lutar pela paz no Médio Oriente. Se queremos desempenhar esse papel, temos de superar as nossas próprias diferenças. Não podemos adoptar posições unilaterais pró-palestinianas. Os últimos seis meses de política externa, infelizmente, não puseram termo a isto.

Falámos disto ontem, no debate sobre a Geórgia. Penso que o imperialismo russo emergente é um dos problemas mais graves da União Europeia. É perigoso, não só para os vizinhos da Rússia, como também para toda a União Europeia. Não obstante, gostaria de lhe agradecer, Senhor Fredrik Reinfeldt, pela sua liderança e pela liderança sueca da União Europeia. O papel do Parlamento é o de chamar a atenção para aquilo que, em nossa opinião, nem sempre é o melhor. Penso que, como balanço, e apesar dos comentários negativos que fiz, a Presidência sueca foi positiva.

(O orador aceita responder a uma pergunta segundo o procedimento "cartão azul", nos termos do nº 8 do artigo 149º)

**Zoltán Balczó (NI).** – (HU) Gostaria de perguntar ao senhor deputado Kamiński se considera que as acções levadas a cabo pelos soldados israelitas em Gaza fazem parte da luta em prol da civilização humana. O senhor deputado é que é parcial, porque qualquer pessoa que queira paz na região deveria, em primeiro lugar, defender, de acordo com as resoluções das Nações Unidas, o direito dos palestinianos a um Estado independente. O senhor deputado é que, injustamente, está a chamar a Suécia a prestar contas por uma posição que adoptou.

**Michał Tomasz Kamiński,** em nome do Grupo ECR. – (PL) Penso que Israel é a única democracia no Médio Oriente. O Estado de Israel é um exemplo brilhante para os países do Médio Oriente no domínio da democracia. Evidentemente, a guerra é algo de difícil, algo que tem sempre consequências dolorosas. É por isso que somos a favor da paz. Em meu entender, o nosso papel é o de apoiar o processo de paz no Médio Oriente e de nos opormos com determinação ao terrorismo.

**Lothar Bisky,** em nome do Grupo GUE/NGL. – (DE) Senhor Presidente, a minha colega, senhora deputada Svensson, irá falar sobre a Presidência sueca. Pela minha parte, gostaria de destacar dois pontos das conclusões da primeira cimeira após a entrada em vigor do Tratado de Lisboa. Em primeiro lugar, lamento o facto de o Conselho Europeu não ter comunicado quaisquer mensagens claras no que se refere à estratégia futura da UE. Pelo contrário, ficou em sintonia com a antiga Comissão, que queria ater-se aos princípios básicos da fracassada Estratégia de Lisboa.

No entanto, apesar de ter sido reconhecido que é necessária uma nova abordagem política, onde é que esta está? Não a vi. Com a nova Comissão, o novo Parlamento e o Presidente do Conselho Europeu, porém, haveria agora oportunidade de começar um debate totalmente novo. Evidentemente, há o novo Tratado e também a possibilidade da iniciativa dos cidadãos, ainda por implementar.

O nosso ponto de partida é claro: a nossa prioridade, acima de todas as demais, em especial acima dos interesses do lucro, deve continuar a ser a das preocupações sociais e ambientais das pessoas. É isso que tem de passar a ser o novo princípio básico das estratégias e da legislação da União Europeia, já que só assim os cidadãos vão ver a UE como algo que representa progresso a longo prazo.

O meu segundo ponto é o de que nós, a esquerda no Parlamento Europeu, saudamos o facto de o Conselho ir, finalmente, satisfazer o pedido de uma taxa sobre as transferências de capitais. No debate de ontem, foi com agrado que ouvimos o Senhor Presidente Barroso prometer que a nova Comissão, sob a sua direcção, iria apresentar as propostas necessárias num futuro próximo. Vamos continuar a suscitar este assunto e mantemos a nossa opinião de que, em caso de dúvida, a União Europeia pode e deve dar o primeiro passo. Esperar que outros, a nível global, nos retirem esse papel é algo que não podemos continuar a fazer.

**Mario Borghezio,** em nome do Grupo EFD. – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, relativamente ao tema da crise financeira, não se pode, certamente, dizer que a Presidência sueca tenha agido na lógica de uma orientação clara e incisiva.

Por que razão não tiveram a coragem de chamar pelos seus nomes os responsáveis pela crise financeira, indicando incisivamente as medidas necessárias para acabar com a especulação, ou de dizer claramente aos cidadãos europeus que os nossos bancos e as nossas instituições financeiras estão ainda a promover muitos dos produtos financeiros que foram objecto de especulação e a inquinhar o nosso mercado?

Por que razão não deram um sinal claro de apoio à economia real, representada, principalmente, pela constelação de pequenas e médias empresas, pelo mundo produtivo, pelo mundo são da nossa economia europeia, à qual, repito, é e será sempre necessário dar sinais de encorajamento e de apoio efectivo?

O desafio mais importante que a Presidência sueca teve de enfrentar foi, talvez, a questão das liberdades, da segurança e da justiça, questão igualmente envolvida na aplicação do Programa de Estocolmo. Que conclusão podemos extrair desta situação? Considero que esta Presidência não tomou medidas suficientes contra a imigração ilegal, e que as medidas tomadas foram muito pouco eficazes. A Presidência não se mostrou activa na luta contra a imigração ilegal, nem mesmo no tocante aos projectos de integração ou ao problema dos refugiados.

A Europa fez-se ouvir de um modo muito débil, não só quanto às questões gerais em matéria de política externa - e estou inteiramente de acordo com aqueles que o denunciaram -, mas também quanto a este tema específico. A Europa revelou falta de autoridade num tema tão central como a imigração, qualquer que seja a perspectiva que se tenha acerca dele; tanto na perspectiva daqueles que, como eu, estão muito preocupados

com a imigração ilegal, como na perspectiva daqueles que estão mais preocupados com a concretização de políticas de integração.

Temos uma grande esperança de que a nova Presidência espanhola ponha em prática as ideias já reveladas em declarações oficiais, que defendem que a Europa não pode considerar a imigração como um problema exclusivo dos países mediterrânicos.

Trata-se, evidentemente, de um problema que respeita a toda a Europa, mas há um ponto relativamente ao qual o Governo italiano fez uma proposta explícita, que, todavia, não foi atendida. Foi sugerida a adopção de uma estratégia séria de luta, a nível europeu, contra o património da criminalidade organizada. Essa estratégia teve, em Itália, resultados de um alcance extraordinário. Esse património está disseminado por toda a Europa: a máfia, as máfias organizadas invadiram toda a Europa, infiltrando-se na economia real e, sobretudo, na economia financeira.

Continuamos à espera de que seja dado um sinal claro no sentido da introdução de um sistema jurídico europeu contra este tipo de criminalidade organizada, extremamente poderosa em vários países - se não o for em todos os países da União Europeia. Como este tipo de criminalidade pode operar com excessiva liberdade, aproveitou-se das nossas liberdades movendo-se à vontade entre praças financeiras, paraísos fiscais e mercados mobiliários e imobiliários. Foi precisamente quanto a este ponto que faltou a clareza necessária, uma acção muito mais incisiva por parte da Presidência sueca. Fazemos esta denúncia com toda a frontalidade.

Passemos agora às declarações de alguns responsáveis desta Presidência sobre outra questão importante e simbólica, a do referendo suíço sobre os minaretes. O Ministro dos Negócios Estrangeiros sueco classificou o "Não" à construção de minaretes como a "expressão de um preconceito". E foi ainda mais longe, afirmando ser questionável a própria decisão de Berna de realizar um referendo sobre um tema como este. Assim, estamos perante uma questão que ultrapassa o âmbito do tema referendado, e que tem a ver com a própria utilização ou não de um referendo.

Como podem os legisladores da União Europeia censurar um pequeno país que sempre foi democrático, desde a Idade Média? Teremos nós o direito - nós, que estamos submetidos a uma burocracia que não elegemos - de dar lições de democracia ao povo suíço? Poderemos negar-lhes o direito de realizar um referendo relativamente uma questão importante, sobre a qual todos têm o direito de ter a sua própria opinião?

Pelo contrário, a União Europeia deveria aprender com a democracia suíça a maneira de fazer face aos problemas mais difíceis, dando voz ao povo, ao povo, ao povo, não às burocracias, aos lóbis e aos bancos deste superpoder europeu, que toma sempre decisões sobre a vida dos cidadãos sem os consultar!

**Barry Madlener (NI).** – (SV) Senhor Presidente, regozijo-me pelo facto de a Presidência sueca, cobarde e sem coluna vertebral, ter acabado.

(NL) Esta fraca Presidência sueca chegou, felizmente, ao fim, pois da Suécia pouca coisa de bom saiu. Não se adoptou uma linha dura face à Turquia, que continua a ocupar ilegalmente o Chipre. A Suécia deixou Israel ao abandono, e a sua proposta de dividir Jerusalém ilustra bem a sua ingenuidade em relação à ideologia condenável e bárbara que é o Islão. A Suécia teria feito melhor em apoiar fortemente a realização de referendos europeus em todos os Estados-Membros, como a Suíça fez em relação à interdição dos minaretes. É isso que os cidadãos europeus querem.

A questão do circo itinerante entre Bruxelas e Estrasburgo não foi sequer agendada, Senhor Primeiro-Ministro Reinfeldt. Nós pedimos-lho, mas aparentemente o senhor não se atreveu, com receio, por certo, da reacção da França. Depois, vai esbanjar dinheiro com as alterações climáticas em Copenhaga, apesar de a mudança do clima não ser uma certeza científica.

Os Países Baixos desembolsam muito dinheiro; a sua contribuição líquida *per capita* continua a ser duas ou três vezes superior à de outros países ricos. Esta situação tem de ser rectificada sem demora. Esperamos que a próxima Presidência dê mostras de mais coragem.

**Anna Maria Corazza Bildt (PPE).** – (EN) Senhor Presidente, reparei que deu quase um minuto a mais de tempo de uso da palavra a alguns dos nossos colegas. Gostaria de lhe recordar que nós, dos países pequenos, na nossa qualidade de deputados recentemente eleitos, só dispomos, rigorosamente, de um minuto para intervenções nos termos do artigo 139º do Regimento, e aquele tempo foi retirado à nossa oportunidade de expressarmos os nossos pontos de vista. Por favor, respeitem-nos também a nós.

**Fredrik Reinfeldt**, *Presidente em exercício do Conselho*. – (EN) Senhor Presidente, tenho duas breves observações a fazer. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer aos senhores deputados pelas suas amáveis palavras – também por outras palavras, mas sobretudo pelas palavras e comentários amáveis. Temos agora uma nova União Europeia baseada no Tratado de Lisboa, e, estando eu envolvido na Presidência rotativa, poderia dizer que, para fazer com que esta Europa trabalhe em prol do futuro, terá de haver uma conjugação entre a assunção de responsabilidades por parte dos Estados-Membros, da Comissão e deste Parlamento. Será muito difícil conseguir fazer esse trabalho, sem que todas essas partes assumam plenamente as suas responsabilidades.

Apenas alguns comentários sobre a tentativa de coordenar 27 Estados-Membros. É algo que leva tempo, mas, sem o fazer, ficamos numa situação em que esta União Europeia é gerida por apenas algumas pessoas, ou por outros. Demo-nos esse tempo. Sei o tempo de que precisam para fazer essa coordenação, e penso que isto há-de ser óbvio também para Herman Van Rompuy e para a Presidência rotativa ainda em curso.

O meu segundo comentário diz respeito a Copenhaga. Muitas vezes, ouço o seguinte: a Europa não está a liderar, e, no meu país, a oposição diz que a Suécia não está a liderar: é a vontade de nos autoflagelarmos. Então mostrem-me quem lidera. Gostaria de o saber, porque seria perfeito ver esse líder e seguir as suas iniciativas. Ainda não vi isso. Estamos a comprometer-nos com reduções, com base jurídica, desde cedo em cima da mesa, com financiamento concreto que não vi em outras partes do mundo em desenvolvimento.

Do mesmo modo, no que toca a Copenhaga, penso que é muito importante recordar que precisamos de manter a meta dos 2°C. Não tenho a certeza de que sejamos capazes de a atingir. Sei que a Europa cumpriu a sua parte e está disposta a avançar para 30%, mas não conseguimos resolver o problema sozinhos. Representamos apenas 13% das emissões globais. Se se pretende uma resposta global, tem de ser uma reacção global, e aí precisamos também de que os outros grandes emissores assumam compromissos maiores.

Algumas palavras sobre a Suécia, uma vez que esta foi referida. Penso que é muito importante, depois de ter assumido compromissos destes – seja Quioto, seja, agora, um acordo em Copenhaga – ir para casa e trabalhar. Ainda ontem actualizámos a redução de emissões que tem vindo a ser feita na Suécia desde 1990. Estamos agora a -12%. Estamos a seguir o modo como isto é internacionalmente respeitado, o modo como é apresentado. Poderíamos sempre dizer que é a maneira errada de lidar com a questão, mas esse é o acordo global que o mundo tem. Relativamente a isto, apresentámos três tipos de números.

Evidentemente, é perturbador que alguns outros países vão na direcção contrária, e esses países estão a ser criticados por isso. Portanto, não se trata apenas de chegar a acordo: trata-se também de introduzir mudanças na economia utilizando o comércio de emissões e outros meios para conseguir realizar a mudança. É também um domínio em que se vê muitos países europeus actuarem de uma maneira que não existe em outras partes do mundo.

**José Manuel Barroso**, *Presidente da Comissão*. – (EN) Senhor Presidente, apenas duas observações: a primeira sobre Copenhaga e a outra sobre o êxito da Presidência sueca. Em primeiro lugar, no que se refere a Copenhaga, estou também muito surpreendido por ver tantos colegas europeus com uma retórica derrotista. Efectivamente, se há um domínio em que nos podemos orgulhar do papel de liderança da União Europeia, esse domínio é precisamente o das alterações climáticas. Mostrem-me um actor relevante ou um grupo de países que se tenha empenhado tanto como nós.

Tal como disse anteriormente, há outros que anunciaram as suas intenções através de declarações à imprensa. A União Europeia anunciou as suas intenções através de legislação que já tem um carácter vinculativo, legislação promovida por iniciativa da Comissão Europeia, que mereceu o apoio do Conselho Europeu e deste Parlamento, e - agindo unilateral e incondicionalmente - a União Europeia já fixou em 20% a meta de redução das emissões de gases com efeito de estufa até 2020. Nenhum outro actor fez nada que se compare até à data. Por conseguinte, peçamos aos outros que façam algo que se assemelhe aos nossos esforços.

(Aplausos)

Será isto suficiente para se conseguir os 2 °C? Não, não é suficiente. É por essa razão que estamos a dizer aos outros que podemos negociar esta questão. Os políticos e os diplomatas podem negociar, mas não podemos negociar com a ciência; não podemos negociar com a física. Procuremos, portanto, conseguir um acordo mundial que corresponda àquilo que a ciência nos está a dizer. A Europa não poderá fazer isso sozinha, porque a Europa é responsável por cerca de 14% das emissões mundiais, e a tendência é para que este nível baixe em termos relevantes. Por isso, mesmo que a Europa, amanhã, elimine por completo as suas emissões de gases com efeito de estufa, isso não resolverá o problema.

Necessitamos da cooperação dos americanos, necessitamos da cooperação dos chineses, e necessitamos da cooperação dos indianos. Ao longo dos últimos seis meses, juntamente com o Primeiro-Ministro Reinfeldt, falámos com Barack Obama; falámos com Hu e com Wen; falámos com Singh; falámos com Medvedev; falámos com Lula. E posso dizer-vos que em todos estes encontros fomos nós que lhes pedimos para apresentarem propostas mais significativas.

É isso que agora vamos fazer em Copenhaga: não esquecer - porque às vezes as pessoas tendem a esquecer - que não se trata apenas de um jogo entre esses actores, mas também com os países em desenvolvimento, os mais pobres, os mais vulneráveis, os países africanos. Falámos também com Meles Zenawi, da Etiópia, e com outros. Foi por esta razão que a União Europeia foi quem primeiro pôs algum dinheiro em cima da mesa.

Portanto, sejamos honestos uns com os outros. Podemos sempre ser mais ambiciosos, e a União Europeia tem mostrado a sua ambição. Mas peçamos também mais ambição aos outros, porque só com essa ambição conseguiremos um acordo que seja compatível com a nossa ambição. Trata-se de um problema mundial e necessitamos de uma solução mundial.

Por último, gostaria de dizer uma palavra ao Primeiro-Ministro Reinfeldt e à Presidência sueca. Esta é a última vez que teremos um Presidente do Conselho Europeu por apenas seis meses, por isso chegámos ao fim de muitos anos de trabalho da União Europeia. Quero dizer - e disse-o ao Presidente Reinfeldt durante os últimos seis meses - que ele foi o décimo primeiro Presidente do Conselho Europeu com quem trabalhei, pelo que me congratulo sinceramente pelo facto de passarmos agora a ter um Presidente do Conselho Europeu permanente.

Mas gostaria de dizer ao Primeiro-Ministro Reinfeldt que, em termos de ordem, ele foi o décimo primeiro a trabalhar com a Comissão, mas merece certamente um lugar no pódio por ter encabeçado uma das melhores presidências, para a União Europeia, que tivemos ao longo deste período. Agradeço ao Primeiro-Ministro Reinfeldt e à Presidência sueca tudo o que fizeram durante estes seis meses.

**Rebecca Harms (Verts/ALE).** – (EN) Senhor Presidente, actualmente é frequente salientar-se a importância da transparência em relação ao Parlamento, agora que o Tratado de Lisboa entrou em vigor. Existe uma nova proposta do Conselho Europeu para Copenhaga estabelecendo uma meta de 30% - uma redução superior à meta de 20% - para 2025? Anda a circular em Copenhaga um documento divulgado clandestinamente, e quero que me digam agora, com base em contactos com a Comissão, se essa é a verdadeira estratégia do Conselho. Por favor digam-nos a verdade.

**Gunnar Hökmark (PPE).** – (EN) Senhor Presidente, hesito em dizê-lo nestes termos porque não vai parecer muito modesto vindo de um sueco, mas penso que é justo dizer que a União Europeia e a Europa não serão as mesmas depois desta Presidência. A União Europeia está diferente – tornou-se uma União mais forte e melhor - por várias razões, algumas das quais eu, como sueco, me orgulho de mencionar.

Em primeiro lugar, evidentemente, o Tratado que agora entrou em vigor está a modificar o equilíbrio institucional desta União, mas também a vai tornar mais capaz de alcançar os nossos objectivos políticos. Gostaria de assinalar que abrimos o processo de alargamento mediante o acordo entre a Eslovénia e a Croácia, que é importante para a Croácia, mas também na perspectiva dos Balcãs Ocidentais e do seu futuro processo de alargamento. Este é um dos pontos fortes da União Europeia, mas é também uma oportunidade para todos nós.

Penso que é também importante referir que, durante esta Presidência e enquanto aqui estamos, a União Europeia se tornou, pela primeira vez, um dos principais actores mundiais no que respeita a uma das questões internacionais mais importantes que a humanidade enfrenta. Trata-se de algo de novo que acarreta grandes responsabilidades para o futuro, porque é evidente que, qualquer que seja o resultado de Copenhaga, a União Europeia está neste momento a desempenhar um papel fundamental e crucial ao definir prioridades para as coisas que devemos alcançar. Por muito bem sucedidos que sejamos, a nossa tarefa não terminará, mas as grandes responsabilidades da União Europeia são claras.

Por outro lado, temos a recuperação económica, com normas rigorosas destinadas a pôr em ordem as finanças públicas e a travar o proteccionismo. Sou sueco, portanto, talvez seja um tanto ou quanto subjectivo em relação a esta questão, mas penso que todos temos uma razão para estarmos orgulhosos com aquilo que se conseguiu durante este período. Mas, com toda a modéstia, não devemos também esquecer que os resultados alcançados nos impõem grandes responsabilidades em relação ao futuro.

**PRESIDÊNCIA: PITTELLA***Vice-presidente*

**Åsa Westlund (S&D).** – (SV) Senhor Presidente, gostaria de começar por dizer que a Presidência se mostrou à altura das grandes expectativas nela depositadas como uma máquina diplomática eficiente. Isso é algo que muito apreciamos, especialmente se considerarmos o caos que por vezes prevaleceu durante a Presidência checa. As fases finais do processo do Tratado de Lisboa também foram tratadas de uma maneira muito positiva. Por último, a Presidência também conseguiu introduzir o Presidente permanente do Conselho Europeu e a nova Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança.

Infelizmente, o seu impacto político directo no quotidiano das pessoas foi um pouco menor. Os trabalhadores assalariados da Europa não têm recebido qualquer apoio no que se refere a pôr termo ao *dumping* salarial na sequência do acórdão Laval, e também não têm visto realizar nenhuma das novas iniciativas destinadas a combater o desemprego e a criar mais postos de trabalho.

O movimento ambiental está desapontado com a Suécia por não defender as questões ambientais. Com efeito, a Suécia deu um passo atrás em vez de aproveitar a oportunidade para insistir em objectivos mais ambiciosos no domínio do ambiente e das alterações climáticas.

No entanto, é mais provável que o facto de a Suécia não ter um papel mais significativo na conferência sobre o clima que está neste momento a decorrer em Copenhaga se deva ao próprio Primeiro-Ministro Reinfeldt, que, por motivos de política partidária, não tem alimentado grandes expectativas em relação à conferência quase desde o início. Essa atitude foi contrária à estratégia de negociação da UE e exasperou um número considerável de dirigentes europeus. Mais grave do que isso, porém, foi o facto de ter prejudicado a oportunidade de se produzir um bom acordo sobre as alterações climáticas.

Por último, gostaria de mencionar o Programa de Estocolmo - uma das poucas coisas que continuará a existir depois de a Presidência sueca terminar. Sendo eu própria natural de Estocolmo, preocupa-me a ideia de a minha cidade natal poder vir a ficar associada a um programa político que se baseia mais numa Europa fortaleza do que na protecção dos direitos humanos.

Nós, social-democratas suecos, ficámos mesmo assim satisfeitos com o facto de terem acabado por dar ouvidos, em parte, às exigências que nós e o Parlamento fizemos no sentido de se incluir no programa mais aspectos relacionados com os direitos das mulheres e das crianças. Esperamos sinceramente que a Senhora Ministra Cecilia Malmström, no exercício das suas novas funções, faça tudo o que estiver ao seu alcance para reforçar ainda mais estes elementos.

**Silvana Koch-Mehrin (ALDE).** – (DE) Senhor Presidente, Senhor Presidente Barroso, Senhor Primeiro-Ministro Reinfeldt, a sua Presidência calma e firme foi um êxito. Tinha questões políticas difíceis a resolver e, de um modo geral, fez um bom trabalho. As pessoas escolhidas por si para desempenhar os novos cargos tão importantes da UE podem agora definir esses cargos sem ideias preconcebidas, já que, de momento, a grande maioria dos cidadãos europeus não sabe em que consistem. Um pequeno aparte: se me permite que o diga, a sua melhor decisão está sentada à sua direita.

No entanto, Senhor Primeiro-Ministro Reinfeldt, não posso dar à sua Presidência a nota máxima - por duas razões. Em primeiro lugar, o senhor Primeiro-ministro reforçou a evolução no sentido de tornar o Conselho Europeu uma espécie de "super-governo" da UE. A sua jurisdição global está a aumentar, desde o ambiente à política financeira. Ao mesmo tempo, está a fechar as portas cada vez com mais força. Não é isto que se entende por debates transparentes por representantes dos cidadãos.

A segunda razão é a seguinte: o facto de ter feito aprovar o acordo SWIFT horas antes da entrada em vigor do Tratado de Lisboa é uma prova clara de desrespeito pelo Parlamento Europeu e, portanto, de desrespeito pelos cidadãos.

No entanto, gostaria de lhe agradecer os últimos seis meses.

**Carl Schlyter (Verts/ALE).** – (SV) Senhor Presidente, a Presidência sueca funcionou bem em termos práticos e institucionais. Funcionou como uma máquina eficiente e bem lubrificada - mas, mesmo assim, nunca conseguiu engrenar inteiramente. O que aconteceu à legislação social? O trabalho relacionado com a luta contra a discriminação parou. A proposta no sentido de se introduzir uma eurovinheta para travar as emissões dos veículos pesados está num impasse, tal como a política relativa ao clima. No que respeita a estes assuntos, são os investigadores e o Parlamento Europeu que estão a dar provas de liderança - o Conselho fracassou!

O Conselho conseguiu arranjar uma saída para a silvicultura, as companhias de navegação e as companhias aéreas nas negociações sobre o clima. Onde está o dinheiro para os países em desenvolvimento - o montante concreto de 30 mil milhões de euros pedidos pelo Parlamento? O que aconteceu às metas das emissões? O Parlamento pediu reduções de 32% a 40%. Agora, consta que os documentos em que o Conselho está a trabalhar diluem ainda mais as metas de redução das emissões. A política do Conselho em matéria de clima tem buracos tão grandes que só a podemos comparar a uma rede para pescar baleias!

Por último, gostaria de falar sobre o caso Vattenfall. Acabem com a acção judicial da Vattenfall! Está a dificultar o nosso trabalho no domínio das alterações climáticas. A Presidência pode exercer o seu poder em relação a esta empresa. No mínimo, deve procurar assegurar que a Vattenfall se meta na sua vida e deixe de pôr em causa a legislação ambiental da Alemanha e da UE.

**Timothy Kirkhope (ECR).** – (EN) Senhor Presidente, em primeiro lugar, gostaria de felicitar o Governo sueco pela forma como presidiu a este Conselho. A Presidência sueca assumiu uma pesada ordem de trabalhos quando tomou posse e conseguiu alcançar muitos resultados, que saudamos na sua maioria.

Falei repetidas vezes nesta Assembleia sobre a necessidade de revitalizar a estratégia de Lisboa; a União Europeia tem vindo, há demasiado tempo, a efectuar reformas políticas e institucionais com um grau de energia e determinação de que não tem conseguido simplesmente armar-se para proceder a reformas económicas. No entanto, a nossa posição no comércio mundial, o nosso peso económico relativo e a nossa competitividade internacional estão em perigo. Por conseguinte, saúdo a Estratégia UE 2020 da Comissão, agora aprovada pelo Conselho, e felicito especialmente o Senhor Presidente Barroso pelo seu papel nesta área.

A prosperidade e bem-estar futuros dos nossos cidadãos dependem de uma economia dinâmica, capaz de gerar empregos e riqueza dando livre curso às energias criativas dos empresários e estimulando o crescimento das empresas bem-sucedidas. Parte desta reabilitação económica passa pela ecologização das nossas economias, e espero que a celebração de um acordo em Copenhaga esta semana produza um quadro realista para combater as alterações climáticas, facilitando simultaneamente o crescimento económico e o desenvolvimento.

Relativamente à adopção do Programa de Estocolmo, apoiamos o princípio de que os Estados-Membros da União devem cooperar mais entre si para combater os problemas relacionados com a imigração, a criminalidade transfronteiriça e o terrorismo. Mas estas são áreas que também estão no cerne da soberania nacional, e defender a lei, garantir a segurança e proteger o público são das obrigações mais importantes de um Estado democrático. Por conseguinte, devemos estabelecer um equilíbrio entre a necessidade de realizar acções conjuntas e o respeito pelos direitos dos nossos Estados-Membros. Há partes do Programa de Estocolmo que não conseguem simplesmente alcançar o equilíbrio certo. Algumas propostas irão apenas centralizar o poder, criar despesas desnecessárias e aumentar a burocracia, com uma mais-valia muito pequena. As nossas prioridades devem prender-se com a nossa capacidade para competir, a desregulamentação, a inovação e a criação de empregos. Os cidadãos da Europa merecem isto, no mínimo.

**Eva-Britt Svensson (GUE/NGL).** – (SV) Senhor Presidente, também eu gostaria de dar à Presidência sueca a nota máxima pelas suas competências organizacionais. A administração nacional sueca mostrou-se à altura das expectativas de todas as pessoas. Infelizmente, não posso ser tão positiva quanto à minha avaliação política.

Há duas áreas, em especial, relativamente às quais tenho críticas a fazer. Em primeiro lugar, a questão da transparência e da abertura. A Suécia é geralmente um país que se considera dar o exemplo nesta área, mas em vez disso assumiu uma atitude passiva - o que é particularmente grave quando está em causa a liberdade de comunicação dos nossos cidadãos. Permitam-me que mencione neste contexto a directiva relativa à retenção de dados, o pacote das telecomunicações e o acordo secreto ACTA (Acordo Comercial Anticontrafacção). Têm sido feitas exigências no sentido de a Presidência assegurar a disponibilização de documentos, o que passou a ser possível desde a alteração do regulamento relativo à transparência de 2001, em que se estabelece que o público terá acesso a todos os documentos relacionados com negociações internacionais em curso. Por que razão não agiu a Presidência sueca em relação a esta questão?

A segunda área é a das alterações climáticas e, na minha opinião, a forma como os países pobres estão a ser traídos pela maneira como estamos a utilizar os fundos da ajuda para atenuar danos muito graves pelos quais os países ricos foram, e continuam a ser, responsáveis. Isto verifica-se apesar de a convenção sobre o clima, o Plano de Bali e o Protocolo de Quioto afirmarem todos que os fundos destinados a financiar medidas para combater as alterações climáticas devem ser fundos novos. Mais uma vez, são os mais vulneráveis que estão a ter de pagar o preço das acções dos países ricos. São aqueles que não têm água limpa, aqueles que são

ameaçados pela malária, aqueles que sofrem devido ao VIH e, acima de tudo, as mulheres e as crianças pobres do mundo que estão agora a ter de pagar o preço. Esta política é uma maneira vergonhosa de tratar as partes mais pobres do mundo.

**Andreas Mölzer (NI).** – (DE) Senhor Presidente, a Presidência sueca está neste momento a chegar ao fim - sem grandes desastres mas, na minha opinião, também sem êxitos notáveis. Em qualquer caso, não se conseguiu alcançar o objectivo ambicioso de controlar a crise económica. Injectámos milhares de milhões num sistema de que apenas alguns beneficiam, enquanto o público tem de suportar os riscos e os custos. É inaceitável que o dinheiro tão duramente ganho pelos contribuintes europeus acabe nos bolsos dos administradores bancários sob a forma de prémios.

Se vamos realizar uma cimeira sobre o clima, então, na minha opinião, necessitamos também, finalmente, de reflectir melhor os custos e de alguma honestidade no debate sobre os reactores nucleares. Se estamos a procurar soluções susceptíveis de proteger o clima, temos de acabar com as falsidades em torno dos certificados de emissões.

No caso das negociações sobre o acordo SWIFT, a Presidência sueca, a meu ver, permitiu em certa medida que os Estados Unidos lhe ditassem ordens no que respeita à revelação de dados bancários. Em consequência disso e do Programa de Estocolmo, os cidadãos são cada vez mais manipulados e cada vez mais transparentes.

Com a Suécia, a Turquia também perdeu um defensor da sua adesão. Em minha opinião, é tempo de suspender as negociações com vista à adesão e propor à Turquia uma parceria privilegiada.

**Werner Langen (PPE).** – (DE) Senhor Presidente, em primeiro lugar, gostaria de dizer muito obrigado. Apesar de muitos problemas, a Presidência do Conselho sueca fez um trabalho magnífico. A Suécia é um país de dimensão média da União Europeia e devemos ver isso como uma coisa positiva em todos os aspectos. Gostaria de agradecer ao senhor Primeiro-Ministro Reinfeldt e a todo o seu governo. Com o clima, a crise do mercado financeiro, o Tratado de Lisboa e a nova Comissão, a sua Presidência tinha tarefas e questões difíceis com que lidar. Gostaria de destacar duas questões.

A primeira é a crise do mercado financeiro. O facto de, juntamente com a Comissão, a Suécia se ter mantido firme em relação aos esforços de consolidação dos vários Estados-Membros foi extremamente positivo. O facto de não terem dito "agora vamos libertar a Grécia das suas responsabilidades na zona euro" é uma posição que só posso apoiar inteiramente.

A segunda questão é a da política climática. Ouvimos as críticas dos comunistas e dos Verdes, que não têm responsabilidades reais em parte nenhuma na Europa. Podemos adoptar uma política climática ao estilo da China ou dos Estados Unidos proclamando grandes coisas mas sem produzir quaisquer resultados. A Europa tem obtido resultados. Rejeito a afirmação de que a Greenpeace é a bitola pela qual a Europa define a sua política climática. Temos de permanecer realistas! Também nesta área a Presidência sueca obteve, surpreendentemente, excelentes resultados durante o seu mandato, juntamente com a Comissão. Gostaria de expressar os meus sinceros agradecimentos, também, por esse facto.

No que respeita ao Tratado de Lisboa, o senhor deputado Schulz não está presente neste momento. Disse que a Comissão é influenciada pelo facto de ser constituída por líderes de segunda linha dos partidos europeus. Apenas me surpreende que o presidente de um grupo político queira fazer um bicho-de-sete-cabeças do empenhamento político de vários membros da Comissão. De que serve isso? Não posso senão rejeitar esse argumento.

Por último, gostaria de incentivar o senhor Primeiro-Ministro - tal como fiz quando tomou posse - a finalmente aderir ao euro. Permite-me que eu diga "Suécia *ante portas*", Senhor Primeiro-Ministro Reinfeldt?

**Adrian Severin (S&D).** – (EN) Senhor Presidente, serei inteiramente justo se disser que considero que a Presidência sueca se pode congratular com os resultados que obteve, e julgo que a Suécia se pode orgulhar do seu desempenho. No entanto, como sempre acontece no caso de presidências curtas, quando são boas, deixam-nos um sentimento amargo de uma tarefa que de algum modo não ficou concluída.

Por conseguinte, creio que a questão mais importante que se põe agora é a seguinte: o que poderemos fazer, e como, para dar continuidade aos resultados da Presidência sueca? A primeira coisa é a implementação do Tratado de Lisboa. Um tratado nunca é suficiente para resolver um problema. É sempre necessário que haja vontade política para o reforçar convenientemente, mas, neste caso, julgo que necessitamos ainda de mais qualquer coisa. Necessitamos de coragem e imaginação - imaginação para preencher as lacunas ou para esclarecer as ambiguidades do Tratado. Por conseguinte, espero que, com a experiência que adquiriu, a



Presidência sueca continue a participar na construção da nova instituição que o Tratado de Lisboa criou, nomeadamente o cargo permanente - ou a longo prazo - de Presidente do Conselho Europeu e o cargo de Alto Representante no âmbito do Serviço Europeu de Acção Externa.

Uma das prioridades da Presidência sueca era, evidentemente, a gestão da crise económica e financeira. Esta era uma questão muito importante. Neste contexto, julgo que se observaram dois fenómenos bastante ameaçadores: em primeiro lugar, a tentativa de protecção nacional e de egoísmo nacional, e, em segundo lugar, as disparidades económicas e sociais entre os nossos Estados-Membros e a falta de coesão económica, social e territorial dentro da União Europeia.

Será que devemos pôr em causa a sensatez do alargamento? De modo nenhum. Estas disparidades já existiam e a interdependência é algo que é válido não só dentro da União Europeia mas também a nível mundial. Por conseguinte, essas disparidades conseguiram comprometer ou pôr em perigo a estabilidade de todo o continente e da União. Penso, portanto, que o alargamento permitiu que os novos Estados-Membros enfrentassem melhor as disparidades como membros da União, com benefícios para todos os membros da União.

Mas a conclusão é a seguinte, e vou terminar aqui. Penso que o passo seguinte consiste em adoptar políticas mais arrojadas e mais substanciais em matéria de coesão territorial, económica e social na Europa - e não em adoptar menos políticas desse tipo - e proceder a reformas arrojadas, reformas financeiras e económicas que nos ajudem a não repetir a crise e, certamente, políticas destinadas a promover a reabilitação após uma crise. Neste contexto, devemos saudar a última declaração da Comissão sobre o apoio económico aos países da Europa Oriental, bem como o facto de o Senhor Presidente Barroso se ter mostrado disposto a debater a Estratégia 2020.

**Charles Goerens (ALDE).** – (FR) Senhor Presidente, também eu gostaria de exprimir a minha gratidão à Presidência sueca em exercício do Conselho Europeu, mas ainda resta um problema. Na passada quinta-feira, o Conselho Europeu tomou a decisão de libertar um montante de 7,2 mil milhões de euros para financiar a adaptação parcial dos países em desenvolvimento às alterações climáticas, o que está muito certo.

Do meu ponto de vista, esse montante deveria ser complementar à ajuda ao desenvolvimento, que a União Europeia se comprometeu a aumentar para 0,7% do rendimento nacional bruto até 2015. Porquê? Suponhamos que os 7,2 mil milhões de euros provêm do envelope que já foi afectado à ajuda pública ao desenvolvimento; este montante não será suficiente para financiar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Isso seria o mesmo que roubar o Pedro para pagar ao Paulo.

Esperamos esclarecimentos do Conselho Europeu e da Comissão a este respeito. Qualquer ambiguidade em torno da natureza complementar do montante anunciado pelo Conselho Europeu de 10 e 11 de Dezembro minaria a credibilidade da União Europeia na Conferência de Copenhaga, que nós não hesitamos em qualificar como decisiva para o futuro da Humanidade.

(Aplausos)

**Ian Hughton (Verts/ALE).** – (EN) Senhor Presidente, represento a parte da Aliança Livre Europeia do meu grupo, que inclui os partidos da independência do País de Gales, da Flandres, da Catalunha e da Escócia. Pretendemos obter a independência de modo a que as nossas nações possam contribuir para as reuniões do Conselho Europeu e para acontecimentos mundiais como a conferência de Copenhaga sobre as alterações climáticas.

O governo e o parlamento da Escócia adoptaram a lei mais ambiciosa do mundo em matéria de alterações climáticas, com metas de redução das emissões de 42% até 2020 e 80% até 2050. Estas são as metas que tencionamos atingir e, no entanto, o Governo do Reino Unido recusou um pedido razoável de um ministro escocês no sentido de participar nas sessões de trabalho oficiais em Copenhaga. Essa atitude apenas realça o facto de que só com a independência - o estatuto normal de independência - é que a Escócia poderá contribuir convenientemente para a comunidade internacional, e espero que o Conselho Europeu venha muito em breve a discutir o alargamento interno da União Europeia, com a Escócia à cabeça.

**Hans-Peter Martin (NI).** – (DE) Senhor Presidente, necessitamos de uma revolução na democracia. O facto de eu admirar tantas tradições suecas só me deixou mais desapontado perante o resultado global das suas actividades. Infelizmente, não se tratou de uma presidência dos cidadãos, mas antes de uma presidência do Conselho e, também, uma presidência de investimento em grande escala ao estilo de Margot Wallström e não de Cecilia Malmström.

Senhora Ministra Malmström, lembro-me bem de si no tempo em que foi deputada deste Parlamento. Durante esta Presidência, mostrou-se uma pessoa bastante diferente. Espero sinceramente que, quando regressar, recomece como quando aqui estava, nomeadamente deixando-se inspirar pelo sistema parlamentar. Por que razão aprovou o acordo SWIFT numa fase tão tardia? Por que razão temos agora uma espécie de comissão executiva a nível da UE - surpreendentemente, um dos objectivos dos suecos, com toda a sua transparência? Por favor, aproveite o seu futuro para regressar às suas raízes.

**János Áder (PPE).** – (HU) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, nas últimas duas horas e meia deste debate, disseram-se muitas coisas sobre Copenhaga e sobre as negociações de Copenhaga. Devo dizer que, quanto a este assunto, a Presidência sueca não tem sido inteiramente bem-sucedida, já que não há uma posição comum para apresentar em Copenhaga em nome da União Europeia. A Presidência sueca não é necessariamente responsável por isso, mas sim a Comissão Europeia. O que se passa e por que razão não há uma posição comum? Não há uma posição no que se refere a pelo menos duas questões. Uma delas é se as quotas de dióxido de carbono poderão ser transferidas depois de 2012 e, também, se poderão ser vendidas.

A Comissão Europeia critica esta posição de uma maneira incompreensível, míope e tacaña. A Hungria, a Polónia, a Roménia e outros antigos países socialistas cumpriram os seus compromissos de Quioto. Na verdade, não só os cumpriram como os ultrapassaram. Temos o direito de vender os excedentes das quotas. No entanto, a Comissão continua a querer retirar-nos esse direito. Por outras palavras, querem punir o cumprimento contratual, e a Hungria respeitou os seus compromissos contratuais. Há outros que não o fizeram, tendo até aumentado as suas emissões nocivas, mas ninguém os quer punir. Depois disto, como se pode esperar que os signatários cumpram um novo acordo se em Copenhaga se chegar a um acordo destinado a substituir o Protocolo de Quioto?

Insto a Comissão Europeia, e, se aqui estivesse presente, instaria enfaticamente o Senhor Presidente Barroso a modificar a atitude tacaña que tem demonstrado até este momento e a defender uma posição que esteja de acordo com o Protocolo de Quioto que se encontra em vigor. Gostaria também de chamar a vossa atenção para um facto que não devemos esquecer, nomeadamente que, sem os novos Estados, a UE15 não teria conseguido atingir a meta de 8% de redução das emissões que se comprometeu a atingir. Na verdade, se isso tivesse acontecido, a União Europeia teria uma posição negocial muito mais fraca e ineficaz em Copenhaga.

**Catherine Trautmann (S&D).** – (FR) Senhores Presidentes, Senhora Ministra, a Presidência sueca conheceu momentos que podem ser qualificados como históricos: estou a pensar na entrada em vigor do Tratado de Lisboa, nas nomeações do primeiro Presidente do Conselho Europeu e da Alta Representante para a Política Externa, mas também na conferência sobre as alterações climáticas e na nomeação de uma nova Comissão, e ainda – permitam-me esta breve referência – no pacote das telecomunicações.

Estes acontecimentos geraram esperança. Tudo isto considerado, porém, há um ou dois resultados ambíguos. Em primeiro lugar, o nosso Parlamento Europeu, que estando empenhado na introdução da supervisão europeia dos mercados financeiros, acolheu favoravelmente as propostas formuladas pelo grupo de sábios de Jacques de Larosière como um passo crucial. No entanto, as conclusões do Conselho ECOFIN de 2 de Dezembro ficam bem aquém deste nível realista de ambição.

Quero relembrar aqui que o Parlamento se encarregará de repor algum equilíbrio nas propostas que lhe foram endereçadas a fim de conferir maior solidez aos mercados financeiros. O mesmo se aplica aos compromissos financeiros assumidos com os países do Sul para os ajudar a combater as alterações climáticas. Apesar de, em Copenhaga, os países pobres exigirem verdadeiros compromissos em matéria de financiamento a longo prazo, o Conselho só conseguiu assegurar 7,2 mil milhões de euros por três anos. Trata-se de um primeiro passo, é certo, mas fica muito aquém das necessidades, tanto mais que parte desse montante resulta de uma reafecção.

Por último, no campo financeiro, congratulamo-nos com a vontade que existe de impor regras e de actuar com firmeza, tanto em matéria de supervisão como de fiscalidade. Observo, em particular, nas conclusões do Conselho, a referência ao imposto mundial sobre transacções financeiras, uma causa pela qual nós, socialistas, nos batemos há mais de dez anos. Ainda há trabalho a fazer neste domínio. A busca de novos recursos financeiros em benefício do emprego, da solidariedade, dentro e fora da Europa, e do financiamento da luta contra as alterações climáticas representa um enorme desafio. Uma vez que estamos próximos do Natal, convidaria o Conselho a brindar-nos com uma decisão sobre a questão dos recursos próprios nos próximos anos.

**Olle Schmidt (ALDE).** – (SV) Senhor Presidente, é bastante estranho ouvir algumas das pessoas que aqui se têm lamuriado - incluindo alguns colegas suecos - criticar a Presidência sueca. A que compara Carl Schlyter esta Presidência? À da República Checa ou a outra grande presidência?

E também ninguém deve esperar uma boa nota do senhor deputado Borghezio. Na verdade, obter uma má nota do senhor deputado Borghezio é um bom resultado.

Fez-se muito. O Tratado de Lisboa entrou em vigor. Os dois cargos mais elevados da UE foram preenchidos. Os processos de aprovação de várias propostas importantes foram laboriosamente levados a bom termo: o Programa de Estocolmo, a futura supervisão financeira e, especialmente, o pacote das telecomunicações. A cimeira de Copenhaga sobre o clima também poderá avançar na direcção certa se nós, no Parlamento, o desejarmos.

Do lado negativo, mencionaria o facto de não se ter conseguido implementar as medidas relativas à mobilidade dos doentes. Isto significa que a incerteza jurídica se vai manter e vai acarretar sofrimento desnecessário para pessoas à espera de tratamento.

De um modo geral, porém, felicito o Senhor Primeiro-Ministro Reinfeldt, a Sra. Cecilia Malmström, Ministra dos Assuntos da União Europeia, e todos os outros elementos da equipa da Presidência. Merecem todos um feliz Ano Novo!

**Judith Sargentini (Verts/ALE).** – (NL) Senhor Presidente, Senhor Presidente Reinfeldt, há uma grave falha na sua Presidência, nomeadamente as decisões tomadas a respeito do SWIFT. O Tratado de Lisboa entrou em vigor em 1 de Dezembro, e em 30 de Novembro o Senhor e os seus colegas Chefes de Estado ou de Governo produziram à pressa um regulamento que faculta aos Estados Unidos os nossos dados bancários. Se isto for um prenúncio da forma como o Programa de Estocolmo – um programa que visa garantir os nossos direitos cívicos, a segurança e a liberdade - vai ser desenvolvido no futuro, então parece-me que a sua implementação irá ultrapassar as marcas e que a liberdade e os direitos cívicos ficarão ameaçados.

É esta a mancha na sua Presidência. Penso também que isso mancha a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, que confere mais direitos ao Parlamento Europeu, e gostaria que o Senhor me assegurasse que, de futuro, mostrará mais respeito pelos direitos cívicos, pelos cidadãos e pelo Parlamento.

**Zoltán Balczó (NI).** – (HU) Senhor Presidente, gostaríamos de avaliar os resultados da Presidência sueca retrospectivamente, numa perspectiva de 10 a 20 anos. O acontecimento mais importante a mencionar é a entrada em vigor do Tratado de Lisboa. Este Tratado cria um quadro jurídico para um super-Estado, em que a vida de 500 milhões de pessoas passa a ser controlada a nível central e os Estados-nação começam a definhar. O caminho que nos trouxe até aqui foi antidemocrático. Três referendos rejeitaram este conceito até que o segundo referendo imposto à Irlanda e a aquisição da assinatura de Václav Klaus criaram as condições necessárias para que se concretizasse. A maioria da população da Europa rejeitou este conceito e quer manter o Estado-nação. É por isso que estou certo de que a História representará este período como uma tentativa frustrada de criar um império.

**Othmar Karas (PPE).** – (DE) Senhor Presidente, Senhor Presidente em exercício do Conselho, Senhoras e Senhores Deputados, nos debates sobre a Presidência do Conselho, falamos frequentemente como se a Presidência fosse a União Europeia. A Presidência do Conselho não é a UE; é um gestor importante de uma instituição europeia. Por conseguinte, peço a todos que sejam um pouco mais justos e que se acalmem.

A Presidência do Conselho fez um bom trabalho nos últimos seis meses. Ajudou a iniciar um novo capítulo da história de sucesso da União Europeia. No entanto, nenhum de nós deseja uma Europa de governos. Estamos a trabalhar no sentido de alcançar uma Europa dos cidadãos e uma maior cooperação entre as instituições e as várias partes da União Europeia. Cada um de nós faz parte da União Europeia.

O debate institucional foi encerrado, os novos cargos estão preenchidos e, no que respeita a alguns pontos importantes, o Conselho avançou para uma posição que nos permitirá continuar a trabalhar. Olhemos para o futuro. Alguém disse que temos um problema grave porque o Tratado de Lisboa ainda não está a ser tido em conta nos métodos de trabalho do Conselho. O Conselho tem mais oportunidades de influenciar o Parlamento Europeu e as suas comissões do que o Parlamento Europeu tem de influenciar os grupos de trabalho e as reuniões do Conselho. Neste aspecto, também, exigimos igualdade de tratamento para as duas instituições, já que temos um estatuto igual como legisladores.

Sim, foi um erro - podemos discutir sobre o conteúdo - fazer aprovar o acordo SWIFT um dia antes da alteração do poder de co-decisão do Parlamento. A decisão sobre a supervisão dos mercados financeiros

ainda não foi finalizada. Precisamos de melhoramentos, precisamos de poder executivo, precisamos de mais supervisão europeia no que respeita às instituições transfronteiriças e precisamos de uma melhor coordenação entre os Estados-Membros, a Comissão e o Banco Central Europeu no Comité de Basileia, caso contrário será criada uma estrutura paralela.

**Juan Fernando López Aguilar (S&D).** – (ES) Senhor Presidente, quero felicitar a Presidência sueca pelo trabalho que realizou, em especial no âmbito do espaço de liberdade, segurança e justiça.

A entrada em vigor do Tratado de Lisboa representa um passo qualitativo e requer que as próximas Presidências – espanhola, belga e húngara – prossigam esta diferença que Presidência sueca marcou com o Programa de Estocolmo na elaboração do plano de acção.

No contexto da cooperação exigida pelo Tratado de Lisboa entre a Comissão, o Conselho, o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais dos Estados-Membros (artigo 295º do Tratado de Lisboa e artigo 295º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia), gostaria de chamar a atenção para a importância dos três pontos que foram realçados pela Presidência sueca.

O primeiro prende-se com a ambiguidade em torno da figura do coordenador da luta antiterrorista e do tráfico de pessoas e o grau de dependência desse funcionário da Comissão ou, pelo contrário, a sua sujeição ao controlo do Parlamento Europeu.

O segundo prende-se com a dimensão externa dos direitos fundamentais, que passa agora a ser uma dimensão transversal da política europeia. Embora haja uma Comissão especificamente dedicada aos direitos fundamentais e à justiça, a União Europeia tem igualmente um Serviço de Acção Externa que também deverá comprometer-se com os direitos humanos e com um forte envolvimento na defesa dos direitos fundamentais.

O terceiro prende-se com o espaço Schengen para a livre circulação de pessoas. Consideramos que o facto de se ter dado atenção à avaliação e acompanhamento do Pacto para a Imigração e Asilo e à política de controlo das fronteiras externas (asilo, migração e prevenção do crime organizado) conduzirá a um sucesso na criação deste espaço de livre circulação de pessoas e de direitos humanos, completando assim o mercado interno e realizando o nosso projecto europeu.

**Lena Ek (ALDE).** – (SV) Senhor Presidente, construir pontes nunca é fácil. É especialmente difícil quando precisamos de levar 27 Estados-Membros e 500 milhões de cidadãos a atravessar essas pontes, de modo a fazer-se a transição da velha UE para uma UE mais aberta, mais transparente e mais democrática regida pelo novo Tratado de Lisboa, em que o Parlamento Europeu passa agora a ter muito mais influência.

Este Outono, tivemos de enfrentar uma crise relacionada com o clima e uma crise do emprego. Apesar disso, a Presidência sueca conseguiu introduzir uma série de leis extremamente importantes em matéria de eficiência energética. Congratulo-me especialmente pelo facto de a UE ter agora introduzido a rotulagem energética para os electrodomésticos. Entre as outras leis agora introduzidas incluem-se os requisitos de eficiência energética para os edifícios e a rotulagem ambiental dos pneus dos veículos.

Por último, gostaria de agradecer ao governo a sua Presidência eficaz e coerente. Gostaria, em particular, de expressar o meu respeito pela Embaixadora junto da UE, Ulrika Barklund Larsson, que nos deixou tão subitamente este Outono. Fez um trabalho fantástico e sentimos muito a sua falta.

Resta-nos agora concluir a conferência sobre o clima em Copenhaga - a última e a mais importante tarefa, e aquela que terá um maior impacto a longo prazo. Boa sorte!

**Mario Mauro (PPE).** - (IT) Senhor Presidente, Senhor Presidente Reinfeldt, Senhoras e Senhores Deputados, são muitos os pontos das conclusões do último Conselho Europeu sobre os quais deveríamos estar de acordo e que podemos definir como encorajadores para o futuro próximo.

Em primeiro lugar, a imigração: foi salientada a necessidade de tornar o acesso ao território da União Europeia mais eficiente em termos de garantia da segurança dos seus cidadãos. Para isso, precisamos de uma política de integração. Por outras palavras, temos de encontrar o justo equilíbrio entre as necessidades dos Estados-Membros e o drama humano, considerando o potencial produtivo dos migrantes.

Em seguida, foi feita referência a uma Europa da responsabilidade e da solidariedade em matéria de imigração e de asilo. Neste sentido, anima-me o modo como o Conselho salientou a importância de combater a imigração ilegal, começando nos Estados-Membros fronteiriços, particularmente os meridionais. Isso significa partilhar

recursos e problemas. Infelizmente, este aspecto é demasiadas vezes descurado devido aos egoísmos e à falta de coragem.

O segundo aspecto que considero prioritário, neste período de crise económica, em que não conseguimos ainda ver a luz ao fundo do túnel, é o relançamento da Estratégia de Lisboa. Temos de ser capazes, o mais rapidamente possível, de voltar a competir no plano económico e comercial com as potências emergentes: só um sistema de investigação e de conhecimentos de ponta nos permitirá dar esse passo, crucial para nós, mas também, e sobretudo, para as novas gerações.

Apraz-me registar que o novo método invocado pelo Conselho visa tornar mais fortes os laços entre medidas nacionais e medidas da União Europeia, e também reforçar a titularidade nacional através de um envolvimento mais activo dos parceiros sociais e das autoridades regionais e locais, o que se pode sintetizar numa palavra: subsidiariedade.

Continuo a pensar que se deve fazer mais nesse sentido: a família, as pessoas, os grupos intermédios devem estar no centro da retoma económica da Europa. Com efeito, só as pessoas, só os homens e as mulheres possuem o dinamismo originário capaz de reactivar os múltiplos sectores da nossa vida social presentemente dominados pelo pessimismo, cuja origem reside, muitas vezes, nas próprias instituições.

**Ivari Padar (S&D).** – (ET) Senhor Presidente, em primeiro lugar, gostaria de felicitar a Presidência pela aprovação da Estratégia para o Mar Báltico, que é sem dúvida muito importante para o meu país. No entanto, gostaria de falar um pouco mais longamente sobre três pontos relacionados com assuntos financeiros.

Em primeiro lugar, desejo agradecer os esforços desenvolvidos em relação ao regulamento sobre o sistema financeiro transeuropeu, para o qual peço o máximo apoio do Parlamento Europeu.

Em segundo lugar, a fim de controlar a crise financeira, a União Europeia e os seus Estados-Membros adoptaram um grande número de medidas excepcionais, o que é muito positivo. Já se nota alguma estabilização na economia. Ao mesmo tempo, concordo com o Conselho em que a situação ainda não é suficientemente segura para podermos prescindir das medidas de apoio. A conclusão a extrair da crise, para mim, é decididamente que os bancos são necessários e que os serviços que eles prestam são necessários. Não é necessário, portanto, ir demasiado longe quando se tratar de os punir, mas as actividades bancárias devem basear-se naquilo que está a acontecer na economia real, e não num mercado virtual interbancário, que foi a causa principal da recente crise. Ao mesmo tempo, temos de considerar a questão dos prémios pagos aos banqueiros, uma questão que tem vindo a assumir especial importância na Estónia.

Em terceiro lugar, em relação a este assunto, apoio os apelos dirigidos ao Fundo Monetário Internacional no sentido de considerar a possibilidade de criar uma taxa mundial sobre as transacções financeiras - a taxa Tobin -, a fim de devolver o dinheiro à sociedade em períodos de prosperidade. Concordo que é necessário renovar os acordos económicos e sociais entre as instituições financeiras e a sociedade que as mesmas servem, bem como aumentar os benefícios para a sociedade em períodos de prosperidade e protegê-la contra eventuais perigos.

**Paulo Rangel (PPE).** - Senhor Presidente, queria começar por cumprimentar a Presidência sueca e, em particular, o Primeiro-Ministro Reinfeldt, quer em nome do PPE, quer em nome da delegação portuguesa do PPE.

O nosso balanço da Presidência sueca é de um sucesso praticamente absoluto, essencialmente em quatro áreas fundamentais. Primeiro, na área institucional, o contributo da Presidência sueca para a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, para a eleição, muito bem sucedida, do Presidente da Comissão, e para todas as questões associadas à ratificação, foi extremamente profissional e esteve ao nível daquilo que se espera das melhores práticas da União Europeia. Naturalmente, para um país como Portugal, que teve um papel decisivo na aprovação do Tratado de Lisboa, este contributo da Presidência sueca é inestimável.

Um segundo ponto é a agenda climática, onde naturalmente o trabalho da Comissão foi também importantíssimo. Devo dizer que, do meu ponto de vista e do ponto de vista de muitos deputados do PPE, é na área das alterações climáticas que a União Europeia tem tido mais sucesso, encontra-se na verdadeira frente de combate a nível global, e isso deve-se ao esforço quer da Presidência sueca, quer em especial, também, da Presidência da Comissão. Consideramos esse balanço também muito positivo.

Um terceiro ponto é a regulação financeira que, especialmente com este último Conselho, deu um passo que consideramos decisivo e que pode ter um impacto muito grande na saída da crise. Gostaria, portanto, de dar também os parabéns por esse feito de se ter conseguido um acordo nessa área. Finalmente, queria mencionar

uma área que a mim, pessoalmente, me diz muito, que é a do Programa de Estocolmo e, portanto, a área de segurança, de justiça e de liberdade. Eu, que acompanhei quer o processo de Tempere, quer em especial, depois, o processo de Haia, considero absolutamente essencial o programa de Estocolmo e gostaria de dar os parabéns à Presidência sueca e ao Primeiro-Ministro Fredrik Reinfeldt por isso.

**Marietta Giannakou (PPE).** – (EL) Senhor Presidente, os resultados da Presidência sueca são verdadeiramente positivos. Coincidem com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, que assinala o fim do intergovernamentalismo que nos causa problemas há tantos anos, e a aplicação de uma política mais integrada e coesa.

A Presidência sueca também se caracterizou pela criação do Programa de Estocolmo e pelas decisões tomadas durante a crise financeira, que representam pontos fulcrais verdadeiramente importantes para novos progressos neste domínio.

Ao mesmo tempo, a eleição do Presidente da Comissão Europeia e as nomeações, um processo extremamente importante para o desenvolvimento dos esforços que estamos a fazer através do Tratado de Lisboa, são especialmente importantes e interessantes para o Parlamento Europeu e são elementos positivos e essenciais.

O Parlamento Europeu vai assumir um novo papel como órgão legislativo ao lado do Conselho Europeu. Isto assinala uma nova etapa em que todos devemos fazer esforços maiores e mais coesos.

**Agustín Díaz de Mera García Consuegra (PPE).** – (ES) Senhor Presidente, felicito a Presidência sueca pela louvável liderança que exerceu durante os últimos seis meses.

No que respeita ao Programa de Estocolmo, destacaria o impulso que o mesmo visa imprimir a uma ansiada política comum de imigração. No entanto, há certas questões essenciais que foram relegadas para segundo plano.

Durante o ano 2008, no seio da União Europeia, registaram-se 515 ataques terroristas em 11 Estados-Membros. A luta contra o terrorismo e a protecção das vítimas deverão, por isso mesmo, ser incluídas entre as prioridades da nossa agenda política e constituir uma secção separada e específica do Programa de Estocolmo.

Em segundo lugar, no espaço de liberdade, segurança e justiça vivem oito milhões de imigrantes ilegais, pelo que temos de reforçar as políticas de desenvolvimento e cooperação com os países de origem e de trânsito. A União Europeia tem de promover a conclusão de acordos de repatriamento e readmissão com países como Marrocos, Argélia e Líbia. O futuro plano de acção do Programa de Estocolmo, que será apresentado em meados de Julho de 2010, deve contemplar estes aspectos.

**Andrzej Grzyb (PPE).** – (PL) Também eu me quero associar às manifestações de gratidão dirigidas à Presidência sueca e ao Senhor Primeiro-Ministro Reinfeldt, pessoalmente, pela sua eficiência, e também pela maneira excelente como conseguiu realizar as prioridades da Presidência.

É evidente que o que é importante para os cidadãos da União Europeia são, especialmente, as acções destinadas a reduzir os efeitos da crise económica e financeira. Isto está relacionado com o apoio ao sector empresarial destinado a relançar o emprego e a criar condições em que as pequenas e médias empresas se possam desenvolver, bem como a eliminar as causas da crise, sobretudo nos mercados financeiros, de modo a não se repetirem no futuro. Julgo que a supervisão europeia nesta área é insuficiente e que, nesta área, como instituições eleitas democraticamente, também temos de influenciar as normas de ética aplicadas pelos responsáveis pela supervisão dos bancos e das instituições financeiras.

No que se refere à Cimeira de Copenhaga, subscrevo inteiramente a posição anunciada pelo Senhor Presidente Barroso. Trata-se de uma área em que há, efectivamente, uma necessidade de parcerias com outros actores económicos importantes para que se atinjam verdadeiramente os objectivos da cimeira.

**Silvia-Adriana Țicău (S&D).** – (RO) Fui relatora para a directiva relativa ao desempenho energético dos edifícios, que negocie em segunda leitura com a Presidência sueca do Conselho da União Europeia. Trata-se de um relatório extremamente importante para o futuro da União Europeia e para a luta contra as alterações climáticas. É também significativo para a conferência de Copenhaga, mas especialmente para os 2,7 milhões de empregos que é possível criar neste sector até 2020.

No que respeita à comitologia, em conformidade com o Tratado de Lisboa, já se iniciaram negociações sobre um acordo institucional relativo aos poderes e procedimentos delegados pela Comissão. Considerando que

o Tratado de Lisboa cria novas bases tanto para a política em matéria de alterações climáticas como para a política energética comum, espero - e é o que esperamos também da Comissão Europeia, Senhor Presidente Barroso - que nos apresentem um programa de trabalho para os próximos cinco anos, de modo que os comissários que se dirigem a nós possam também responder a estes desafios.

Por último, gostaria de mencionar a eliminação das barreiras à livre circulação de trabalhadores dos novos Estados-Membros, que devia ser uma última medida da Presidência sueca.

**Presidente.** - **Tenho de pedir desculpa aos senhores deputados Balčytis e Luhan:** não posso aceitar os seus pedidos de uso da palavra, pois já temos imensas intervenções e não temos tempo suficiente para dar a palavra a todos. Terão de aguardar uma próxima ocasião. Reitero o meu pedido de desculpa.

**Ivo Vajgl (ALDE).** - (SL) Gostaria de felicitar a Presidência sueca por ter conduzido a União Europeia de uma maneira justa e responsável num período que, tal como disse o senhor Presidente em exercício do Conselho, se caracterizou por mudanças institucionais e por uma crise financeira e económica. No entanto, durante esse período, talvez tenha perdido a oportunidade de promover um debate europeu mais amplo sobre um modelo socioeconómico diferente daquele que nos lançou na crise. A Suécia sabe muito mais sobre o assunto do que alguns outros países.

O senhor Presidente em exercício do Conselho também teve oportunidade de se aperceber de uma dura realidade, designadamente, as limitações da União Europeia quando a unidade de acção é necessária, especialmente quando da eleição dos líderes da UE. Conseguiu estabelecer algumas novas normas no domínio da política externa, no Médio Oriente, por exemplo, e felicito-o por essa conquista. Agradeço também a atenção dedicada ao alargamento da União Europeia e por ter resolvido, em conjunto com a Comissão, algumas questões pendentes que estavam a dificultar este processo. Um trabalho bem feito!

**Jean-Pierre Audy (PPE).** - (FR) Senhor Presidente, Senhor Presidente da Comissão Europeia, Senhor Primeiro-Ministro, gostaria de conhecer a sua opinião, Senhor Primeiro-Ministro, sobre as conclusões da Troika, visto que os Chefes de Estado ou de Governo decidiram criar este conceito de "troika" para conferir um carácter de continuidade à Presidência. Além disso, uma vez que V. Exa. está a concluir a troika entre a República Francesa, a República Checa e o Reino da Suécia, qual é a sua opinião sobre este instrumento e que conclusão tira do mesmo?

**Mirosław Piotrowski (ECR).** - (PL) Senhor Presidente, reunimo-nos aqui no Parlamento de seis em seis meses para resumir os resultados obtidos por outro país ao terminar a presidência da União Europeia.

A Presidência sueca ficará na História, porque foi durante o seu mandato que se levou a bom termo a constituição europeia, que durante quase dez anos causou agitação entre algumas pessoas, e que, na sua forma actual, se denomina Tratado de Lisboa. Isto aconteceu contra a vontade de muitos países. Os resultados dos referendos em França, nos Países Baixos e na Irlanda foram ostensivamente ignorados. Introduziu-se o princípio de um défice de democracia, que permite o controlo de cima para baixo, aparentemente para melhorar os mecanismos administrativos da UE. As primeiras mudanças, decorrentes da selecção de pessoas para novos cargos na União, estão de momento a causar um caos orgânico e foram motivo de divertimento geral na Europa e no mundo inteiro. A Presidência sueca deixa, efectivamente, a União Europeia num estado de incerteza e de caos.

**Anna Maria Corazza Bildt (PPE).** - (EN) Senhor Presidente, gostaria de felicitar a Presidência sueca pela visão de uma Europa centrada nos cidadãos, conforme estabelecido no Programa de Estocolmo. Nunca é demais realçar a importância histórica de termos finalmente uma visão que vai ao encontro das preocupações dos cidadãos em matéria de segurança e, também, quanto ao respeito pelos direitos individuais. Podemos, finalmente, avançar para uma Europa para o cidadão e pelo cidadão.

Gostaria igualmente de saudar a criação do Gabinete Europeu de Apoio em matéria de Asilo, que representa um passo importante e concreto no sentido de ir ao encontro das preocupações dos países que desejam combater a imigração ilegal, assegurando, simultaneamente, uma política de migração mais humana. O Programa de Estocolmo irá manter-se durante cinco anos, e espero que possamos avançar para a implementação. Agradeço à Presidência sueca. A sua pegada permanecerá connosco durante cinco anos.

**Csaba Sándor Tabajdi (S&D).** - (HU) A Presidência sueca fez um excelente trabalho e gostaria de felicitar o senhor Primeiro-Ministro por isso. A conclusão do processo de ratificação do Tratado de Lisboa resolveu a míni-crise lamentável e vergonhosa que envolveu o Presidente Klaus da República Checa. Esta situação foi fruto de um erro político cometido durante o processo de alargamento - o facto de a União Europeia não ter

declarado mais cedo que os 13 decretos discriminatórios de Beneš são moralmente insustentáveis. O segundo grande acontecimento foi o facto de a UE ter conseguido uma posição unida para as negociações sobre as alterações climáticas. Os EUA e a China ainda não se aperceberam disso, mas a União Europeia compreende claramente que o futuro pertence a quem tomar agora a iniciativa de promover o desenvolvimento económico verde. Não esqueçamos que a única razão pela qual a UE conseguiu atingir as suas metas residiu no facto de os novos Estados-Membros terem reduzido significativamente as suas emissões. Por último, o terceiro grande acontecimento foi terem-se iniciado negociações com a Sérvia com vista à adesão, e ter-se concedido à Sérvia, à Macedónia e ao Montenegro isenção de vistos. Gostaria de agradecer à Presidência sueca por ter criado uma excelente oportunidade para o trio das presidências espanhola, belga e húngara.

**Rachida Dati (PPE).** – (FR) Senhor Presidente, Senhor Presidente Barroso, Senhor Presidente Reinfeldt, antes de mais, gostaria de felicitar a Presidência sueca pelo pertinaz e ambicioso trabalho que levou a cabo, especialmente ao assegurar, juntamente com os Chefes de Estado ou de Governo e no contexto do G20, uma posição comum ambiciosa sobre matérias relacionadas com a regulação financeira.

Também no que se refere à Conferência de Copenhaga, vemos que a União Europeia tem uma posição comum ambiciosa, muito elevada e muito proactiva. Gostaria, pois, de apoiar publicamente as suas posições e as suas decisões. A Europa foi a força motriz da proposição, negociação e conclusão de acordos muito importantes no âmbito desta crise financeira que atinge toda a Europa.

O Conselho Europeu também se pronunciou, na passada semana, sobre a nova arquitectura de supervisão financeira, e foram encetadas negociações com o Parlamento, pois a partir de agora também o PE será responsável pela monitorização da implementação das decisões tomadas em Pittsburgh.

A crise financeira colocou em evidência os pontos fracos do nosso sistema de supervisão financeira. A ideia consistia em assegurar uma melhor coordenação, mas também em renovar e reforçar os poderes das autoridades europeias - que são imperativos urgentes.

Espero – e dirijo-me aqui à Comissão – que permaneçamos atentos e mantenhamos este nível de ambição na implementação das nossas decisões.

**Diane Dodds (NI).** – (EN) Senhor Presidente, esta manhã gostaria de expressar o meu enorme desapontamento, em nome do sector da pesca da Irlanda do Norte, pelo facto de ter sido imposto mais um corte a este sector. O anúncio feito ontem à noite pelo Conselho de que a pesca do lagostim na zona 7A sofrerá um corte de 9% é um rude golpe para o sector da pesca da Irlanda do Norte.

Este sector está fragilizado devido ao programa de recuperação do bacalhau e aos cortes no número de dias no mar e tem dependido da pesca do lagostim. Este corte de 9% será devastador e especialmente exasperante porque os dados científicos deste ano deveriam ter permitido que a Comissão autorizasse uma prorrogação.

Penso que a prioridade de Espanha no próximo mandato terá de ser a reforma da política comum da pesca e permitir que estas decisões sejam tomadas a nível regional por pessoas locais, responsáveis, e não por burocratas de Bruxelas.

**Czesław Adam Siekierski (PPE).** – (PL) Durante a Presidência sueca, aconteceram muitas coisas boas na União, num tempo que foi, evidentemente, um período difícil de crise e de expectativas quanto à aceitação do Tratado de Lisboa. Não concordo, porém, com a opinião de que temos uma União diferente ou uma nova União. Penso que temos, quando muito, uma União renovada. Com efeito, as disposições gerais do Tratado têm de ser complementadas não só com conteúdos pormenorizados, mas também com soluções práticas específicas. É importante esclarecer a divisão de competências entre cargos fundamentais, bem como a forma como estabelecemos relações entre as instituições da UE, incluindo o novo papel do Parlamento Europeu.

Os meus receios são suscitados por possíveis restrições ao funcionamento da presidência rotativa detida por Estados-Membros sucessivos. Este papel de liderança é uma função para a qual os Estados-Membros se preparam e que desempenham com grande determinação. Se, ao lado do Presidente permanente do Conselho Europeu, não estiver também o líder do país que detiver a presidência nessa altura a prestar-nos informação aqui, a União estará incompleta e perderemos alguma da sua diversidade. Os países que estiverem a liderar terão de inspirar novas acções de uma maneira criativa, e o Presidente permanente do Conselho Europeu terá de assegurar a coordenação, a continuidade e a coesão do trabalho da União.



**PRESIDÊNCIA: BUZEK***Presidente*

**Fredrik Reinfeldt**, *Presidente em exercício do Conselho*. - (EN) Senhor Presidente, ao chegarmos ao fim deste debate, estamos também a chegar ao fim da última presidência baseada no princípio da rotatividade, tal como aqui foi referido. José Manuel Barroso e eu vamos partir em breve para Copenhaga, portanto, apenas uma observação sobre os recursos financeiros, porque creio que isso estará no cerne das conversações que iremos agora manter com os países em desenvolvimento.

Conseguimos propor um montante concreto - 2,4 mil milhões de euros por ano, entre 2010 e 2012. O que era importante para nós era dizer que este montante se destinava àqueles anos, que seria afectado ao período de 2010 a 2012, e que também ficará disponível para apoio quando se tratar de protecção do clima.

O debate sobre a forma de realizar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio é um debate importante. Gostaria de frisar que os Estados-Membros concordaram em que nos comprometêssemos a mobilizar, em conjunto, 0,56% do RIB da UE até 2010, ou seja, já no próximo ano, e que, em 2015, atingiremos a percentagem de 0,7% estabelecida pela ONU para a ajuda pública ao desenvolvimento.

Isto depende em grande medida dos Estados-Membros. Chamando a atenção para algo que é óbvio, diria que muitos Estados-Membros se encontram actualmente abaixo daqueles níveis. A Suécia faz parte de um clube muito exclusivo, sendo praticamente o único país que está a conceder 1% do RIB para ajuda pública ao desenvolvimento. Será necessário também recordar este pormenor quando discutirmos os níveis de ajuda, ou seja, que há diferenças entre os países.

Decidimos que os Estados-Membros devem fixar voluntariamente o montante de recursos que podem conceder. É com grande satisfação que informo que os 27 Estados-Membros já contribuíram todos para estes recursos que se destinam a financiamentos de arranque rápido. Em alguns casos, as contribuições foram muito pequenas, mas a voz europeia está a fazer-se ouvir, na medida em que todos efectivamente contribuíram.

Agradeço mais uma vez a cooperação que mantivemos com o Parlamento. É a quarta vez, durante a Presidência sueca, que eu, como Primeiro-Ministro, dirijo a palavra a este Parlamento. Isto está muito longe do número de vezes que Cecilia Malmström já dialogou com o Parlamento, porque ela esteve aqui 25 vezes para vos dirigir a palavra. Ao todo, a Presidência dirigiu-se ao Parlamento em plenário em 43 ocasiões durante o nosso mandato e estivemos nas comissões em 44 ocasiões diferentes.

Isto também é importante em termos do debate sobre a transparência e a boa cooperação entre as instituições. Sabíamos que era importante manter uma boa ligação com o Parlamento. Preparámo-nos para estar presentes, para aqui vir, a fim de podermos responder a perguntas, e agradecemos a vossa excelente cooperação.

**Presidente** – Senhor Primeiro-Ministro, dentro de duas semanas, a sua presidência da União Europeia chegará ao fim. Agradeço a sua actividade e a sua energia. Não foi uma presidência fácil; sabemos que não. Tal como disseram os deputados deste Parlamento e de acordo com muitas opiniões expressas, foi uma presidência bem-sucedida. Quero agradecer-lhe pessoalmente, bem como a todo o Governo sueco. Pela primeira vez na História, vivenciámos, nas últimas semanas, um novo tipo de relações em consequência do Tratado de Lisboa.

Muito obrigado. A sua presidência não será esquecida.

**José Manuel Barroso**, *Presidente da Comissão*. - (EN) Senhor Presidente, gostaria apenas de responder a algumas das perguntas concretas dos deputados do Parlamento que ainda aqui se encontram.

Por exemplo, o senhor deputado Severin falou sobre a coesão económica, social e territorial, e quero sublinhar o ponto que ele focou. Com efeito, na primeira troca de opiniões que mantivemos no Conselho Europeu sobre a futura Estratégia 2020 da União Europeia, ficou acordado - veja-se o ponto 18 das conclusões - que seriam envidados todos os esforços com vista a garantir a coesão económica, social e territorial, bem como a igualdade de género. Penso que é importante que isto fique assente desde o início do debate sobre a Estratégia UE 2020. É evidente que se dá destaque à competitividade e à necessidade de responder aos desafios mundiais que enfrentamos actualmente, mas devemos fazê-lo promovendo simultaneamente a coesão económica, social e territorial da União Europeia. Isto será muito importante, não só para a definição desta estratégia, mas também para as próximas Perspectivas Financeiras.

Foi levantado um outro ponto concreto sobre as autoridades europeias de supervisão, nomeadamente pelo senhor deputado Karas e também pela senhora deputada Dati. Vou ser muito claro sobre este assunto. Congratulamo-nos sinceramente com o facto de o Conselho Europeu ter conseguido chegar a um acordo

por unanimidade. Muito sinceramente, há algum tempo, não teria sido possível imaginar que todos os Estados-Membros conseguiriam chegar a acordo sobre um texto sobre a supervisão financeira a nível europeu. Dito isto, porém, embora eu respeite a natureza delicada de algumas das questões abordadas nas nossas propostas, penso que o texto da Comissão ficou demasiado diluído. Na sua proposta, a Comissão previra uma cláusula de salvaguarda simples e viável, no plano orçamental, precisamente porque este é um assunto muito sensível. De qualquer maneira, lamento que se tenham suprimido os poderes propostos para as autoridades que lhes permitiam emitir decisões dirigidas directamente a instituições financeiras específicas em duas ou três situações em que a Comissão propusera que assim fosse.

Lamento que a questão das situações de emergência tenha sido politizada, atribuindo-se ao Conselho a responsabilidade de declarar a existência de uma emergência, e lamento igualmente que o âmbito potencial da supervisão directa por parte das autoridades europeias de supervisão tenha sido restringido exclusivamente às agências de notação de crédito. Espero que o Parlamento Europeu reforce e restabeleça o equilíbrio dos regulamentos nestas áreas, na próxima etapa das negociações.

Passando à questão de Copenhaga, gostaria de dizer muito claramente o seguinte: era muito importante que o Conselho Europeu confirmasse os compromissos anteriores dizendo que estamos dispostos a avançar para uma redução de 30% até 2020, em comparação com os níveis de 1990, desde que outros países desenvolvidos se comprometam a efectuar reduções comparáveis das emissões e desde que os países em desenvolvimento contribuam de uma forma adequada, em conformidade com as suas responsabilidades e capacidades respectivas.

Vamos continuar a avaliar os planos de atenuação de outros países e tomaremos esta decisão no momento apropriado em Copenhaga. Na verdade, durante o Conselho Europeu, mencionei a possibilidade de haver alguma modulação na nossa proposta, nomeadamente a possibilidade de se definirem algumas vias para além de 2020. Estas conversações não têm a ver apenas com 2020, mas também com o período para além de 2020. Por conseguinte, devemos ter alguma flexibilidade quanto às vias que podemos definir para além de 2020. É neste espírito que vamos para Copenhaga, não só para alcançar o acordo mais ambicioso possível, mas também para chegarmos a um verdadeiro acordo mundial.

**Presidente.** – Senhor Presidente Barroso, mais uma vez, muito obrigado. Gostaria de agradecer ao Primeiro-ministro Reinfeldt, à Ministra Cecilia Malmström, antiga deputada do Parlamento Europeu, e a todo o Governo sueco pela sua cooperação muito activa com o Parlamento Europeu.

Está encerrado o debate.

*Declarações escritas (artigo 149.º do Regimento)*

**Vilija Blinkevičiūtė (S&D), por escrito.** – (LT) Gostaria de felicitar a Presidência sueca por ter procurado realizar construtiva e eficazmente os objectivos do seu programa. A Suécia desenvolveu um esforço considerável para garantir a entrada em vigor do Tratado de Lisboa em 1 de Dezembro deste ano, e isto significa que a União Europeia se tornará mais democrática, mais eficiente e mais transparente. Estou certa de que o Tratado melhorará a continuidade e reforçará o papel da UE na esfera internacional.

A Estratégia da UE para a Região do Mar Báltico foi aprovada durante a Presidência sueca. Estou muito satisfeita por ter sido aprovada a concessão de apoio financeiro à execução da referida estratégia. Como cidadã da Lituânia, conheço bem os desafios que a região do Mar Báltico enfrenta hoje. Um deles consiste em encontrar a melhor maneira de resolver o problema urgente e grave de proteger o ambiente no Mar Báltico. Outro é transformar a região do Mar Báltico num motor mais potente de crescimento económico e desenvolvimento.

Já hoje encontramos respostas preliminares para estas questões na Estratégia da UE para a Região do Mar Báltico, adoptada durante a Presidência sueca. Essa estratégia é o primeiro de vários planos de desenvolvimento macro-regionais europeus, mediante os quais esperamos melhorar o ambiente da região e reforçar a sua competitividade. A estratégia do Programa de Estocolmo é uma das prioridades mais importantes concretizadas pela Suécia. Este programa quinquenal irá criar condições para se conseguir um maior desenvolvimento do espaço de liberdade, segurança e justiça.

**José Manuel Fernandes (PPE), por escrito.** – Os seis meses da Presidência Sueca, sob a Presidência do Primeiro-Ministro Reinfeldt, foram de grande sucesso e excelência.

A Presidência sueca teve um papel crucial para a entrada em vigor do tratado de Lisboa. Terminou assim quase uma década de debate e impasse institucional abrindo-se as portas a novas oportunidades para União Europeia.

O combate às alterações climáticas foi um tema que esteve sempre no topo da sua agenda. A UE tem uma posição de liderança nesta matéria, para tanto demonstrou a sua ambição ao propor nomeadamente reduções de emissões de 80%, 95% em 2050. Chegou também a acordo para o financiamento dos países em desenvolvimento no valor 7,2 mil milhões de euros para os próximos três anos.

A presidência sueca enfrentou a crise económica e a turbulência financeira com medidas sólidas e realistas. Ao ser confrontada com a mais grave crise financeira desde a década de 1930 a UE adoptou rapidamente medidas de apoio extraordinário. O trabalho de "prevenção" de novas crises também foi realizado através de uma nova arquitectura para supervisão financeira.

A Presidência Sueca ajudou a enfrentar a crise e tornou a Europa mais forte permitindo-lhe continuar a trilhar um caminho de paz, sucesso e modernidade.

**Ilda Figueiredo (GUE/NGL), por escrito.** – É certo que foi durante a Presidência sueca que se deram significativas alterações institucionais, com destaque para a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, depois de todo o processo de pressão e de chantagem sobre o povo irlandês para a mudança de voto no segundo referendo que tiveram de realizar.

Mas, mesmo para quem tanto quer uma integração europeia cada vez mais neoliberal, militarista e federalista, não é admissível que não tenha tido uma frase para a gravidade da situação social que se vive na União Europeia, bem visível no aumento de mais de cinco milhões de desempregados no espaço de apenas um ano, atingindo agora mais de 23 milhões de pessoas.

No entanto, não deixa de ser sintomático o destaque que se dá ao lançamento do debate sobre a estratégia da União Europeia para 2020, esquecendo a avaliação da chamada Estratégia de Lisboa, aprovada há dez anos, e que prometia o oásis na União Europeia, para, certamente, não ter que se referir às causas da maior crise económica e social das últimas décadas, para o que contribuíram as liberalizações e a flexibilidade laboral, que criou trabalho precário e mal pago e multiplicou o desemprego.

**Lidia Joanna Geringer de Oedenberg (S&D), por escrito.** – (PL) Senhor Presidente, o resultado da avaliação da Presidência sueca é muito positivo. O seu maior êxito foi, evidentemente, ter levado a bom termo o processo de ratificação do Tratado de Lisboa. Como membro da Comissão dos Assuntos Jurídicos, considero também um êxito o compromisso a que se chegou no Conselho sobre as patentes na UE e o sistema jurisdicional integrado em matéria de patentes.

O debate sobre uma patente comum para toda a União tem vindo a decorrer há bastante tempo. É mais do que tempo de se estabelecer normas específicas para esta matéria, porque a ausência de regulamentos uniformes constitui uma barreira ao desenvolvimento das empresas europeias e faz com que seja mais difícil competirem, por exemplo, com empresas americanas. Temos constatado frequentemente no passado que é muito difícil conciliar os interesses de todos os Estados-Membros no que respeita à patente europeia, pelo que estou tanto mais grata à Presidência sueca pelo compromisso alcançado - de momento apenas a nível político.

O Tratado de Lisboa confere à União uma base jurídica para a legislação em matéria de propriedade intelectual e prevê que sejam adoptadas normas adequadas no âmbito do processo legislativo ordinário. Por conseguinte, durante a próxima Presidência espanhola, haverá um debate muito interessante no Parlamento sobre o compromisso alcançado em Dezembro deste ano.

**Zita Gurmai (S&D), por escrito.** – (EN) Foi dada luz verde ao Tratado de Lisboa, que criou todas as condições necessárias à realização das reformas institucionais. O papel da Presidência sueca consistia em preparar o caminho para a entrada em vigor das disposições do Tratado de Lisboa. A Presidência sueca conseguiu superar esse desafio. A tarefa da próxima presidência consiste em assegurar que as novas estruturas funcionem eficazmente. Neste contexto, há que desenvolver todos os esforços necessários para garantir a coesão económica, social e territorial e a igualdade de género. Parece-me importante salientar que, com a entrada em vigor do Tratado, a Carta dos Direitos Fundamentais se tornará vinculativa, o que significa que haverá uma maior oportunidade de as questões relacionadas com os direitos humanos (incluindo a igualdade de género) e com a luta contra a discriminação serem protegidas por lei.

Outro êxito foi a elaboração e aprovação do Programa de Estocolmo, que visa questões fundamentais e que pode ser considerado um plano de acção pragmático tendo em vista uma Europa mais segura e mais aberta, baseada em valores, princípios e acções comuns.

Gostaria de salientar que, embora a igualdade de género não fosse uma prioridade, a Presidência sueca também contribuiu para um aumento do número de Comissárias e para a nomeação de uma mulher para o cargo de Alto Representante.

**Petru Constantin Luhan (PPE)**, *por escrito*. – (RO) O Tratado de Lisboa reforçou o papel do Parlamento no processo de decisão europeu e, por extensão, a legitimidade desta instituição aos olhos dos cidadãos da Europa. Por conseguinte, felicito a Presidência sueca pelos esforços notáveis que desenvolveu para promover a entrada em vigor do novo Tratado. Saúdo igualmente os progressos registados nas áreas da justiça e dos assuntos internos. O Programa de Estocolmo, elaborado ao longo dos últimos meses e submetido a votação no Conselho Europeu de 10 e 11 de Dezembro, define o novo quadro de referência neste domínio para o período de 2010-2014. Congratulo-me pelo facto de o Conselho ter tomado em consideração as recomendações do Parlamento. Refiro-me, em particular, ao alargamento do Espaço Schengen a todos os países da UE, uma questão que irá agora tornar-se uma prioridade da política interna da União Europeia, no seguimento das alterações que apresentámos.

**Marian-Jean Marinescu (PPE)**, *por escrito*. – (RO) Desejo felicitar a Presidência sueca pelos seis meses de trabalho ambicioso que realizou no clima difícil da crise económica e financeira, dos preparativos para a Cimeira de Copenhaga e da adopção do Tratado de Lisboa. Graças ao Tratado de Lisboa, possuímos finalmente o quadro institucional claro que era necessário para superarmos os desafios que o mundo moderno enfrenta. O novo Tratado permite que a UE assuma firmemente um papel pioneiro na luta contra as alterações climáticas, bem como o estatuto de actor mundial, não só em relação aos Estados Unidos e à Federação Russa, mas também em relação aos países emergentes. Além disso, o Presidente permanente do Conselho e a Alta Representante assegurarão continuidade nas actividades da UE no domínio da política externa, o que representa um avanço na consolidação do papel da UE na cena mundial. Como resultado de todas estas mudanças institucionais, a UE tornar-se-á mais eficiente e disporá de um leque mais alargado de métodos para resolver os graves problemas que a comunidade internacional enfrenta, tais como a luta contra o terrorismo, a adaptação às alterações climáticas, a necessidade de garantir a segurança energética e de combater os efeitos da crise económica e financeira. Estou certo de que a Presidência espanhola conseguirá ir ao encontro das expectativas e prosseguir com êxito as acções e actividades iniciadas pela Presidência sueca.

**Véronique Mathieu (PPE)**, *por escrito*. – (FR) Gostaria de felicitar a Presidência sueca pelo trabalho que realizou, em particular nos domínios que se inserem na esfera de acção da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos. Os desafios eram enormes: a transição do regime jurídico do Tratado de Nice para o regime previsto pelo Tratado de Lisboa, e também a elaboração do próximo programa plurianual que definirá as prioridades a atribuir ao Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça nos próximos cinco anos. Quero elogiar este "Programa de Estocolmo", que irá imprimir um impulso político ambicioso no sentido de reforçar este espaço até 2014. No entanto, há ainda muitos progressos a fazer, e isto especialmente no domínio do asilo. Saúdo a criação do Serviço Europeu de Apoio em matéria de Asilo, pois é fundamental aproximar não apenas as legislações, mas também as práticas dos Estados-Membros. No entanto, as demais propostas contidas no pacote relativo ao asilo terão de ser adoptadas tão depressa quanto possível para evitar que seja necessário desenvolver uma terceira fase do Sistema Europeu Comum de Asilo. Com as importantes mudanças institucionais introduzidas pelo Tratado de Lisboa, podemos agora esperar a iminente adopção de instrumentos legislativos mais ambiciosos e de maior qualidade sob as próximas Presidências.

**Rovana Plumb (S&D)**, *por escrito*. – (RO) A Presidência sueca resultou em avanços através de três grandes acções: - a eleição do Presidente do Conselho Europeu e da Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, depois da entrada em vigor do Tratado de Lisboa; - a adopção do Programa Plurianual de Estocolmo para o período 2010-2014; - a preparação e coordenação das negociações da COP 15 sobre as alterações climáticas, em Copenhaga. Congratulo-me com a decisão do Conselho no sentido de a UE e os Estados-Membros estarem preparados para contribuir, a curto prazo, com um financiamento inicial de 2,4 mil milhões de euros em 2010-2012 para apoiar os países em desenvolvimento na adaptação aos efeitos das alterações climáticas. Contudo, apelo à Comissão para que prepare um mecanismo de repartição do esforço financeiro entre os Estados-Membros de acordo com o poder económico de cada um.

**Joanna Senyszyn (S&D)**, *por escrito*. – (PL) A Estratégia para 2010 assinala o rumo das actividades da União e as suas prioridades para os próximos 10 anos. À medida que nos aproximamos do fim da Estratégia de

Lisboa, é importante encontrar meios eficazes de atenuar os efeitos da crise económica, ao mesmo tempo que prosseguimos as actuais prioridades socioeconómicas.

Em relação às consultas actualmente em curso sobre a futura estratégia, gostaria de chamar a atenção para duas questões: a melhoria do sistema de ensino na Europa e a igualdade de género no mercado laboral. O sistema de ensino na Europa tem de mudar. A construção de uma economia moderna e baseada no conhecimento não é possível na ausência de trabalhadores jovens e qualificados. Temos de garantir mais apoios financeiros para os actuais programas da UE (Erasmus, Erasmus Mundus e Leonardo da Vinci) e adoptar novas iniciativas para ajudar os jovens a aprender e ganhar experiência no estrangeiro, e também para providenciar os recursos financeiros e administrativos necessários para que eles possam utilizar este apoio nos seus países de origem.

Ao fazer das necessidades dos seus cidadãos uma prioridade, a União Europeia tem de adoptar um programa que promova a igualdade de género em todas as suas áreas de actuação e, em particular, no combate ao desemprego. Ao programar a nova estratégia, temos de dar uma prioridade especial ao aumento da proporção de mulheres no mercado de trabalho, pois, segundo o Eurostat, a crise afectou as mulheres empregadas mais do que os homens, em parte porque trabalham em empregos muito menos estáveis. A discriminação no mercado de trabalho continua a ser um problema sério, que a nova estratégia terá de enfrentar.

**Nuno Teixeira (PPE)**, *por escrito*. – Apesar das dificuldades resultantes do atraso na entrada em vigor do Tratado de Lisboa, a Presidência sueca conseguiu vitórias notórias. Entre elas encontra-se o pacote da eficiência energética e o pacote das telecomunicações, a criação de uma entidade de supervisão financeira prudencial, o acordo relativamente ao orçamento de 2010, nomeadamente no que diz respeito ao financiamento do plano de relançamento económico, a estratégia para a o Mar Báltico e o alinhamento para a conferência climática de Copenhaga desta semana. A Presidência espanhola, que terá início em 2010, assegurará a transição entre Nice e Lisboa e continuará a estratégia da promoção do emprego através do estímulo e dinamização das economias, para além de ter em mãos outros desafios capitais como a regulação financeira e as alterações climáticas. Pela sua proximidade geográfica e histórica, Portugal e, em particular, as regiões ultraperiféricas como a Madeira, que aguardam com expectativa o desempenho da Presidência espanhola, devem procurar tirar o máximo partido das oportunidades que seguramente serão geradas. A cimeira pioneira UE-Marrocos, por exemplo, será um fórum privilegiado para a dinamização do Espaço de Cooperação Atlântico Euro-Africano que envolverá a Madeira, os Açores, as Canárias e países vizinhos, nomeadamente Marrocos, no qual colocarei todo o meu empenho e o qual acompanharei de perto.

**Georgios Toussas (GUE/NGL)**, *por escrito*. – (EL) Senhor Presidente, as decisões tomadas pela cimeira assinalam uma escalada na política antipopular da União Europeia e dos governos burgueses, com duras medidas contra as classes trabalhadoras e os sectores de base da sociedade, de modo a reforçar os lucros e a posição dos monopólios europeus, tanto no âmbito do mercado interno como a nível da concorrência internacional imperialista. A Estratégia da UE para 2020, uma versão aprofundada da Estratégia de Lisboa, tem como prioridades facilitar as reestruturações capitalistas e minar o que resta dos ordenados dos trabalhadores e dos seus direitos sociais e laborais. O elemento fundamental da estratégia da UE para sair da crise capitalista é a imposição de mudanças radicais nos sistemas de segurança social, o aumento da idade da reforma e a redução drástica dos salários, pensões e benefícios sociais. Estão a usar o défice e a dívida pública e os procedimentos para controlar as economias de vários Estados-Membros, incluindo a Grécia, para aterrorizar ideologicamente os trabalhadores. A política antipopular da UE também tem a marca distintiva dos partidos do PASOK e da Nova Democracia, que continuam a favorecer o capital, enquanto transferem as consequências da crise para cima dos ombros trabalhadores. O Partido Comunista Grego apela à classe trabalhadora para que organize o seu contra-ataque, condene os partidos europeus de sentido único e participe em massa na greve contra o desemprego do dia 17 de Dezembro, que está a ser organizada pelas forças trabalhistas da Frente Sindical Militante (PAME).

#### **PRESIDÊNCIA: LAMBRINIDIS**

*Vice-presidente*

#### **4. Período de votação**

**Presidente.** – Segue-se na ordem do dia o período de votação.

*(Resultados pormenorizados das votações: ver Acta)*

#### **4.1. Mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização: SE/Volvo - AT/Steiermark - NL/Heijmans (A7-0079/2009, Reimer Böge) (votação)**

- Após a votação da alteração 2:

**Hans-Peter Martin (NI).** - (DE) Senhor Presidente, ao votarmos a alteração 8, o pequeno ecrã - pelo menos aqui - e o ecrã à esquerda ainda estavam a mostrar os resultados da alteração 7d. Só queria certificar-me de que os votos foram registados correctamente.

#### **4.2. Projecto de orçamento rectificativo n.º 10/2009 da União Europeia para o exercício de 2009, secção III - Comissão (A7-0081/2009, Jutta Haug) (votação)**

#### **4.3. Verificação de poderes (A7-0073/2009, Klaus-Heiner Lehne) (votação)**

#### **4.4. Perspectivas do programa de Doha para o desenvolvimento na sequência da Sétima Conferência Ministerial da OMC (votação)**

- Relativamente à alteração 2:

**Harlem Désir (S&D).** - (FR) Senhor Presidente, queria apenas dizer que, se bem compreendo a alteração do nosso colega, o senhor deputado Papastamkos, destina-se a relembrar o compromisso assumido em Hong Kong por todos os membros da OMC de abolir as subvenções à exportação. Assim, contrariamente ao que consta nas nossas folhas de voto, o Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu apoia esta alteração.

#### **4.5. Medidas restritivas que afectam os direitos dos indivíduos na sequência da entrada em vigor do Tratado de Lisboa (votação)**

### **5. Declarações de voto**

#### **Declarações de voto orais**

##### **- Relatório: Reimer Böge (A7-0079/2009)**

**Jan Březina (PPE).** - (CS) Votei contra o relatório Böge sobre a Mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização porque, especialmente em relação à solicitação austríaca, a abordagem é muito pouco sistemática, o que se reflecte num apoio individual sem precedentes. Se o apoio individual aos trabalhadores afectados pelos despedimentos em consequência da globalização tem de ser por um período limitado de tempo, este apoio tem de estar relacionado com as necessidades individuais e o verdadeiro contexto económico dos trabalhadores. No entanto, isto não está a acontecer e, antes pelo contrário, o procedimento por trás da atribuição de apoios tem sido aleatório e arbitrário. Em minha opinião, é portanto necessário estabelecer critérios firmes. Este tipo de utilização de fundos não soluciona o problema e é um desperdício de dinheiro dos contribuintes.

##### **- Propostas de resolução: Perspectivas do programa de Doha para o desenvolvimento na sequência da Sétima Conferência Ministerial da OMC (RC-B7-0188/2009)**

**Syed Kamall (ECR).** - (EN) Senhor Presidente, o motivo pelo qual penso que muitos de nós estão interessados nas relações comerciais tem a ver na verdade com a preocupação em ajudar a sair da pobreza aqueles que vivem nos países mais pobres. Sabemos que uma das melhores maneiras de os ajudar a sair da pobreza é apoiar os empresários dos países mais pobres. Os empresários em muitos desses países estão a pedir ajuda e mercados abertos, e é importante apoiá-los.

Mas também temos de olhar para dentro das nossas próprias fronteiras e avaliar até que ponto estamos a estabelecer barreiras ao comércio com os países mais pobres. Muitas vezes, esses países acham que as regras comerciais estão contra eles e dão como exemplos a política agrícola comum, os subsídios ao algodão, as normas sanitárias e fitossanitárias e os direitos sobre as importações de bens de maior valor para a UE. É

importante mostrarmos que o sistema comercial é verdadeiramente aberto e que damos o máximo de ajuda possível para os países mais pobres saírem da pobreza.

**Nirj Deva (ECR).** - (EN) Senhor Presidente, se temos a intenção de aliviar a pobreza no mundo, temos de aumentar o comércio global. Se seguirmos o caminho do proteccionismo por causa da actual crise financeira mundial, mais não faremos do que atrasar a possibilidade de milhões de pessoas saírem da pobreza, e milhões de pessoas morrerão. Se não aceitarmos este desafio de imediato e não olharmos em frente, para além da crise, deixaremos pelo caminho um legado de proporções tão horrendas que, para milhões de pessoas, a vida passará a ser insustentável.

Temos uma crise de alimentos, temos as alterações climáticas, temos o aquecimento global, temos cheias, terremotos e todo o género de catástrofes que clamam pela nossa ajuda, e a única maneira de ajudarmos a todos é através de um aumento do comércio global - estou muito satisfeito pelo facto de o novo Comissário indigitado para a pasta do Comércio me estar a ouvir.

**Marc Tarabella (S&D).** - (FR) Senhor Presidente, relativamente a esta resolução sobre a Organização Mundial do Comércio, e contrariamente à opinião expressa pelo orador que me precedeu, considero que não é o comércio internacional que vai fazer com que haja menos de mil milhões de seres humanos a morrer ou a sofrer de malnutrição, mas sim a agricultura de subsistência, que, neste aspecto, supera, de longe, o comércio internacional.

Já tive a oportunidade de me pronunciar neste sentido no debate, e votei contra esta resolução apenas por ter sido rejeitada a alteração relativa aos serviços públicos e à necessidade de os governos poderem controlar os serviços públicos relacionados com aspectos fundamentais como a água e a energia.

#### **Declarações de voto escritas**

##### **- Relatório: Reimer Böge (A7-0079/2009)**

**Andrew Henry William Brons (NI), por escrito.** - (EN) Nós não somos capitalistas liberais clássicos. Acreditamos que o Estado deve ajudar os trabalhadores que percam os seus empregos sem culpa alguma. Gostaríamos que essa ajuda fosse prestada por Estados soberanos aos seus próprios trabalhadores. Nem sequer somos, aliás, a favor da adesão à UE. No entanto, o Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização existe e foi-lhe afectado dinheiro.

Este fundo é um substituto indesejado da ajuda que devia ser prestada pelos Estados-Membros. Se fosse proposta uma ajuda aos trabalhadores britânicos por intermédio deste fundo, naturalmente que a apoiaria. Assim, sinto-me obrigado a, relutantemente, apoiar a ajuda aos trabalhadores suecos, holandeses e austríacos com os dinheiros do Fundo. Caso essa ajuda fosse rejeitada, o dinheiro não seria devolvido ao contribuinte. Seria retido pela UE e, posteriormente, gasto numa causa talvez muito menos meritória.

**Diogo Feio (PPE), por escrito.** - O Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização foi criado para prestar assistência adicional aos trabalhadores afectados pelas consequências de mudanças importantes na estrutura do comércio internacional. A ele recorreram já Portugal, a Alemanha, a Espanha, os Países Baixos, a Suécia, a Irlanda e a Áustria, assim se demonstrando que este problema afecta Estados-Membros de diferentes situações geográficas e de diversos modelos e percursos económicos.

Estas situações, que vêm sucedendo a ritmo preocupante, convocam os decisores políticos para uma reflexão profunda acerca do modelo económico e social europeu, a sua sustentabilidade e o seu futuro. E tornam gritante a necessidade de promover a criação de novos empregos de qualidade, que só terão condições para vingar se soubermos apoiar e libertar de encargos e de burocracias injustificadas aqueles que, apesar das adversidades, ainda são capazes de arriscar criar novas empresas e aderir a projectos inovadores.

Por muitos auxílios que sejam concedidos aos trabalhadores, estes de nada servirão se as empresas forem encerrando uma após outra e se não se inverter o ciclo de fuga do investimento no espaço europeu.

Os casos em apreço, que apoio, respeitam à Suécia, à Áustria e aos Países Baixos e reúnem um amplo consenso das comissões parlamentares competentes, quer para apresentar a proposta de resolução, quer para emitir parecer.

**Ilda Figueiredo (GUE/NGL), por escrito.** - Embora mantenhamos a nossa posição crítica relativamente ao Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização, por considerarmos que seria mais importante ter tomado medidas de prevenção do desemprego visando evitá-lo, votámos favoravelmente a mobilização do referido

Fundo para prestar assistência adicional aos trabalhadores afectados pelas consequências de reestruturação de empresas ou da liberalização do comércio internacional.

Neste caso, trata-se da mobilização de cerca de 16 milhões de euros a favor da Suécia, da Áustria e dos Países Baixos, a fim de prestar assistência a trabalhadores despedidos, respectivamente, nos sectores automóvel e da construção civil.

Trata-se da quinta mobilização do Fundo em 2009, o que perfaz um valor global de 53 milhões de euros de verbas utilizadas dos 500 milhões previstos. Não deixa de ser sintomático que, num período de grave crise social, apenas se tenham utilizado pouco mais de dez por cento das verbas previstas, o que, só por si, demonstra a necessidade de, no mínimo, rever a regulamentação do referido Fundo.

**Françoise Grossetête (PPE)**, *por escrito*. – (FR) Votei a favor do relatório Böge sobre a mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização, que tem por objectivo proteger o emprego e facilitar a reentrada no mercado de trabalho dos trabalhadores que sejam despedidos devido a alterações na estrutura do comércio internacional e à crise económica e financeira mundial.

Volvidos três anos sobre a sua criação, em 2006, e no actual contexto de crise económica e financeira mundial, era fundamental flexibilizar as condições que regem a utilização deste Fundo europeu. A Suécia, a Áustria e os Países Baixos beneficiam hoje destas medidas mais céleres e eficazes, e espero que todos os Estados-Membros tenham um maior acesso a este fundo de financiamento. Dado estar vinculado ao quadro financeiro para 2007-2013, o montante máximo anual do Fundo não pode ultrapassar os 500 milhões de euros, mas é fundamental que esses recursos sejam aplicados na íntegra, o que hoje não acontece.

A União Europeia tem de utilizar todos os recursos à sua disposição para enfrentar as consequências da crise económica.

**Jörg Leichtfried (S&D)**, *por escrito*. – (DE) Voto favoravelmente o relatório sobre a concessão de uma ajuda de 15,9 milhões de euros à Áustria, Suécia e Países Baixos. Como consequência da crise económica mundial, só na Estíria, a indústria fornecedora de componentes automóveis teve de despedir um total de 744 trabalhadores. O pedido justificadamente apresentado pela Áustria para uma ajuda no valor de 5 705 365 euros do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização foi agora aprovado pela UE.

Esta aprovação é inteiramente justificada, pois a Áustria foi particularmente atingida pela quebra nas exportações. Por exemplo, as exportações de veículos rodoviários e automóveis ligeiros caíram 51,3% e 59,4%, respectivamente. Devido à estreita interligação que existe entre as empresas da indústria automóvel e o baixo nível de diversificação de muitos dos seus fornecedores, a crise está a fazer-se sentir em toda a indústria automóvel.

**Jean-Luc Mélenchon (GUE/NGL)**, *por escrito*. – (FR) Os trabalhadores suecos, austríacos e holandeses estão a ser sacrificados em nome da globalização. Reiteramos a nossa firme oposição à filosofia subjacente a este fundo, que transforma os trabalhadores europeus em meras "variáveis de ajustamento" que permitem o regular funcionamento de uma forma de globalização neoliberal que nunca é posta em causa. Os interesses de gigantes como a companhia americana Ford, actualmente proprietária da Volvo Cars, que apresentou um lucro de quase mil milhões de dólares no terceiro trimestre de 2009, ou como a Aviva, a Axa e a BlackRock, os principais accionistas da Heijmans NV, estão hoje acima do interesse geral dos cidadãos europeus. O Fundo é um contributo para esta espoliação.

**Nuno Melo (PPE)**, *por escrito*. – A UE é um espaço de solidariedade. É nesse espírito que se enquadra o Fundo Europeu de Ajustamento à globalização. Tratam-se de apoios fundamentais para o auxílio aos desempregados e às vítimas das deslocalizações que se verificam num contexto globalizado. Mais ainda, quando se sabe que é cada vez maior o número de empresas que se deslocalizam, aproveitando os reduzidos preços do factor trabalho que são praticados em vários países, nomeadamente na China e na Índia, muitas vezes a custo do chamado "Dumping" social, laboral e ambiental.

**Andreas Mölzer (NI)**, *por escrito*. – (DE) Mais uma vez, as consequências da globalização têm de ser amortecidas através da mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização (FEG). Desta vez, infelizmente, a Estíria também foi duramente atingida. Um total de 744 pessoas, de nove empresas diferentes, perdeu o emprego nos últimos meses, o que levou a província da Estíria a pedir a ajuda da UE. Tal como aconteceu com os pedidos anteriores, o pedido foi minuciosamente analisado e é com agrado que verifico que a Estíria cumpre todos os requisitos. A actual crise económica e financeira está, acutilantemente, a lembrar-nos, uma vez mais, os efeitos negativos da globalização.



Tendo isso em conta, torna-se ainda mais incompreensível que o Parlamento Europeu tenha aprovado hoje uma resolução que promove mais liberalização e a remoção de obstáculos ao comércio, logo, mais globalização. Até que ocorra uma mudança de mentalidade na UE, resta-nos trabalhar para reduzir os danos causados pela globalização nos países por ela afectados. Posto isto, votei sem reservas a favor da concessão de ajuda através do Fundo.

**Wojciech Michał Olejniczak (S&D)**, *por escrito*. – (PL) Votei a favor da mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização, porquanto a actual situação vivida nos mercados de trabalho exige medidas de apoio aos trabalhadores. As crises anteriores caracterizavam-se por afectar regiões específicas, eram localizadas. Nessa altura, quem perdia o seu emprego ou enfrentava problemas financeiros podia ir para o estrangeiro para encontrar trabalho ou ter vários empregos. Neste momento, dado o carácter global da crise financeira, tais opções são impossíveis.

A situação actual dos mercados financeiros exige que apoiemos muitos milhões de pessoas que perderam os seus empregos no ano passado. Não estou, evidentemente, a falar apenas de ajudá-las a encontrar trabalho, mas também sobre como utilizar a elasticidade do mercado de trabalho, ajudando os trabalhadores a adquirir novas qualificações, organizando acções de formação adequadas, por exemplo, na utilização de computadores, ou dando orientação profissional. A maioria do dinheiro do Fundo deve destinar-se a promover o empreendedorismo e a apoiar o emprego por conta própria, visto que, quando as pessoas perdem o emprego, constituir uma empresa e gerar um rendimento por conta própria representa uma oportunidade de manutenção da estabilidade financeira e de evolução profissional.

Considero que programas como o Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização são deveras necessários, pois respondem a uma situação específica e ajudam directamente os mais atingidos pelos efeitos da crise.

**Aldo Patriciello (PPE)**, *por escrito*. – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, em primeiro lugar, gostaria de felicitar o relator pelo seu excelente trabalho. Devido à difícil fase de convergência económica que o nosso continente está a atravessar, o Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização é um instrumento cada vez mais utilizado pelo Parlamento Europeu.

Tal facto mostra que, confrontado com a crise, o Parlamento Europeu foi capaz de aprovar medidas políticas em benefício dos cidadãos que representamos, mediante uma sinergia de amplos objectivos políticos. Por esta razão, votei a favor deste Fundo, na certeza de que irá constituir um instrumento fundamental de integração profissional e, consequentemente, social dos trabalhadores que perderam os seus empregos.

**Marit Paulsen, Olle Schmidt e Cecilia Wikström (ALDE)**, *por escrito*. – (SV) Devido aos despedimentos ocorridos no seu sector automóvel, a Suécia pediu a ajuda do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização.

É nossa convicção de que o comércio livre e a economia de mercado beneficiam o desenvolvimento económico, pelo que, por princípio, somos contrários à ajuda financeira a países ou regiões. No entanto, esta crise económica revelou-se mais profunda do que qualquer outra sentida na Europa desde os anos 1930 e atingiu fortemente os fabricantes de automóveis suecos, em especial a Volvo Cars.

A Comissão considera que os despedimentos decididos pela Volvo Cars produzem um “efeito negativo considerável na economia local e regional” da zona oeste da Suécia, que tem na Volvo Cars um empregador muito importante. Se o Parlamento Europeu não tomar medidas, os trabalhadores da Volvo Cars e os seus fornecedores serão gravemente afectados. O risco de marginalização social e exclusão permanente é enorme, algo que nós, enquanto liberais, não podemos aceitar. Estamos fortemente solidários com todas as pessoas atingidas pelo desemprego, para as quais gostaríamos que fossem organizadas acções de formação.

A Suécia é um contribuinte líquido da UE, pelo que os trabalhadores das empresas que exercem actividade na Suécia deverão também ter o apoio da UE se forem afectados pela crise económica.

**Marie-Christine Vergiat (GUE/NGL)**, *por escrito*. – (FR) Abstive-me na votação sobre a mobilização do Fundo de Ajustamento à Globalização.

A votação diz respeito, entre outras coisas, a dois pagamentos de quase 24 milhões de euros à indústria automóvel da Suécia e da Áustria. Outro pedido respeita a uma empresa de construção dos Países Baixos.

A indústria automóvel é o principal beneficiário deste fundo, isto apesar de estar constantemente a encerrar fábricas, a deslocalizar a sua produção, a despedir uma parte substancial da sua força de trabalho e a colocar os seus subcontratantes numa posição de vulnerabilidade. Além disso, recebeu outros tipos de ajuda financeira

dos Estados-Membros no âmbito dos planos de recuperação económica, bem como outros tipos de apoio concedidos especificamente no âmbito das políticas de combate às alterações climáticas.

Estes fundos, que se destinam a ser utilizados na formação de pessoas que tenham sido despedidas - uma medida necessária para que possam encontrar um novo posto de trabalho - não estão a ser concedidos em troca de um compromisso da indústria automóvel europeia de não despedir mais trabalhadores.

Não posso dar o meu apoio a uma política deste tipo, que, na prática, valida as deslocalizações.

**- Relatório: Jutta Haug (A7-0081/2009)**

**Ilda Figueiredo (GUE/NGL), por escrito.** – Este orçamento rectificativo espelha bem as contradições dos orçamentos da União Europeia. Por um lado, tem valores globais baixos face às necessidades das políticas de coesão económica e social. Mas, por outro lado, as verbas não são gastas porque os países que mais precisavam desse dinheiro tiveram dificuldades orçamentais para o co-financiamento exigido.

No entanto, rejeitaram as propostas que apresentámos para diminuir as exigências de co-financiamento, designadamente numa época de crise. São as contradições e irracionalidades da política comunitária que apenas favorecem os países mais ricos e desenvolvidos, acabando por agravar as desigualdades sociais e assimetrias regionais. Daí, o nosso voto contra.

O próprio relatório justifica a nossa posição quando sublinha que "existem diferentes motivos para o aparente abrandamento nos pagamentos, comparativamente ao ritmo previsto, consoante o Estado-Membro. Em primeiro lugar, a situação económica actual provocou, em alguns casos, dificuldades na disponibilização de co-financiamento nacional. Em segundo lugar, o facto de a execução do desenvolvimento rural em 2009 demonstrar um perfil menos dinâmico do que no ano relevante do período de programação anterior explica-se pela aprovação tardia de determinados programas, bem como, no caso da Roménia e da Bulgária, por uma falta de experiência anterior suficiente na execução de programas de desenvolvimento rural."

**- Propostas de resolução: Perspectivas da Agenda de Doha para o Desenvolvimento na sequência da Sétima Conferência Ministerial da OMC (RC-B7-0188/2009)**

**Nikolaos Chountis (GUE/NGL), por escrito.** – (EL) Votei contra a proposta porque, de um modo geral, promove a liberalização dos mercados e um sistema de comércio que só prejudica os países pobres e em desenvolvimento, e não mostra ter qualquer preocupação efectiva para com as necessidades ambientais do planeta. Considero que a liberalização do comércio e os seus resultados catastróficos, que contribuíram para a actual crise financeira, económica, climática e alimentar, bem como para o aumento do desemprego, a pobreza e a desindustrialização, deve ser rejeitada. Votei também contra a proposta porque não salvaguarda o respeito integral dos direitos dos governos a protegerem a sua capacidade de regulação e prestação de serviços essenciais, nomeadamente no domínio de bens e serviços públicos como a saúde, a educação, a cultura, as comunicações, os transportes, a água e a energia.

Infelizmente, as alterações apresentadas pelo Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde foram rejeitadas. Iremos lutar por uma verdadeira reforma do sistema de comércio internacional, orientada para a introdução de regras no sentido do comércio justo e que observem as normas internacionais em matéria de justiça social, respeito pelo ambiente, soberania e segurança alimentar, agricultura sustentável, crescimento viável e diversidade cultural.

**Anne Delvaux (PPE), por escrito.** – (FR) Votei contra a proposta de resolução comum sobre as perspectivas do programa de Doha para o desenvolvimento na sequência da Sétima Conferência Ministerial da OMC. Fi-lo em geral, visto que a proposta carece claramente de visão em termos de promoção do desenvolvimento e de respeito pelos países em desenvolvimento, mas, mais especificamente, porque, embora seja fundamental concluir com êxito a Ronda de Doha, isso não pode ser conseguido a qualquer preço. O comércio internacional tem de ter em conta a longa tradição europeia de cooperação com os países mais pobres. Além disso, sobre o tema da agricultura e da liberalização dos serviços, sou contrária à abordagem recomendada por esta resolução, antes de mais porque nem todas as alterações destinadas a equilibrar o texto foram aceites. Por exemplo, está fora de questão concordar com a aceleração das negociações no sector dos serviços (com vista a alcançar um maior grau de liberalização).

Por fim, lamento que a resolução tenha aprovado o reforço dos acordos bilaterais de comércio livre. Frequentemente, este tipo de acordos revela-se muito mais desfavorável aos países em desenvolvimento, os

quais, forçados a enfrentar a UE por sua conta e risco, têm uma posição negocial muito mais débil e tendem a ser encostados à parede.

**Diogo Feio (PPE)**, *por escrito*. – Considero que a ronda de Doha tem uma importância fundamental para o comércio internacional e poderá ajudar em muito à redução da pobreza nos países em desenvolvimento e a uma repartição mais equitativa dos benefícios da globalização. Assim, é importante que a agenda de Doha para o desenvolvimento tome em consideração aquele efeito e que contribua de facto para que se realizem os objectivos do milénio.

É fundamental que os membros da OMC continuem a evitar a adopção de medidas proteccionistas, o que poderá ter um impacto extremamente gravoso na economia mundial. Estou convencido de que a não adopção de medidas proteccionistas permitiu uma melhor, ainda que lenta, recuperação da crise económica que actualmente vivemos.

Assim, é crucial que os membros da OMC combatam o protecционismo nas suas relações bilaterais e multilaterais em acordos futuros.

**José Manuel Fernandes (PPE)**, *por escrito*. – Defendo um papel de liderança da UE nas negociações em curso da OMC, a fim de concluir a ronda de Doha, tendo presente os novos desafios globais, como sejam as alterações climáticas, a segurança e a soberania alimentar. Espero que o resultado se traduza na criação de novas oportunidades de mercado e no reforço das regras sobre comércio multilateral, de forma a colocar o comércio ao serviço do desenvolvimento sustentável. A OMC pode fazer uma melhor gestão da globalização. No entanto, reconheço que, no contexto da actual crise económica, as regras e os compromissos assumidos no âmbito da OMC impediram, em larga medida, que os seus membros recorressem a medidas restritivas do comércio e permitiram a adopção de medidas de recuperação económica.

É importante que os membros da OMC se mantenham empenhados no combate activo ao protecционismo. Espero que se alcance uma maior cooperação entre a OMC e outras organizações e organismos internacionais, como a Organização da ONU para a Alimentação e a Agricultura (FAO), a OIT, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). Por isso, votei favoravelmente.

**Ilda Figueiredo (GUE/NGL)**, *por escrito*. – Esta resolução insiste nas posições neoliberais do Parlamento Europeu relativamente à ronda de Doha, lançada em 2001, embora com uma ou outra referência às questões sociais e aos objectivos do desenvolvimento do milénio.

Mas, a linha central é a aposta na liberalização completa do mercado mundial, tendo recusado reconhecer que é tempo de alterar as prioridades no comércio internacional e de recusar o livre comércio pelo contributo negativo que deu para a crise financeira, económica, alimentar e social que se vive, com aumento do desemprego e da pobreza, servindo apenas os interesses dos países mais ricos e dos grupos económicos e financeiros.

Ao recusarem as nossas propostas de alteração, disseram não a uma profunda alteração das negociações no sentido de dar prioridade ao desenvolvimento e progresso social, à criação de emprego com direitos, ao combate à fome e à miséria. É lamentável que não tenham considerado prioritário acabar com os paraísos fiscais, apostar na soberania e segurança alimentares, apoiar serviços públicos de qualidade e respeitar o direito dos governos de preservar a sua economia e os serviços públicos, designadamente nas áreas da saúde, educação, água, cultura, comunicação e energia.

**Bruno Gollnisch (NI)**, *por escrito*. – (FR) Não, o comércio livre global não é uma solução para a presente crise. Pelo contrário, é uma das suas principais causas. As negociações da Ronda de Doha vacilaram desde o início e estão num impasse há um ano devido a um problema fundamental, ou seja, o sistema atingiu os seus limites toleráveis para todos, quer se trate de países desenvolvidos, emergentes ou menos desenvolvidos, termo de gíria das relações internacionais aplicado aos países atingidos pela pobreza e forçados a integrar um mercado global ultraconcorrencial que os engole de um trago. Na Europa, vivemos de acordo com o paradoxo perpetuado pelas pseudo-elites que nos governam, segundo o qual devemos ser ricos e pobres ao mesmo tempo: pobres, porque temos de ser mal pagos para competir na guerra comercial que travamos contra países de baixos níveis remuneratórios; ricos, para que possamos consumir as importações baratas e, não raro, de má qualidade que inundam os nossos mercados.

Há algumas décadas, um vencedor francês do Prémio Nobel da Economia sugeriu a solução óbvia: o comércio livre só é possível e desejável entre países ou entidades que tenham o mesmo nível de desenvolvimento.

Nessas condições, é mutuamente benéfico para os parceiros envolvidos. Para os restantes países e entidades, o comércio tem de ser regulado, quer os profetas do ultraliberalismo gostem ou não.

**Sylvie Guillaume (S&D)**, *por escrito*. – (FR) Espero que o programa de desenvolvimento de Doha nos leve a estabelecer relações comerciais justas e equitativas. Foi por isso que aprovei as alterações apresentadas pelo meu grupo político, que visam melhorar esta resolução no sentido de reforçar as exigências em matéria de desenvolvimento, apelar para que os serviços públicos não sejam postos em causa nas negociações sobre serviços, solicitar o reconhecimento, em matéria de direitos aduaneiros aplicados aos sectores industriais, da necessidade de ter em consideração o nível de desenvolvimento de cada país e não abrir apressadamente estes sectores à concorrência e, por fim, preservar o tratamento especial e diferenciado aplicado a certos tipos de produção do sector agrícola.

**Nuno Melo (PPE)**, *por escrito*. – Os vários desequilíbrios existentes no sistema comercial internacional contribuem de forma perversa para acentuar as assimetrias verificadas entre os vários continentes. Nesse sentido, tudo o que contribua para a rectificação dos actuais desequilíbrios é benéfico para todos e contribui, com certeza, para um sistema multilateral, baseado em normas mais justas e equitativas, e para encontrarmos um comércio justo ao serviço de todos. É esse o espírito do Programa de Doha para o desenvolvimento.

**Willy Meyer (GUE/NGL)**, *por escrito*. – (ES) Após 30 anos de fundamentalismo do mercado livre, a economia mundial depara-se com a sua pior crise desde a Grande Depressão dos anos 1930. A agenda neoliberal da Organização Mundial do Comércio (OMC), envolvendo a desregulação, a liberalização e a privatização de serviços, trouxe mais pobreza para a maioria da população mundial, tanto nos países em desenvolvimento como nos países industrializados. O meu grupo sempre rejeitou a liberalização do comércio e os seus efeitos devastadores, que estão a contribuir para a actual crise financeira, económica, climática e alimentar.

Estes motivos levaram-me a votar contra a resolução do Parlamento Europeu sobre a conferência ministerial da OMC, tendo o meu grupo proposto que se exija a atribuição de um novo mandato para as negociações no quadro da OMC. Esse mandato terá de se coadunar com a actual situação mundial. Deve visar uma verdadeira reforma do sistema de comércio internacional e assegurar a adopção de regras comerciais justas que respeitem os acordos internacionais e as normas nacionais nos domínios da justiça social, do ambiente, da soberania alimentar e da agricultura sustentável.

**Andreas Mölzer (NI)**, *por escrito*. – (DE) A proposta de resolução comum do Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos), dos Conservadores e Reformistas Europeus e do Grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa sobre o programa de desenvolvimento de Doha e a OMC prossegue a tendência de liberalização mundial de todos sectores económicos. É indubitável que, em determinados domínios, remover os obstáculos ao comércio e intensificá-lo resulta numa maior prosperidade. Vimos igualmente que o comércio livre, designadamente, entre países com níveis de desenvolvimento semelhantes, também traz benefícios.

Porém, se os parceiros comerciais estiverem em estádios de desenvolvimento muito diferentes, geram-se, amiúde, efeitos negativos para ambas as partes. Em certos casos, a abertura total dos mercados dos países em desenvolvimento às exportações dos países industrializados resultou na destruição da estrutura económica local, num agravamento dos níveis de pobreza e, consequentemente, num aumento do número de pessoas a quererem migrar para os países ocidentais. Por outro lado, a Europa foi inundada com produtos baratos provenientes do Extremo Oriente, cuja fabricação recorreu, frequentemente, à exploração dos trabalhadores. A produção interna foi deslocalizada ou encerrada, facto que gerou desemprego na Europa. Assim, deste ponto de vista, certos obstáculos ao comércio, por exemplo, para manter a soberania alimentar da Europa, fazem todo o sentido. Convém não esquecer que a liberalização dos serviços nos mercados financeiros contribuiu em larga medida para a actual crise económica e financeira. No entanto, a proposta de resolução mostra-se favorável à continuação do processo de liberalização, bem como à atribuição à OMC de um papel mais importante no âmbito de uma política visando uma nova ordem mundial. Por essa razão, votei contra ela.

**Evelyn Regner (S&D)**, *por escrito*. – (DE) Votei hoje contra a resolução sobre o programa de desenvolvimento de Doha porque sou contra qualquer tipo de liberalização dos serviços públicos. Refiro-me, em particular, à liberalização do abastecimento de água, dos serviços de saúde e dos serviços no sector energético. A coesão social faz com que seja essencial que todos os cidadãos tenham acesso aos serviços públicos. Estes serviços devem ser prestados segundo parâmetros de alta qualidade e em conformidade com o princípio da universalidade, e, acima de tudo, têm de ser acessíveis. Para este efeito, as autoridades nacionais devem ter um grande poder discricionário e todas as possibilidades de organizarem os seus serviços.

**Frédérique Ries (ALDE)**, *por escrito*. – (FR) Nesta era da globalização, um sistema de regulação do comércio eficaz torna-se mais pertinente do que nunca. É esse o papel da Organização Mundial do Comércio, criada em 1995 para substituir o GATT. Tal como sublinha a proposta de resolução comum apresentada pela direita do Parlamento, a favor da qual votei esta manhã, a OMC tem um papel fundamental a desempenhar para garantir uma melhor gestão da globalização e uma distribuição mais equilibrada dos seus benefícios. Obviamente, aqueles que são a favor do proteccionismo, de nos fecharmos sobre nós mesmos, escolhem o alvo errado quando fazem da OMC a arma mortal de uma liberalização descontrolada. Foi o actual Director-Geral deste organismo das Nações Unidas, Pascal Lamy, que, em 1999, apontou o caminho a seguir: o caminho, inversamente, de uma globalização controlada.

A fim de seguir esse caminho, o Parlamento Europeu propõe algumas soluções práticas: um acesso ao mercado totalmente isento de impostos e contingentes para os países menos desenvolvidos, uma conclusão da Ronda de Doha satisfatória para os países em desenvolvimento, exigências em termos de normas ambientais e sociais e um mandato controlado pela Comissão em matéria de agricultura. Ao propormos estas soluções, estamos também a salientar a necessidade de a União Europeia dar prioridade aos seus objectivos políticos, e não centrar-se apenas nos objectivos comerciais.

**Czesław Adam Siekierski (PPE)**, *por escrito*. – (PL) É com agrado que saúdo a resolução sobre a OMC, visto respeitar a um problema de excepcional importância no momento presente. A crise é mundial por natureza, sendo do interesse de todos nós sair dela o mais rapidamente possível. Penso que uma maneira eficaz de limitar a crise é expandir o comércio mundial. É mais fácil cingir a reforma das economias ao nível regional ou nacional mas, a longo prazo, essa não é uma boa via para combater uma crise cuja amplitude é global e cujo combate exige instrumentos comuns aplicados à escala mundial. Assim sendo, devemos fazer tudo o que pudermos para acelerar as negociações no quadro da Organização Mundial do Comércio, pois essas negociações significam a liberalização do comércio. Simultaneamente, temos de adoptar princípios de competitividade sólidos. Segundo estes princípios, as normas de qualidade e as condições de produção dos produtos são particularmente importantes, nomeadamente no domínio do combate às alterações climáticas e da redução das emissões de CO<sub>2</sub>. Produtos altamente sensíveis, tais como os produtos agrícolas e alimentares, exigem uma abordagem extremamente ponderada. De futuro, devemos equacionar se, juntamente com a liberalização do comércio mundial de produtos agrícolas no quadro da OMC, não convirá também introduzir a normalização de alguns aspectos da política agrícola a nível mundial. A especificidade do sector agrícola deve ser tida em conta, mais precisamente, a sua dependência das condições climáticas, as questões da qualidade relacionadas com a segurança alimentar, as condições de produção e o problema da salvaguarda do abastecimento alimentar à escala mundial. No quadro das negociações da OMC, temos de dar mostras de uma maior compreensão para com os outros e de mais boa vontade.

#### **- Medidas restritivas que afectam os direitos dos indivíduos na sequência da entrada em vigor do Tratado de Lisboa (B7-0242/2009)**

**Nikolaos Chountis (GUE/NGL)**, *por escrito*. – (EL) Votei contra a proposta por ela se basear inteiramente na doutrina e na política da "guerra contra o terror" ainda utilizadas para justificar restrições aos direitos e liberdades e legalizar intervenções militares e acções adoptadas ao abrigo do Tratado de Lisboa. Além disso, o Parlamento Europeu acabou por ser excluído da co-legislação, do exame e do controlo das medidas relativas aos direitos individuais e às políticas anti-terrorismo, o que enfraquece o seu papel em matérias cruciais. Finalmente, gostaria de sublinhar que, para além de tudo o resto, foi, infelizmente, aprovada uma alteração que distorce o papel das ONG, convertendo-as em entidades prestadoras de informações e veículos dos vários serviços de segurança "anti-terrorismo", em vez de entidades prestadoras de auxílio nas sociedades em que operam.

**Carlos Coelho (PPE)**, *por escrito*. – O acesso do público aos documentos é um elemento essencial de garantia do controlo democrático das instituições e do seu funcionamento eficaz, reforçando a confiança dos cidadãos. No âmbito do Programa de Estocolmo o Conselho lembrou a importância da transparência e convidou a Comissão a examinar a melhor maneira para assegurar a transparência no processo de tomada de decisões, acesso aos documentos e boa administração, face às novas oportunidades abertas pelo Tratado de Lisboa. Não tenho dúvidas de que é necessário proceder à alteração da base jurídica do Regulamento aplicável ao acesso aos documentos e alterar também o contexto legal em que deverá operar, em particular no que diz respeito à relação entre as instituições da União e os cidadãos.

É igualmente necessário introduzir melhorias em termos de substância, por exemplo em algo que me parece fundamental: a possibilidade do PE exercer o seu direito de controlo democrático, através do acesso a documentos sensíveis. A transparência, quer em relação ao público, quer em termos interinstitucionais é

um princípio fundamental da UE. A actuação e as decisões tomadas por todas as instituições, organismos, serviços e agências da UE devem pautar-se por um respeito tão pleno quanto possível do princípio da abertura.

**Diogo Feio (PPE)**, *por escrito*. – A questão em apreço respeita à interpretação do Tratado de Lisboa, em particular à compatibilização dos seus artigos 75.º e 215.º no tocante à competência do Parlamento no processo de adopção de medidas restritivas contra pessoas singulares e colectivas.

Se o artigo 215.º parece arredar o Parlamento do processo decisório, o artigo 75.º estabelece o processo legislativo ordinário e a consequente participação desta câmara na definição e adopção de medidas tendentes à prevenção do terrorismo e actividades conexas.

Sabendo que as medidas restritivas previstas no artigo 215.º têm muitas vezes por ratio precisamente o combate ao terrorismo, torna-se importante apurar se estamos diante de uma derrogação do artigo 75.º e se, nesse caso, é aceitável, do ponto de vista sistemático, que o Parlamento Europeu se veja totalmente arredado do processo tendente à sua adopção.

Julgo ser evidente que o legislador pretendeu confiar exclusivamente ao Conselho a adopção daquelas medidas e que tal confiança se poderá dever a critérios de celeridade e de unidade na decisão. Não obstante, sempre que a urgência o não impeça, acredito haver vantagem na audição do Parlamento aquando da adopção deste tipo de medidas.

**Ilda Figueiredo (GUE/NGL)**, *por escrito*. – Mais uma vez, com o pretexto da luta contra o terrorismo, prevêem-se medidas restritivas e sanções contra governos de países terceiros, pessoas singulares ou colectivas, grupos ou autoridades não estatais, o que não é aceitável, dado que, apesar de algumas tentativas de distinção, o próprio relatório reconhece que é difícil distinguir na prática a questão das ameaças.

Sabemos que é necessário um outro quadro de respeito pelo direito internacional. Não aceitamos a política de "dois pesos e duas medidas" relativamente a governos de países terceiros, pessoas singulares ou colectivas, grupos ou autoridades não estatais, determinadas conforme os interesses dos EUA ou das principais potências europeias, de que não faltam exemplos. Para só citar alguns, são os casos da ocupação ilegal do Sara Ocidental, de Aminatu Haidar e de outros presos sarauís que Marrocos mantém, da intervenção da Turquia contra os curdos e contra Chipre.

Por isso, votámos contra este relatório, mesmo sendo certo que concordamos com alguns parágrafos, designadamente no que se refere a pedidos de esclarecimento à Comissão Europeia.

**Bruno Gollnisch (NI)**, *por escrito*. – (FR) Esta resolução do Parlamento oscila constantemente entre a necessidade de tomar certas medidas contra as organizações terroristas e os Estados que as apoiam, como o congelamento dos seus bens ou a imposição de sanções diplomáticas e económicas, entre outras, e o respeito pelos direitos de indivíduos e organizações se defenderem contra tais acusações e sanções.

É notório que este Parlamento optou por colocar os direitos dos suspeitos à frente da defesa das nações. Se, de facto, as democracias não podem combater o terrorismo negando os seus próprios valores, é igualmente verdade que não podem deixar passar uma mensagem de condescendência ou fraqueza. Temo ser exactamente essa a mensagem veiculada por esta resolução. Foi por isso que, aspectos institucionais à parte, votámos contra.

**Sylvie Guillaume (S&D)**, *por escrito*. – (FR) Votei a favor desta resolução porque é importante que nós, deputados ao Parlamento Europeu, exerçamos o nosso controlo parlamentar sobre as decisões de impor sanções a pessoas associadas à Al-Qaeda e aos talibãs, bem como contra as pessoas que ameaçam o Estado de Direito no Zimbabué e na Somália. A base jurídica escolhida é inaceitável. Pedimos para ser consultados no âmbito do processo legislativo ordinário e ser informados sobre a evolução dos trabalhos do Comité de Sanções da ONU. Finalmente, sobre esta matéria, lamento a abordagem altamente administrativa mantida pelo Conselho, apesar de estarem em discussão medidas relativas a direitos individuais.

**Timothy Kirkhope (ECR)**, *por escrito*. – (EN) O Grupo ECR é o mais forte defensor das medidas contra o terrorismo na UE e acredita, nomeadamente, que os governos nacionais da União Europeia têm de trabalhar conjuntamente para enfrentar a ameaça constante do terrorismo. Contudo, o Grupo ECR decidiu abster-se na votação desta resolução, e isto por duas razões específicas: em primeiro lugar, somos contra qualquer legislação que nos conduza a uma política externa e de segurança comum na UE; em vez disso, e em segundo lugar, pretendemos a melhoria e o reforço da coordenação e da cooperação entre a UE e os governos nacionais, e é com grande decepção que constatamos que esta resolução não reflecte suficientemente essa posição.

**Nuno Melo (PPE), por escrito.** – A sensatez das questões colocadas vai para além da mera avaliação doutrinária e da coerência entre a vontade declarada e a vontade interpretada. Há também uma consequência prática que decorre da velha máxima “quem pode o mais, pode o menos” e tem que ver com o seguinte: que sentido faz que quem tenha competência em matéria penal e de prevenção e combate de ataques terroristas, sendo associado num processo de co-decisão, seja depois excluído liminarmente se estiverem em causa outras medidas que, afectando direitos dos cidadãos, possam até vir a ser importantes também neste âmbito?

É preciso dizer que importa fundamentalmente que a interpretação normativa do Tratado de Lisboa tenha correspondência real com o reforço declarado dos poderes e das competências do Parlamento Europeu. E, no mínimo, nalguns casos, como suscitado na questão, prevendo-se a possibilidade de uma base jurídica dupla, quando estejam em causa direitos dos cidadãos e as políticas de combate ao terrorismo se encontrem ameaçadas. E noutros, exemplos do Zimbabué e da Somália, então, a possibilidade da consulta facultativa, de resto como consagra a Declaração de Estugarda sobre a União Europeia e que foi também perguntado.

**Andreas Mölzer (NI), por escrito.** – (DE) Nos últimos anos, mais e mais liberdades foram sendo cerceadas em nome do combate ao terrorismo. Com o Acordo SWIFT e o Programa de Estocolmo, em particular, a “pessoa transparente” é, cada vez mais, uma realidade. Naturalmente, na época das tecnologias modernas, da globalização e da UE sem fronteiras, é importante que as autoridades trabalhem em conjunto e se preparem adequadamente. Todavia, o Estado não pode descer ao nível dos terroristas. Basta recordar o papel questionável da UE e de certos Estados-Membros na questão dos voos da CIA e das prisões secretas dos EUA.

O controlo da legalidade é um contrapeso importante para garantir que um acusado goze de direitos mínimos, de acordo com os requisitos de uma democracia moderna. O relatório em questão não é suficientemente claro em termos de abordagem e diz também muito pouco sobre as falhas do passado e a protecção de dados. Deste modo, absteve-me na votação.

## 6. Correções e intenções de voto: ver Acta

**PRESIDÊNCIA: BUZEK**

*Presidente*

## 7. Entrega do Prémio Sakharov (Sessão solene)

**Presidente.** – Excelentíssimos Senhoras e Senhores convidados, Senhoras e Senhores Deputados, caros amigos, há dias em que me sinto particularmente orgulhoso por ser o Presidente do Parlamento Europeu. Hoje é um desses dias. Estamos a homenagear os laureados com o Prémio Sakharov de 2009, o prémio que reconhece a liberdade de pensamento.

É com muito prazer que lembro que a Conferência dos Presidentes decidiu atribuir o prémio a Oleg Orlov, Sergei Kovalev e Lyudmila Alexeyeva, representantes da Memorial, bem como a todos os defensores dos direitos humanos na Rússia. Sinto orgulho pelo facto de esta decisão ter sido tomada por unanimidade.

*(Aplausos vivos e prolongados)*

Através deste prémio, os deputados ao Parlamento Europeu prestam homenagem aos cidadãos que lutam pelos direitos humanos e ainda se encontram entre nós, bem como aos que perderam a vida devido a essa mesma luta. Natalia Estemirova e Anna Politkovskaya deveriam estar hoje aqui presentes. Os seus assassinos ainda não responderam perante a justiça.

*(Aplausos)*

Na Europa, sabemos qual é o preço da liberdade e da liberdade de pensamento. A 16 de Dezembro, precisamente há 28 anos atrás, a polícia comunista polaca matou grevistas na mina de carvão de Wujek porque estavam a lutar pela solidariedade, pelos direitos humanos fundamentais e pela dignidade. Há 20 anos, a 16 de Dezembro, na Roménia, teve início uma revolução que custou a vida a mais de 1000 pessoas por estarem a lutar pela sua própria liberdade.

Esses acontecimentos tiveram lugar em países que actualmente são Estados-Membros da União Europeia, países que agora são nossos parceiros. No Parlamento Europeu nunca esqueceremos o passado. É nosso dever defender os valores que nos são tão caros. Na Europa, usufruímos diariamente dos nossos direitos

humanos, nomeadamente da liberdade de pensamento, devido ao facto de essas pessoas terem feito o maior dos sacrifícios.

Muito me honra atribuir hoje este prémio à organização Memorial. Ao mesmo tempo, sinto alguma revolta pelo facto de ainda ser necessário atribuir um prémio deste tipo na Europa – desta feita, aos nossos amigos russos, pelo seu trabalho no domínio da defesa dos direitos humanos. Este ano, celebrámos o 20.º aniversário da morte de Andrei Sakharov, um dos fundadores da Memorial. Se estivesse aqui hoje, ele sentiria orgulho ou, possivelmente, tristeza, por ainda serem necessárias actualmente organizações deste tipo na Rússia?

Andrei Sakharov viveu tempo suficiente para testemunhar o princípio das mudanças que tiveram lugar na Europa Central e de Leste. Assistiu à queda do Muro de Berlim e ao início da concessão das liberdades por que tinha lutado. Acreditamos que os actuais activistas dos direitos humanos russos irão usufruir de uma liberdade genuína e duradoura, o tipo de liberdade de que desfrutamos na União Europeia. É o que desejamos hoje a todos os cidadãos russos.

(Aplausos)

Todos os anos, os deputados deste Hemiciclo atribuem o Prémio Sakharov para lembrar que os direitos fundamentais dos seres humanos devem ser garantidos em todo o mundo. Todos devem gozar do direito à liberdade de crença e à liberdade de pensamento. Como disse o próprio Andrei Sakharov: "a liberdade de pensamento é a única garantia de que as pessoas não serão infectadas por mitos de massas, os quais, nas mãos de demagogos e hipócritas pérfidos, podem resultar numa ditadura sanguinária". É por esse motivo que o Parlamento Europeu promove e continuará a promover o direito à liberdade de pensamento, tanto na Europa, como no resto do mundo.

Ao atribuir hoje o Prémio Sakharov, os deputados desta Casa, eleitos directamente pelos cidadãos dos 27 Estados-Membros da UE, pretendem manifestar o seu apoio a todos os que lutam pelos valores fundamentais no mundo. A União Europeia tem uma missão nobre: é nosso dever agir em defesa da liberdade de expressão e de pensamento em todos os cantos do mundo. Esperamos que, neste domínio, a Rússia seja um parceiro em que podemos confiar.

**Sergei Kovalev**, em nome da organização Memorial, laureada com o Prémio Sakharov de 2009. – (traduzido a partir do original em russo) Senhoras e Senhores Deputados, em nome da organização Memorial, permitam que agradeça ao Parlamento Europeu por esta elevada honra – o Prémio Sakharov.

A Memorial considera que este prémio não é atribuído apenas à nossa organização: pertence a todos os que lutam pelos direitos humanos na Rússia e, de uma forma geral, a uma parte significativa da sociedade russa. Há 40 anos que os defensores dos direitos humanos lutam pelos valores "europeus", ou seja, pelos valores universais, primeiro na União Soviética e mais tarde na Rússia. Esta luta teve sempre consequências trágicas e, recentemente, custou a vida aos melhores e mais corajosos. Estou certo de que, ao atribuir o Prémio Sakharov à organização Memorial, o Parlamento Europeu estava sobretudo a pensar neles, nos nossos companheiros de armas e amigos, que já não se encontram entre nós. Este prémio pertence-lhes por direito. O primeiro nome que devo referir é o de Natalya Estemirova, membro da Memorial e assassinada este Verão na Chechénia. Não posso deixar de mencionar outros nomes: o advogado Stanislav Markelov e as jornalistas Anna Politkovskaya e Anastasia Baburova, assassinados em Moscovo, o etnólogo Nikolai Girenko, morto a tiro em São Petersburgo, Farid Babayev, assassinado no Daguestão, entre muitos outros – infelizmente a lista de nomes é longa e eu teria de continuar a enunciá-los durante muito tempo. Peço à Assembleia que guarde, de pé, um momento de silêncio em homenagem à memória desses cidadãos.

(O Parlamento, de pé, guarda um minuto de silêncio)

Estas pessoas morreram para que a Rússia se pudesse tornar um país verdadeiramente europeu, onde a vida pública e política se baseie na primazia da vida e da liberdade de cada indivíduo. Isso significa que também morreram pela Europa, uma vez que, sem a Rússia, a Europa fica incompleta.

Espero que todos compreendam que, quando falo em "valores europeus" e na "cultura política europeia", não atribuo a esses termos qualquer conotação geográfica ou "eurocentrismo", porque uma cultura política baseada na liberdade e nos direitos do indivíduo abrange um sistema universal de valores que é igualmente adequado para a Europa, África, Rússia ou China.

O acontecimento que hoje tem lugar é simbólico e está interligado: o prémio em si, o dia em que é concedido, os que atribuem o prémio e os que o recebem.



Andrei Sakharov, que morreu há 20 anos atrás, era um distinto defensor dos direitos humanos, bem como um eminente pensador e apresentou duas propostas muito importantes: em primeiro lugar, que a humanidade apenas poderá sobreviver e desenvolver-se, bem como enfrentar os desafios globais da nossa era e assegurar a paz mundial e o progresso no nosso planeta se ultrapassar a hostilidade e as divisões políticas. Em segundo lugar, que apenas poderemos ultrapassar as divisões políticas do mundo moderno se os direitos humanos e, acima de tudo, a liberdade intelectual forem respeitados.

A União Europeia, cujo Parlamento instituiu este prémio enquanto Sakharov ainda era vivo é, provavelmente, o modelo que mais se aproxima da futura humanidade unida com que Andrei Dmitrievich Sakharov sonhou.

Nos últimos tempos, a Rússia e a Europa têm estado cada vez mais em posições opostas. Na Rússia, tem estado na moda falar no "caminho especial da Rússia", da "espiritualidade especial da Rússia" e, inclusivamente, dos "valores nacionais especiais". No espaço euro-atlântico, é frequente ouvir opiniões em como a Rússia constitui uma "excepção" entre os outros países, uma nação cujo desenvolvimento político é determinado pela sua história e pelas suas características específicas, bem como outras conjecturas especulativas semelhantes. O que poderemos dizer a este respeito? A Rússia, como qualquer outro país, seguiu o seu percurso próprio no que respeita à organização da vida com base nos princípios humanos universais. Nenhuma nação no mundo organiza a sua vida de acordo com ideias e desígnios inteiramente importados do exterior. No entanto, a relação da Rússia com a Europa está longe de ser definida exclusivamente por quem importa essas ideias e desígnios e a partir de onde. A questão pode ser colocada de outra maneira: a Rússia contribuiu de alguma forma para a civilização pan-europeia e universal que está a tomar forma perante os nossos olhos? Gostaria de recordar o contributo excepcional da Rússia para o progresso espiritual e político da Europa e da humanidade: o papel fundamental que o movimento dos direitos humanos soviético desempenhou no âmbito da formação da cultura política moderna.

Já em 1968, Sakharov repensava o papel dos direitos humanos e da liberdade intelectual no mundo moderno. As suas ideias foram transpostas para o plano prático pelas organizações de direitos humanos criadas pelos dissidentes soviéticos – em primeiro lugar, o grupo Moscovo-Helsínquia, aqui hoje representado por Lyudmila Alexeyeva. Essas organizações foram as primeiras a afirmar publicamente que era necessário ir mais longe e não bastavam declarações bonitas sobre a protecção dos direitos humanos a nível internacional. Conseguimos mobilizar a opinião pública mundial e a elite política ocidental viu-se obrigada a abandonar o seu tradicional pragmatismo. Como é natural, esta evolução teve como consequência uma série de problemas novos, que até à data ainda não foram completamente resolvidos – um exemplo é a doutrina da intervenção humanitária. Não obstante, muito foi alcançado ao longo dos últimos 30 anos, embora muito mais esteja ainda por fazer. Os defensores dos direitos humanos russos da década de 1970 estiveram na origem deste processo e, nem que seja apenas por essa razão, a Rússia não pode ser excluída da lista de países europeus.

No último terço do século XX, na Rússia, como em nenhum outro país, o movimento dos direitos humanos tornou-se sinónimo de cidadania e o pensamento russo sobre direitos humanos pôde desenvolver-se até às generalizações mundiais de Sakharov e assumir as características de uma nova filosofia política. Este facto está associado à natureza excepcional da trágica história russa do século XX, bem como à necessidade de compreender e superar um passado sangrento e vergonhoso. Se a Segunda Guerra Mundial constituiu o impulso para a modernização política do pós-guerra na Europa ocidental, tornando-se a conclusão lógica do período relativamente curto de domínio do regime nazi na Alemanha, para a URSS e para a Rússia, a necessidade de reconstrução foi ditada pela experiência de 70 anos de domínio do regime comunista, que culminou na ditadura terrorista de Estaline. Os dois componentes essenciais do ressurgimento da cidadania russa foram a consciência jurídica e a memória histórica. À partida, o movimento dos direitos humanos posicionou-se, acima de tudo, como um movimento com o objectivo de superar o estalinismo no quadro da vida pública, política e cultural do país. Num dos primeiros textos divulgados pelo movimento – um panfleto distribuído pelos organizadores da reunião histórica de 5 de Dezembro de 1965, em defesa da lei – dizia-se a esse respeito, com extrema simplicidade e concisão: "o passado sangrento exige a nossa vigilância no presente".

Basicamente, esta ligação especial entre dois elementos da consciência cívica – o pensamento jurídico e a memória histórica – foi herdada na sua totalidade pela comunidade de direitos humanos moderna da Rússia e, possivelmente, também pela sociedade civil russa no seu todo.

Penso que a enorme importância que Sakharov atribuiu à organização Memorial nos últimos anos e meses da sua vida está relacionada com o facto de ter compreendido claramente este aspecto específico. No âmbito da actividade da Memorial, estes dois componentes básicos da consciência pública russa fundiram-se num só.

Considero igualmente que, no âmbito do 20.º aniversário da morte de Sakharov, os deputados ao Parlamento Europeu também reconheceram e compreenderam esse aspecto específico quando decidiram quem seria galardoado com o prémio. Todos temos em mente a Resolução sobre a consciência europeia e o totalitarismo, adoptada pelo Parlamento Europeu em Abril. Esta Resolução, tal como a resolução da OSCE que se seguiu, em Julho, sobre a Europa dividida que se voltou a unir, revela que uma Europa unida entende o significado e a força do nosso trabalho. A Memorial agradece-vos por essa compreensão. O absurdo da situação política actual na Rússia é claramente demonstrado pelo facto de o nosso próprio parlamento – o parlamento do país que sofreu mais e durante mais tempo devido ao estalinismo e à ditadura comunista – em vez de apoiar calorosamente estas resoluções, declarou imediatamente que eram “contra a Rússia”.

Essa atitude revela que, ainda hoje, para a Rússia, o estalinismo não é apenas um episódio da história do século XX. Deixámos passar alguns anos de liberdade política incompleta e confusa. A principal característica do totalitarismo comunista – considerar que as pessoas são um recurso dispensável – não foi eliminada.

Tal como antes, os objectivos da política do Estado são estabelecidos sem que sejam tidos em conta os interesses e a opinião dos cidadãos nacionais.

A instauração de um regime de “democracia de imitação” na Rússia actual está associada precisamente a esse facto. Todas as instituições da democracia moderna são resolutamente imitadas: um sistema multi-partidário, eleições legislativas, a separação dos poderes, um sistema judicial independente, estações de televisão independentes, etc. No entanto, este tipo de imitação, que tem o nome de “democracia socialista”, também existia no tempo de Estaline.

Actualmente, não é necessário terror de massas para que a imitação tenha lugar: ainda subsistem estereótipos de comportamento e consciência pública suficientes da era estalinista.

Por outro lado, quando é necessário, também se recorre ao terror. Nos últimos 10 anos, “desapareceram” mais de 3000 pessoas na República da Chechénia – ou seja, foram raptadas, torturadas, executadas sumariamente e enterradas em local incerto. Ao princípio, esses crimes eram cometidos por representantes das autoridades federais, as quais acabaram por delegar o “trabalho”, por assim dizer, nas estruturas de segurança locais.

Quantos elementos das forças de segurança russas foram punidos por esses crimes? Apenas alguns. Quem assegurou que respondessem pelos seus crimes e fossem julgados? Em primeiro lugar, a defensora dos direitos humanos Natalya Estemirova, a jornalista Anna Politkovskaya e o advogado Stanislav Markelov. Onde estão todos? Foram assassinados.

Verificamos que a violência que regularmente tem lugar na Chechénia se está a espalhar para lá das suas fronteiras e ameaça alastrar a todo o país. No entanto, mesmo nestas condições, algumas pessoas estão dispostas a opor-se a um regresso ao passado. Este é um motivo para se ter esperança. Todos temos consciência de que ninguém pode fazer com que a Rússia regresse ao caminho da liberdade e da democracia, excepto a própria Rússia, o seu povo e a sua sociedade civil.

Além do mais, a situação no nosso país não é tão simples como pode parecer ao observador superficial. Temos muitos aliados na sociedade – quer no âmbito da luta pelos direitos humanos, quer contra o estalinismo.

O que podemos então esperar dos políticos europeus e da opinião pública europeia? Andrei Dmitrievich Sakharov formulou essa expectativa há mais de 20 anos: “o meu país precisa de apoio e de ser pressionado”.

Uma Europa unida representa uma oportunidade para a implementação dessa política firme e, simultaneamente, de amizade, baseada no apoio e na pressão. No entanto, está longe de aproveitar plenamente essa oportunidade. Gostaria de referir apenas dois exemplos.

O primeiro consiste no trabalho do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, no que respeita às queixas apresentadas pelos cidadãos russos. A possibilidade de as vítimas poderem recorrer a Estrasburgo obriga os tribunais russos a trabalharem de forma independente e com qualidade. O mais importante é que a execução dos acórdãos do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem deverá eliminar as causas subjacentes às violações dos direitos humanos.

Nos últimos anos, mais de 100 acórdãos foram proferidos em Estrasburgo no âmbito de processos relacionados com a Chechénia, referentes a crimes graves cometidos por representantes do Estado contra os cidadãos. Apesar disso, o que é que aconteceu? Nada. A Rússia paga às vítimas as indemnizações estabelecidas pelo Tribunal Europeu, uma espécie de “taxa de impunidade” e recusa-se a investigar os crimes

e punir os culpados. Além do mais, os generais referidos nos julgamentos de Estrasburgo são promovidos, em vez de serem presentes a tribunal.

O que interessa se o Comité dos Ministros do Conselho da Europa é chamado a acompanhar a execução dos acórdãos do Tribunal? Em Estrasburgo limitam-se a encolher os ombros: "o que podemos nós fazer?" – e permanecem em silêncio.

O segundo exemplo, de carácter mais geral, diz respeito às relações entre a Rússia e a União Europeia em matéria de direitos humanos. Actualmente, resumem-se praticamente às reuniões semestrais entre a UE e a Rússia sobre o assunto. Como é que esta oportunidade é aproveitada? Os funcionários, que nem sequer ocupam uma posição muito elevada na hierarquia, falam durante algumas horas à porta fechada – a Europa faz perguntas sobre a Chechénia, a Rússia responde com uma pergunta sobre a Estónia ou a Letónia e, durante mais seis meses, cada um segue o seu caminho. As organizações não governamentais russas e internacionais organizam reuniões e eventos alternativos e apresentam relatórios. Nas reuniões com os defensores dos direitos humanos, os representantes de Bruxelas suspiram com tristeza: "o que podemos nós fazer?" – e permanecem em silêncio.

O que é que a Europa devia fazer em relação à Rússia? Do nosso ponto de vista, a resposta é simples: deveria agir em relação à Rússia da mesma forma que age relativamente a qualquer outro país europeu que assuma determinadas obrigações e tenha a responsabilidade de as cumprir. Lamentavelmente, hoje em dia, é cada vez mais raro a Europa fazer recomendações à Rússia em matéria de democracia e direitos humanos e, por vezes, prefere inclusivamente não abordar o assunto. A razão porque isso acontece não é importante: seja devido à consciência da inutilidade dos esforços efectuados ou na sequência de considerações de natureza pragmática relacionadas com o petróleo e o gás.

A Europa tem o dever de não permanecer em silêncio e de, uma vez após outra, repetir, recordar e insistir, com respeito e firmeza, para que a Rússia cumpra as suas obrigações.

*(Aplausos)*

Como é óbvio, não existem garantias e não devemos ter muita esperança de que estes apelos resultem. O certo é que o facto de não chamarmos a atenção para os casos será certamente entendido pelas autoridades russas como uma forma de complacência. Retirar as questões de natureza sensível da agenda prejudicará seguramente a Rússia e, na mesma medida, a Europa, uma vez que daí resulta que o compromisso das instituições europeias para com os valores europeus seja posto em causa.

O prémio que hoje está a ser atribuído reconhece a "liberdade de pensamento".

Poderemos pensar: como é que o pensamento pode não ser livre, quem pode limitar a sua liberdade e como? Existe uma forma: consiste no medo que passa a fazer parte da nossa personalidade e leva a que pensemos e, inclusivamente, sintamos conforme nos é exigido. As pessoas não se limitam a ter medo. Encontram um refúgio no seu amor pelo "big brother", tal como foi descrito por George Orwell. Foi o que aconteceu na Rússia de Estaline e na Alemanha de Hitler. O mesmo está a acontecer actualmente na Chechénia, sob a presidência de Ramzan Kadyrov. Esse tipo de medo pode alastrar a toda a Rússia.

O que é que permite fazer frente ao medo? Por muito contraditório que pareça, apenas e exclusivamente a liberdade de pensamento. Esta qualidade, que Sakharov possuía a um nível invulgarmente elevado, tornou-o indiferente ao medo. Ao observá-lo, outras pessoas foram igualmente libertadas do medo.

A liberdade de pensamento é a base de todas as outras liberdades.

É por esse motivo que faz todo o sentido que o Prémio Sakharov seja "para a liberdade de pensamento". É para nós uma grande honra aceitá-lo hoje.

*(A Assembleia, de pé, aplaude o orador)*

*(A sessão, suspensa às 12H30, é reiniciada às 15H00)*

**PRESIDÊNCIA: KRATSA-TSAGAROPOULOU**

*Vice-presidente*

## **8. Aprovação da acta da sessão anterior: ver Acta**

## 9. Novo plano de acção da UE para o Afeganistão e o Paquistão (debate)

**Presidente.** – Seguem-se na ordem do dia as declarações do Conselho e da Comissão sobre o novo plano de acção da UE para o Afeganistão e o Paquistão.

**Cecilia Malmström, Presidente em exercício do Conselho.** – (SV) Senhora Presidente, os problemas do Afeganistão e do Paquistão são, naturalmente, uma preocupação para todo o mundo. O extremismo violento está a alastrar para lá da região. As drogas cultivadas e produzidas no Afeganistão acabam por chegar às ruas da Europa. Um dos motivos subjacentes ao nosso compromisso é a necessidade de evitar que o Afeganistão e o Paquistão se tornem abrigos seguros para o terrorismo e o crime organizado. Ao mesmo tempo, temos a óbvia intenção de ajudar a criar países melhores para os povos do Afeganistão e do Paquistão.

Há muita atenção centrada no Afeganistão, pois muitos dos nossos países têm ali tropas e um número significativo de pessoal civil. Inverter a situação vivida no Afeganistão constitui um grande desafio. O Paquistão enfrenta também enormes desafios. Não haverá solução para o conflito no Afeganistão sem o controlo da situação no Paquistão, e vice-versa.

É, pois, necessária uma iniciativa global. Temos todos de fazer mais e melhor. Em Junho, o Conselho solicitou ao Secretariado do Conselho e à Comissão que apresentassem recomendações específicas e prioridades políticas para reforçar e aumentar o nosso compromisso na região. O resultado foi o plano de acção da UE para reforçar o envolvimento da UE no Afeganistão e no Paquistão, plano que foi aprovado em Outubro. Creio que este plano de acção é um bom instrumento. A estratégia básica está já em execução. O plano de acção permitir-nos-á adaptar os instrumentos actualmente utilizados às nossas prioridades políticas.

O plano assenta no nosso actual compromisso e estabelece uma série de prioridades, que correspondem aos domínios nos quais acreditamos que as medidas da UE podem ser mais eficazes. Com este plano, estamos a reforçar o nosso compromisso e a apresentar uma resposta conjunta aos desafios que se colocam ao Afeganistão e ao Paquistão. A aprovação do plano envia igualmente uma mensagem para a região: a de que estamos preparados para manter o nosso caminho. A perspectiva regional é importante, razão pela qual o plano de acção coloca grande ênfase na cooperação regional.

O Afeganistão está a entrar num período decisivo. Não há necessidade de continuar a discussão sobre o processo eleitoral, que já pertence ao passado. Deixou muito a desejar e esperamos que não se repita. Creio ser também essa a opinião do povo afegão. A UE está disposta a apoiar o trabalho que continua por fazer, com base - entre outras coisas - nas recomendações emitidas pelos observadores da UE às eleições afegãs. Um novo governo deverá entrar brevemente em funções. Esta será uma oportunidade para estabelecer uma nova agenda e uma nova concórdia entre o governo afegão e a comunidade internacional. No seu discurso de tomada de posse, o Presidente Karzai fez a promessa, bem acolhida, de um novo começo. Fazemos votos para que a conferência a realizar brevemente em Londres dê um impulso a todo o processo.

A UE espera do Presidente Karzai e do seu governo um empenhamento e uma liderança fortes. Está fora de questão termos cinco anos sem mudanças na situação. Os esforços têm de se centrar agora em garantir que o Estado afegão assuma gradualmente mais responsabilidades, com o apoio da comunidade internacional. Isto não significa uma retirada. No próximo ano, haverá um número significativamente maior de pessoal internacional no Afeganistão. Os EUA estão a enviar mais 30 000 soldados, que vão juntar-se aos 68 000 já estacionados no país. Outros países e aliados da NATO prometeram enviar pelo menos mais 7 000 soldados, a acrescentar aos 38 000 já a operar no Afeganistão.

Este compromisso militar tem de ser acompanhado por iniciativas no plano civil. Não poderá haver uma retirada militar do Afeganistão sem a instituição de um quadro civil de estabilidade. Instituições públicas eficazes, melhores formas de governo, acesso a serviços de assistência básicos, Estado de Direito e um Estado civil viável são, pelo menos, tão importantes como uma segurança musculada. Ninguém põe isto em causa. A segurança, a boa governação e o desenvolvimento têm de andar de mãos dadas. Estamos a assumir um compromisso a longo prazo para com o Afeganistão. Porém, o povo afegão tem de fazer com que seja o seu próprio governo, e não as organizações internacionais, a promover uma melhoria dos seus níveis de vida. Só assim a população voltará a confiar nos seus líderes. A comunidade internacional está presente. Teremos de fazer mais e melhor. Temos de apoiar o processo em curso - o processo do Afeganistão, tão fundamental para este país.

É este o fulcro do nosso plano de acção. Estamos a reforçar os esforços envidados pela UE para fortalecer as capacidades do Afeganistão e estamos a cooperar com o governo para promover instituições públicas eficazes

e capazes de assumir responsabilidades a nível local e regional. Damos grande importância ao princípio do Estado de Direito, à boa governação, ao combate à corrupção e à melhoria da situação no domínio dos Direitos do Homem. A agricultura e o desenvolvimento rural são outro domínio prioritário para a Europa. É muito importante que se verifique uma melhoria notória do nível de vida da grande maioria de afegãos que vive nas zonas rurais. Estamos igualmente dispostos a apoiar um processo de reabilitação de ex-membros de milícias conduzido pelo Afeganistão. É necessário oferecer alternativas aos indivíduos que foram intervenientes no conflito. De igual modo, o apoio ao sistema eleitoral estará, naturalmente, no topo da agenda.

Gostaria também de dizer algo sobre o Paquistão. O Paquistão é um país que passou por grandes mudanças nos últimos anos. As eleições de 2008 restabeleceram a democracia e o poder civil. A transição para a democracia foi notável. No entanto, esta encontra-se numa situação frágil e instável. Ao mesmo tempo, os talibãs paquistaneses tornaram-se uma ameaça real para a paz e a estabilidade no país. É raro decorrer uma semana sem que os meios de comunicação noticiem mais ataques suicidas. Na semana passada, mais de 400 pessoas morreram em ataques perpetrados por grupos de milícias.

A UE pretende ajudar e apoiar as instituições civis do Paquistão. É particularmente importante dar seguimento às recomendações formuladas por Michael Gahler, o nosso observador nas eleições de 2008, as quais constituem uma estrutura básica para a futura democracia, a reforma eleitoral e o fortalecimento das instituições. O Governo do Paquistão está ciente de tais necessidades. Tem de indicar-nos em que domínios pretende cooperar connosco. A UE irá desenvolver a parceria estratégica com o Paquistão resultante da bem sucedida cimeira especial de Junho de 2009. Queremos consolidar a democracia e alcançar a estabilidade. É para isso que estamos a trabalhar nos domínios do Estado civil, da luta contra o terrorismo e do comércio. Naturalmente, todo este processo deverá ter como elemento central um governo viável que se responsabilize pelo seu povo e demonstre ter a capacidade de liderança necessária para fazer avançar o país.

Agindo em parceria com o governo do Paquistão, a UE apoiará o fortalecimento das instituições democráticas e das estruturas do país, que advirá também do desenvolvimento económico e comercial. Congratulamo-nos pelo facto de o Paquistão estar a assumir uma maior responsabilidade pela sua própria segurança. Esperemos que o país adopte a mesma abordagem em relação a todas as formas de terrorismo, incluindo as milícias que utilizam o território paquistanês para lançar ataques no Afeganistão. Os esforços do governo contra os talibãs paquistaneses representam um passo positivo. Ao mesmo tempo, importa proteger os civis e respeitar o direito internacional. O governo deve também estar atento à necessidade de prestar ajuda humanitária e reconstruir as zonas atingidas.

Temos de fazer avançar as nossas operações no Afeganistão e no Paquistão. A UE assume já um compromisso substancial para superar os desafios que se colocam à região, e irá continuar a fazê-lo. Muito foi já conseguido em ambos os países, graças aos esforços quer do Afeganistão e do Paquistão, quer da comunidade internacional. As estratégias e os documentos não bastam, por si só, para melhorar a situação. Chegou a altura de, em conjunto com os nossos parceiros no Afeganistão e no Paquistão, aplicá-los no terreno.

**Catherine Ashton, Vice-Presidente indigitada da Comissão.** – (EN) Permitam-me que comece por falar do Afeganistão. Estamos numa fase importante nas nossas relações com aquele país. O nosso apoio futuro tem de ajudar a construir um governo que responda às necessidades e preocupações do povo afegão. Dada a volatilidade da situação, temos de trabalhar, e influenciar, a situação no terreno. Será disso que vão tratar as conferências internacionais, a começar pela conferência a realizar em Londres no próximo mês.

Estamos dispostos a canalizar mais recursos. A Comissão está a aumentar em um terço a sua ajuda ao desenvolvimento, para 200 milhões de euros. Precisamos destes recursos adicionais para repetir os êxitos obtidos, como a extensão do sistema de cuidados de saúde primários a 80% dos Afegãos - incluindo uma melhoria substancial do tratamento de mulheres e raparigas - e o recente sucesso da erradicação das papoilas de ópio em algumas províncias. Os nossos Estados-Membros comprometeram-se igualmente a contribuir para o reforço do nosso programa de formação das forças policiais.

Mas isto é apenas o início. Precisamos de levar estas acções por diante no contexto de um contributo coerente da UE inserido numa resposta internacional coordenada, necessariamente centrada num trabalho conjunto entre os Afegãos e a ONU.

O plano de acção aprovado pelo Conselho em Outubro dá-nos a oportunidade de avançar nesse sentido. A par dos esforços dos EUA e das operações de segurança da NATO, envia uma mensagem firme à região e à comunidade internacional sobre o nosso empenho. Naturalmente, corresponde também às prioridades

definidas pelo presidente Karzai, designadamente nos domínios da melhoria da governação e do combate à corrupção.

O plano confirma que continuaremos a colocar sectores-chave como o Estado de Direito e a agricultura no centro do nosso compromisso.

Estamos já a ajudar o governo a melhorar as competências administrativas em Cabul. Vamos agora começar a disseminar essas competências pelas províncias, de modo a ajudar o povo afegão a gerir os seus próprios assuntos e a garantir que o governo lhe assegura - como está a fazer - os serviços necessários.

O plano envia a mensagem de que iremos apoiar a integração dos rebeldes que se mostrem dispostos a responder ao apelo do Presidente Karzai para que colaborem com o governo.

De igual modo, a Missão de Observação Eleitoral da UE apresenta hoje o seu relatório em Cabul, pelo que gostaria de prestar homenagem ao senhor deputado Thijs Berman e à sua equipa pelo bom trabalho que realizaram em circunstâncias extremamente difíceis. Iremos garantir o acompanhamento da situação, pois é evidente que a credibilidade do governo e do sistema político dependem de uma profunda reforma do sistema eleitoral.

Concluiria a minha intervenção sobre o Afeganistão referindo-me àquele que será, porventura, o aspecto mais importante: a racionalização das nossas estruturas no terreno. Os Estados-Membros irão alinhar as políticas com os recursos disponíveis para suportá-las, e espero fundir os cargos de Representante Especial da UE e Chefe da Delegação da UE num único posto o mais rapidamente possível, pois esta fusão vai ajudar-nos a delinear uma abordagem coerente que possa servir de modelo para acções noutros países.

Passando agora ao Paquistão, a nossa primeira preocupação, e interesse, é que este país seja uma democracia estável, sem terrorismo e apta a unir esforços com os seus vizinhos na defesa contra ameaças comuns.

O plano de acção sublinha este propósito e baseia-se nos compromissos existentes assumidos na Cimeira UE-Paquistão de Junho, nos domínios da ajuda humanitária, do apoio à reconstrução, da assistência às forças policiais e às autoridades judiciais e do fortalecimento das instituições democráticas e da sociedade civil para melhorar a situação em matéria de Direitos do Homem, bem como nos acordos sobre comércio e desenvolvimento sócio-económico. Continuaremos a apoiar a aplicação das recomendações da Missão de Observação Eleitoral de 2008.

O plano de acção é secundado por um recurso financeiro substancial de quase 500 milhões de euros concedido pela Comissão até 2013, por um empréstimo de 100 milhões de euros do Banco Europeu de Investimento para financiar projectos no sector das energia renováveis e ainda por autorizações destinadas a aprofundar as nossas relações comerciais e políticas. O plano de acção prevê também a intensificação do diálogo em todas estas matérias, devendo realizar-se uma segunda cimeira no próximo ano, durante a Presidência espanhola.

O plano de acção deixa também claro que a União Europeia fará uso da sua experiência em matéria de integração regional para ajudar o Afeganistão, o Paquistão e os seus vizinhos a relançarem as relações económicas, nomeadamente com a Índia. Não há nenhuma solução milagrosa para aliviar as tensões actuais, mas temos de começar a vencer a desconfiança. Os ganhos potenciais deste tipo de cooperação regional em matéria de comércio e investimento superariam tudo o que pudéssemos fazer enquanto União Europeia.

Para concluir, a aplicação do plano de acção para o Afeganistão e o Paquistão é fundamental para as nossas relações futuras com estes países. Trata-se de um esforço conjunto entre os Estados-Membros e as instituições da UE, sendo o primeiro esforço deste tipo. Se for bem sucedido, pode ajudar a moldar uma resposta civil internacional a crises que, até à data, foram largamente definidas em termos militares.

O plano de acção constitui um compromisso importante não só para o Afeganistão e o Paquistão, mas também para toda a região da Ásia Central e do Sul da Ásia. Mas precisamos de algo mais do que ideias para sermos bem sucedidos: precisamos das pessoas e das competências certas, e estes precisam de segurança para poder trabalhar. Tem de haver um maior empenhamento político por parte dos governos beneficiários e uma maior coerência entre os doadores, incluindo, a nível interno, entre os Estados-Membros.

O Sul da Ásia é diariamente confrontado com o extremismo, seja no campo de batalha, na província de Helmand, ou nas ruas de Peshawar, Lahore e Rawalpindi. Não lhe iremos pôr cobro apenas com acções militares. Teremos também de ajudar a construir um ambiente seguro e livre de tensões e desigualdades que alimentem o extremismo.

Com base na nossa própria experiência, a Europa tem muito para oferecer neste domínio. O plano de acção dá-nos a oportunidade de fazer uso dessa experiência para ajudar os outros. Espero que o Parlamento apoie esse desiderato.

**Ioannis Kasoulides**, em nome do Grupo PPE. – (EN) Senhora Presidente, o objectivo da nossa presença no Afeganistão era lutar contra os talibãs, que ofereciam um refúgio seguro à Al-Qaeda. O Afeganistão deixou de ser esse refúgio seguro, mas a revolta dos talibãs não foi subjugada porque ficou provado que a vitória não pode ser alcançada unicamente pela via militar e que a dependência excessiva da força militar, com a eliminação de rebeldes, se revelou contraproducente.

A mudança de estratégia deve orientar-se para a protecção da população, o reforço da capacidade de segurança afegã, a facilitação da boa governação a nível central e, em especial, local e a promoção do desenvolvimento. Neste contexto, é necessário incentivar um processo de reconciliação, conduzido pelos Afegãos, visando as camadas de talibãs que, por força de circunstâncias especiais, escolheram o lado errado.

O plano de acção da UE aborda todos estes desafios, e a UE pode desempenhar um papel importante noutros domínios que não o militar. No entanto, esperava uma ênfase muito maior na questão da droga - à qual fez alusão, Senhora Ministra - e palavras mais duras de advertência para com a corrupção e a má governação.

Quanto ao Paquistão, dizemos também "sim" ao plano de acção. Os dois casos estão interligados, pelo que o nosso êxito em cada um deles depende do êxito que tivermos em ambos. O Paquistão deve ter condições para contrariar adequadamente a entrada de rebeldes provenientes do Afeganistão. Por fim, é necessária diplomacia para evitar que a eterna desconfiança que se instalou entre a Índia e o Paquistão se transforme num obstáculo ao êxito do plano.

**Roberto Gualtieri**, em nome do Grupo S&D. - (IT) Senhora Presidente, Senhor Ministro, Senhora Alta Representante, Senhoras e Senhores Deputados, com este debate, o Parlamento Europeu procura contribuir para a discussão sobre o papel da Europa numa região que é crucial para a segurança e a estabilidade de todo o planeta.

A nova estratégia militar anunciada pelo Presidente Obama, e definida, de modo ainda mais claro, na subsequente declaração dos Ministros dos Negócios Estrangeiros dos países da ISAF (Força Internacional de Assistência à Segurança), associa o envio de novas tropas ao objectivo de proteger a população e de reforçar a capacidade das forças de segurança e as instituições afegãs. Trata-se de uma correcção de rota que é bem-vinda e que tem em conta a inutilidade e, pior ainda, o carácter contraproducente de um esforço militar de tipo convencional, inteiramente centrado na repressão da guerrilha talibã.

Todavia, para garantir que esta nova orientação seja produtiva e conduza a uma transição para um Afeganistão seguro, próspero, estável e, por conseguinte, auto-suficiente, é óbvio que a dimensão militar da intervenção da comunidade internacional deve ser acompanhada de um crescente compromisso na frente civil e na frente política. Por um lado, é preciso promover o desenvolvimento económico e reforçar as instituições, a boa governação e o Estado de direito, e, por outro lado, há que facilitar o processo de reconciliação interna e contribuir para a estabilização da situação no Paquistão.

É aqui que se situa o espaço e o papel da União Europeia. A Europa tem estado, há algum tempo, envolvida na região: mil milhões de euros por ano no Afeganistão, 300 milhões de euros no Paquistão, a missão EUPOL, que está a desenvolver uma acção extremamente meritória, apesar dos seus problemas de pessoal, a missão de observação internacional e ainda, naturalmente, o envolvimento dos diferentes Estados da missão ISAF.

Todavia, a capacidade da Europa de fazer a diferença na região, de um modo substancial, tem-se mostrado, até agora, muito inferior ao volume dos recursos humanos e financeiros envolvidos. Por isso, precisamos de reforçar o nosso compromisso, ou seja, a liderança da Europa, tornando-a mais coerente e eficaz em termos da estratégia civil e da acção política. Deste ponto de vista, o plano de acção constitui um importante passo em frente, e o Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu apoia-o e solicita a sua aplicação concreta.

Simultaneamente, interrogamo-nos sobre se os objectivos enunciados no plano requerem também a identificação de medidas *ad hoc* e se não se deve pensar no alargamento dos objectivos e no reforço dos instrumentos da missão ESDP EUPOL. O Parlamento Europeu está pronto a dar o seu apoio à acção da União Europeia em todas estas frentes.

**Pino Arlacchi**, *em nome do Grupo ALDE*. – (EN) Senhora Presidente, estamos aqui para discutir o plano de acção da UE para o Afeganistão e o Paquistão. A Comissão dos Assuntos Externos do Parlamento Europeu deu-me a oportunidade de ser o relator de uma nova estratégia para o Afeganistão.

Precisamos de uma nova estratégia - ou talvez nem precisemos de estratégia nenhuma - no plano civil, pois, até agora, a intervenção da UE naquele país não teve a coerência suficiente e, aparentemente, teve um impacto muito limitado. Receio, Senhora Ashton, não poder subscrever a sua declaração inicial sobre o Afeganistão, por ser demasiado genérica, burocrática e dispersa, como, de resto, o presente plano de acção. Creio que o Parlamento deve contribuir para tornar esta estratégia mais forte e mais coerente.

Estou a reunir todas as informações necessárias. Em primeiro lugar, devo dizer que está a tornar-se muito difícil conseguir obter mesmo os dados mais básicos sobre quanto foi gasto pela UE no Afeganistão após a ocupação de 2001, onde chegou a ajuda da UE e que parte da mesma pode ser contabilizada. Sabemos que são gastos anualmente no Afeganistão perto de mil milhões de euros, o que perfaz uma quantia avultada. O PIB do Afeganistão é de apenas 6,9 mil milhões de euros. Deste modo, a nossa ajuda no domínio civil ascende a mais de 20% do PIB anual do Afeganistão. É um valor que, se utilizado correctamente, tem potencial para inverter o destino do país.

Em segundo lugar, a minha tentativa de gizar uma nova estratégia para o Afeganistão começará com um esforço no sentido de identificar quais eram, e deviam ser, os interesses da UE na zona. Assim, vou centrar parte do meu relatório na eliminação das papoilas de ópio através da estratégia de desenvolvimento alternativo.

**Jean Lambert**, *em nome do Grupo Verts/ALE*. – (EN) Senhora Presidente, penso que há aspectos no plano de acção que devem ser saudados, mas, como os colegas anteriores correctamente assinalaram, há também uma série de perguntas que continuam sem resposta.

Na minha opinião, quando olhamos para a situação, fazemo-lo sempre do ponto de vista dos nossos problemas e, por vezes, tendemos a subestimar a realidade diária dos Afegãos e dos Paquistaneses, marcada por muitas mortes, pelos homicídios da população de etnia hazara, por exemplo, em certas partes do Paquistão, e pelos ataques contra escolas de raparigas, forças policiais e muitos outros.

A polícia afegã foi-nos recentemente descrita como sendo, basicamente, carne para canhão à mercê dos talibãs. Penso que muitos de nós ainda se perguntam o que é pensávamos conseguir com a nossa ida para o Afeganistão. No que se refere à resposta internacional, congratulo-me por ouvir a Senhora Comissária falar no relançamento da cooperação, com uma menção especial à Índia. A abordagem regional é importante e aguardo por saber como vamos lidar com outras zonas de grande tensão, como Caxemira, que, como o embaixador afegão nos referiu quando conversou connosco, representa um problema para qualquer passo que se procure dar na região.

No que toca ao Paquistão, importa igualmente avaliar o apoio efectivo que estamos a dar aos muitos milhares de deslocados, bem como retirar os devidos ensinamentos da nossa inacção para com os que, no passado, foram deslocados para as fronteiras do Paquistão e do Afeganistão. Há, neste caso, um vazio que continua por preencher. Posto isto, temos, efectivamente, de dar atenção à educação e à satisfação das necessidades da população que cuida também desses deslocados.

**Charles Tannock**, *em nome do Grupo ECR*. – (EN) Senhora Presidente, não podemos permitir que a missão militar da NATO-ISAF no Afeganistão redunde num fracasso. Com vontade política bastante, o equipamento militar apropriado e o envio de mais tropas para o terreno por parte de todos os Estados-Membros, a NATO pode derrotar os talibãs. Evidentemente, à acção militar tem de estar associada uma campanha de sensibilização junto da população. Mas, mesmo ao lado, temos uma catástrofe em estado larvar no Paquistão, um Estado dotado de armas nucleares, abalado pela radicalização islamista e a corrupção e encabeçado por uma liderança fraca, que, não obstante, temos que ajudar, por razões estratégicas.

Contudo, há muito tempo que, por exemplo, os elementos da agência de serviços secretos (ISA) paquistanesa são suspeitos de conceder apoio tácito aos talibãs afegãos e só agora, relutantemente, se estão a aperceber dos perigos que tal abordagem acarreta a nível interno. Quanto à questão de Caxemira, a ameaça que o Paquistão, por abrigar terroristas, representa para a Índia, constitui, de igual modo, uma grave ameaça para o conjunto da região.

Se quiser continuar a receber ajuda militar dos países da UE para as suas operações de contra-insurreição visando os terroristas xiitas, assim como ajuda económica da UE, o Paquistão terá de dar garantias sólidas



de que essa ajuda não será desviada para o reforço das suas forças convencionais posicionadas na fronteira com a Índia.

Finalmente, a instabilidade do Paquistão e do Afeganistão contrasta de forma flagrante com a estabilidade e a moderação do nosso aliado e parceiro democrático, a Índia, que merece o apoio total da UE.

**Willy Meyer**, *em nome do Grupo GUE/NGL*. – (ES) Senhora Presidente, Senhora Vice-presidente, o meu grupo nunca apoiou a estratégia do anterior Presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, em relação ao Afeganistão. Jamais apoiámos essa estratégia e o tempo deu-nos razão.

Neste momento, o Afeganistão tem um Governo corrupto, ilegítimo, há vítimas inocentes e a situação das mulheres não mudou em absoluto. Por conseguinte, teria sido lógico mudar de estratégia, e lamentamos que o Presidente Obama tenha optado por um solução militar e tencione enviar mais 30 000 soldados. Considero que a União Europeia não deveria seguir esta linha de actuação, pois existe um perigo real de assim se criar um novo Vietname no século XXI no Afeganistão.

No Afeganistão, a História demonstrou que não pode haver uma solução militar. É necessário incrementar a cooperação, e os esforços para encontrar uma solução diplomática têm de ser intensificados. Na própria zona de conflito, e também do ponto de vista estratégico, temos de optar pelo respeito do direito internacional através de soluções internas no Afeganistão.

**Nicole Sinclair**, *em nome do Grupo EFD*. – (EN) Senhora Presidente, há algumas semanas tive o prazer de encontrar algumas das forças do Reino Unido de regresso do Afeganistão e ouvi a mesma história, repetida inúmeras vezes, de que estas se encontravam mal equipadas. No entanto, o Reino Unido paga 45 milhões de libras esterlinas por dia para esta instituição corrupta. Algum desse dinheiro podia ser mais bem gasto para armar as nossas forças no Afeganistão, forças estas que, na realidade, treinam a polícia afegã, etc.

É absolutamente verdade, como alguns dos senhores deputados disseram, que estamos perante uma zona importante do mundo, zona esta em que podemos precisar de fazer progressos.

O meu problema é a falta de experiência da nossa Alta Representante para a Política Externa, Cathy Ashton, a passa-culpas, por mais do que um punhado de rublos, sem dúvida. Precisamos de alguém com mais experiência. Ela não teve qualquer experiência no Foreign Office; não foi secretária de estado dos negócios estrangeiros e penso mesmo que nem sequer teve um emprego a meio-tempo numa agência de viagens. Por favor! Isto é um cargo sensível; um cargo que precisa de mudar as coisas para melhor e ela simplesmente não tem experiência suficiente.

**Andrew Henry William Brons (NI)**. – (EN) Senhora Presidente, à primeira vista, as conclusões do Conselho sobre o Afeganistão parecem ser um contraste bem-vindo com a atitude beligerante dos Estados Unidos e do Reino Unido. Mas, quando examinadas mais de perto, são na realidade uma mistura de ingenuidade e cumplicidade nos seus métodos. O Conselho é completamente ingénuo ao tentar plantar a flor delicada da democracia ocidental no solo inóspito do tribalismo afegão. As divisões verticais da sociedade e o domínio das lealdades tribais sobre o juízo pessoal tornam isso impossível. Quer eliminar a corrupção, mas simplesmente não compreende que o modelo burocrático do juízo objectivo e das decisões financeiras e de recursos não tem a mínima hipótese de ser respeitado. Isto não acontece por os Afegãos serem endemicamente desonestos, mas porque a sociedade tribal afegã considera que proteger a família e a tribo a que se pertence é uma virtude por de mais evidente.

O Conselho gostaria de combater a produção de dormideiras. Contudo, expulsar os talibãs do poder não foi a melhor maneira de reduzir a produção. O governo talibã reduziu-a em 90%, mas, em virtude da invasão do Afeganistão, este país tornou-se de novo o maior produtor mundial de ópio. O relatório afirma que "A insegurança no Afeganistão não pode ser resolvida apenas por meios militares". Isso só pode querer dizer que a acção militar tem um papel legítimo a desempenhar. Em minha opinião, não tem. Depois de três guerras fracassadas contra o Afeganistão nos séculos XIX e XX, já devíamos ter aprendido a lição.

Os talibãs oprimem as mulheres, desprezam a democracia e estão a matar soldados britânicos: são uma organização absolutamente detestável. Mas podíamos impedir já amanhã que continuassem a matar soldados britânicos e aliados mandando regressar as tropas. Esta é uma guerra atroz e inútil, que pura e simplesmente não pode ser ganha.

**José Ignacio Salafranca Sánchez-Neyra (PPE)**. – (ES) Senhora Presidente, a comunidade internacional, e não apenas os Estados Unidos, tem um problema no Afeganistão. O Presidente Obama demorou três meses a gizar uma estratégia global para responder ao alarmante relatório do General McChrystal.

É sabido que essa nova estratégia passa pelo reforço da presença militar a curto prazo, pela retirada em 2011, pela transferência progressiva para as forças afegãs dos aspectos ligados à segurança, por uma melhor coordenação entre os esforços civis e militares e pela concentração nas grandes cidades.

Agora, Sra. Ashton, o grande desafio consiste em articular e definir uma resposta europeia, principalmente na Conferência de Londres. Na sua intervenção, a Senhora referiu duas palavras-chave. Disse que a nossa resposta tem de ser coordenada com outras instâncias internacionais – e nós apoiamos a coordenação com as Nações Unidas. Disse também que a nossa resposta tem de ser coerente.

A este respeito, Sra. Ashton, tenho dois comentários. Em 2005, tive o privilégio de chefiar uma missão de observação eleitoral deste Parlamento e tive oportunidade de me avistar com o comandante da ISAF, o General Claudio Graziano, que acaba de cessar funções na Força Interina da ONU para o Líbano. Os 44 países que hoje integram a ISAF (28 dos quais são membros da NATO), constituem uma força heterogénea que não está a dar uma resposta eficaz na actual luta contra os insurgentes.

O segundo aspecto vital, Sra. Ashton, é que não se pode ganhar uma guerra – e neste momento há uma guerra no Afeganistão – sem ter a população civil do nosso lado, do lado da coligação internacional. Eu julgo, Sra. Ashton, que um dos principais objectivos da União Europeia devia ser concentrar esforços, que envolvem mil milhões de euros da União Europeia, no sentido de garantir que a população civil esteja do nosso lado.

**Richard Howitt (S&D).** – (EN) Senhora Presidente, permita-me que comece hoje por recordar o cabo arvorado Adam Drane, de 23 anos, do regimento Royal Anglian, natural de Bury St Edmunds, no meu círculo eleitoral, que morreu na província de Helmand a 7 de Dezembro, sendo o 100º elemento das forças armadas britânicas a ser morto este ano.

Os nossos pensamentos estão com a família de Adam e com todas as famílias, europeias, afegãs e paquistanesas, que sofreram uma perda semelhante.

Perante tal sacrifício, nós, neste Parlamento, temos o dever de fazer tudo o que pudermos para promover a paz e a prosperidade no Afeganistão. Se quisermos tomar a sério as novas alterações do Tratado de Lisboa e uma política externa da UE comum e adequada, não há lugar mais urgente para nos pormos à prova do que nas areias do Afeganistão, em primeiro lugar para garantir um alinhamento conveniente das actividades de cada Estado-Membro atrás desta nova estratégia e, em segundo lugar, para saudar o compromisso assumido aqui hoje pela Alta Representante Ashton de colocar, já no início do próximo ano, um novo e poderoso representante no Afeganistão "com um duplo chapéu". Isto constitui ao mesmo tempo um teste decisivo ao funcionamento mais eficiente da UE com o tratado e um indicador da nossa determinação futura para o Afeganistão.

Finalmente, relacionado com isto, os Estados-Membros têm de garantir que a EUPOL recrute os 400 agentes prometidos; isto é absolutamente necessário para assegurar que os organismos de manutenção da lei e da ordem do próprio Afeganistão possam fazer o seu trabalho como deve ser.

**Charles Goerens (ALDE).** – (FR) Senhora Presidente, gostaria de esclarecer desde já que discordo totalmente das observações que a senhora deputada Sinclaire acaba de fazer contra a Senhora Alta Representante Ashton.

Senhora Presidente, uma em cada quatro crianças não atinge a idade de cinco anos no Afeganistão, um país marcado por situações de grande carência a nível social e sanitário, a que se juntam os défices democrático e, sobretudo, de segurança. A probabilidade de um confronto com o Paquistão incentiva a mobilização dos talibãs e evidencia a necessidade de encarar os problemas do Afeganistão numa perspectiva regional. Deve ainda acrescentar-se que a incapacidade de resolver a situação unicamente por meios militares predestina a União Europeia, com o seu vasto leque de instrumentos, a desempenhar um papel privilegiado.

A NATO, responsável, em primeiro lugar, pela vertente militar, vê-se confrontada com os seus limites face ao desafio afegão. A acção humanitária da União Europeia, os seus instrumentos de cooperação para o desenvolvimento e a sua mais eficaz diplomacia não são, certamente, uma garantia de sucesso, mas, privada desse apoio, a acção da NATO está condenada ao fracasso.

De um novo doseamento de todos estes elementos poderá nascer - há que ter esperança - uma perspectiva mais promissora para os cidadãos afegãos. Embora seja grande a responsabilidade da União Europeia na actual situação, é esmagadora a responsabilidade do Afeganistão, ainda demasiado corrupto, dividido e desorganizado.

Não esqueçamos que a parceria proposta ao Afeganistão só poderá ser bem sucedida se houver um número suficiente de cidadãos a apoiar a reconstrução do seu país. Embora a tarefa seja gigantesca, isso não é razão para cruzar os braços, deixando os países nas mãos de todas as espécies de fundamentalistas.

**Nicole Kiil-Nielsen (Verts/ALE).** - (FR) Senhora Presidente, sim, temos de sair da armadilha afegã em que caímos devido à política seguida por George Bush. Todavia, a questão não é a de decidir quando, mas sim como sair do Afeganistão.

Se os muitos erros cometidos pela comunidade internacional não forem questionados, corremos o risco de perder completamente a confiança e o apoio da população afegã, em benefício dos talibãs. A militarização da ajuda humanitária e da ajuda ao desenvolvimento tem de cessar, pois está a criar confusão no espírito das pessoas e a desacreditar as ONG.

Temos de nos apoiar mais na sociedade civil emergente e nos reformistas afegãos. Por que razão está a Europa presente no Afeganistão? Por decisão dos Estados Unidos, ou para libertar o país do obscurantismo e da violência? Precisamos de reforçar as estruturas afegãs mais eficientes, de dar prioridade ao investimento em serviços públicos - educação, saúde e transportes - e de apoiar a boa governação dos poderes locais, pois a cultura destes países deve fazer-nos reflectir sobre a pertinência do Estado-nação. A Europa deveria, por exemplo, apoiar Habiba Sarabi, governadora da província de Bamiyan. A sua nomeação constitui uma novidade na história deste país, onde, lembrar-se-ão, nos desocámos em 2001 para ajudar a população feminina.

**Geoffrey Van Orden (ECR).** - (EN) Senhora Presidente, lendo o plano de acção da UE para o Afeganistão e o Paquistão, ficamos com a ideia de que toda a situação está dependente do que a UE fizer.

Considero que a União Europeia podia dar um contributo útil e prático, mas isto precisa de ser inserido no contexto de um esforço internacional mais amplo e deveria centrar-se em algumas actividades específicas em que o envolvimento da UE pudesse acrescentar um valor real. É demasiado sério para a UE assumir uma atitude sozinha. Num documento de mais de uma dezena de páginas, encontro apenas quatro referências curtas aos Estados Unidos e, o que talvez seja ainda mais significativo, apenas uma à NATO, e, no final de contas, é à missão NATO ISAF que cabe a tarefa central para o sucesso de todos os esforços.

Sem segurança nem estabilidade, não é possível assegurar uma boa governação ou qualquer programa significativo de reconstrução e desenvolvimento.

Na vertente civil, os países europeus e a própria UE injectaram 8 biliões de euros no Afeganistão desde 2001, mas este montante gigantesco parece ter feito pouca diferença; temos alguma ideia de quanto deste dinheiro terá sido extraviado?

É preciso um plano internacional abrangente para o Afeganistão e o Paquistão, mas tenho de ver onde é que a contribuição da UE se encaixa neste compromisso internacional mais lato.

**Cornelia Ernst (GUE/NGL).** - (DE) Senhora Presidente, hoje, ao fim de oito anos, sabemos todos fundamentalmente que a anterior estratégia para o Afeganistão, baseada na força militar, falhou. O desequilíbrio entre as operações militares, por um lado, e os recursos insuficientes para fins civis, por outro, está a impedir directamente qualquer melhoria nas condições de vida naquele país.

Assim, a mensagem mais importante que o Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde tem a transmitir é que precisamos de uma mudança radical de estratégia. Uma estratégia desligada da força militar e, sobretudo, mais centrada nas pessoas. Quarenta por cento dos afegãos estão desempregados e mais de metade vive em pobreza extrema sem quaisquer cuidados de saúde e sem uma educação adequada. Temos de focar a atenção na questão social, e é isso que espero do Conselho, da Comissão e de todos os actores aqui envolvidos.

Evidentemente que isto inclui uma governação cada vez melhor, o fortalecimento da agricultura e a integração dos antigos combatentes talibãs. Contudo, digo-vos com a maior das sinceridades: se deixarmos esta tarefa a meio caminho e mais uma vez nos virarmos para a força militar, iremos desperdiçar as nossas oportunidades. O tempo está a esgotar-se!

**Philippe Juvin (PPE).** - (FR) Senhora Presidente, penso que precisamos de procurar ideias simples relativamente a estas questões tão complexas.

A minha primeira pergunta é simples: qual a razão da nossa presença no Afeganistão? Fomos para o Afeganistão com um objectivo: dismantelar os campos de treino da Al-Qaeda, retaguarda do terrorismo internacional, que constituíam uma ameaça para nós e para a estabilidade da região. Actualmente, tais campos já não existem.

A minha segunda observação é que, infelizmente, agrade-nos ou não, as tropas ocidentais estacionadas no Afeganistão são cada vez mais consideradas forças de ocupação e não já como forças aliadas. Este é um problema importante, um problema quotidiano que temos de ter sempre presente. Exorto todos quantos vos digam o contrário a irem ver pessoalmente o que se passa naquele país.

O terceiro ponto é que a situação se degradou significativamente em termos de segurança. Em 2004, era possível passear a pé em Cabul. Hoje, Cabul é um enorme campo de trincheiras. Assim, se não retirarmos lições de um fracasso operacional no terreno e, em última análise, nos limitarmos a aplicar os métodos do passado, ver-nos-emos confrontados com a repetição desse fracasso.

Quais são as consequências de tudo isto? Penso, efectivamente, que é preciso reconhecer que dismantelámos a Al-Qaeda - é um facto - e que devemos agora sair do país. Podemos fazê-lo de imediato? Não, porque, se o fizéssemos, é certo que o caos se instalaria, o que poderia ter como consequência o regresso dos campos de treino contra os quais combatemos. A nossa saída deve, pois, obedecer a determinadas condições.

A primeira condição é, como todos reconhecem, entregarmos as chaves aos próprios afegãos; temos de garantir que o conflito seja um conflito afegão. A segunda, o estabelecimento de um diálogo com todos os beligerantes, e note-se que não estou a dizer "com os talibãs", pois a palavra "talibã" é demasiado restritiva. A terceira condição é a aceitação de um nível social que não é perfeito. Não devemos pensar que é possível adaptar ao Afeganistão os nossos critérios europeus. Temos de aceitar estas condições.

Senhora Presidente, é sempre mais complicado terminar uma acção militar do que iniciá-la, e, para que ela possa ser concluída, temos de ter presente o objectivo inicial, que era garantir o dismantelamento dos campos da Al-Qaeda. Isso já foi feito.

**Ana Gomes (S&D).** - O Conselho diz que a situação no Afeganistão e no Paquistão tem um impacto directo na Europa. Esta é, de facto, a mensagem principal que temos de saber comunicar aos cidadãos europeus com honestidade e coragem. Neste sentido, saúdo o novo plano de acção da União Europeia para o Afeganistão e para o Paquistão que prevê investir num vasto programa de *capacity building* a todos os níveis da administração afegã.

Só a implementação eficaz deste plano de acção como congregador dos esforços europeus no Afeganistão pode contribuir para o *state building* que é preciso para acabar com a guerra e o subdesenvolvimento. A Europa não pode abandonar os afegãos e não está lá porque os americanos decidiram. A presença internacional militar e civil continuará a ser necessária ali por muitos mais anos.

Termino, exprimindo vivo repúdio pelo regresso forçado, indignamente imposto pelo Governo francês a afegãos que fogem à guerra no seu país.

**Reinhard Bütikofer (Verts/ALE).** - (DE) Senhora Presidente, se há coisa de que realmente não precisamos, na amarga realidade que se vive no Afeganistão, é de discursos arrogantes. E estou a olhar para si, Senhora Baronesa Ashton, quando digo isto. V. Exa. referiu que os Estados-Membros estavam empenhados na missão de formação da polícia, EUPOL. É realmente isso que se passa? Em caso afirmativo, como explicar que não tenhamos ainda sequer os 400 agentes no terreno? Isto é uma mistura de dissimulação e incongruência. Estamos a ser honestos naquilo que dizemos?

Há dois anos, foi afirmado na European Security Review que o baixo número de instrutores da polícia põe em causa a realidade do compromisso europeu. Por que razão não estamos a financiar os agentes da polícia formados para evitar que se juntem aos senhores da guerra ou aos talibãs? Não custaria muito dinheiro e seria bastante eficaz. Tenho a impressão, Senhora Baronesa Ashton, que a Europa está cheia de discursos grandiloquentes, mas é vergonhoso como as suas acções são pequenas e desadequadas.

**Michael Gahler (PPE).** - (DE) Senhora Presidente, o título aqui escolhido - "novo plano de acção para o Afeganistão e o Paquistão" - é adequado. Porém, o que nos foi apresentado parece-me mais dois planos de acção separados, expostos um a seguir ao outro.

No fundamental, apoio o que foi dito sobre ambos os países. No Afeganistão, espero que tenhamos aprendido com os erros do passado e que vamos adaptar em conformidade as nossas políticas e estruturas. No que

respeita ao Paquistão, congratulo-me por a nova política ser vista como um seguimento do meu relatório de observação das eleições. Nos países em que tenhamos efectuado missões de observação de eleições, considero absolutamente correcto que incorporem as recomendações nas nossas políticas específicas para com esses países.

Gostaria que, na resposta a este debate, por parte do Conselho e da Comissão, fosse explicitada mais claramente a estratégia conjunta para estes dois países, pois temos de reconhecer, por exemplo, que existe uma fronteira de mil quilómetros nesta região que não podemos vigiar adequadamente de ambos os lados, mas as políticas que executamos num dos lados desta fronteira terão efeitos directos sobre o outro. Por conseguinte, que estruturas pretendemos efectivamente instalar? Em que termos queremos estabelecer o diálogo entre os governos afegão e paquistanês? Como podemos garantir que as nossas políticas sejam aceites pela população local destes países? Estas são perguntas para as quais ainda precisamos de respostas, e espero que as venhamos a ter.

**Ioan Mircea Pașcu (S&D).** – (EN) Senhora Presidente, o plano de acção para o Afeganistão e o Paquistão, aprovado em Outubro último, constitui, em si mesmo, um bom documento. O seu objectivo é criar as condições para a restituição da responsabilidade, por parte da comunidade internacional, incluindo a UE, ao Estado afegão, tendo a primeira um papel de apoio. O mesmo está a ser encarado pelos EUA no sector da segurança. Espera-se que o reforço de 30 000 soldados dos EUA crie uma situação em que seja possível transferir a responsabilidade para as forças afegãs em 2011, ano em que começará a retirada das tropas americanas.

Embora a UE e os EUA visem objectivos semelhantes, nomeadamente a criação de condições para que o Estado afegão assuma a responsabilidade pelos seus assuntos, o quadro temporal para a consecução desses objectivos é inevitavelmente diferente. Uma segurança adequada terá que ser alcançada em 2011, enquanto a construção do Estado levará certamente mais tempo.

A questão é, pois, a seguinte: no caso de não se conseguir garantir uma segurança adequada em 2011, ou de esta se deteriorar de novo depois da saída dos americanos, estará a UE, já envolvida no processo de construção do Estado, preparada para assumir também a missão de fornecer a segurança? Penso que não – e então temos um problema.

**Francisco José Millán Mon (PPE).** – (ES) Senhora Presidente, saúdo o facto de Presidência sueca ter reforçado o compromisso da União Europeia com a estabilidade e o desenvolvimento do Afeganistão através do plano de acção. Gostaria, naturalmente, de saber algo mais sobre o financiamento deste plano no que se refere ao Afeganistão.

Outro momento muito importante para o Afeganistão será a próxima Conferência de Londres, em Janeiro. Nessa conferência ouviremos quais são os compromissos concretos que a União Europeia e seus Estados-Membros estão dispostos a assumir. Deveremos ouvir também do novo Governo afegão mais pormenores sobre os muitos compromissos que este vai ter de assumir, em matéria, por exemplo, de luta contra a corrupção e contra o narcotráfico. Estou bastante preocupado com as notícias publicadas na imprensa de hoje sobre o discurso ontem proferido pelo Presidente Karzai a respeito da corrupção.

Senhoras e Senhores Deputados, a decisão do Presidente Obama de aumentar o seu contingente militar em 30 000 soldados é muito recente. Resumindo, o Afeganistão está a viver uma fase crucial e os Estados Unidos e a Europa têm de trabalhar de forma muito coordenada.

Não é apenas a prosperidade e a liberdade dos afegãos que estão em jogo no Afeganistão, mas também a estabilidade de toda a região, incluindo um país tão importante como o Paquistão. Está igualmente em jogo a nossa própria segurança, tendo em conta a ameaça que a Al-Qaeda continua a representar, como já aqui foi dito.

A credibilidade da NATO e daquilo a que chamamos Ocidente também depende em larga medida dos resultados no Afeganistão. Não podemos fracassar. Mas, para tal, precisamos, como também já foi dito, do apoio dos nossos próprios cidadãos. Esse apoio depende da transparência e da clareza. Temos de explicar que os nossos compatriotas no Afeganistão correm sérios riscos, mas temos de salientar também a importância da nossa missão naquele país e que o fracasso não pode ser uma opção. Como eu já disse, há muitos factores importantes em jogo.

**Elmar Brok (PPE).** – (DE) Senhora Presidente, uma vez, um amigo afegão disse-me o seguinte: foi bom o Ocidente ter invadido o Afeganistão, mas lembrem-se de que, na História do Afeganistão, quem quer que

tenha permanecido no país mais de um ano tornou-se um ocupante, mesmo que tenha entrado como libertador. Esta conversa teve lugar em 2001. Estamos agora em 2009 e foi isso exactamente o que aconteceu.

Os talibãs governam de facto 80% do país e os chefes militares americanos, bem como os ministros da defesa europeus, dizem que esta guerra não pode ser ganha por meios militares. Qual é, então, o objectivo? Um país que não controlamos não pode ser transformado numa democracia e noutra coisa qualquer a partir do centro se esse país nunca teve uma forma centralizada de governo. Por outras palavras, não faria sentido concentrarmo-nos na al-Qaeda e no terrorismo e depois sair de lá? Estas perguntas precisam de ser respondidas.

Também precisamos de respostas para as questões muito justamente levantadas pelo senhor deputado Van Orden em relação à articulação deste plano de acção com o objectivo estratégico geral, a Conferência de Londres, o plano do Presidente Obama para o Afeganistão, etc. Estas coisas são coerentes entre si? Está, pois, absolutamente correcto, e é necessário, fazer aqui uma abordagem conjunta ao Afeganistão e ao Paquistão, e incluir também o que em última análise foi dito em relação à Índia.

O mais importante é que temos de observar os desenvolvimentos internos. Quando a pressão militar estrangeira deixa um país, tendo formado soldados e agentes da polícia que não têm objectivos próprios, nunca vi estes soldados e polícias abandonarem então a ideologia da guerra civil, que certamente tem um objectivo. Ela ganha sempre! A História mostra também isto, pelo que estou muito preocupado com a possível falta de continuidade do que estamos aqui a decidir. Devíamos reflectir sobre que tipo de plano nos permitiria retirar as nossas tropas de uma maneira aceitável e, ao mesmo tempo, pôr termo ao terrorismo.

**Lara Comi (PPE).** - (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a situação da segurança no Afeganistão agravou-se muito, recentemente, devido à inexistência de um controlo da totalidade do território. Vastas áreas do país regem-se por regras tribais, e não já pelo direito nacional. A sensação de insegurança alastrou também às grandes cidades, apesar do envolvimento contínuo e da acção de monitorização das forças da ISAF.

Tendo em conta que a luta contra o terrorismo está estreitamente associada às actividades desenvolvidas no terreno, fica claro que os Estados Unidos, os países aliados e a NATO não se podem retirar. A nossa permanência e o sucesso no Afeganistão dependem fortemente de uma abordagem política e militar, objecto de consenso a nível internacional e tendente a uma abordagem regional no terreno, tanto em relação ao Afeganistão como ao Paquistão.

Neste sentido, o novo plano de acção da União Europeia constitui um passo importante no reforço da segurança e no delicado processo de capacitação (*capacity building*) das instituições democráticas, dos direitos humanos e do desenvolvimento socioeconómico da região.

**Janusz Władysław Zemke (S&D).** - (PL) Senhora Presidente, penso que o plano de acção da União Europeia vai na direcção certa, pois o nosso apoio deve abranger duas áreas. A primeira é a melhoria da segurança. A segunda é a melhoria das condições em que as pessoas vivem. Pode dizer-se que os progressos na primeira área – respeitante à segurança – terão um efeito benéfico nas condições em que as pessoas vivem, enquanto os progressos na segunda área – respeitante à melhoria das condições em que as pessoas vivem – promoverão uma melhoria da segurança.

Considero, porém, que devíamos continuar a questionar a eficácia da nossa assistência. Em minha opinião, esta podia ser muito mais eficaz se pudéssemos contar com o apoio dos países que circundam a Ásia Central. Gostaria em particular de encorajar a União Europeia, a Senhora Alta Representante Ashton e a Senhora Ministra Cecilia Malmström a entrar em contacto com a Rússia e o Tajiquistão, pois trata-se de países que se podem revelar muito úteis, especialmente no que diz respeito à logística e ao transporte de abastecimentos para a população.

**Sajjad Karim (ECR).** - (EN) Senhora Presidente, presentemente, a deflagração de bombas terroristas constitui uma ocorrência diária tanto no Afeganistão como no Paquistão. Escolas, centros comerciais, centros de cidades e mesmo quartéis são alvo de ataques.

As forças armadas paquistanesas estão a conseguir repelir as tentativas de infiltração no Paquistão de terroristas provenientes do Afeganistão, mas pergunto a mim próprio: onde é que estes terroristas continuam a abastecer-se de armas? É demasiado simplista afirmar que isto é um assunto interno do Paquistão. A questão é muito mais complexa.

A senhora ministra Cecilia Malmström, levantou muito justamente a questão da cooperação regional. Através do nosso novo cargo para os assuntos externos, o cargo de Alto Representante, iremos falar com os vizinhos do Paquistão para os encorajar a fazer tudo o que puderem para ajudar o Paquistão nestes tempos difíceis?

É verdade que, enquanto existir desconfiança mútua entre o Paquistão e a Índia – e eu sou um grande defensor da reconciliação destes dois países – poucos progressos poderemos fazer. Enquanto o problema central da Caxemira não for resolvido, receio bem que não haja grandes avanços.

**Ivo Vajgl (ALDE).** – (SL) Em minha opinião, o plano de acção para o Afeganistão só fará sentido se sublinhar a nossa política europeia, ou seja, a abordagem europeia ao Afeganistão. Já estamos profundamente envolvidos nesse país e não podemos simplesmente aceitar as decisões dos nossos principais aliados, que não deixam de nos surpreender com algumas das suas opções estratégicas.

O que penso ser importante neste plano de acção é que ele dá claramente prioridade às iniciativas civis. Devemos enterrar de uma vez por todas qualquer veleidade de vitória militar. Não podemos vencer num território cuja população nos considera a todos os que estamos lá para ajudar como ocupantes e vê os talibãs como supostos combatentes da liberdade.

Gostaria de me juntar a todos os senhores deputados que sublinharam a necessidade de uma solução regional e a necessidade de um maior envolvimento dos países da região com fronteiras comuns com o Afeganistão. São eles quem goza da maior confiança do povo.

**Arnaud Danjean (PPE).** – (FR) Senhora Presidente, muito foi dito acerca do plano de acção da UE para o Afeganistão. Pessoalmente, lamento que, nas apresentações que hoje nos foram feitas, não se tenha insistido um pouco mais na articulação entre a missão EUPOL e a missão da NATO no Afeganistão. Temos de levar a cabo esta missão. Os problemas quantitativos e qualitativos com que ela está confrontada devem-se, sobretudo, à articulação com a NATO e, em nome da eficácia, temos de os resolver o mais depressa possível. Gostaria de ter ouvido mais acerca deste assunto.

A questão que levanto respeita ao Paquistão, cuja instabilidade crónica é, como todos sabemos, um factor de crise para toda a região e também para o Afeganistão. Verifico, no plano de acção, que está prevista a cooperação com o Paquistão nos domínios da luta contra o terrorismo e da segurança. Neste país há, como sabemos, uma grande proximidade ideológica e, por vezes, estrutural e organizacional entre movimentos islâmicos radicais que operam em Caxemira e na fronteira afegã. Gostaria de saber se as modalidades, a natureza e o calendário da assistência que estamos a planear são devidamente ponderados, a fim de evitar que esta conexão tenha efeitos extremamente perversos e nefastos.

**Corina Crețu (S&D).** – (RO) Há mais de oito anos, os nossos países têm vindo a desperdiçar vidas humanas, energia e enormes recursos financeiros num país devastado pela guerra onde dois impérios, o britânico e o soviético, já tinham ficado atolados. Infelizmente, o reforço político e militar da influência dos talibãs, a pobreza arrasadora deste país, o estatuto das mulheres, o comércio do ópio e a corrupção generalizada são tudo factos bem reais que fazem ressaltar o fracasso das operações que actualmente estão a ser conduzidas no Afeganistão.

Considero que a estratégia da União Europeia tem de combater o panorama crescente de caos e violência através do reforço e do aumento da eficácia da presença militar, bem como através da intensificação dos esforços de reconstrução, desenvolvimento e democratização no Afeganistão. O aumento da assistência ao desenvolvimento naquele país significa fundamentalmente um investimento na nossa própria segurança. É por isso que devemos fazer todos os esforços para manter à tona este Estado falhado e garantir aos seus cidadãos um nível mínimo de segurança física e material.

#### **PRESIDÊNCIA: McMILLAN-SCOTT**

*Vice-presidente*

**Piotr Borys (PPE).** – (PL) Senhor Presidente, actualmente, a situação no Afeganistão é o problema mais importante com que se defrontam as instituições internacionais e, em particular, agora que o Tratado de Lisboa entrou em vigor, a União Europeia. Este desafio não pode ser enfrentado sem três elementos na nossa estratégia: primeiro, o êxito de uma missão militar ambiciosa de dois anos, que tem de terminar com a derrota da al-Qaeda e a captação de uma parte dos dirigentes talibãs para o lado do governo. Segundo, estabilidade no Paquistão e em toda a região, incluindo a Índia – isto é um segundo desafio, fundamental – e, terceiro, a necessidade de construir a sociedade civil. Trinta anos de guerra são um problema enorme. Estamos perante

uma sociedade pouco instruída – mais de 90% da população não sabe ler. Nesta situação, é necessário muito apoio social para construir um Estado de Direito, boa governação e assistência social.

Queria dizer que, hoje em dia, o número de crianças que frequenta a escola no Afeganistão subiu de 700 000 para 7 000 000, e, em relação a isto, uma das questões fundamentais que a senhora Alta Representante Ashton enfrenta é, em particular, a necessidade de uma ajuda financeira efectiva para construir a sociedade civil no Afeganistão.

**Martin Ehrenhauser (NI).** – (DE) Senhor Presidente, talvez me permita que, enquanto membro da Delegação para as relações com o Irão, faça um breve comentário. Há algum tempo, o Parlamento Europeu em Bruxelas realizou um debate com o embaixador iraniano nesta cidade. Quando se lhe perguntou por que razão o número de sentenças de morte no Irão tinha quadruplicado desde que o presidente iraniano tomou posse, ele atribuiu isso ao aumento do tráfico de droga na região fronteiriça entre o Irão e o Afeganistão. Queria citar-lhe esta afirmação para que, a par da corrupção, se possa dar também a este problema a atenção adequada no plano de acção.

**Cecilia Malmström, Presidente em exercício do Conselho.** – (SV) Senhor Presidente, o Conselho está genuinamente grato pelo enorme empenhamento mostrado pelo Parlamento Europeu sobre esta matéria. Vou passar a responder a algumas das suas perguntas.

Senhor Deputado Kasoulides: o plano de acção toma a perspectiva regional como ponto de partida. Esta é absolutamente central. É dado um enorme ênfase à boa governação, ao combate à corrupção e aos princípios do Estado de Direito, e é este trabalho que está a orientar a UE. Nestas áreas, o Afeganistão e o Paquistão vão precisar do nosso apoio durante muitíssimo tempo no futuro. O senhor deputado Kasoulides tem razão ao dizer que não temos dado atenção suficiente ao problema das drogas. Apoiamos os esforços que estão a ser feitos, por exemplo, a cooperação e a assistência técnica da UNIDOC. Isto tem de continuar. O mais importante de tudo, claro, é apoiar o trabalho que o governo afegão está a desenvolver para criar uma maior prosperidade e uma boa governação social.

Ao senhor deputado Arlacchi, eu diria que estamos de acordo quanto aos esforços feitos até à data não terem sido suficientemente coordenados. Isso constituiu um problema para a UE, sendo por este motivo que é tão importante para nós termos agora este plano. A presidência sueca também se tem esforçado arduamente durante o Outono para obter o tipo de informação que o Senhor Deputado pede – quem está a fazer o quê, e quanto – e para ter uma perspectiva geral do que se está a passar. Agora temos uma imagem melhor e aguardamos com expectativa o seu relatório, que nos pode ajudar enquanto avançamos com este trabalho, bem como a cooperarmos consigo e com a Comissão de Negócios Estrangeiros.

Eu diria ao senhor deputado Danjean que a UEPOL é um elemento muito importante na nossa cooperação e o elemento mais importante para o governo afegão no que se refere ao trabalho da polícia civil. Revelou-se que há uma liderança muito forte instalada. As qualidades da UEPOL são reconhecidas por todas as partes – os afegãos, os EUA e outras. Aumentámos o número de 280 elementos do pessoal internacional. Lamentamos que os Estados-Membros não tenham sido capazes de fornecer os 400 elementos que solicitámos, e actualmente estamos a pedir novos contributos porque queremos ver os Estados-Membros envolvidos.

No pé em que as coisas se encontram actualmente, a UEPOL está a consolidar as suas actividades em seis áreas estratégicas em que estamos convencidos ser possível acrescentar valor: serviços de informações da polícia, investigação de crimes, estrutura de comando na polícia, relações entre polícia e ministério público, combate à corrupção e também direitos humanos e igualdade. São estas as prioridades afegãs. A NATO vai agora envolver-se na formação da polícia através da sua missão de treino e, naturalmente, precisamos de intensificar a nossa cooperação nesta área.

Finalmente, gostaria de dizer que o plano de acção é incrivelmente importante por permitir que a UE use os seus recursos de uma maneira melhor, mais coordenada. Temos agora de nos centrar na concretização de todas estas boas ideias. Podemos fazê-lo através da perspectiva regional, através da responsabilidade assumida pelos próprios governos do Afeganistão e do Paquistão e centrando-nos nas nossas prioridades políticas, Estado de Direito, democracia e direitos humanos.

A UE é um parceiro. Um parceiro muito importante, mas também há outros parceiros na região e, como é natural, temos de cooperar com eles. Aguardamos com expectativa a conferência de Londres, na qual esperamos que o Presidente Karzai apresente os seus planos, e o nosso maior desejo é aumentar o nosso apoio depois disso.



O apoio da UE é a longo prazo, duradouro e deve ser sustentável. É esse o sinal que devemos enviar. Isto vai levar tempo. Temos de ser realistas. Temos uma enorme quantidade de trabalho à nossa frente. É por este motivo que precisamos do empenhamento da UE. Precisamos de enviar um sinal de que estamos envolvidos nisto a longo prazo – sobretudo em nome das mulheres e crianças, como muitos deputados referiram.

**Catherine Ashton**, *Vice-Presidente designada da Comissão*. – (EN) Senhor Presidente, se me permite, irei apenas referir alguns pontos-chave levantados pelos senhores deputados.

Concordando com a Presidência quanto às questões dos narcóticos, o que temos procurado fazer é desenvolver uma resposta global que associe os aspectos do desenvolvimento rural com as questões sociais e, claro, com o Estado de Direito. É muito importante uma abordagem de todos estes elementos a partir de perspectivas diferentes.

Concordo com o que os senhores deputados afirmaram sobre a importância das questões relacionadas com a população civil. Actualmente, fizemos um progresso significativo; alguns de vós estão preocupados com este tema. Apenas um exemplo: em 2002, tivemos um apoio ao acesso aos cuidados de saúde de cerca de 7% da população; agora, em 2009, ele é de 85%. Posso dar outros exemplos; este é apenas um deles em que penso podermos absolutamente mostrar o que estamos a fazer e como a nossa acção tem sido eficaz no terreno. Concordo igualmente com o que foi afirmado por deputados como a senhora deputada Jean Lambert sobre o facto de a educação ser absolutamente central para o que fazemos em termos de apoio às crianças e também, como é evidente, em termos de formação para o emprego com os adultos.

Quanto aos fundos: é com prazer que afirmo que actualmente podemos falar de fundos muito bem geridos. Eles são administrados pela ONU ou pelo Banco Mundial e creio que os senhores deputados recebem um relatório com o ponto da situação. O último que tenho aqui tem a data de Julho de 2009. Para aqueles que não o viram, podemos garantir que irão receber cópias. Isto demonstra com grande clareza exactamente para onde vai o dinheiro, exactamente em que é gasto e o que esperamos alcançar com isso. Mas estou de acordo quanto à necessidade de termos de ser mais eficientes. Há sempre espaço para isso. Um dos desafios do meu cargo é unir o que se está a passar no terreno, torná-lo mais coerente e fazê-lo de forma mais eficaz. Alguns colegas referiram a necessidade de garantir que cumprimos os compromissos quanto à UEPOL.

Foi referido que temos de trabalhar em colaboração com a NATO; já tive uma reunião com o Secretário-Geral da NATO e estive na reunião com o General McChrystal, Richard Holbrook e a Secretária de Estado Hillary Clinton, para falarmos sobre o Afeganistão. Também estamos a contribuir para a consolidação da Conferência de Londres com o nosso diálogo com esses parceiros importantes e fundamentais no terreno.

Como é evidente, o que foi afirmado sobre os aspectos regionais é extremamente importante. Como parte do plano de acção, queremos concretizar essa cooperação regional. Há trabalho em curso: trabalho muito prático para desenvolver este projecto, particularmente ligações ferroviárias, cooperação comercial e por aí adiante. Mas concordo absolutamente: devíamos estar a fazer mais neste âmbito.

A Conferência de Londres a 28 de Janeiro é o novo marco significativo e abordará questões de segurança, de governação e de desenvolvimento social, económico e regional – questões muito importantes. Os problemas que identifiquei são a educação, a saúde, o desenvolvimento económico, o comércio, a justiça e os direitos humanos, todos eles problemas em relação aos quais posso dizer que tenho muita experiência.

**Presidente**. – Está encerrado o debate.

#### ***Declarações escritas (Artigo 149.º)***

**Charalampos Angourakis (GUE/NGL)**, *por escrito*. – (EL) O novo plano de acção da UE para o Afeganistão e o Paquistão destina-se a implementar a ambição estratégica da UE de desempenhar um papel imperialista ainda mais activo nesses países e na zona como um todo. No Paquistão, está a promover um acordo de comércio livre que irá permitir uma maior penetração dos monopólios euro-unificadores na Ásia meridional. No Afeganistão, está mesmo a procurar estabilizar a sua presença ainda mais, tanto independentemente, com a missão de policiamento da UEPOL no Afeganistão, como dentro da NATO, com o desenvolvimento da Força de Gendarmerie Europeia. As lutas internas imperialistas por uma parte dos despojos está a aquecer, apesar da estratégia de cooperação com os EUA e a NATO. A UE está a esforçar-se, com um pacote de dinheiro de 1 bilião de euros por ano e vários "programas de desenvolvimento", por reforçar a posição do capital europeu saqueando o país ocupado e adquirindo um trampolim para a exploração das populações e riquezas da zona como um todo. Ao mesmo tempo, a política de "exportação da democracia" está a tentar expandir o apoio à democracia até à estrutura imperialista de ocupação. As populações não podem escolher o "melhor

imperialista". Têm de acelerar a sua luta contra os planos de todos os imperialistas, a fim de se libertarem do jugo da ocupação no Afeganistão e na zona na sua totalidade.

**Elena Băsescu (PPE)**, *por escrito*. – (RO) Os problemas que afectam o Afeganistão e o Paquistão não se limitam a estes países. Na realidade, afectam-nos a todos. A missão lançada no Afeganistão tem de ser levada a bom termo. Tendo isto em mente, a Roménia está a considerar abertamente a possibilidade de aumentar o seu envolvimento neste país, incluindo reforços para treino do exército e fornecimento de apoio médico e institucional. Actualmente a Roménia tem 1 020 soldados estacionados no Afeganistão cujo empenhamento a garantir a paz e a estabilidade é unanimemente apreciado pelos nossos aliados. Precisamos de nos empenhar não só na frente militar, mas também no reforço das instituições estatais afegãs, fornecendo governação a nível local e regional, combatendo a corrupção e o tráfico de droga, treinando os agentes da polícia e proporcionando apoio técnico para o desenvolvimento agrícola. A este respeito, gostaria de referir a declaração feita pela Senhora Alta Representante Catherine Ashton sobre o aumento de fundos que a Comissão Europeia está a conceder para o desenvolvimento do Afeganistão. As acções da União Europeia no Afeganistão e no Paquistão têm de ser coordenadas. As situações nos dois países estão estreitamente ligadas e o êxito de uma depende da outra. A União Europeia tem de prosseguir com a sua parceria com o Paquistão e de ajudar este país na sua luta contra o extremismo e o terrorismo, bem como no que se refere às relações comerciais e à promoção dos direitos humanos.

**Ricardo Cortés Lastra (S&D)**, *por escrito*. – (ES) É necessário assegurar uma presença internacional que ajude a criar as condições básicas para a paz e a segurança para que seja possível reforçar a capacidade do governo do país, o Estado de direito, a luta contra a corrupção e o respeito pelos direitos humanos.

Quando eu falo de governo estou a referir-me também ao nível subnacional, o nível mais próximo dos cidadãos, e à governação no seu sentido mais amplo, incluindo todos os actores no Afeganistão. O desenvolvimento do país e o desenvolvimento da agricultura e das infra-estruturas do tecido comercial precisam urgentemente de um clima de paz e estabilidade e, acima de tudo, da protecção dos cidadãos através do combate à impunidade e à insegurança jurídica que os afecta directamente.

No entanto, os problemas quotidianos e urgentes dos cidadãos não podem ser esquecidos. Esses problemas não se confinam à segurança, mas prendem-se com a alimentação, a saúde e a educação. O Afeganistão vai sobreviver, e vai consegui-lo graças à força e ao trabalho dos próprios afegãos. No entanto, nós temos de estender-lhes a mão e, acima de tudo, não podemos retirá-la antes de tempo, quando eles mais precisam dela.

**Jaromír Kohlíček (GUE/NGL)**, *por escrito*. – (CS) Se existe um exemplo marcante em qualquer parte do mundo da incapacidade da UE adoptar uma posição independente sobre um problema criado pelos Estados Unidos, ele é a actual situação trágica no Afeganistão: uma infra-estrutura, estilhaçada, várias gerações com oportunidades mínimas de obterem instrução, condições medievais em termos de igualdade de género e o padrão global de corrupção absoluta. Trata-se de uma situação que, associada à produção de mais de 70% do ópio mundial e ao aumento da actividade por parte dos grupos terroristas, revela a completa impotência das forças de ocupação. Os bem conhecidos exemplos de injustiça, mesmo contra representantes eleitos, juntamente com as práticas ilegais da administração dos EUA, criaram um ambiente instável. As referências constantes à falta de respeito pela dignidade humana sob a ocupação soviética constituem uma tentativa vã de dissimular o caos e a anarquia actuais. Com mais de dois milhões de refugiados no Paquistão e uma fronteira porosa entre os estados, existem condições excelentes para a penetração de grupos armados nas zonas sul e leste do país. As tribos pashtun há muito que vivem de ambos os lados da fronteira e, no caos actual, é difícil descobrir quem é de onde. A resolução do PE de 2008 descreve com exactidão esta situação, mas é preciso dizer que as afirmações optimistas são despropositadas. Na situação actual, um reforço da presença militar e novas transferências de recursos financeiros e de equipas de peritos são completamente absurdos. A situação deteriorou-se acentuadamente ao longo do último ano e as afirmações optimistas da Comissão Europeia não se baseiam na realidade actual do Afeganistão.

**Krzysztof Lisek (PPE)**, *por escrito*. – (PL) É imperativo emprendermos uma acção com vista a melhorar a situação no Afeganistão. Em particular, as medidas importantes são: treinar os agentes de polícia, o pessoal militar, os funcionários judiciais e os professores, bem como combater a produção e o comércio de drogas. Estas medidas permitirão estabilizar o sistema social no Afeganistão. Indubitavelmente, é também necessário aumentar o contingente militar e policial e redobrar os esforços nas zonas fronteiriças com o Paquistão, a fim de impedir a circulação de armas e drogas entre os dois países. Vale também a pena pensar na direcção em que a economia afegã se deveria desenvolver no futuro, de modo que a população possa desistir de cultivar

papoilas e de fazer comércio de ópio. Numa palavra, a acção militar e policial devia ser acompanhada por medidas civis: apoio à criação de estruturas de um Estado afegão e ajuda ao desenvolvimento.

## 10. Bielorrússia (debate)

**Presidente.** – Seguem-se na ordem do dia as declarações do Conselho e da Comissão sobre a Bielorrússia.

**Cecilia Malmström,** *Presidente em exercício do Conselho.* – (SV) Senhor Presidente, Senhores Deputados, a relação da UE com a Bielorrússia não é isenta de complicações. Gostaria de dar início a este debate explicando por que motivo o Conselho tomou a decisão em Novembro relativamente às relações da UE com a Bielorrússia. Sei que esta questão é de grande interesse para muitos senhores deputados.

Quando abordámos este assunto, centrámo-nos em dois aspectos importantes. Por um lado, a UE queria enviar um sinal inequívoco de que não estamos contentes com a falta de progresso positivo nos últimos meses. Por outro, queríamos estabelecer os passos subsequentes no quadro do nosso diálogo com a Bielorrússia, com o objectivo de encorajar Minsk a tomar medidas num determinado número de áreas.

Sinto que o resultado foi uma decisão equilibrada que toma em conta estes aspectos. Esse resultado é constituído por três elementos principais.

Em primeiro lugar, estamos a alargar as nossas sanções, embora, ao mesmo tempo, a suspender as restrições às viagens para quase todos os indivíduos por elas atingidos. As excepções têm a ver com quatro pessoas directamente ligadas aos desaparecimentos políticos e à presidência da Comissão Eleitoral Central da Bielorrússia.

Em segundo lugar, estamos abertos à possibilidade de acordos de facilitação de vistos e readmissão entre a UE e a Bielorrússia.

Em terceiro lugar, há a perspectiva de um acordo de parceria e cooperação entre a UE e a Bielorrússia. Naturalmente, isto iria exigir desenvolvimentos positivos relativamente à democracia, direitos humanos e princípios do Estado de Direito. Foi solicitado à Comissão que empreendesse algum trabalho preparatório baseado nestes planos de acção, que foram desenvolvidos no quadro da Política Europeia de Vizinhança.

Nas conversações que empreendemos, tomámos em conta o facto de a situação na Bielorrússia ser melhor do que há 18 meses, conquanto tenha havido alguns passos à retaguarda. A expulsão de um estudante da universidade depois de participar num fórum da Parceria Oriental constitui um exemplo muito grave do que acabo de afirmar.

A transição de uma sociedade autoritária para a democracia – como muitos senhores deputados muito bem sabem – constitui um processo gradual. Será preciso tempo para a Bielorrússia e haverá muitos obstáculos ao longo do caminho. Por conseguinte, será necessário o nosso pleno apoio.

A crise financeira global está actualmente a proporcionar oportunidades de influência. A economia da Bielorrússia está de joelhos e a Rússia já não está preparada para dar garantias pelo país. No sector energético, os baixos preços do gás não passam de uma recordação.

Poderemos então explorar esta situação de modo a encorajar a Bielorrússia a mudar de rumo? A única maneira será através do diálogo. Temos de ajudar a consolidar o movimento cauteloso em direcção a uma maior abertura. Precisamos de ponderar até que ponto a nossa política de sanções é eficaz. A decisão do ano passado de suspender as restrições de visto depois de Minsk ter libertado os últimos prisioneiros em Agosto de 2008 ajudou a introduzir algum progresso no nosso diálogo.

O uso de sanções é uma forma importante de a União Europeia exercer pressão. Ao mesmo tempo, a Comissão deu alguns passos no sentido da cooperação com a Bielorrússia e o país faz parte da Parceria Oriental. O nosso apoio à Bielorrússia dentro do Fundo Monetário Internacional também é um passo positivo.

Criámos as condições, e agora temos de prosseguir de forma razoável e prudente. A decisão de alargar a suspensão da lista de proibição de vistos constituiu um sinal de que estamos a encarar com seriedade a hipótese de recompensar passos positivos que sejam dados. Se as coisas continuarem a evoluir nesta direcção, podemos dar mais um passo em frente.

De momento, o debate centra-se em duas alternativas possíveis. Uma é o desenvolvimento de um acordo formal e a outra é a possibilidade de acordos de facilitação de vistos e readmissão. A posição tomada pelo Conselho estabeleceu as bases para uma apreciação mais específica destas questões.

Um acordo de parceria e cooperação podia ter como resultado formalizarmos a relação entre a UE e a Bielorrússia de uma nova maneira. É uma forma de associar a condicionalidade com os diversos meios de que dispomos para exercer pressão no quadro de um acordo juridicamente vinculativo. Um acordo de parceria e cooperação também permitiria à Bielorrússia participar plenamente no elemento bilateral da Parceria Oriental.

No que diz respeito à facilitação de vistos, a intenção é que esta medida vise mais a população comum, o público em geral, do que a elite política. Isso representaria uma oportunidade importante de encorajar os contactos entre a sociedade civil e os cidadãos da Bielorrússia e a UE. Poderia tornar-se um factor essencial para a abertura da cultura da Bielorrússia e para influenciar esta mesma cultura. Isto está inteiramente de acordo com os objectivos da Parceria Oriental.

A facilitação de vistos está associada à readmissão. Isto não deveria ser um grande problema, uma vez que a Bielorrússia demonstrou a sua capacidade de cooperar em matérias relacionadas com o controlo de fronteiras.

A Bielorrússia tem uma localização importante na fronteira oriental da UE. Por consequência, temos interesse em ver esse país modernizar-se, desenvolver-se e avançar no sentido de se tornar um Estado livre e democrático. A importância de ter países vizinhos democráticos é um pilar fundamental da nossa estratégia de segurança.

Temos de trabalhar no sentido de infundir os nossos valores – como a democracia, uma economia de mercado e o respeito pelos direitos humanos – na Bielorrússia. Há aqui um paralelo nítido com o modo como desenvolvemos parcerias com alguns países, tanto a oriente como a sul.

Gostaria de terminar salientando que, como é natural, temos de continuar a estabelecer condições claras nas nossas relações com a Bielorrússia. O país tem de prosseguir com o seu avanço. As políticas repressivas do presidente Lukashenko têm de ser substituídas por uma maior democracia e uma maior tolerância. Os princípios do Estado de Direito têm de ser respeitados. Esta é a mensagem que estamos a enviar em todos os contactos bilaterais que têm lugar entre os Estados-Membros e a Bielorrússia.

O diálogo é essencial para as nossas exigências produzirem resultados. É por este motivo que nós, no Conselho, também acolhemos com prazer o aumento de contactos com vista a reforçar uma transição para a democracia. Iremos continuar a desenvolver o nosso apoio ao movimento para a democracia e à sociedade civil na Bielorrússia, que trabalham para a introdução de reformas e a integração europeia. Estamos muito gratos pelo apoio e empenhamento significativos demonstrados pelo Parlamento Europeu neste trabalho.

**Benita Ferrero-Waldner**, *Membro da Comissão*. – (EN) Senhor Presidente, caros colegas, Senhor Presidente do Conselho, Senhoras e Senhores Deputados, tenho muito gosto em debater hoje convosco o nosso relacionamento, muito importante, mas também muito exigente, com a Bielorrússia. Considero-o importante, porque a Bielorrússia se situa numa encruzilhada do nosso continente e exigente para a UE, porque a Bielorrússia ainda não definiu claramente o caminho do seu próprio futuro e das suas relações connosco. Ainda não sabemos que escolhas fará a Bielorrússia, pelo que importa continuarmos a trabalhar com este país.

Ao longo dos últimos dois anos, a União Europeia tem procurado desenvolver gradualmente o seu relacionamento com a Bielorrússia, na tentativa de encorajar o país a levar por diante um processo de reformas, na sequência das medidas, bastante modestas, devo dizer, que empreendeu até à data. Estou convencida de que a abordagem mais produtiva que podemos adoptar em relação à Bielorrússia é a do pragmatismo. O nosso relacionamento com este país deverá construir-se a partir dos sinais positivos que a própria Bielorrússia venha a dar, embora também nós devamos dar provas de alguma flexibilidade.

Já indicámos claramente que gostaríamos de ver a Bielorrússia assumir uma posição de plena participação na política europeia de vizinhança e que o país poderá aceder à via bilateral da Parceria Oriental, na condição de demonstrar, através de medidas sustentadas, o firme compromisso de iniciar um processo de democratização.

Entretanto, temos dado à Bielorrússia diversas provas importantes da nossa boa vontade. O relacionamento político da UE com a Bielorrússia foi este ano reforçado por uma série de visitas de alto nível. Em Junho de

2009, encetámos um diálogo sobre questões de direitos humanos. A Comissão estabeleceu igualmente conversações de natureza técnica com a Bielorrússia sobre diversos temas de interesse mútuo.

No mês passado, por exemplo, o Conselho “Assuntos Gerais e Relações Externas” decidiu prorrogar as medidas restritivas em vigor, designadamente a proibição de vistos e o congelamento de activos, até Outubro de 2010, devido à falta de progressos significativos na área dos direitos humanos e das liberdades fundamentais.

No entanto, a fim de encorajar o progresso democrático, o Conselho também prorrogou a suspensão das medidas restritivas e tomou outras duas decisões para incentivar a Bielorrússia a prosseguir no caminho das reformas. Congratulo-me com o facto de a Comissão poder começar agora a trabalhar no sentido de facilitar a questão dos vistos e de elaborar um plano de acção sombra relativo à PEV, o “plano intercalar conjunto”. Tais iniciativas constituem um incentivo à democratização da Bielorrússia, e estou convicta de que serão bem compreendidas, por um lado, pelo Governo e, por outro, em particular, pela população bielorrussa.

O plano intercalar conjunto para a Bielorrússia será desenvolvido tanto com as autoridades como com a sociedade civil, e espero que permita aprofundar o diálogo com o país, inclusive no que respeita a questões políticas sensíveis.

Os meus serviços estão a preparar recomendações com vista à adopção de directivas relativas a acordos de facilitação de vistos e de readmissão com a Bielorrússia. A facilitação de vistos é uma prioridade para o povo bielorrusso, e gostaria que um maior número de cidadãos deste país pudesse visitar a União Europeia, viajar livremente e efectuar transacções comerciais com a UE. No entanto, caberá naturalmente ao Conselho tomar uma decisão final sobre as modalidades de negociação.

Além disso, a Comissão está disposta a aumentar as dotações de assistência financeira à Bielorrússia para o período de 2010-2013. Propusemos um pacote de assistência macrofinanceira no valor de 200 milhões de euros, para o qual pretendemos obter a aprovação do Parlamento. A Comissão apoia a ideia de o BEI incluir a Bielorrússia no novo mandato do Banco. Espero sinceramente que essa inclusão se concretize.

No entanto, é evidente que se a Bielorrússia deseja aproximar-se mais da UE deverá demonstrá-lo através de acções concretas, pondo termo às prisões e perseguições por motivos políticos. De acordo com as recomendações do Gabinete das Instituições Democráticas e dos Direitos Humanos da Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa (OSCE/ODIHR), a reforma da legislação eleitoral é essencial. A liberdade de imprensa, bem como a liberdade de expressão e de associação deverão ser respeitadas e tornar-se a norma. A União Europeia também exorta a Bielorrússia a abolir ou instituir uma moratória à pena de morte, bem como a melhorar a situação das ONG, da sociedade civil e dos activistas de direitos humanos. Todas as medidas neste sentido dariam um importante contributo para o desenvolvimento de uma parceria mais estreita entre a Bielorrússia e a União Europeia.

Em suma, portanto, é muito claro o que propomos à Bielorrússia. A União Europeia está disposta a aprofundar as suas relações com Minsk e a apoiar o seu desenvolvimento político e económico. Exigimos, em contrapartida, que, pela sua parte, o Governo da Bielorrússia dê passos que permitam estreitar as nossas relações, tal como acontece com outros dos nossos parceiros orientais.

**Jacek Protasiewicz**, em nome do Grupo PPE. – (EN) Senhor Presidente, por que motivo insistiu o meu Grupo político em tratar a resolução após o debate? Não só para expressar o nosso apoio à decisão tomada pelo Conselho – pois trata-se de uma decisão sensata e correcta, e estou de acordo com ambos os seus argumentos –, mas sobretudo devido ao agravamento da repressão recentemente registado na Bielorrússia. A resolução mencionará todas as ocorrências registadas neste contexto, e se alguma delas vier a ser omitida no texto da resolução, pode ter a certeza de que será incluída sob forma de alteração, a apresentar pelo PPE, por escrito, ou por mim, oralmente, amanhã.

Existe outra questão que só hoje foi revelada pela comunicação social, a saber, um novo projecto de lei preparado por Alexander Lukashenko com o objectivo de controlar totalmente a Internet, à semelhança do que sucede na China ou mesmo na Coreia do Norte. Considero que também devemos aludir a este facto.

Por que razão está tudo isto a acontecer na Bielorrússia? Na minha opinião pessoal, em consequência das visitas irreflectidas – direi mesmo insensatas – do Primeiro-Ministro Silvio Berlusconi, que se avistou com Alexander Lukashenko e o cumprimentou enquanto dirigente democraticamente eleito, não encontrando, no entanto, tempo para se reunir com a oposição, bem como, pouco tempo antes, da visita do Presidente da Lituânia, que convidou Alexander Lukashenko a visitar a Lituânia, num gesto, a meu ver, igualmente irreflectido.

Por fim, permita-me recordar a alocução de Sergei Kovalev, esta manhã, que salientou, citando Andrei Sakharov, que o mundo ocidental deve oferecer e exigir. A questão é esta. Importa oferecer à Bielorrússia mais cooperação, mas também devemos exigir às autoridades bielorrussas progressos concretos no âmbito dos direitos humanos, da democracia e das liberdades.

**Kristian Vigenin**, *em nome do Grupo S&D*. – (BG) Senhor Ministro, Senhor Comissário, concordo inteiramente com a afirmação de que a Bielorrússia representa para a União Europeia um parceiro difícil.

Em contrapartida, não podemos apoiar a abordagem que a Comissão e o Conselho têm adoptado em relação a este país ao longo do último ano. Esta abordagem, baseada numa abertura gradual à Bielorrússia, na condição de que as autoridades da Bielorrússia adoptem medidas correctas, não nos parece representar a melhor forma de este país se converter paulatinamente à democracia ou de, pelo menos, se aproximar do nosso conceito de democracia.

Gostaríamos de ver algo reforçado o conteúdo das medidas que estão a ser tomadas pela Comissão Europeia e o Conselho, e que estas se centrassem um pouco mais na população da Bielorrússia, já que consideramos ser esta a forma de levar os próprios cidadãos a apoiarem a evolução que queremos incentivar no país, em colaboração com as autoridades bielorrussas. Refiro-me à democratização, à abertura e à realização de eleições livres e democráticas na Bielorrússia. Na Europa dos dias de hoje, é inconcebível que esse processo não possa ser levado a cabo num país europeu.

Os problemas que enfrentamos no que respeita à Parceria Oriental também se prendem com esta questão. Como sabem, o Parlamento Europeu não é favorável ao estabelecimento de relações oficiais com o Parlamento bielorrusso por entender que os deputados da Bielorrússia não foram eleitos em eleições livres e democráticas, o que significa que não podemos considerar o Parlamento bielorrusso como um parceiro oficial.

Ligada a esta questão está também a criação iminente de uma Assembleia Parlamentar da Parceria Oriental, que enfrenta alguns obstáculos. No entanto, a nossa abordagem consistirá em procurar, junto com a Comissão e o Conselho, seguir uma estratégia comum, que torne possível, também a nível parlamentar, implementar medidas correctas relativamente à Bielorrússia, desde que os bielorrussos, pela sua parte, dêem passos construtivos e cumpram as exigências que temos vindo a fazer-lhes.

Neste contexto, insto o Parlamento Europeu, a Comissão Europeia e o Conselho a unirem esforços para evitar iniciativas individuais, tais como a do Primeiro-Ministro Silvio Berlusconi, que prejudicam a nossa causa comum e acabam por reforçar a posição de Alexander Lukashenko. Isto deve ser evitado.

**Ivars Godmanis**, *em nome do Grupo ALDE*. – (EN) Senhor Presidente, gostaria de apresentar mais uma proposta, porque apesar de as relações entre o Parlamento e as autoridades estarem efectivamente congeladas, mantemos relações com a oposição. A minha proposta visa a organização de uma conferência, na Letónia ou noutro país, na qual possam participar representantes das autoridades e da oposição. Os temas da conferência seriam, em primeiro lugar, a energia, a segurança, a economia e os problemas de trânsito, que, para a Bielorrússia, são muito importantes, tal como para a UE; em segundo lugar, questões relativas a vistos e questões de vizinhança respeitantes aos cidadãos; em terceiro lugar os problemas relativos à democracia, aos partidos e aos direitos humanos; em quarto lugar, as perspectivas concretas da parte da Bielorrússia, ou seja, de que forma o país encara a Parceria Oriental no futuro próximo. Em última análise, estou convencido de que esta seria uma das formas de resolver o impasse em que nos encontramos. Terá de haver cedências de ambas as partes, pois de outra forma não chegaremos a uma solução.

**Werner Schulz**, *em nome do Grupo Verts/ALE*. – (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, há cerca de duas semanas, o Primeiro-Ministro italiano tornou-se o primeiro chefe de governo ocidental em muitos anos a visitar a Bielorrússia. Elogiou o trabalho e as políticas do Presidente Alexander Lukashenko e considerou a elevada afluência às urnas como um sinal da grande admiração e apreço que a população nutre pelo seu Presidente. Infelizmente, esqueceu-se de visitar a oposição, o que costuma ser a atitude esperada, levando as autoridades a não reconhecer que haviam tomado medidas de liberalização na Bielorrússia e, pelo contrário, a assumir uma posição menos tolerante em relação à oposição, o que originou mais repressão e distúrbios.

Foi por este motivo que decidimos apresentar hoje esta proposta de resolução, destinada a esclarecer que poderes e abordagens da sociedade civil pretendemos apoiar, bem como a sublinhar que só poderemos falar de uma parceria – algo que, por enquanto continua evidentemente em suspenso – quando pudermos prosseguir plenamente o diálogo de direitos humanos com a Bielorrússia. Esse diálogo implica o respeito pela liberdade de expressão, a possibilidade de a oposição se organizar e a existência legal de partidos de

oposição, entre outros. Consideramos estas condições como essenciais e pensamos que devem constituir a base para a criação de uma futura parceria. Esperamos que a União Europeia defina uma posição comum neste contexto e que a futura Alta Representante envide todos os esforços no sentido de a defender.

**Valdemar Tomaševski**, *em nome do Grupo ECR*. – (LT) Senhor Presidente, a Bielorrússia, país da Europa Central, é o berço histórico do Grão Ducado da Lituânia. O Ducado foi um defensor dos valores da civilização ocidental na sua periferia nordeste. Assim, é positivo que as conclusões do Conselho de 17 de Novembro deste ano criem novas oportunidades de diálogo, bem como o reforço da cooperação entre a União Europeia e a Bielorrússia.

No entanto, devemos passar das palavras e dos gestos para algo de concreto. Começemos pelas relações entre os dois povos, que devem ser aprofundadas pela inclusão da Bielorrússia em processos a nível europeu e regional. Exorto a Comissão a preparar urgentemente recomendações sobre procedimentos destinados à simplificação do regime de vistos e a uma abolição total do regime de vistos no interior da zona fronteiriça de 50 quilómetros. As pessoas que vivem no centro da Europa devem ter o direito e a oportunidade de circular livremente entre as duas zonas.

**Jiří Maštálka**, *em nome do Grupo GUE/NGL*. – (CS) Li atentamente as propostas de resolução sobre a questão em apreço e acompanhei com interesse o debate. Parece-me que a maioria das propostas apresentadas visa introduzir uma mudança positiva na atmosfera de frieza que tem caracterizado até à data o relacionamento entre a UE e a Bielorrússia. Encaro o projecto de Parceria Oriental como uma boa oportunidade de logarmos uma melhoria significativa no nosso relacionamento. Antes de mais, gostaria de salientar a predominância, na esfera económica, de uma abordagem pragmática, mas este processo não pode ser unívoco. A UE também deve abrir-se aos bens e serviços da Bielorrússia. Segundo, é essencial, na minha opinião, libertar os recursos financeiros destinados à Bielorrússia no contexto da Parceria Oriental. Terceiro, a facilitação da política de vistos da UE contribuiria certamente para o diálogo. Quarto, deveríamos apoiar mais a vertente ambiental da nossa cooperação. Todos sabemos que a Bielorrússia foi muito afectada pela catástrofe de Chernobyl e que a nossa assistência é muito necessária. Apesar de ter plena consciência das circunstâncias históricas e políticas da Bielorrússia, também acredito firmemente ter chegado o momento de a Bielorrússia se juntar ao número dos países que proibiram a pena de morte.

**Fiorello Provera**, *em nome do Grupo EFD*. – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, respondendo ao senhor deputado Schulz, gostaria de salientar o direito que tem qualquer Chefe de Estado ou de Governo a deslocar-se oficialmente a países dentro ou fora da Europa, desde que em consonância com o Conselho. Por isso considero muito inconveniente esta censura ao Primeiro-Ministro italiano.

Todavia, voltando ao tema em análise, ao aderir à Parceria Oriental, a Bielorrússia demonstrou a sua vontade de partilhar com a Europa a via do desenvolvimento económico e das reformas. A Comissão reconheceu alguns progressos feitos pela Bielorrússia, como a libertação dos presos políticos, a reforma do código eleitoral e a autorização de circulação de alguns jornais da oposição, ainda que sob controlo governamental. Isto não significa que haja uma democracia plena, mas é, certamente, um progresso relativamente ao passado.

A União Europeia tem, portanto, a possibilidade de incentivar as reformas através do diálogo no âmbito da Parceria Oriental e da Euronest, mantendo, simultaneamente, uma política de monitorização dos resultados obtidos e dos progressos alcançados. Por isso estou de acordo com o mandato conferido ao Senhor Deputado Vigenin para negociar com Minsk uma representação adequada na Assembleia Euronest, que não se limite apenas à sociedade civil, mas que inclua também membros do parlamento da Bielorrússia.

Isso permitir-nos-ia ainda entrar em diálogo com os decisores políticos sobre questões como os direitos humanos e estabelecer um canal de comunicação com o governo para apoiar o processo de reformas. Não teriam, assim, qualquer desculpa para deixar de responder ou para dar respostas insatisfatórias.

**Peter Šťastný (PPE)**. – (SK) A Bielorrússia merece mais atenção da parte tanto da UE como do Parlamento Europeu. Sou francamente a favor de que nos disponibilizemos para apoiá-la, contanto que a sua resposta seja mensurável e adequada. As nossas exigências devem, porém, ser estabelecidas em função de princípios. Desse modo, os beneficiados serão a democracia, as relações entre a UE e a Bielorrússia e, inquestionavelmente, os cidadãos desse país.

Assim, saúdo o convite à Bielorrússia para aderir à Assembleia Parlamentar Paritária Euronest, sob estrita condição de aceitar a fórmula 5+5 no que respeita à escolha de delegados (5 deputados + 5 representantes da oposição), de que o Parlamento Europeu é um firme defensor. Por outro lado, a violação grosseira dos princípios que regem as visitas oficiais de responsáveis de Estados-Membros da UE é lamentável. Um dos

princípios que devem ser acatados em visitas oficiais à Bielorrússia é o da realização de um encontro com a oposição. Foi precisamente esse princípio que foi infringido de modo flagrante, com a ausência de um tal encontro no programa da recente visita de um influente Estado-Membro da UE. Comportamentos desta índole representam um golpe para os nossos esforços, afectam o bom nome da União Europeia e das suas instituições e, decididamente, não favorecem a consolidação da democracia na Bielorrússia.

**Justas Vincas Paleckis (S&D).** – (LT) Ao longo de seis anos no Parlamento Europeu, defendi e continuo a defender a ideia de que o melhor que a União Europeia pode fazer, em prol dos cidadãos da Bielorrússia e da UE, mormente os que vivem nos países vizinhos, não é impor sanções ou restrições, mas abrir tanto quanto possível as portas à cooperação entre as pessoas, com realce para os jovens, e ao estreitamento dos laços nos planos dos negócios, da cultura e da ciência e noutras áreas.

É muito positivo que, pelo segundo ano, Bruxelas esteja, de forma pragmática, a promover a mudança pela via do estreitamento das relações com a Bielorrússia e o seu povo. É verdade que essa política ainda não produziu todos os frutos que dela se esperam, mas regressar ao passado seria de facto um erro. Por conseguinte, apoio a acção do Conselho e da Comissão, e em especial a ideia de estabelecer um plano de acção para a Bielorrússia.

Há dois anos, com a adesão dos novos Estados-Membros da UE ao Acordo de Schengen, o que resta do Muro de Berlim, para usar uma metáfora, deslocou-se para Leste. Enquanto até aí os habitantes da Lituânia, Letónia, Polónia e Bielorrússia, muitas vezes ligados por laços familiares, podiam visitar-se uns aos outros sem pagarem quaisquer taxas, agora os bielorrussos têm de despende uma quantia equivalente a quase metade do seu salário mensal pela emissão de um visto para viajarem para o espaço Schengen. Tais barreiras burocráticas e financeiras têm de ser demolidas o mais depressa possível. Por outro lado, as manobras de Minsk com vista a protelar a celebração do acordo com a Lituânia e outros estados para a facilitação da passagem de fronteiras por habitantes das regiões fronteiriças geram dúvidas sobre a boa-fé das autoridades.

Segundo as sondagens, cerca de 30% da população da Bielorrússia é favorável ao estabelecimento de melhores relações com a União Europeia. Enquanto isso, 28% da população deseja uma melhoria das relações com a Rússia. Isto não constitui uma contradição. A União Europeia não pretende, na realidade, separar a Bielorrússia da Rússia ou torná-las inimigas uma da outra. Não é o Ocidente que carece das reformas, mas os próprios bielorrussos.

Bom, um processo dinâmico de modernização económica e a participação na política da Parceria Oriental podem contribuir para a sua introdução.

**Paweł Robert Kowal (ECR).** – (PL) Senhor Presidente, ao seguir o nosso debate, fico com a impressão de que falamos pouco do nosso principal objectivo, que é a realização de eleições livres na Bielorrússia. Não devemos nunca perder de vista esse aspecto. Como deputados ao PE, eleitos em eleições democráticas nos nossos países, não podemos ignorar esse objectivo fundamental.

Estou persuadido de que, tanto nas fileiras da oposição como nas governamentais, muita gente está à espera de que nós falemos de eleições livres. Eles próprios estão, também, à espera desse sinal. Sei isso por experiência própria. Merecem uma resposta simples e clara. Estamos a lutar pela realização de eleições livres na Bielorrússia, e para que a Bielorrússia se torne um parceiro europeu livre. Ontem, lográmos obter uma declaração da Senhora Comissária Ferrero-Waldner sobre o Plano Sarkozy, que eu lhe agradeço.

Hoje, tenho outro desejo. Gostaria que a Senhora Comissária Ferrero-Waldner declarasse taxativamente que, até à realização de eleições livres na Bielorrússia, não serão desenvolvidos quaisquer contactos políticos com este país nas áreas sob a sua alçada, excepto com a oposição, que não será abrangida pela medida. Por favor, profira uma declaração pública nesse sentido. Ficar-lhe-emos muito gratos por isso. Será um presente de Natal para nós.

**Bastiaan Belder (EFD).** – (NL) Senhor Presidente, no início deste ano - na quarta-feira, dia 14 de Janeiro, para ser mais preciso - tive igualmente a honra de participar num debate sobre a Bielorrússia realizado nesta Câmara, no qual também estava presente a Senhora Comissária Ferrero-Waldner. No fim do ano parlamentar, é natural que se indague se houve mudanças significativas nas relações entre a UE e a Bielorrússia, e, do meu ponto de vista, o ano de 2009 caracterizou-se pelo *status quo* entre Minsk e Bruxelas. Que conclusões devem as instituições europeias extrair desse facto? Em primeiro lugar, o risco de que o regime do Presidente Lukashenko na Bielorrússia continue simplesmente a vacilar entre Moscovo e Bruxelas, ou entre a simulada integração com a Rússia e a simulada aproximação a Bruxelas, mantém-se. Se por um lado existe a afectividade



económica da Europa, por outro lado há o desejo da elite política bielorrussa de consolidar o seu poder. As mais recentes mudanças de posição ao mais alto nível político em Minsk apontam para uma linha mais dura.

A União Europeia tem de utilizar uma estratégia equilibrada no sentido aproveitar a oportunidade de operar uma mudança gradual de mentalidade ao nível da população e da elite, uma oportunidade que resulta das estruturas de diálogo e cooperação agora estabelecidas, em combinação com a crise económica mundial, que também impele o Governo de Lukashenko a agir.

Em suma, para esse efeito todas as instituições europeias precisam de estabelecer contacto com todos os grupos-alvo bielorrussos, incluindo as forças da oposição, a sociedade civil e até mesmo a população civil. É evidente que o Parlamento Europeu também procurará estabelecer um contacto substantivo com o Parlamento bielorrusso.

**Konrad Szymański (ECR).** – (PL) Os resultados obtidos com a tentativa de desanuviamento nas relações entre a União e a Bielorrússia continuam a ser ambíguos. O recurso a pressão política por parte da União Europeia é, pois, condição essencial para que a tendência muito ténue de mudança esboçada em Minsk se não desvaneca. A abertura de canais de comunicação com as autoridades tem de ser acompanhada por uma posição de rejeição do parlamento não democrático de Minsk. Devemos também ter o máximo cuidado, para evitar que os bielorrussos livres se sintam rejeitados, pelo que a insensata preterição de reuniões com representantes da oposição é altamente irresponsável.

Minsk tem de compreender que a nossa política tem um objectivo – a instauração de uma democracia na Bielorrússia. Um processo de mudança política só será possível quando garantirmos o acesso dos bielorrussos a informação independente. Um projecto em particular que requer o nosso apoio, hoje, é o da estação televisiva Belsat, que é, desde há dois anos, o único canal em Bielorrusso que fornece informação não censurada sobre a situação no país, e está a suscitar um interesse crescente entre o público bielorrusso.

**Paul Rübig (PPE).** – (DE) Senhor Presidente, Senhora Ministra Cecilia Malmström, Senhora Comissária, regozijo-me particularmente com o facto de a senhora Ferrero-Waldner, enquanto nossa Comissária, ter apoiado sempre as causas da instauração da democracia e de uma economia de mercado, e ter também estabelecido novos padrões nessa matéria, na Bielorrússia. A esse propósito, queria agradecer-lhe muito sinceramente o trabalho que desenvolveu como Comissária responsável pelas relações externas e pela Política Europeia de Vizinhança e desejar-lhe as maiores felicidades para o futuro.

**Marek Siwiec (S&D).** – (PL) Senhor Presidente; demos connosco numa situação que denota uma espécie de esquizofrenia nas relações com a Bielorrússia. Isso porque, por um lado, há líderes europeus que mantêm contacto com o Presidente e com um Governo bielorrusso que representa o Parlamento e o regime político bielorrussos, o que é positivo, mas, por outro, não desejamos, porque temos princípios, tratar com um parlamento que foi eleito em eleições, cuja organização deixa a desejar e que não foram, nem livres, nem transparentes. Esta esquizofrenia vai ter de acabar, e é preciso afirmá-lo claramente.

O momento próprio para definirmos de vez a nossa política em relação à Bielorrússia é o da realização das eleições locais do próximo ano. Ou elas decorrem de acordo com as normas que aceitamos e dão indicações de uma abertura significativa, ou ver-nos-emos simplesmente forçados a deixar de acreditar na possibilidade de o regime da Bielorrússia promover um processo de abertura, porque se tornará óbvio que Alexander Lukashenko sabe o que quer, e que nós, em compensação, não sabemos verdadeiramente o que queremos.

Já a conduta do Primeiro-Ministro Silvio Berlusconi, porém, foi muito elucidativa acerca da sua pessoa, porque, se o procedimento de Lukashenko representa para ele um ideal de liderança, se é para ele um modelo marcante de liderança, só nos resta cruzar os braços e lamentar que entre os 27 líderes dos países da União Europeia se conte um tal líder.

**Charles Tannock (ECR).** – (EN) Senhor Presidente, na minha qualidade de observador de longa data da evolução da situação na Bielorrússia, país europeu de média dimensão que está a isolar-se gradualmente e a tornar-se uma espécie de Cuba da Europa, entendo ser importante que a UE mantenha relações com este país. O Presidente Alexander Lukashenko, não obstante ser o protótipo do *Homo sovieticus*, compreende perfeitamente os mecanismos do poder e, conseqüentemente, necessitamos que exista um volume razoável de trocas comerciais entre a UE e a Bielorrússia e que haja contactos e uma relação política. Como tal, concordo que, a seu tempo, será necessário procedermos ao levantamento das sanções selectivas e à ratificação de um APC.

Portanto, após anos de uma política comunitária de isolamento da Bielorrússia, concordo agora que uma abordagem pragmática assente no incentivo e na reprimenda é a correcta. Devemos facilitar o estabelecimento de contactos com a sociedade civil da Bielorrússia e tornar os vistos mais baratos, concedendo à Bielorrússia estatuto de observador na Assembleia Euronest, assim como acesso aos programas da Parceria Oriental.

Demos um primeiro passo generoso. Agora, insto Minsk a vir também ao nosso encontro, melhorando o seu registo em matéria de direitos humanos e de democracia.

**Andreas Mölzer (NI).** – (DE) Senhor Presidente, a política da União Europeia para a Bielorrússia é, indubitavelmente, um exemplo de sensatez. Devemos agradecer à Senhora Comissária cessante, Benita Ferrero-Waldner, o trabalho bem-sucedido que desenvolveu nesta matéria.

Os processos de reforma e, também, de democratização da Bielorrússia devem, indubitavelmente, ser apoiados pela União Europeia. Contudo, a União Europeia e os seus Estados-Membros não devem ter a arrogância de pretender que os seus padrões de democracia constituem um modelo para o resto do mundo.

Uma coisa é certa, no que se refere à Bielorrússia: se quisermos que as nossas relações com a Rússia prosperem, somos obrigados também a respeitar alguns interesses históricos e geopolíticos do Kremlin. Essa é, provavelmente, a questão mais sensível que se levanta no âmbito da política europeia para a Bielorrússia.

**Filip Kaczmarek (PPE).** – (PL) Falou-se aqui da necessidade de fomentar o intercâmbio juvenil e cultural entre a União e a Bielorrússia. Receio que tal objectivo seja muito difícil de cumprir. No dia 3 de Dezembro, Tatiana Szapučko, porta-voz da organização oposicionista Frente Jovem, viu o seu nome riscado da lista dos alunos da faculdade de direito da universidade estatal bielorrussa. Porque foi o seu nome retirado da lista? Por ter participado num fórum sobre a Parceria Oriental que teve lugar em Bruxelas. Os responsáveis da universidade consideraram que se ausentara sem autorização, e ela foi expulsa da universidade por isso.

Esta medida talvez não encerre qualquer perigo para uma mulher na Bielorrússia, mas para os homens as consequências de uma expulsão da universidade na Bielorrússia podem ser bastante mais dolorosas, uma vez que o serviço militar é utilizado como forma de punição, em substituição da cadeia. Há jovens soldados, como Franek Wiczorka, chefe da organização de juventude Frente da Juventude Bielorrussa, e Ivan Szyła, da já mencionada Frente Jovem, que estão a ser objecto de perseguição no serviço militar, que é usado como punição, e onde são privados de acesso a informação. Devemos lutar contra esta situação e apoiar aqueles que são punidos desta forma.

**Cecilia Malmström, Presidente em exercício do Conselho.** – (EN) Senhor Presidente, Senhora Comissária, Senhoras e Senhores Deputados, considero que o facto de a abordagem da questão da Bielorrússia contar com um apoio tão forte de todas as instituições europeias é de grande importância.

Ela é, realmente, um parceiro muito difícil, mas é nossa vizinha, um país com que temos fronteiras comuns. Alguns dos países aqui representados têm laços históricos estreitos com o povo bielorrusso, e, por conseguinte, devemos fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para o ajudar a evoluir no sentido da democracia, dos direitos humanos e da instauração de um estado de direito e de uma economia de mercado.

Estamos preocupados com alguns retrocessos que têm ocorrido ultimamente, por exemplo, o caso da estudante que foi expulsa. A Presidência sueca reagiu de modo muito firme em Minsk e emitiu também diversas declarações: naturalmente, deploramos esse acto, que nunca deveria ter tido lugar.

Mantivemos numerosos contactos com a sociedade civil ao longo do ano corrente. Realizou-se, há algumas semanas, em Bruxelas, uma conferência com a sociedade civil. Há algumas semanas, avistei-me pessoalmente em Estocolmo com representantes da oposição, e está a ser feito um esforço contínuo de ligação com a sociedade civil e a oposição. Estas são débeis, mas existem e carecem do nosso apoio, e esse apoio vai manter-se.

Considero muito interessantes as sugestões de temas para a conferência avançadas pelo senhor deputado Godmanis. Merecem, sem dúvida, ser exploradas, a ver se somos capazes de fazer progressos.

Espero que esta dupla abordagem da questão da Bielorrússia – de incentivo e reprimenda, como lhe chamou, salvo erro, o senhor deputado Tannock – venha a ser coroada de êxito. Demonstra que estamos verdadeiramente empenhados, expusemo-nos. Podemos mostrar a Alexander Lukashenko e ao regime bielorrusso que, se se dispuserem a avançar no sentido da democratização, no sentido do respeito dos valores internacionais, isso abrir-lhes-á novas perspectivas. Há um caminho para a integração europeia; há um caminho para a colaboração com a União Europeia, para a facilitação da emissão de vistos e o aprofundamento da Parceria Oriental.

Cabe-lhes agora responder. Estendemos a mão ao país, com o apoio cabal de todas as Instituições europeias, e agora, por favor, Minsk, aceite-a, porque tem muito a ganhar com isso, tal como o povo bielorrusso.

**Karel De Gucht**, *Membro da Comissão*. – (EN) Senhor Presidente, em conclusão, gostaria de frisar – e falo também em nome de Benita Ferrero-Waldner, claro – que achei a nossa discussão de hoje muito franca e de enorme utilidade. Desejo agradecer aos senhores deputados um debate construtivo e virado para o futuro.

A UE está, em princípio, pronta para colaborar estreitamente com Minsk e apoiar a introdução de reformas políticas e económicas que são urgentemente necessárias. Se a liderança bielorrussa der passos significativos no plano da democratização, a UE está pronta a aceitar a Bielorrússia como membro de pleno direito na Parceria Oriental. Entretanto, a UE insta, e continuará a instar, a Bielorrússia a dar passos novos e irreversíveis no sentido da adopção de um regime democrático, sem o que não será possível explorarmos todas as potencialidades da nossa relação. Espero sinceramente que, em 2010, possamos estar em condições de encetar, de forma gradual e inteligente, um novo relacionamento com a Bielorrússia e de oferecer ao povo bielorrusso as perspectivas e os benefícios tangíveis inerentes a uma relação estreita com a UE.

A UE espera que a Bielorrússia tome uma série de medidas no domínio das reformas democráticas, com vista a aproximar-se da UE e de, em conjunto, contribuírmos para o alargamento do espaço de paz, estabilidade e prosperidade composto pelos seis países membros da Parceria Oriental e pela Rússia, o parceiro estratégico da UE.

São cinco as medidas que esperamos que a Bielorrússia tome de forma resoluta e irreversível.

Primeira, assegurar que não se verifiquem recuos no que respeita aos presos políticos e à perseguição penal por motivos políticos. Segunda, levar a cabo uma reforma radical da legislação eleitoral em conformidade com as recomendações da Agência da OSCE para as Instituições Democráticas e os Direitos Humanos. Terceira, iniciar uma liberalização da comunicação social e garantir as liberdades de expressão e de reunião. Quarta, melhorar as condições de trabalho das ONG mediante a adopção de medidas de regulação e legislativas. Quinta, abolir a pena de morte ou suspender a sua aplicação por meio de uma moratória.

A introdução de uma moratória à aplicação da pena de morte e a sua subsequente abolição, assim como passos cruciais com vista à adesão ao Conselho da Europa constituiriam gestos de grande alcance enquanto sinais de comunhão pela Bielorrússia dos valores internacionais comuns. Nas suas conclusões de Novembro, o Conselho da UE exortou a Bielorrússia a introduzir uma moratória no que respeita à aplicação da pena de morte. Além disso, a Comissão desenvolveu acções de comunicação na sequência da comemoração do 10.º Dia Internacional contra a Pena de Morte.

Que pode a UE fazer pela Bielorrússia? Que lhe propõe? A Comissão acredita que, no caso da Bielorrússia, uma abordagem pragmática será a mais apta a produzir resultados. O desenvolvimento progressivo das relações da UE com a Bielorrússia deve depender dos passos positivos dados pela própria Bielorrússia, porém, nós temos igualmente de dar provas de flexibilidade. As conclusões do Conselho "Assuntos Gerais e Relações Externas" (AGEX) de Novembro de 2009 habilitam a UE a oferecer incentivos à Bielorrússia para a adopção de medidas que desejamos ver introduzidas, sem quebra da fidelidade aos nossos princípios. É isso que entendo por "pragmatismo".

A nossa mensagem à Bielorrússia é clara. Primeiro, a UE está pronta a colaborar estreitamente com Minsk e a apoiar o desenvolvimento político e económico da Bielorrússia e, caso a sua liderança dê passos positivos relevantes, a aceitá-la como membro de pleno direito da Parceria Oriental. Isso arrastaria consigo o desenvolvimento da nossa relação bilateral no quadro da Parceria e o lançamento de um amplo processo de diálogo político e económico, bem como acções de cooperação sectorial.

Entretanto, em Maio de 2009, a Bielorrússia foi convidada a aderir à dimensão multilateral da PO. Tem participado de forma construtiva a nível vice-ministerial nos quatro fóruns multilaterais – democracia e governança, integração económica, segurança energética e contactos interpersonais.

Em segundo lugar, esperamos que a Bielorrússia dê passos novos, irreversíveis, no sentido da adopção de normas democráticas, sem o que não será possível explorarmos todo o potencial da nossa relação.

Em terceiro lugar, a inexistência de um APC não afecta exclusivamente a Bielorrússia; priva-nos também a nós de uma base jurídica para a criação de estruturas como um diálogo formal em matéria de direitos humanos e em questões comerciais ou de energia. Na Comissão, continuamos a perfilhar a opinião de que a ratificação do APC é uma medida útil, mas continuaremos a usá-la como um instrumento de incentivo à adopção de novas medidas por parte da Bielorrússia.

Em quarto, e último, lugar, a Comissão começou a trabalhar na implementação das conclusões do Conselho AGEX de Novembro de 2009, e logo que lhe seja possível apresentará mais propostas ao Conselho de Ministros da UE.

**Presidente.** – Está encerrado o debate.

Recebi sete propostas de resolução<sup>(1)</sup> apresentadas nos termos do artigo 110.º, n.º 2, do Regimento.

A votação terá lugar amanhã (Quinta-feira, 17 de Dezembro de 2009).

*Declarações escritas (artigo 149.º)*

**Cristian Silviu Buşoi (ALDE), por escrito.** – (RO) Os valores democráticos e o respeito dos direitos humanos e das liberdades individuais constituem o leito de rocha em que a UE foi edificada. Como o nosso objectivo essencial consiste em auxiliar os países nossos vizinhos a democratizarem-se e a Bielorrússia é um dos últimos países europeus que ainda estão sujeitos a um regime autoritário, penso que devemos definir um conjunto de condições muito claras e rigorosas para o estabelecimento de qualquer contacto político com a Bielorrússia. A Bielorrússia empreendeu algumas reformas, mas são insignificantes face aos problemas que existem, especialmente em matéria de respeito dos direitos humanos, liberdade de imprensa e liberdade de expressão. É necessário apoiar a acção dos militantes da causa dos direitos humanos e das liberdades individuais. Sou a favor da ideia de estabelecer contactos com a oposição e, em particular, da promoção de contactos individuais entre os cidadãos da UE e da Bielorrússia. Permitirão aos cidadãos bielorrussos falar livremente com pessoas que partilham valores democráticos. Isso contribuirá para o desabrochar da sociedade civil e facilitará o desenvolvimento de um processo de democratização, que goze de apoio popular e seja da iniciativa do próprio povo. Essa é a única maneira de criar uma democracia saudável, em que sejam respeitados os direitos de todos. Consequentemente, o recurso às sanções como meio de pressão tem de ser conjugado com a facilitação dos contactos entre os cidadãos da UE e da Bielorrússia.

**Kinga Göncz (S&D), por escrito.** – (HU) Queria saudar a participação construtiva da Bielorrússia no processo da Parceria Oriental, bem como a instauração de um diálogo em matéria de direitos humanos entre a UE e a Bielorrússia. Ao longo do último ano, foram iniciados neste país processos positivos, com a libertação de presos políticos, mas verificamos que, depois, o movimento de abertura caiu num impasse. Essa situação deve-se a problemas surgidos em sede de registo dos partidos políticos e de licenciamento de órgãos de comunicação social independentes e organizações civis. Por via disso, a UE viu-se obrigada a prorrogar as medidas restritivas em matéria de viagens. Espero sinceramente que a Bielorrússia porfie na senda das mudanças positivas que encetou no ano transacto e proporcione desse modo à UE uma oportunidade, também, de tomar medidas positivas de retribuição. Até que tal suceda, julgo que é importante igualmente ponderar se podemos avançar no campo da facilitação da emissão de vistos, uma vez que os contactos interpessoais podem dar um contributo de primeira importância para uma maior abertura política, bem como para o processo de democratização.

**Bogusław Sonik (PPE), por escrito.** – (PL) No debate sobre a situação na Bielorrússia em matéria de respeito dos direitos humanos e a decisão dos Estados-Membros de prorrogarem até Outubro de 2010 as sanções contra alguns representantes do regime bielorrusso, deve assinalar-se que a situação na Bielorrússia está a mudar gradualmente.

Nas conclusões do Conselho Europeu de 17 de Novembro de 2009, lê-se que emergiram novas possibilidades de diálogo e de reforço da cooperação entre a União Europeia e a Bielorrússia. Desejosos de encorajar as autoridades da Bielorrússia a empreender reformas, os Estados-Membros acordaram num levantamento temporário das restrições à liberdade de circulação que tinham sido aplicadas contra certos altos responsáveis do regime bielorrusso. A Comissão Europeia está a preparar um projecto de directiva tendente a facilitar a obtenção de vistos comunitários por cidadãos bielorrussos e um acordo de readmissão.

Contudo, não devemos esquecer que os direitos humanos continuam a ser violados na Bielorrússia, e que os passos positivos promissores dados desde Outubro de 2008, como a libertação da maioria dos presos políticos e a autorização da distribuição de dois jornais independentes, ainda não são suficientes. Exemplo flagrante de violação dos direitos humanos é a aplicação continuada da pena de morte: a Bielorrússia é o único país europeu que ainda aplica a pena capital, tendo sido proferidas nos últimos meses novas sentenças de morte.

---

(1) Ver Acta

Assim, fazemos as seguintes exigências aos responsáveis políticos da Bielorrússia: que, ao menos, respeitem os direitos humanos e assegurem, nomeadamente, a introdução de uma moratória à aplicação de penas de morte, a alteração da lei eleitoral, e a liberdade de expressão e dos meios de comunicação social.

### **PRESIDÊNCIA: Pál SCHMITT**

*Vice-Presidente*

## **11. Violência na República Democrática do Congo (debate)**

**Presidente.** – Seguem-se na ordem do dia as declarações do Conselho e da Comissão sobre a violência na República Democrática do Congo.

**Cecilia Malmström, Presidente em exercício do Conselho.** – (SV) Senhor Presidente, a Presidência atribui grande importância à necessidade de discutir com o Parlamento Europeu a situação muito problemática que se vive na República Democrática do Congo. As violações dos direitos humanos e a explosão da violência sexual e de género, em particular, constituem um enorme problema. É mais que tempo de debatermos a situação neste país, designadamente à luz do recente relatório da ONU. O relatório do grupo de peritos da ONU salienta que uma série de grupos armados activos no país em causa é apoiada por uma bem organizada rede que está parcialmente baseada em território da União Europeia.

Não preciso de recordar aos senhores deputados o empenhamento de longa data da UE na República Democrática do Congo e em toda a região africana dos Grandes Lagos. Há muito que a UE vem desenvolvendo esforços com vista a proporcionar paz e estabilidade a este país. É importante que esse empenhamento persista, tanto no plano político como no da promoção do desenvolvimento. Estou certa de que a Comissão se irá pronunciar sobre este assunto.

O apoio da UE revestiu várias formas, incluindo a designação para a região do seu primeiro Representante especial, logo em 1994. Foram utilizados instrumentos quer militares quer civis da PESD. Tivemos a operação Artemis na província de Ituri, a operação militar da UE (EUFOR) de apoio à MONUC durante o processo eleitoral de 2006, assim como a EUSEC RD Congo para a reforma das forças de defesa e a EUPOL RD Congo para a reforma da polícia. Pesando tudo isso, houve desenvolvimentos positivos e negativos. As relações diplomáticas entre a República Democrática do Congo e o Ruanda foram reatadas. Isso é de saudar. Em 2008 e 2009, foram assinados acordos de paz com a maioria dos grupos armados em actividade na região Oriental do país. Esses acordos não foram aplicados.

A situação é instável a muitos títulos. Numerosos grupos armados do Leste estão a ser integrados no exército, e sobre esse trabalho de integração paira alguma incerteza. Prosseguem as operações militares contra outros grupos armados, incluindo as FDLR e o Exército de Resistência do Senhor. Esses grupos são directamente responsáveis por ataques dirigidos contra civis e por um enorme cortejo de sofrimento humano. Entretanto, está a assistir-se ao ressurgimento de grupos armados noutras partes do país. Na região Oriental o direito internacional e os direitos humanos continuam a ser violados. Há altos índices de homicídio, actos de violência e ataques sexuais. Estes crimes estão a propagar-se por todo o país de modo alarmante, apesar do anúncio pelo Presidente Joseph Kabila da adopção de uma política dita "de tolerância zero".

A exploração ilegal de recursos naturais é outro problema de vulto. É importante assegurar o legítimo controlo nacional das grandes jazidas de minerais, tanto para granjear receitas de que o Estado está altamente carecido como para privar os grupos armados clandestinos da sua base de sustentação económica. O Conselho está também preocupado com o processo de preparação e organização das eleições locais que estão programadas. Problemas de gestão, insuficiente transparência e infracção de direitos de cidadania e políticos constituem sérios entraves ao processo de democratização.

Atendendo a que continua a existir um grande número de problemas significativos que suscitem séria apreensão, o Conselho tomou uma posição dura acerca das graves violações do direito internacional e dos direitos humanos nos Kivus do Norte e do Sul. O Conselho condenou recentemente esses actos nas suas conclusões e salientou que o Governo da República Democrática do Congo tem o dever de assegurar que todos os responsáveis compareçam perante a justiça.

A UE está firmemente apostada em continuar a contribuir para proporcionar paz, estabilidade e desenvolvimento à população do país. Nesse plano, a reforma do sector da segurança é crucial para a estabilização do país. Todos os intervenientes desse sector, incluindo as autoridades congoleesas, devem empenhar-se em salvaguardar efectivamente o interesse comum na reforma do sector da segurança. Devemos

ainda encorajar a consecução de progressos concretos contínuos no capítulo das relações regionais, através do reforço das parcerias políticas e económicas entre os países da região.

Posso afiançar-vos que o Conselho e a União Europeia honrarão o seu compromisso de acção em prol da República Democrática do Congo e estão preocupados a respeito do seu futuro. Manteremos o elevado grau de empenhamento actual neste país e continuaremos a tomar uma posição muito clara, sempre que o direito internacional e os direitos humanos sejam violados. Estamos muito gratos ao Parlamento Europeu pelo papel construtivo que tem desempenhado nesta questão e pela sua persistência, e estou desejava de ouvir as opiniões dos senhores deputados neste debate.

**Karel De Gucht**, *Membro da Comissão*. – (FR) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, há coisa de um ano, a situação em Goma, cidade sitiada por tropas do CNDP, liderado por Laurent Nkunda, constituía a principal preocupação das autoridades congolenses e da comunidade internacional.

Envidaram-se todos os esforços para evitar o pior. A conclusão de um acordo político, primeiro entre a RDC e o Ruanda, e depois entre o Governo congolês, o CNDP e os demais grupos armados, permitiu, desarmar a bomba-relógio da violência no imediato, embora o seu potencial de desestabilização permaneça intacto. Permanece intacto, porque as causas que lhe estão subjacentes foram abordadas de forma superficial apenas e numa óptica estritamente política e de curto prazo. Obrigada a optar entre vários males, a comunidade internacional escolheu o menor; isto não é uma crítica, mas a verificação de um facto óbvio.

A comunidade internacional e a União Europeia não foram capazes de tomar a decisão de deslocar para a região uma força de protecção. Os reforços da MONUC cujo envio reclamamos há mais de um ano, já, só agora começam a chegar. O recente relatório do grupo de peritos independentes das Nações Unidas e o da organização Human Rights Watch traçam um retrato negro da situação presente, que não pode ser ignorado ou passar em claro.

É tempo de abordarmos e tratarmos as causas subjacentes, e encontrarmos soluções duradouras. Para se fazer isso, porém, é necessária a cooperação de todas as partes – cooperação, em primeiro lugar, dos governos congolês e ruandês e, em segundo lugar, da MONUC, das Nações Unidas, do resto da comunidade internacional e da União Europeia.

Não há dúvida de que o *rapprochement* político e diplomático entre o Ruanda e a RDC pode ser benéfico para efeitos de estabilização da região e, havendo vontade de ambas as partes, pode contribuir para a criação de uma situação de coexistência pacífica e frutuosa entre os dois países no quadro de uma Comunidade Económica dos Países dos Grandes Lagos revitalizada.

Contudo, isso é apenas o início de um longo e espinhoso processo. A questão da FDLR é central, à semelhança de todas as problemáticas que lhe estão associadas e que complicam a situação: a exploração ilegal de recursos naturais; a ausência de protecção das minorias; a impunidade de uma vasta área sem lei em que as autoridades públicas não só são incapazes de assegurar o controlo do território, como integram representantes que são amiúde parte do problema.

O acordo Ruanda-RDC criou condições para que fosse possível controlar temporariamente o CNDP e as exigências inaceitáveis de Laurent Nkunda. O acordo resultou simplesmente na substituição de Laurent Nkunda por Bosco Ntaganda, que é mais maleável e está mais disposto a chegar a um compromisso em troca da concessão de imunidade, solução que viola todas as normas internacionais relativas à prática de crimes contra a Humanidade e que nem o Ruanda nem a RDC têm o direito ou a possibilidade de lhe oferecer.

Até à data, a precipitada integração do CNDP num exército tão inepto e caótico como o das FARDC; a obtenção por Bosco Ntaganda de uma autonomia reforçada, em resultado da implantação de uma cadeia de comando paralela no interior da FARDC, a que a irregularidade no pagamento dos soldados e a ausência de qualquer espécie de disciplina ou hierarquia proporcionam um terreno propício; a insuficiência do controlo e acompanhamento do apoio da MONUC às operações militares contra as FDLR; e a falta de resposta às reivindicações das minorias ruandófonas são factores susceptíveis de gerar problemas ainda mais sérios que aqueles que enfrentámos há um ano – problemas a que nem o Ruanda nem a RDC será capaz de fazer frente por mais tempo.

A situação praticamente não melhorou, neste quadro: a crise humanitária não dá quaisquer sinais claros de abrandar, o mesmo acontecendo com as violações dos direitos humanos, a revoltante vaga de violência, na verdade, de atrocidades sexuais, a impunidade de toda a casta de crimes e a pilhagem dos recursos naturais. Basta ler os relatórios das Nações Unidas e da Human Rights Watch que citei para se entender a magnitude desta tragédia sem fim. É óbvio que as acções tendentes a impedir as FDLR de praticar malféitorias devem

continuar, mas não a qualquer preço, não sem antes se fazer tudo o que é necessário para minorar os riscos que a pressão militar acarreta para os civis inocentes.

Isso requer um melhor planeamento, redefinição das prioridades e uma maior protecção das populações pela MONUC, que é a principal missão prevista no respectivo mandato. As condições em que a MONUC pode actuar devem igualmente ser claras e inequívocas. Não se pretende a retirada ou desmobilização da MONUC. Uma retirada precipitada da MONUC seria calamitosa, na medida em que criaria um vazio ainda maior: os recentes acontecimentos na região do Equador, que são, essencialmente, um sintoma mais do mal do Congo, provam-no.

Claramente, é importante também pôr cobro à convivência política e económica de que as FDLR continuam a beneficiar na região e noutras partes do mundo, incluindo os nossos Estados-Membros. A campanha das FDLR não é uma campanha política, mas uma empresa criminosa de que a população congolese é a principal vítima, e todos os que lhe estão directa ou indirectamente associados devem ser tratados em conformidade. É por isso que urge tomar uma posição mais enérgica contra todas as formas de tráfico. Ao mesmo tempo, para lá do processo de desarmamento, desmobilização, repatriamento, reintegração e reinstalação (DDRRR), as autoridades ruandesas e congolese têm de ser mais perspicazes na forma de lidarem com indivíduos que não são forçosamente criminosos.

Dito isso, a solução para uma grande parte do problema tem também de ser encontrada na RDC. Estou a pensar, naturalmente, nas origens locais do conflito. A este propósito, é necessário aplicar cabalmente os acordos de 23 de Março, sob pena de, mais cedo ou mais tarde, as frustrações das populações locais acabarem por vir ao de cima. Isto é absolutamente essencial, para que os esforços de estabilização e a vontade de relançar a actividade económica nos Kivus possam dar frutos. Nesse ponto, a comunidade internacional terá realmente um papel a desempenhar.

Contudo, a questão dos Kivus à parte, estou a pensar também no enorme caos que se instalou na RDC ao longo da última vintena de 20 anos. É um país em que tudo, praticamente, necessita de ser reconstruído, a começar pelo Estado, cuja ausência está no centro de todos os problemas.

Para se concretizar tal missão, determinados elementos são cruciais. Primeiro, importa consolidar a democracia. Estou a pensar, naturalmente, nas eleições locais, legislativas e presidenciais anunciadas para 2011. As eleições são um elemento constituinte da democracia, mas não nos podemos esquecer a necessidade de continuar a apoiar as instituições e forças políticas numa relação dialéctica com a oposição. Sem isso, não teríamos um sistema político genuinamente aberto.

O segundo elemento é, sem dúvida, a necessidade de elevar a qualidade da governação. É certo que a RDC, dada a dimensão dos seus problemas, não pode fazer tudo à uma, mas isso não invalida que deva demonstrar uma vontade política sólida, para ter hipóteses de sucesso. O Parlamento suscitou o problema da impunidade. Trata-se de um bom exemplo, pois é uma questão de vontade política e que também se prende com o problema global da afirmação do primado do direito. O ponto é que as coisas não podem ser resolvidas isoladamente. O primado do direito supõe também uma reforma do sector da segurança e progressos efectivos no plano da governação económica.

A escala dos desafios implica a necessidade de políticas de longo prazo. Todavia, isso não deve funcionar como desculpa para a ausência de acção imediata. Estou a pensar, em particular, nas questões da violência sexual e dos direitos humanos, que o Parlamento destacou. A vontade política pode ter um papel crucial aqui e, a este propósito, cumpre-nos saudar o compromisso assumido pelo Presidente Laurent Kabila de adoptar uma abordagem de tolerância zero. Essa abordagem tem, agora, de ser posta em prática.

A Comissão, que, diga-se de passagem, tem já muito trabalho em curso nesta área (apoio ao poder judicial, auxílio às vítimas), está pronta a continuar a apoiar a RDC. Nesse contexto, manifestei também o meu desejo de que o Tribunal Penal Internacional e a Comissão colaborem de modo mais estreito, na prática, em matéria de combate contra a violência sexual.

Um sistema democrático consolidado, boa governação e vontade política: tais são os elementos-chave em que gostaríamos de alicerçar a nossa parceria, em pé de igualdade, com a RDC.

**Filip Kaczmarek**, em nome do Grupo PPE. – (PL) Senhor Presidente; todos os jornalistas que escrevem sobre a África, praticamente, gostariam de ser o próximo Joseph Conrad. É por isso que se concentram, em geral, nos aspectos negativos, porque andam em busca do coração das trevas.

Contudo, o Congo não tem de ser o coração das trevas. Pode ser um país normal. Na África há países normais, em que as riquezas naturais estão ao serviço da população, as autoridades públicas se preocupam com o bem comum, as crianças vão à escola, e o sexo é associado ao amor e não a violações e violência. Estou seguro de que a chave para o sucesso nos Kivus, e no Congo no seu todo, está na qualidade da governação. Sem um governo democrático, justo, honesto e eficiente, não é possível alcançar a paz e a justiça. Sem um governo responsável, as riquezas do país aproveitam apenas a uns quantos, os dirigentes olham pelos seus interesses, as escolas ficam desertas e a violência torna-se parte do dia-a-dia.

Eu recordo-me do optimismo de 2006. Eu próprio exerci funções de observador nas eleições, e todos nos sentimos satisfeitos por, após um lapso de 40 anos, se realizarem eleições democráticas naquele grande e importante país. No entanto, o nosso optimismo viria a revelar-se prematuro. Dificilmente podemos deixar de nos interrogar acerca das razões por que isto se deu, e por que as eleições não trouxeram uma vida melhor ao Congo. A meu ver, é uma questão de dinheiro, como o afirmaram a Senhora Ministra Cecilia Malmström e o Senhor Comissário De Gucht. Eles falaram da utilização ilegal dos recursos e de como ela serve para financiar o armamento, que por sua vez permite prosseguir e agudizar o conflito. Se formos capazes de pôr fim a isso, ficaremos mais perto do nosso objectivo.

**Michael Cashman**, em nome do Grupo S&D. – (EN) Senhor Presidente, agradeço ao Senhor Comissário a sua declaração, que sem dúvida me tranquiliza.

Permita que lhe diga, Senhor Comissário, que estou absolutamente de acordo consigo: não podemos retirar; não podemos criar um vazio, porque já existe um vazio, um vazio de vontade política, e precisamos de liderança política para resolver a situação de harmonia com as obrigações internacionais e com o primado do direito.

Permita-me que me fixe na realidade dos factos. Desde 1998, perderam a vida mais de 5 000 400 pessoas neste conflito, que, indirecta ou directamente, está na origem de 45 000 mortes por mês.

Os dados disponíveis apontam para um número de deslocados internos da ordem do 1 460 000, a maioria dos quais expostos a violência, e permitam-me que dê voz àqueles que não têm voz, aos que são vítimas da violência. Os protagonistas dos conflitos armados na República Democrática do Congo (RDC) têm perpetrado actos de violência de género sob várias formas, incluindo a escravatura sexual, raptos, recrutamento forçado, prostituição forçada e violação. O universo das vítimas congolezas de violência sexual engloba mulheres, homens e rapazes que também sofreram violação, humilhação sexual e mutilação genital.

Já aprovámos inúmeras resoluções. É hora de exigirmos, no plano internacional, que se ponha fim a essas atrocidades.

**Louis Michel**, em nome do Grupo ALDE. – (FR) Senhor Presidente, Senhora Ministra Cecilia Malmström, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, como é do vosso conhecimento, sempre segui de perto a marcha dos acontecimentos na região Oriental da República Democrática do Congo. Apesar dos auspiciosos progressos feitos graças ao recente *rapprochement* entre o Ruanda e a RDC – *rapprochement* sem o qual não haverá solução no Leste e que deve, consequentemente, ser consolidado – e apesar dos acordos de 23 de Março entre Kinshasa e o grupo rebelde congolês, de que falou o Senhor Comissário, a situação no Leste continua a inspirar grande preocupação.

Gostaria de tecer sete observações. A primeira é que, seguramente, não será possível estabelecer a paz no Leste do Congo enquanto não se impedirem as FDLR de qualquer actuação nefasta. Infelizmente, as maiores vítimas da pressão militar que a RDC está actualmente a exercer, e que visa apartar esses extremistas das suas bases e das suas fontes de receita, são as populações civis, que são vítimas de danos colaterais, mas também da condenação de alguns e dos actos de violência de outros.

Esse risco era previsível e, como observou o Senhor Comissário, as capacidades da MONUC precisavam de ser reforçadas desde o início, visto que ela continua ainda hoje a enfermar de graves limitações e a não ter os recursos adequados para dar resposta a todas as solicitações, e que a sua organização no terreno nem sempre é a ideal.

Embora devamos exigir um maior grau de coordenação e um reforço dos efectivos e da sua actividade no terreno, seria arriscado estar a emitir juízos ou comentários sobre a MONUC, passíveis de serem usados por determinadas forças nefastas como pretexto para demonizá-la. Isso seria, claramente, ainda mais grave.

Outro ponto prende-se com os actos de violência praticados pelas FARDC. O contexto de guerra não pode, evidentemente, ser invocado como justificação de tais condutas, pelo que saúdo a decisão adoptada pelas



Nações Unidas de deixar de fornecer apoio logístico às unidades congoleesas que não respeitem os direitos humanos. A política de tolerância zero recentemente introduzida pelo Presidente Laurent Kabila é, claramente, de saudar, mas se ela é respeitada e aplicada ou não, já é outra questão.

As deficiências do sistema judicial congolês estão a gerar um sentimento generalizado de impunidade. É por isso que eu encorajo os esforços desenvolvidos pela Comissão, em regime de cooperação estreita com determinados Estados-Membros da UE, no sentido da reabilitação do sistema judicial, incluindo no Leste.

Para concluir, a minha observação final: o que continua a ser necessário reedificar no Congo é um Estado de direito com verdadeiros poderes de governação. Hoje, esses poderes não existem de todo em todo, o que dá origem a um vácuo muito grave.

**Isabelle Durant**, em nome do Grupo Verts/ALE. – (FR) Senhor Presidente, Senhora Malmström, Senhor Comissário; como afirmaram ambos, a situação na região do Kivu é altamente preocupante, apesar da presença de quase 20 000 militares da MONUC.

As populações civis e, em particular, as mulheres são as maiores vítimas das estratégias empregadas pelos grupos armados e até, como alguém notou, por certas unidades do exército congolês, que transformaram a violação indiscriminada numa arma de guerra. Acresce que, o mês passado, um grupo de mulheres congoleesas veio a este Hemiciclo recordar-nos essa realidade – e muito bem –, com o objectivo de assegurar o nosso apoio à luta contra essa escandalosa estratégia.

A pilhagem de recursos, como bem notou, Senhor Comissário, é outro factor que está a exacerbar este conflito. Concordo com o que foi dito há pouco: é muito perigoso desacreditar a MONUC, desacreditá-la escusadamente, apontá-la como única responsável pela situação aos olhos das populações, que já estão exaustas de tantos anos de guerra e massacres.

Subscribo inteiramente a ideia de que não é o mandato da MONUC que tem de ser revisto e que ela, obviamente, não deve ser convidada a retirar. O que tem de ser revisto são as normas de actuação, as suas directrizes operacionais, para que ela não possa de modo algum ser associada com ou dar apoio a unidades congoleesas que integrem nas suas fileiras homens que violem os direitos humanos ou pratiquem actos de violência.

Às autoridades congoleesas, por seu lado, também cabe uma grande responsabilidade nesta luta contra a impunidade dos actos de violência sexual, crimes que, poderia eu acrescentar, deveriam ser julgados pelo Tribunal Penal Internacional. As mesmas autoridades devem igualmente certificar-se de que os soldados são imediatamente acantonados. Se eles se encontrassem acantonados em quartéis, as coisas seriam certamente diferentes.

Por último, penso que devemos regressar ao programa Amani. Esse programa propicia a possibilidade de estabelecer o diálogo e a paz em qualquer lugar, uma vez que são eles os únicos garantes de uma reconstrução duradoura. Como quer que seja, saúdo a sua intervenção, que me merece um amplo apoio, e espero que a União Europeia permaneça activa. Isso é crucial, embora, lamentavelmente, ela não haja querido constituir uma força própria. Teria sido possível fazê-lo há pouco menos de um ano. Não obstante, acredito que a acção da União Europeia é crucial.

**Sabine Lösing**, em nome do Grupo GUE/NGL. – (DE) Senhor Presidente, em nenhum país do mundo houve até hoje mais operações no âmbito da Política Europeia de Segurança e Defesa do que na República Democrática do Congo. Como sempre, levanta-se a questão de saber que segurança se pretende defender com estas acções. É a segurança da população civil congoleesa, das mulheres e crianças? A missão MONUC, das Nações Unidas, não obviou a que milhares de pessoas fossem mortas, torturadas e violadas e a que centenas de milhares de pessoas fossem expulsas das suas terras – atrocidades em que estiveram envolvidas as forças governamentais, apoiadas pela UE.

O que é, então, que se está a defender no Congo? A Humanidade? Ou estamos a proteger um regime que, entre 2003 e 2006, por exemplo, celebrou 61 contratos com companhias internacionais de exploração mineira, dos quais nem um único foi considerado pelas ONG internacionais aceitável do ponto de vista do Povo congolês? O Presidente Laurent Kabila mudou de rumo por algum tempo, celebrando menos contratos com empresas ocidentais. Essa inflexão foi suspensa quando a guerra conheceu uma nova escalada. A minha pergunta é, Por que motivo se crê que as pessoas que estão por trás do maior dos grupos responsáveis pelos homicídios no Congo Oriental – as FDLR – se encontrem na Alemanha? Estou a fazer referência à proposta

de resolução que apresentei em nome do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde.

**Andreas Mölzer (NI).** – (DE) Senhor Presidente; a expulsão de milhões de pessoas, milhares de violações e centenas de assassinatos não devem ser o triste legado da maior operação mundial de manutenção de paz da ONU. A operação do Congo foi decidida vai para dez anos, mas não produziu qualquer resultado substancial. As milícias continuam a saquear as grandes riquezas naturais da região, a aterrorizar os seus habitantes e a cometer crimes contra a Humanidade.

Os embargos têm sido ineficazes até ao momento. Os rebeldes limitam-se a trocar de lado, para cometerem os seus crimes com as fardas seguras dos soldados congolese. Recentemente, dois criminosos de guerra compareceram ante o tribunal de crimes de guerra da Haia, e foi possível preparar projectos de desenvolvimento e eleições – um sucesso parcial, ao menos.

Conseguimos ainda vibrar um pequeno golpe nas Forças Democráticas de Libertação do Ruanda (FDLR), com ramificações à escala global. Contudo, não lográmos pôr fim à feroz guerra civil. As frentes estão permanentemente em movimento.

É particularmente perturbante que se tenha apurado que acusações que foram dirigidas contra a missão da ONU tinham fundamento. Os soldados da ONU não podem ficar especados, sem fazer nada, enquanto são cometidas atrocidades e, mais relevante ainda, o apoio logístico ao exército não pode ficar associado ao apoio a violações de direitos humanos. A missão do Congo, simplesmente, não pode tornar-se numa espécie de Vietname para a Europa.

Precisamos, essencialmente, de uma política de segurança europeia e operações de manutenção da paz coordenadas, mas, sobretudo, na área circundante da Europa e não em regiões remotas da África, em que as frentes étnicas são pouco claras. Em minha opinião, a UE deve concentrar as suas operações de manutenção de paz nas regiões críticas que lhe ficam muito próximas, como os Balcãs ou o Cáucaso. Assim, devíamos, talvez, pôr termo ao envolvimento da UE na missão da ONU em África.

**Gay Mitchell (PPE).** – (EN) Senhor Presidente; que a situação na República Democrática do Congo (RDC) é deplorável e o conflito tem efeitos trágicos sobre as populações do país é uma evidência que dispensa comentários.

No entanto, há uma série de pontos importantes que devem ser reiterados aqui e na nossa proposta de resolução comum. Temos de ter presente que a violência na RDC, como em tantos outros conflitos do mesmo tipo, é amiúde movida pela ganância, mas radica igualmente na, e é alimentada pela, pobreza. A disputa de território, de recursos, étnica ou política são meros ramos da mesma árvore putrefeita da penúria.

Proporcione-se uma maior abundância a um homem e dê-se-lhe um propósito, e logo o seu desejo de matar ou ser morto perde intensidade. É esse o desafio de desenvolvimento que enfrentamos, enquanto Parlamento.

Em segundo lugar, temos de garantir que qualquer intervenção militar num país estrangeiro seja planeada e levada a cabo de modo que minore o sofrimento e a violência, em vez de os exacerbar. Temos de ser uma força contra a impunidade, não agentes dela.

Se há indícios de que as missões ocidentais não estão a cumprir essa exigência, a sua presença e as suas práticas têm de ser urgentemente reavaliadas.

Finalmente, a História tem mostrado que, em conflitos fratricidas como o da RDC, a única esperança de paz reside numa solução política. O diálogo e a negociação são as únicas vias para uma solução.

Com a criação do nosso Serviço de Acção Externa, na sequência da entrada em vigor do Tratado de Lisboa, a União Europeia tem de assumir de modo mais activo o seu papel de facilitador do diálogo e promotor da paz na cena internacional.

**Corina Crețu (S&D).** – (RO) Como tem sido salientado até aqui, milhões de civis foram assassinados deliberadamente no decurso de operações militares na região Oriental da República do Congo. Há o risco de notícias deste tipo se tornarem corriqueiras em virtude da frequência sem precedentes com que se cometem actos de violência neste país. O rol das vítimas destas acções inclui crianças, raparigas e mulheres, para não falar de activistas dos direitos humanos e jornalistas.

A crise humanitária agrava-se a cada dia que passa. A falta de segurança na área impede as organizações humanitárias de efectuarem qualquer intervenção. Só nos primeiros nove meses deste ano, registaram-se

mais de 7 500 casos de violação e violência sexual, número que é superior ao total do ano passado. Todos esses incidentes têm ocorrido num quadro de uma situação de fome e pobreza extrema que afecta milhões de pessoas. A culpa por toda esta tragédia cabe, simultaneamente, ao exército congolês e aos rebeldes ruandeses. Desafortunadamente, porém, há indicações de que às forças da ONU no Congo é imputável uma grande quota de responsabilidade, na medida em que permitem que sejam praticadas graves violações dos direitos humanos. É por isso que entendo que a União Europeia deve discutir urgentemente a forma como as forças da ONU no Congo hão-de cumprir devidamente os objectivos da missão que lhes foi confiada.

São necessárias, também, medidas para pôr fim às actividades de lavagem de dinheiro, tráfico de armas e tráfico de ouro, que redundam em cada ano na exportação ilegal de mais de 37 toneladas de ouro do Congo, com um valor superior a mil milhões de euros. Esses fundos são usados para adquirir armamento e promover a criminalidade no país.

**Sophia in 't Veld (ALDE).** – (NL) Senhor Presidente, acabei de ouvir a intervenção do senhor deputado Mölzer, que entretanto deixou o Hemiciclo, e que, na essência, dizia: a situação é tão desesperada que deveríamos simplesmente desistir e concentrar-nos nos nossos próprios vizinhos. Devo dizer que, se realmente olharmos para a situação, nos sentiremos tentados a encerrar o assunto. Por outro lado, quando penso no grupo de mulheres que aqui nos visitou no mês passado, e que a senhora deputada Durant também referiu, interrogo-me sobre se poderíamos olhá-las nos olhos e dizer-lhes que vamos simplesmente desistir, ou que essa não é uma das nossas prioridades, ou que vamos simplesmente adoptar mais uma resolução e considerar que com isso cumprimos o nosso dever. Quando penso nessas mulheres, no seu desespero e na sua amargura, na sua sensação de terem sido abandonadas, eu acho que é perfeitamente possível travarmos esse debate.

A resolução contém muitos elementos positivos, e espero que lhe imprimamos realmente força através da acção, mas gostaria apenas de realçar um aspecto. Falamos frequentemente de violação, de violência sexual, mas na verdade esses termos exprimem mal a realidade da situação. As mulheres com quem falámos disseram que as coisas vão muito para além de ataques contra os indivíduos; não se trata de violência individual, mas de um ataque a toda a comunidade, com o objectivo de destruir o seu tecido. É minha convicção, portanto, que agora é extremamente urgente não apenas que ajamos, que ponhamos fim à impunidade, que abramos os cordões à bolsa e disponibilizemos os meios para as acções que anunciamos, mas também que mostremos que estamos a estender-lhes a mão e que somos solidários com as pessoas no terreno e não vamos abandoná-las, mas que assumimos a nossa responsabilidade moral.

**Cristian Dan Preda (PPE).** – (RO) Na presente conjuntura, que também coincide com o momento em que as Nações Unidas se preparam para anunciar a extensão do mandato da MONUC, penso que temos necessidade de reflectir sobre as acções da comunidade internacional à luz da situação na RDC, que, infelizmente, continua a deteriorar-se. Como também ficou demonstrado pela Operação Kimia II, levada a cabo pelo exército congolês com o apoio da MONUC, o êxito militar não é suficiente quando o custo, em termos humanitários, é elevado e se é pago com o sofrimento da população civil congoleza.

Pessoalmente, creio que as recentes operações levadas a cabo contra as FDLR tiveram consequências desastrosas, tendo tido como resultado, coisa de que devíamos ter consciência, violações em grande escala dos direitos humanos e exacerbação da crise humanitária. Por outro lado, a impunidade constitui um convite à prática reiterada destes crimes. Creio que a protecção da população civil deve constituir a nossa prioridade número um. O Parlamento Europeu deve declarar energicamente que é necessário pôr imediatamente termo a actos de violência, particularmente de violência sexual e de violações dos direitos do Homem, em geral, bem como a violações cometidas na região do Kivu, e ao actual clima de impunidade.

**Luis Yáñez-Barnuevo García (S&D).** – (ES) Senhor Presidente, outros deputados já falaram da trágica situação na República Democrática do Congo. Falaram dos milhões de mortes e dos inúmeros casos de violação e abusos contra população civil. Falaram da missão das Nações Unidas, a MONUC, e da cooperação da Comissão Europeia no terreno. Porém, pouco se falou da necessidade de controlar o fluxo ilegal de matérias-primas - diamantes, ouro e outros produtos - para o resto do mundo. Esses produtos são "branqueados" através de contas e de empresas que são legítimas nos nossos próprios países ou nos Estados Unidos.

Esta é uma tarefa importante para a Sra. Ashton. Com a autoridade que o Tratado de Lisboa lhe confere e o apoio dos 27 Estados-Membros e deste Parlamento, ela deveria coordenar todo um programa de acção destinado a impedir que essa riqueza vá parar aos bolsos dos senhores da guerra que são responsáveis pelos assassinios e as violações.

**Anne Delvaux (PPE).** – (FR) Senhor Presidente, à luz dos recentes relatos alarmantes que nos chegam do Kivu Setentrional e do Kivu Meridional, e à luz da natureza extremamente violenta dos ataques perpetrados contra civis, e mais especificamente contra mulheres, crianças e idosos, a urgência - palavra tantas vezes invocada pela União Europeia e por toda a comunidade internacional a respeito do Congo - parece-me ser uma necessidade imediata. Cumprir fazer tudo para assegurar a protecção da população civil. O mandato atribuído ao pessoal da MONUC no terreno, será, sem dúvida, prolongado, devendo, porém, absolutamente, ser também reavaliado e reforçado, de molde a que esta vaga de crescente violência possa ser reprimida.

Há já muitos anos que as comunidades internacionais, as ONG e as mulheres congolesas têm vindo a esforçar-se constantemente por lutar contra a utilização dos ataques sexuais como arma de guerra. Hoje em dia, faz-se dela uma utilização sistemática e generalizada em zonas tranquilas, e com total impunidade. Aplaudo a recente determinação demonstrada pelas autoridades congolesas de pôr termo a essa impunidade. Todavia, cumpre que essa política de tolerância zero seja ambiciosa e verdadeiramente eficaz - todos os perpetradores de actos violentos, sem excepção, deverão responder pelos seus actos.

A abertura, no Tribunal Penal Internacional, dos primeiros julgamentos dos alegados perpetradores de crimes sexuais cometidos durante um conflito armado deve dar azo a que o Tribunal possa identificar todos os culpados, de molde a estes poderem ser condenados sem demora.

Finalmente, desnecessário é dizer que tudo isto é acompanhado a par e passo pelo reforço das estruturas governamentais, a manutenção da lei e da ordem, a promoção da igualdade de género, e pela protecção dos direitos humanos e, portanto, dos direitos da mulher e da criança, cuja dignidade, infância e inocência são frequentemente sacrificadas no altar de uma outra forma de humilhação: a indiferença.

**Michèle Striffler (PPE).** – (FR) Senhor Presidente, como sabemos agora, a situação humanitária na zona oriental da República do Congo - e mais especificamente, na província e na região do Kivu, é absolutamente catastrófica. A situação da segurança das populações civis deteriorou-se na sequência, entre outras coisas, das operações militares conjuntas levadas a cabo pelo exército congolês em colaboração com as tropas do Uganda e do Ruanda contra os grupos armados rebeldes, operações que, na sua esteira, deixou inúmeros massacres e violações dos direitos humanos.

A violência sexual é uma tendência extremamente inquietante, e extremamente generalizada, que agora faz parte do quotidiano dos congoleses. Além disso, são cometidos numerosos actos de violência contra os trabalhadores humanitários.

De acordo com os números oficiais, há na zona oriental da República do Congo 2 113 000 pessoas deslocadas. Desde 1 de Janeiro de 2009, foram registados mais de 775 000 novos casos de pessoas deslocadas na região do Kivu e 165 000 nos distritos da zona Leste da província oriental.

Actualmente, calcula-se ser necessário prestar ajuda humanitária a quase 350 000 pessoas vulneráveis: crianças, viúvas e vítimas de violência sexual. Logo, uma resposta rápida da União Europeia é absolutamente crucial.

**Marc Tarabella (S&D).** – (FR) Senhor Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, todos os oradores que me precederam realçaram, e com razão, a situação terrível em que vivem os congoleses, particularmente, as mulheres congolesas, na zona oriental do país. Eles falaram de violações, dos actos de barbárie, bem como dos assassinios de que essas pessoas são vítimas. Em vez de falar disso, porém, convido-os a visitar na Internet os sites da UNICEF e do V-DAY, que, obviamente, dizem tudo quanto há a dizer sobre este assunto.

Hoje, vou falar-lhes das verdadeiras consequências para o Congo de estes actos de barbárie, vou falar-lhes das mulheres física e mentalmente feridas, que é necessário tratar; e vou falar-lhes das mulheres assassinadas que já não poderão contribuir para o desenvolvimento económico do Congo, e cujos filhos também não poderão fazê-lo. Gostaria de referir também a propagação da SIDA, um trauma sofrido por toda a população congolesa, que dá do Congo uma imagem negativa a toda a comunidade internacional - em resumo, a imagem de um país que está a afundar-se cada vez mais no caos.

Encorajar uma paz duradoura e promover o desenvolvimento económico do Congo só é concretizável se o Governo congolês e a ONU tiverem êxito na sua luta contra a violência sexual, de que são vítimas as mulheres congolesas e, de modo mais geral, se assegurarem a instauração de um verdadeiro Estado de direito no país.

**Frédérique Ries (ALDE).** – (FR) Senhor Presidente, Senhora Ministra, Senhor Comissário, gostaria de, por minha vez, me referir à tragédia da violência sexual de que são vítimas as mulheres na RDC e, mais

especificamente, na zona oriental do país. O fenómeno não é novo e é extremamente complexo. É um fenómeno multidimensional. O sofrimento físico e psíquico das vítimas é ainda exacerbado por esta exclusão social que, para elas, é trágica. A política de tolerância zero do Presidente Laurent Kabila está actualmente a principiar timidamente a dar frutos. Todavia, todos estamos conscientes de que apenas uma estratégia global pode combater este flagelo a longo prazo.

Bem sei, Senhor Comissário, que a Comissão já está a intervir e que está a fazê-lo mediante uma multidão, não só de projectos, mas também de orçamentos. Todavia, perante estes números e os terríveis, medonhos, relatos que ouvimos, o Senhor Comissário não pensa que nesta Casa temos o direito de duvidar dos resultados de esta tragédia? As mulheres, Senhor Comissário, são, num país, o principal veículo de paz e de reconstrução. Elas são o futuro do Congo. Como tenciona proceder para actuar de modo mais eficaz e mais rapidamente?

**Raül Romeva i Rueda (Verts/ALE).** – (FR) Senhor Presidente, também eu gostaria de me pronunciar neste debate, uma vez que se trata de um assunto que há muito tempo tenho vindo a acompanhar. Infelizmente, tendo em conta os constantes actos de violência e de violações dos direitos humanos na zona oriental da RDC, somos forçados, uma vez mais, a condenar energicamente os massacres, os crimes contra a Humanidade e os actos de violência sexual cometidos contra mulheres e jovens do sexo feminino que ainda têm lugar na província oriental do país.

É esse o motivo por que me associo aos meus colegas deputados no apelo às autoridades competentes para que intervenham imediatamente, levando os autores desses crimes perante os tribunais, e ao Conselho de Segurança das Nações Unidas para que, uma vez mais, adopte urgentemente todas as medidas susceptíveis de impedir realmente quem quer que seja de cometer mais ataques contra as populações civis na província oriental da RDC.

Do mesmo modo, convido todas as partes envolvidas a intensificar a luta contra a impunidade e a impor o Estado de direito, combatendo, entre outras coisas, a violação de mulheres e jovens do sexo feminino, e o recrutamento de crianças-soldados.

**Franz Obermayr (NI).** – (DE) Senhor Presidente, em Novembro de 2009, teve lugar uma troca de embaixadores entre o Ruanda e a República Democrática do Congo – um pequeno raio de esperança para este devastado país e o seu devastado povo. Além disso, foi detido o dirigente das Forças Democráticas de Libertação do Ruanda. Dois sinais de melhoria da situação no Congo Oriental. A minha pergunta à Comissão é: que medidas tenciona adoptar o Senhor Comissário para dar azo a maior aproximação entre o Congo e o Ruanda?

No que diz respeito ao mandato da ONU, já muito se disse hoje aqui sobre a tomada de todos os tipos de providências. Sejamos francos: se houver um mandato da ONU, então que seja um mandato inequivocamente a favor da protecção dos que são oprimidos, torturados, violados e seviciados, particularmente das mulheres e crianças deste país. A este respeito, uma coisa deve ficar absolutamente clara: se for emitido um mandato da ONU - e nós, Austríacos, somos uma tanto ou quanto restritivos neste domínio -, devia ser coerente e, se tiver de ser - inclusive para protecção do povo oprimido -, os que se encontrarem no terreno devem estar armados.

**Seán Kelly (PPE).** – (EN) Senhor Presidente, considero lamentável o facto de, em plena época natalícia, termos passado os últimos dois dias a discutir a violência em todo o mundo, quer na Chechénia, quer no Afeganistão, ou agora no Congo. Não obstante, essa é a realidade.

Simultaneamente, aproveitando a mensagem de paz e boa vontade da época festiva, devemos, como tão bem disse o senhor deputado Mitchell, tornar-nos os patrocinadores da paz. E esta é a grande oportunidade para a Alta Representante, Senhora Baronesa Ashton, fazer uso do poder e do apoio da União Europeia como não teria sido possível fazê-lo anteriormente, para meter estes dois países na ordem e tentar aliviar o terrível sofrimento nestes lugares.

A solução a longo prazo, porém, não virá da melhoria económica, mas sim da educação, motivo por que temos de tentar assegurar nesses países o livre acesso a uma educação adequada, porque esse é realmente o caminho para a paz a longo prazo.

**Jim Higgins (PPE).** – (EN) Senhor Presidente, em 1960, o Secretário-Geral das Nações Unidas, o sueco Dag Hammarskjöld, pediu às tropas britânicas que fossem, como tropas pacificadoras, para o então Congo Belga, que posteriormente passou a ser o Congo, onde fizeram um trabalho magnífico.

Estou extremamente preocupado com o papel das tropas das Nações Unidas actualmente no Congo: marroquinas, paquistanesas e indianas. Estão em causa violações, violência, negócios, etc.: as tropas das Nações Unidas não estão a cobrir-se de glória e, na realidade, estão mesmo a fazer um mau serviço.

Estou plenamente de acordo com o senhor deputado Mitchell quando diz que a União Europeia tem de assumir uma atitude mais firme. Somos uma União Europeia, absolutamente unida. Realizámos um excelente trabalho no Chade. É preciso que as nossas próprias tropas de manutenção da paz permaneçam no terreno; não podemos confiar nas Nações Unidas. Estamos em presença de um povo maravilhoso, vítima da colonização europeia, vítima de conflitos tribais, vítima da cegueira internacional, e não podemos continuar a ser cegos. Temos simplesmente de avançar e salvar essas pessoas maravilhosas.

**Alf Svensson (PPE).** – (SV) Senhor Presidente, é quase impossível ter a noção das terríveis estatísticas que estão a ser mencionadas e, no entanto, sabemos que são verdadeiras. Não obstante, há um sentimento - talvez partilhado por muitos - de que, quando se trata dos mais pobres dos países pobres da África Subsaariana, o nosso empenhamento não é tão forte ou tão específico como devia ser. Fez-se referência ao poder militar. Penso que todos nos damos conta de que temos de combater a pobreza e a corrupção, se pretendermos fazer algum progresso no sentido de aliviarmos e melhorarmos a situação da população deste país, que tem sofrido tão terrivelmente.

Estamos satisfeitos, e com razão, por podermos falar do Afeganistão e gastamos muitíssimo tempo a discutir o terror que ali reina e o que os Talibãs estão a fazer. Há, porém, neste caso, outro povo que suportou e ainda está a suportar as condições mais terríveis. Gostaria de realçar que existem organizações não-governamentais que podem realizar trabalho, desde que lhes seja proporcionado apoio estatal e apoio da UE, coisa que, no entanto, muitas vezes parece ser muito difícil de concretizar.

**Cecilia Malmström, Presidente em exercício do Conselho.** – (SV) Senhor Presidente, tal como ficou demonstrado neste debate, há razões extremamente positivas para prosseguir com o nosso compromisso com a República Democrática do Congo. A UE já se encontra altamente empenhada em alcançar estabilidade, segurança e desenvolvimento sustentáveis no país. O Senhor Comissário de Gucht fez um longo relato das operações da UE.

Consideradas em conjunto, as contribuições dos Estados-Membros e da Comissão tornam a UE um dos maiores prestadores de ajuda à região, motivo por que podemos ter influência. Todavia, se pretendermos que se mantenha a estabilidade na República Democrática do Congo e na região, é crucial que seja melhorado o nível de vida da população congoleza, que os direitos humanos sejam salvaguardados, e que se tomem providências enérgicas contra a corrupção, a fim de se estabelecer uma sociedade baseada nos princípios de um Estado de direito.

É evidente que é absolutamente inadmissível a terrível violência sexual de que muitos dos senhores deputados deram aqui testemunho, e a respeito da qual, infelizmente, ouvimos falar em demasiados relatos. Cumpre não permitir que os criminosos se mantenham em liberdade. Eles têm de ser levados a tribunal. O Governo congolês tem a grande responsabilidade de garantir que isso aconteça, e de que a política de tolerância zero do Presidente Laurent Kabila não consista apenas em belas palavras, mas que, na realidade, tenha como resultado a tomada de providências.

No que diz respeito ao Conselho, o mandato das duas missões da PESC foi revisto na sequência da missão de investigação em inícios de 2009, tendo em vista ajudar a combater precisamente este tipo de violência sexual. Em consequência disso, a EUPOL DR Congo enviará dois grupos multidisciplinares às províncias do Kivu Setentrional e do Kivu Meridional, com um mandato que cubra todo o país. Estes grupos fornecerão vários tipos de peritos especializados em domínios como a investigação de crimes e de controlo da violência sexual. O recrutamento de elementos para esta missão está actualmente em curso.

É evidente que este é apenas um pequeno contributo, que, num país de tais dimensões, é, de facto, modesto. Não obstante, é importante, e esta nova força especializada poderá apoiar a implementação de procedimentos correctos de investigação de casos de violência sexual, particularmente quando esses actos forem levados a cabo por elementos uniformizados.

Estamos prestes a iniciar o período de perguntas, mas este é o meu último debate nesta Casa como representante da Presidência sueca. Gostaria de lhes agradecer o grande número de excelentes debates, os momentos agradáveis e a óptima cooperação de que usufruí com os senhores deputados do Parlamento Europeu e com o senhor, Senhor Presidente.

**Presidente.** – Gostaria, também eu, de, em nome de todos os senhores deputados, apresentar à Senhora Ministra os nossos sinceros agradecimentos pela sua eficiência e pelos esforços que envidou e que tão gratificantes foram para nós.

**Karel De Gucht, Membro da Comissão.** – (EN) Senhor Presidente, em primeiro lugar, gostaria de agradecer a todos os senhores deputados que contribuíram para este debate. Não vou voltar à minha declaração inicial. Permitam-me que me concentre apenas em três pontos.

Em primeiro lugar, a Comissão está a fazer muitíssimo, no que diz respeito à ajuda humanitária e aos programas destinados a restabelecer o Estado de direito. Estamos a falar de dezenas de milhões e ainda mais de 100 milhões de EUR inicialmente. O problema é, porém, evidentemente, até que ponto, no fim de contas, tudo isto é eficaz, se não tivermos uma contrapartida adequada na arena política?

Em segundo lugar, gostaria de fazer um comentário ao mandato da MONUC, porquanto, muito embora a MONUC possa ser criticada em consequência dos recentes acontecimentos, creio que seria um erro crasso pedir-lhe que abandone a RDC. Seria o pior que se pode imaginar.

Permitam-me que recorde apenas algumas passagens do mandato aprovado pelo Conselho de Segurança da ONU no início do ano passado. Refere que o Conselho decidiu igualmente que, a partir da aprovação desta resolução, a MONUC disporá do mandato para, por esta ordem de prioridades e actuando em estreita colaboração com o Governo da RDC, garantir, em primeiro lugar, a protecção dos civis, do pessoal humanitário e do pessoal e instalações das Nações Unidas, e assegurar a protecção dos civis, inclusive do pessoal humanitário, em caso de ameaça de violência física iminente, em particular, de violência por parte de qualquer uma das partes envolvidas no conflito.

Outra passagem muito importante é o parágrafo G, relativo à coordenação das operações. Este refere “a coordenação das operações com as brigadas integradas das FARDC - exército - colocadas na zona oriental da República Democrática do Congo e o apoio às operações dirigidas por essas brigadas e planeadas em conjunto com as mesmas, nos termos do Direito Internacional Humanitário, dos direitos humanos e do Direito Internacional dos refugiados, tendo em vista...”, etc.

Logo, o mandato é, de facto, muito claro e o que devia discutir-se são as regras de empenhamento. De facto, o que a MONUC devia fazer era reflectir sobre as suas próprias regras de empenhamento, visto ser sua a responsabilidade de decidir como proceder.

Por fim, há muitas críticas, inclusive à justiça penal internacional. As pessoas perguntam-se se é compatível com a política. Será possível dispor, por lado, de justiça penal internacional e, por outro, proceder a uma gestão política adequada da crise? Uma pergunta muito interessante.

O Congo revela-nos uma das respostas. Permitimos a Bosco Ntaganda assumir a direcção do CNDP, retirando-a a Laurent Nkunda, embora exista um mandato de captura contra Bosco Ntaganda, e o resultado está à vista. Tudo tem o seu preço. Não é possível escolher entre, por um lado, a gestão de uma crise política e, por outro, pôr em prática o Direito Penal Internacional. Penso que, na qualidade de Parlamento Europeu e de Comissão Europeia, a primazia devia ser dada à correcta aplicação da justiça penal internacional.

**Presidente.** – Recebi sete propostas de resolução<sup>(2)</sup>, apresentadas nos termos do artigo 103.º, n.º 2, do Regimento.

Está encerrado o debate.

A votação terá lugar Quinta-feira, 17 de Dezembro de 2009.

**PRESIDÊNCIA: WALLIS**

*Vice-presidente*

## **12. Período de perguntas (perguntas ao Conselho)**

**Presidente.** – Segue-se na ordem do dia o período de perguntas (B7-0236/2009)

Examinamos hoje as perguntas dirigidas ao Conselho.

---

(2) Ver Acta

Pergunta nº1, do deputado **Bernd Posselt** (H-0425/09)

Assunto: Minorias étnicas na Sérvia

Como avalia o Conselho a situação das minorias étnicas na Sérvia, designadamente a da etnia albanesa no vale de Presevo, onde se registaram novamente actos de agressão contra a população civil?

**Cecilia Malmström**, *Presidente em exercício do Conselho*. – (SV) Muito obrigada pela sua pergunta, Senhor Deputado Posselt. Na reunião do Conselho Assuntos Gerais e Relações Externas, em 7 e 8 de Dezembro deste ano, foram aprovadas as conclusões sobre o alargamento, bem como a estabilização e o processo de associação. Nessas conclusões, o Conselho saudou o compromisso da Sérvia relativamente à integração na UE e o seu trabalho de implementação das reformas essenciais de acordo com os critérios europeus. O Conselho sublinhou igualmente o facto de ser necessário prosseguir com a agenda das reformas.

Tomámos nota da comunicação da Comissão, de 14 de Outubro, que declara que, na Sérvia, o enquadramento jurídico e institucional para o respeito dos direitos humanos é o adequado, e que se registaram progressos no que diz respeito à melhoria do cumprimento da legislação internacional relativa aos direitos humanos. O novo Ministério dos Direitos Humanos e das Minorias da Sérvia está a desempenhar um papel importante nesse trabalho. Não obstante, são necessários mais esforços para incrementar a compreensão dos critérios internacionais. O Conselho tomou igualmente nota do facto de a Sérvia ter ratificado todos os principais instrumentos no domínio dos direitos humanos.

No que diz respeito à situação específica na Sérvia Setentrional, a que o senhor deputado se referiu, é verdade que em Julho ali tiveram lugar alguns incidentes violentos, entre os quais um ataque à força da polícia militar ali aquartelada. Foram efectuadas várias detenções, após o que não se registaram mais incidentes. Desde então, melhorou o ambiente no Organismo de Coordenação para a Sérvia Meridional. É um ambiente frágil, encontrando-se, porém, envolvidos neste trabalho os principais grupos políticos étnicos da região. Há igualmente acontecimentos positivos no que respeita à questão sensível da educação. A este respeito, gostaria de referir particularmente a abertura de um departamento da universidade em Medveda, onde o ensino irá ser feito em sérvio e albanês.

Num futuro próximo, será criado um conselho nacional das minorias para a população albanesa da Sérvia, o que atribuirá à população maior influência em questões da educação, cultura e outras. O fraco desenvolvimento económico e social da região constitui um obstáculo para as minorias étnicas da Sérvia Meridional. A comunidade internacional e, em particular, a OSCE, irão continuar a controlar a situação na Sérvia Meridional, estando a desempenhar, em estreita cooperação com o Governo sérvio e os dirigentes locais, um papel activo na promoção da paz e estabilidade na região.

**Bernd Posselt (PPE)**. – (DE) Senhora Ministra Cecilia Malmström, muito obrigado pela sua excelente resposta. É evidente que estamos a falar de três regiões: de duas regiões fronteiriças - de Vojvodina e da região da Sérvia Meridional de Preševo - por outras palavras, de uma zona com três fronteiras. Gostaria de pedir também à Senhora Ministra que, no seu futuro papel de Comissária, garanta que estes países serão mais desenvolvidos, no âmbito do programa de apoio às regiões transfronteiriças. É óbvio que o interior da Sérvia, particularmente Sandžac de Novi Pazar, está absolutamente excluído. É necessário, porém, que também esta região seja apoiada para melhorar as condições económicas, de molde a ajudar a solucionar os problemas relativos às minorias. Todavia, existe muita violência, sobretudo na Sérvia Meridional. Gostaria de pedir ao Conselho que continue a ocupar-se desta situação explosiva.

**Cecilia Malmström**, *Presidente em exercício do Conselho*. – (EN) Senhor Deputado Posselt, pode ter a certeza de que continuaremos a vigiar de muito perto a situação, e de que isso também faz parte do trabalho permanente da Comissão. É evidente que irão fazê-lo. Temos consciência das melhorias, e de que a situação é delicada. Todavia, há melhorias, e os acordos institucionais a que me refiro, e que foram concluídos, constituem uma medida positiva na boa direcção. Só podemos esperar que, com o nosso apoio, bem como com o apoio da OSCE, esse desenvolvimento prossiga nessa direcção.

**Franz Obermayr (NI)**. – (DE) Infelizmente, por acaso, a violência não existe apenas – e digo-o à Senhora Ministra – na Sérvia, mas também no Kosovo. Por um lado, existe uma minoria albanesa na Sérvia e, por outro lado, existe uma minoria sérvia no Kosovo.

A minha pergunta é: no que diz respeito à concessão de vistos para a Sérvia, como irá a UE garantir que não haverá áreas obscuras, nem utilização abusiva do sistema? Este procedimento de contemplar com a facilitação



de vistos um grupo populacional do Kosovo não é contrário ao controverso reconhecimento do Kosovo como Estado soberano?

**Cecilia Malmström**, *Presidente em exercício do Conselho*. – (EN) Não tinha apreendido totalmente a questão. Quando se trata do Kosovo, há mais trabalho a fazer, independentemente do facto de nem todos os Estados-Membros terem reconhecido o Kosovo. A Comissão está a trabalhar no sentido de determinar de que modo poderemos aliviar a situação no que respeita ao Kosovo, o que ainda irá levar algum tempo. Ainda existem dificuldades nesse domínio. Os seus cidadãos estarão também abrangidos pela facilitação dos vistos de futuro. Todavia, ainda nem todas as condições estão preenchidas para o efeito.

**Presidente**. – É evidente que houve um pequeno desvio do assunto, mas a questão estava estreitamente relacionada com o tema.

Pergunta n.º 2, da deputada **Marian Harkin** (H-0427/09)

Assunto: Taxas de desemprego

Que medidas tomou o Conselho para fazer face ao aumento das taxas de desemprego nos 27 Estados-Membros da UE, além de medidas destinadas à reciclagem e ao aperfeiçoamento de competências dos trabalhadores?

**Cecilia Malmström**, *Presidente em exercício do Conselho*. – (SV) Muito obrigada pela sua pergunta, Senhora Deputada Harkin. A actual crise está a ter um impacto muito grave sobre milhões de pessoas. Como resultado, tratar das consequências da crise económica é um dos maiores desafios com que se defronta a UE. Perante o envelhecimento da nossa população, os Estados-Membros da UE devem fazer descer os actuais níveis de desemprego e assegurar que estes elevados níveis de desemprego se não tornem permanentes.

A política de emprego é, em primeiro lugar, da responsabilidade dos Estados-Membros. Todavia, há alguns anos atrás, o Conselho "Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores" adoptou certas linhas de orientação. Sublinhámos o facto de que, uma vez que a situação do mercado laboral varia tanto de Estado-Membro para Estado-Membro, as medidas adoptadas também devem ser diferentes. Temos um relatório anual conjunto sobre o emprego, no qual o Conselho e a Comissão controlam a situação nos vários Estados-Membros. No decurso da actual crise, o Conselho Europeu prestou particular atenção precisamente a esta questão do desemprego. Em Dezembro de 2008, foi acordado um Plano de Recuperação Económica para a Europa, que estipulava quadros uniformes para as medidas a tomar. Como parte deste plano, o Conselho e o Parlamento Europeu aprovaram, em Junho de 2009, um Regulamento que altera o Regulamento que institui o Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização. Esta alteração permite a utilização dos recursos do Fundo para combater a crise.

É possível implementar várias medidas, dependendo da situação em que se encontre o país em questão: a proceder a um ajustamento temporário das horas de trabalho; a reduzir as contribuições da segurança social; a reduzir a carga administrativa sobre as empresas; a melhorar os processos usados pelas autoridades do mercado de trabalho; a direccionar medidas para os jovens desempregados; e a facilitar a mobilidade. Estas situações foram realçadas pelo relatório da Presidência, na sequência da cimeira informal sobre o desemprego.

Nas suas conclusões da Cimeira de Junho, o Conselho especifica algumas das medidas que deviam ajudar os Estados-Membros - e, se necessário, as partes no mercado laboral - a fazer frente aos efeitos da crise global, mediante a aplicação do princípio da flexigurança. Isto pode significar oferecer às empresas alternativas aos despedimentos, dando oportunidades para formas flexíveis de trabalho e ajustamento temporário das horas de trabalho; melhorando as condições para os empresários, mediante a oferta de um mercado de trabalho flexível e seguro; disponibilizando sistemas de benefícios que incentivem a trabalhar, e estabelecendo níveis adequados das contribuições da segurança social, medidas mais amplas e melhores para o regresso ao trabalho, apoio aos rendimentos e liberdade de circulação.

Durante o debate de Novembro, os Ministros adoptaram o ponto de vista geral da necessidade de se manter uma activa política de emprego que incluía medidas a curto prazo. Estas medidas seriam, por exemplo, emprego de curta duração, melhoria da empregabilidade e da formação profissional, tendo em vista a integração das pessoas no mercado de trabalho. Na mesma reunião do Conselho, os ministros concordaram que o emprego é um factor importante para evitar a exclusão. A ligação entre igualdade, crescimento económico e emprego é importantíssima, tendo, por conseguinte, sido exigido aos Estados-Membros o alargamento do apoio social à criança e a redução da diferença de remunerações, bem como de outras diferenças relacionadas com o género.

Sobretudo, as medidas devem ter como alvo as pessoas mais afectadas pela crise: pessoas idosas, jovens, pessoas portadoras de deficiências e trabalhadores sem um contrato de trabalho permanente. A criação de mais oportunidades e de igualdade de oportunidades para os jovens na educação, na formação profissional e no emprego é um dos principais objectivos do novo quadro da cooperação europeia em matéria de juventude, durante o período de 2010-2018, que foi aprovado pelo Conselho em 27 de Novembro de 2009.

**Marian Harkin (ALDE).** – (EN) Muito obrigada pela sua resposta. Devo dizer que estou encantada por vê-la, Senhora Ministra, e tenho esperança de a ver mais no próximo ano, em que a Senhora Ministra já estará bem acostumada a responder às nossas perguntas.

Dois pontos que considero importantes, mas que a Senhora Ministra não abordou na sua resposta foram: em primeiro lugar, o encorajamento do empreendedorismo e, em segundo lugar, o aumento das despesas com a I&D. Todavia, o que gostaria realmente de perguntar à Senhora Ministra está relacionado com o facto de, até agora, termos confiado no método aberto de coordenação, que na verdade era um instrumento muito fraco e não funcionou devidamente na sua tentativa de alcançar os objectivos da Agenda de Lisboa. A Senhora Ministra tem alguma sugestão a fazer para reforçar esse instrumento?

**Cecilia Malmström, Presidente em exercício do Conselho.** – (EN) Esta é, de facto, uma pergunta muito importante e, como sabe, o Conselho já recebeu a proposta da Comissão e já principiou a discutir o futuro da Estratégia de Lisboa, ou Europa 2020. Isso irá ser decidido mais tarde pela Presidência, na próxima Primavera.

Uma questão é: como vamos nós, numa base a longo prazo, sair da actual situação? Como podemos criar uma Europa mais competitiva, com mais empreendedorismo, e evitar a exclusão social e o desemprego? Como investirmos na investigação e no desenvolvimento para que a Europa seja o actor forte a nível global que pretendemos que seja no plano económico? Talvez tudo isso se encaixe na nova estratégia.

Um aspecto muito importante da Estratégia de Lisboa é o método de governação. Penso que o método aberto de coordenação tem as suas vantagens, mas que tem necessidade de ser melhorado. Temos de envolver um número muito maior de autoridades locais e regionais, porque são elas quem procede à verdadeira implementação. Temos de ter o domínio do processo a nível nacional e temos de reflectir sobre a governação. Isso também está explicado no documento da Comissão, publicado agora para consulta entre os Estados-Membros. Penso que irão surgir óptimas propostas para o efeito, uma vez que se trata, de facto, de um dos pontos fracos da Estratégia.

**Andreas Mölzer (NI).** – (DE) Como é do conhecimento de todos, o chamado instrumento de microfinanciamento planeado pela UE não vai ser financiado por novas verbas, mas sim pelo programa PROGRESS. Que plano existe, neste contexto, para evitar que este novo instrumento seja prejudicial para o programa para o emprego e a solidariedade social, aprovado antes de este?

**Paul Rübig (PPE).** – (DE) Eis a minha pergunta: não seria sensato evitar, em primeiro lugar, o desemprego? A Senhora Ministra vê quaisquer empregos públicos que pudessem ser dados aos desempregados? Sobretudo, como poderíamos fortalecer pequenas e médias empresas para se fundarem outras novas? Existem neste caso quaisquer oportunidades para se aplicarem métodos e melhores práticas transfronteiriços para se criar um maior número de novas empresas?

**Cecilia Malmström, Presidente em exercício do Conselho.** – (EN) Como já disse, a responsabilidade final da criação de postos de trabalho cabe aos Estados-Membros. Todavia, ainda há muito a fazer, e - como já referi nas minhas observações introdutórias à senhora deputada Marian Harkin - o Conselho fez grande número de recomendações relativamente ao modo como é possível trabalhar aumentando a flexibilidade, trabalhar com os diferentes sistemas de apoio e estimulando as pessoas a fim de evitar o mecanismo de exclusão. É muito importante continuarmos a realizar estes encontros a alto nível com os parceiros sociais e os Estados-Membros para o intercâmbio de melhores práticas. Variam de país para país, mas temos necessidade de nos darmos mutuamente exemplos e de controlarmos os melhores processos que podem ser usados posteriormente. Logo, trata-se de uma combinação de o Conselho fazer recomendações e de os Estados-Membros necessitarem de assumir a sua parte de responsabilidade e de procederem a alguns ajustamentos, dependendo das circunstâncias de cada país.

Relativamente à pergunta do senhor deputado, não estou certa de a ter compreendido. Talvez tivesse havido um problema de tradução, já que não fiz qualquer referência a uma micro-autoridade. Referi-me, sim, ao Fundo Europeu de Ajustamento para a Globalização, tornado agora mais flexível, com a ajuda do Parlamento Europeu, para obter apoio para os Estados-Membros e para as empresas que se encontrem em dificuldades, bem como para ajudar pessoas desempregadas ou que são despedidas.

**Presidente.** – Pergunta nº 3, do deputado **Nikolaos Chountis** (H-0431/09)

Assunto: Negociações com vista à participação da Turquia em acções comuns no quadro da Frontex

A 21 de Outubro de 2009, perante a plenária do Parlamento Europeu, a Presidente do Conselho Europeu, Cecilia Malmström anunciou que estão em curso negociações com vista a um "eventual acordo que irá cobrir o intercâmbio de informações e a possibilidade de as autoridades turcas participarem em operações conjuntas da Frontex". Tendo em conta o n.º 2 do artigo 8E do Regulamento (CE) n.º 863/2007<sup>(3)</sup> que estabelece um mecanismo para a criação de equipas de intervenção rápida nas fronteiras, que altera o Regulamento (CE) n.º 2007/2004<sup>(4)</sup> do Conselho, que prevê que "quaisquer alterações ou adaptações do plano operacional são decididas em conjunto pelo Director Executivo e o Estado-Membro requerente".

Pergunta-se ao Conselho em que fase se encontram as negociações com vista à participação da Turquia em operações conjuntas Frontex? Que condições põe a Turquia para a sua participação? A Grécia, Estado-Membro que acolhe a missão Frontex está ao corrente destas negociações?

**Cecilia Malmström, Presidente em exercício do Conselho.** – (SV) Um elemento importante da estratégia da UE para melhor gestão da migração é o estabelecimento de parcerias com países terceiros em matéria de controlo de fronteiras. Este é um princípio fulcral do conceito de gestão integrada de fronteiras aprovado pelo Conselho em Dezembro de 2006. Gostaria também de referir que a cooperação operacional com países terceiros constitui um elemento importante do trabalho levado a cabo pela Frontex.

Nos termos do Regulamento Frontex, a Frontex pode facilitar a cooperação operacional entre Estados-Membros e países terceiros, no âmbito da política da União Europeia para as relações externas, podendo cooperar com países terceiros no contexto da cooperação bilateral. Alguns desses convénios já foram concluídos, estando outros actualmente em discussão.

O mandato para as negociações é dado pelo Conselho de Gestão, em que estão representados todos os Estados-Membros. Neste momento, as negociações em curso entre a Frontex e as competentes autoridades turcas já registaram progressos significativos.

Uma vez que as negociações ainda estão em curso, é difícil ao Conselho comentar mais pormenorizadamente o conteúdo e a evolução dessas negociações.

**Nikolaos Chountis (GUE/NGL).** – (EL) Senhora Presidente, Senhora Ministra, da resposta dada hoje pela Senhora Ministra, concluo que há três pontos a considerar: em primeiro lugar, que as negociações entre a Frontex e a Turquia se encontram em fase avançada; em segundo lugar, que todos os Estados-Membros da União Europeia, daí também a Grécia, têm - imagino eu - conhecimento das negociações; e, finalmente, de acordo com a recente reunião dos Ministros dos Negócios Estrangeiros, o acordo de readmissão está associado ao controlo de fronteiras.

Por outras palavras, para fins de cooperação e para fins do acordo de readmissão com a União Europeia, a Turquia está a exigir operações conjuntas com controlo das fronteiras externas? Se assim for, como contornamos a grave questão da protecção dos direitos humanos e da dignidade dos imigrantes, bem como a questão altamente sensível, não tanto do controlo das fronteiras, mas sim da sua definição?

Por outras palavras ainda, a Turquia aceita as fronteiras externas da União Europeia? Aceita que a Frontex esteja a desempenhar o seu papel nas fronteiras externas da União Europeia?

**Cecilia Malmström, Presidente em exercício do Conselho.** – (EN) Esta é, evidentemente, uma pergunta muito vasta. As negociações com a Turquia acabam de ter início. O representante da Comissão, Senhor Comissário Jacques Barrot, e o Senhor Ministro Tobias Billström, Ministro sueco para a Política de Migração e de Asilo, estiveram há algumas semanas na Turquia, para dar início a essas negociações. As primeiras foram fecundas, ainda que, porém, não tenham chegado a uma conclusão, pelo que é muito difícil fornecer-lhe os últimos dados. É evidente que todos os Estados-Membros, incluindo a Grécia, são mantidos a par do decorrer das discussões.

Em geral, nesse contexto, é sempre mencionado o respeito dos direitos fundamentais e dos valores europeus, motivo por que, quanto a isto, não há exclusão para a Turquia. Todavia, como já disse ao senhor deputado,

<sup>(3)</sup> JO L 199 de 31.07.2007, p. 30.

<sup>(4)</sup> JO L 349 de 25.11.2004, p. 1.

as discussões acabam de ter início. Estão a progredir bem, mas ainda não terminaram. Têm sido levadas a cabo abertamente, de molde que todos os Estados-Membros se encontram envolvidos, através do Conselho da Frontex, onde também a Grécia se encontra representada.

**Georgios Papanikolaou (PPE).** – (EL) Senhora Presidente, Senhora Ministra, daquilo que ouvi, o entendimento a que chegámos com a Turquia, com o objectivo de, em última análise, chegarmos a um acordo de readmissão em questões de imigração, também inclui questões relacionadas com a cooperação com a Frontex.

O segundo aspecto que gostaria de referir é que recentemente nos demos conta na Grécia de que os aviões da Frontex têm sido perseguidos pelas autoridades turcas. As respostas da Comissão não dizem o que quer que seja de específico das comunicações que têm lugar e se, em última análise, isto constitui perseguição.

A Senhora Ministra tem algum comentário a fazer a esta questão?

**Andreas Mölzer (NI).** – (DE) Para dominar a situação, é, certamente, sensato cooperar a nível internacional, se - e digo-o muito claramente - essa cooperação não tiver de ser comprada com ajuda financeira da UE. Com que outros Estados-Membros estamos actualmente a negociar, ou a planear fazê-lo? Foram oferecidos ao Estado turco quaisquer incentivos financeiros pela sua participação nesta operação da Frontex?

**Cecilia Malmström, Presidente em exercício do Conselho.** – (EN) Em numerosas ocasiões, as embarcações têm sido objecto de perguntas durante o período de perguntas. O Conselho informou as autoridades turcas, o Governo turco e os seus representantes de que uma boa cooperação na região é um requisito prévio para posteriores conversações sobre o assunto. Solicitou igualmente às autoridades turcas que se abstivessem de acções provocatórias especiais. O Conselho foi muito claro, e o senhor deputado pode encontrar as respostas dadas muito recentemente, algumas das quais por mim própria.

As conversações prosseguem. Foram conferidos mandatos. Como já disse, não posso dizer-lhe exactamente em que fase se encontram, porque ainda estão a decorrer. Todavia, os procedimentos habituais prosseguem e, para responder à pergunta do senhor deputado, mantemos igualmente conversações com o Senegal e Cabo Verde. Principiámos, mas fizemos muito poucos progressos, com Marrocos, Egipto e Mauritânia.

Este é o procedimento habitual, que está a ser seguido por outros. O Conselho da Frontex foi mandatado para dar início a essas negociações. Algumas têm mais êxito do que outras. Temos, por exemplo, cooperação com a Rússia, a Moldávia, a Ucrânia, a Geórgia, etc. Não obstante, há outros domínios em que se têm registado menos progressos.

**Presidente.** - Pergunta nº 4, do deputado **Seán Kelly** (H-0434/09)

Assunto: Negociações de Copenhaga sobre a luta contra o aquecimento global

Poderá o Conselho informar sobre o andamento das negociações que estão em vias de ser concluídas em Copenhaga? Poderá indicar quando, na ausência de um acordo juridicamente vinculativo em Copenhaga, espera que seja implementado um sucessor juridicamente vinculativo para o Protocolo de Quioto?

**Cecilia Malmström, Presidente em exercício do Conselho.** – (EN) Os acontecimentos estão a decorrer enquanto falamos em Copenhaga, mas tentarei dar a conhecer os mais recentes.

Como sabe, há duas questões de grande importância: a mitigação e o financiamento. Como disse esta manhã o Primeiro-Ministro, ainda estamos confiantes em que podemos ter em Copenhaga um resultado positivo, que nos permita manter o aumento da temperatura global abaixo dos 2 °C acima do nível pré-industrial.

A UE está a desempenhar um papel fundamental - um papel de medianeira - num processo que, em última análise, tem como objectivo chegar a um acordo juridicamente vinculativo. Esperemos que, desta vez, seja um acordo politicamente vinculativo, com um calendário bem definido, para concluirmos um acordo juridicamente vinculativo para o período a iniciar em 1 de Janeiro de 2013.

Chegar a um acordo, porém, requer convergência nos seguintes elementos essenciais.

Em primeiro lugar, compromissos dos países desenvolvidos de procederem a uma redução profunda e ambiciosa das emissões até 2020. Alguns países, como o Japão e a Noruega, subiram as suas promessas, mas é evidente que o que neste momento se encontra na mesa não é suficiente para atingir o objectivo dos 2 °C.

Neste contexto, a UE irá reiterar a sua exigência a outros países desenvolvidos de adoptarem uma agenda ambiciosa, e continuar a procurar que os países em desenvolvimento adoptem medidas de mitigação mensuráveis, notificáveis e verificáveis.

Os maiores países desenvolvidos - a China, a Índia, a Indonésia, o Brasil, a África do Sul e a Coreia do Sul - puseram na mesa as suas propostas em matéria de redução das emissões, o que representa contribuições muito significativas.

O Conselho, porém, crê que existe um maior potencial no que respeita a acções por parte destes países, sobretudo da China e da Índia. É também evidente que é necessário muito mais, se pretendemos manter-nos dentro dos limites dos 2 °C de aquecimento.

A UE irá, por conseguinte, pedir-lhes que incrementem os seus esforços no contexto de um acordo ambicioso.

Temos também necessidade de uma estrutura para a adaptação às alterações climáticas, bem como para a transferência de tecnologia e aumento de capacidades. Temos necessidade de financiamento no quadro de um sistema de governação justo e equitativo, para mitigação, adaptação, aumento de capacidades e transferência de tecnologia para os países em desenvolvimento.

Neste contexto, o último Conselho Europeu sobre o montante do financiamento de actuação imediata (*fast-start financing*) para os primeiros três anos dá um impulso importante às negociações em curso, o que também reforça a credibilidade da União Europeia.

Chefes de Estado ou de Governo estão agora a caminho de Copenhaga. Esperamos que eles dêem o necessário impulso político às questões cruciais da mitigação e do financiamento, de molde a que, com alguma sorte, seja possível concluir um acordo ambicioso.

A UE apresentou propostas no sentido de as negociações com vista a um acordo juridicamente vinculativo para o período a partir de 1 de Janeiro de 2013 terminarem o mais brevemente possível após a Conferência de Copenhaga.

Se isso é possível, é demasiado cedo para dizer. Devíamos, porém, tentar concluir um acordo dentro dos seis meses após a conclusão da conferência.

**Seán Kelly (PPE).** – (EN) Gostaria de lhe agradecer, Senhora Ministra, a resposta concisa, precisa e lógica que deu, não só à minha pergunta, mas a todas as perguntas efectuadas desde que vim para este Parlamento no passado mês de Junho. A Senhora Ministra foi uma executante notável.

Orgulho-me também de dizer que faço parte de uma União Europeia que está a orientar o debate sobre as alterações climáticas e a influenciar os outros a fazerem o mesmo. Suponho que o melhor exemplo disso é a chegada hoje do Presidente dos Estados Unidos e do Primeiro-Ministro da China a Copenhaga, coisa que, há alguns anos, era impensável.

Contudo, na ausência de um acordo vinculativo, o que estaria a progredir o nosso modo de actuação?

**Cecilia Malmström, Presidente em exercício do Conselho.** – (EN) Penso que, uma vez que as verdadeiras negociações políticas irão iniciar-se amanhã com, como diz, Primeiros-Ministros e Presidentes vindos de todo o mundo, não devíamos falar já de um Plano B. Julgo que eles podem fazer valer o investimento, a energia e a dinâmica para criarem um compromisso político ambicioso.

Caso não seja possível alcançá-lo - pois bem: vamos simplesmente continuar a falar. Não há maneira de desistirmos. O mundo aguarda resultados da nossa parte. Esta é a questão mais importante da nossa geração; não podemos falhar. Se não chegarmos a um acordo amanhã, ou depois de amanhã, continuaremos a falar até conseguirmos fazê-lo.

**Presidente.** – Pergunta nº 5. do deputado **Gay Mitchell** (H-0436/09)

Assunto: Financiamento da luta contra as alterações climáticas nos países em desenvolvimento

As próximas negociações sobre as alterações climáticas, a realizar em Copenhaga, devem definir atitudes globais face às alterações climáticas a curto e médio prazo. É crucial que seja alcançado um acordo e que os países ricos disponibilizem os fundos necessários para pagar os efeitos das alterações climáticas nos países em desenvolvimento. Não se pode obviamente esperar que os países em desenvolvimento paguem os efeitos de um problema causado pelo mundo ocidental.

Segundo o acordo alcançado em Outubro na Cimeira do Conselho Europeu, os países em desenvolvimento necessitarão de 100 mil milhões de euros para se adaptarem às alterações climáticas, ao passo que os países em desenvolvimento argumentam que os custos se elevarão ao triplo ou quádruplo desse montante.

De que forma tenciona o Conselho alcançar um acordo sobre montantes tão díspares?

**Cecilia Malmström**, *Presidente em exercício do Conselho*. – (EN) Como o senhor deputado muito justamente faz notar, o financiamento dos efeitos das alterações climáticas para os países em desenvolvimento constitui um elemento essencial das negociações em Copenhaga e irá ser essencial para se chegar a um acordo.

Para principiar, gostaria de fazer notar uma vez mais que no Conselho Europeu de Outubro realçámos a importância do financiamento de actuação imediata (*fast-start financing*) para dar início a acções imediatas e preparar para uma acção conjunta e eficiente a médio e longo prazo, com especial ênfase sobre estes países em desenvolvimento. No Conselho de Dezembro, há alguns dias atrás, a UE e os seus Estados-Membros manifestaram a sua disponibilidade para atribuírem 2,4 mil milhões de EUR por ano, para os anos 2010-2012, para ajudar os países em desenvolvimento na sua luta contra as alterações climáticas. Penso que, com este compromisso, enviámos uma mensagem muito forte aos negociadores que se encontram na sua conferência que está a decorrer, e reforçámos a nossa credibilidade.

Além disso, o Conselho Europeu reconheceu a necessidade de aumentar significativamente os fluxos financeiros públicos e privados até 2020. A actual arquitectura financeira tem de ser revista e, se necessário, reformada para assegurar a sua capacidade de fazer frente ao desafio. Tal como o senhor deputado fez notar na sua pergunta, o Conselho Europeu de Outubro aprovou a estimativa da Comissão, segundo a qual, com o aumento, a totalidade do custo líquido da adaptação e da mitigação nos países em desenvolvimento poderia ascender a cerca de 100 mil milhões de euros por ano em 2020, a serem pagos mediante uma combinação do próprio esforço dos países em desenvolvimento, com o mercado internacional do carbono e as finanças públicas internacionais. Isto é o que a Comissão calculou que seria necessário, e não uma oferta, nem uma proposta da UE.

Existe igualmente uma vasta gama de outras fontes, mas o Conselho aprovou a estimativa da Comissão, na convicção de que é a melhor de todas. O nível global da ajuda pública internacional requerida está calculado ser da ordem dos 22 mil milhões a 50 mil milhões de euros por ano até 2020. A UE e os seus Estados-Membros estão dispostos a assumir uma quota-parte razoável desse montante. Todavia, todos os países, excepto os mais pobres, deviam contribuir para o financiamento público internacional através de um critério de distribuição global baseado no nível das emissões e no PIB. Além disso, como o Conselho Europeu acentuou em Outubro, o acordo de Copenhaga tem de incluir disposições relativas ao objectivo de um aquecimento global não superior a 2°C, compromissos de redução ambiciosa das emissões por parte dos países desenvolvidos, tecnologia de adaptação e um acordo relativo ao financiamento.

**Gay Mitchell (PPE)**. – (EN) Associo-me ao senhor deputado Kelly na manifestação do meu apreço pelas respostas dadas pela Senhora Ministra aqui nesta Casa e pela conduta da Presidência sueca, que tem sido exemplar.

Senhora Ministra, notámos recentemente que o Presidente dos Estados Unidos tem mantido conversações com certos dirigentes de países em desenvolvimento. A União Europeia participou nessas conversações, tentando preencher o fosso com os Estados Unidos, e outros, para tentar solucionar as restantes questões? A Senhora Ministra pode garantir a esta Assembleia que, se houver um financiamento para este efeito, para os países em desenvolvimento, será com dinheiro novo, que não será com dinheiro saído dos compromissos existentes para com o mundo em desenvolvimento, no domínio da fome e da agenda do desenvolvimento?

**Cecilia Malmström**, *Presidente em exercício do Conselho*. – (EN) No que diz respeito à primeira pergunta, tem havido numerosos encontros bilaterais ao longo do Outono para tentar facilitar e preparar as negociações. A UE está em constante contacto com os Estados Unidos da América, tentando pressionar e exigir deles uma declaração mais ambiciosa. Eles, por sua vez, têm os seus contactos bilaterais. Nós temos sido envolvidos em algumas dessas ocasiões, e em outras não, pelo facto de estarmos a tentar pressionar de diferentes ângulos. Ao longo da Presidência sueca, também tivemos seis encontros bilaterais com importantes participantes, como a China, a Índia, a África do Sul, a Rússia e os Estados Unidos. Em todas estas ocasiões, as questões climáticas têm estado no topo da agenda. Logo, tem havido grande variedade de encontros.

No que diz respeito ao financiamento, devo dizer que é constituído por dinheiro antigo e dinheiro novo. Alguns países fizeram uma mistura. Alguns já atribuíram parte do seu orçamento do desenvolvimento. Uma vez que os países menos desenvolvidos são os que mais sofrem com as alterações climáticas, é lógico que

certas partes do orçamento para o desenvolvimento sejam afectadas para diferentes tipos de acções no domínio do clima.

Actualmente, em consequência da crise económica, muitos Estados-membros reduziram as suas ambições relativamente ao total dos seus orçamentos para o desenvolvimento, coisa que é lamentável.

É uma combinação, coisa que em grande parte se deve também à crise económica.

**Presidente.** – Pergunta nº 6, do deputado **Ádám Kósa** (H-0440/09)

Assunto: Proposta de directiva do Conselho que aplica o princípio de igualdade de tratamento entre as pessoas, independentemente da sua religião ou crença, deficiência, idade ou orientação sexual

Afigura-se de importância primordial sublinhar a obrigação geral no sentido de garantir, no prazo de dez anos, a acessibilidade a todos os cidadãos, não só àqueles portadores de deficiência, mas também à grande maioria da sociedade europeia. Tenciona o Conselho ponderar numa política realmente harmonizada, sem excepções, contra a discriminação (p.ex. no que se refere à concepção de equipamentos, fabrico de bens), a fim de criar uma sociedade sustentável, em que deixem de existir motivos legais para combater a discriminação?

Considerando que a acessibilidade às infra-estruturas e serviços constitui um autêntico desafio em muitos casos e em numerosos países, entendo ser totalmente inaceitável que se adie por mais dez ou vinte anos a adopção obrigatória de novas normas com vista a uma melhor e verdadeira acessibilidade a (novas) infra-estruturas e a (novos) serviços nos Estados-Membros. Tenciona o Conselho de alguma forma prorrogar o prazo de transposição das normas que estabelecem a obrigação de garantir a acessibilidade a infra-estruturas existentes ou/e novas? Em caso afirmativo, como fundamenta a sua posição?

**Cecilia Malmström**, *Presidente em exercício do Conselho.* – (SV) Como o senhor deputado afirma na sua pergunta, na luta contra a discriminação é essencial a adopção de medidas destinadas a melhorar o acesso. Durante a Presidência sueca, continuámos a estudar, a nível técnico, a Directiva relativa à igualdade de tratamento, que cobre quatro razões de discriminação que actualmente não se encontram incluídas no domínio do emprego: religião ou crença, deficiência, idade e orientação sexual.

No dia 30 de Novembro de 2009, o Conselho estudou um relatório da Presidência sobre a situação, relatório que chama a atenção para a necessidade de continuar a trabalhar neste assunto, sobretudo no que diz respeito à esfera de acção, às disposições relativas às deficiências e ao calendário para a implementação. A Presidência declarou, além disso, que a questão específica da "concepção" e "manufatura dos equipamentos" deveria estar coberta pela proposta, coisa que tem de ser discutida mais pormenorizadamente.

De acordo com o relatório sobre a situação, há outras questões a resolver, no que diz respeito às consequências financeiras da Directiva. Se pretendemos conseguir unidade política, temos de apresentar um texto aceitável por todos os Estados-Membros. Cumpre que todos os Estados-Membros estejam de acordo para podermos avançar no Conselho.

Não obstante, não posso prever os resultados das negociações. As discussões relativas à implementação, datas e esfera de acção ainda estão em curso e estarão durante algum tempo.

**Ádám Kósa (PPE).** – (HU) Muito obrigado, Senhora Ministra, pela resposta que deu. As medidas tomadas inicialmente são muito encorajadoras. Todavia, eu gostaria de realçar três questões. Há 50 milhões de pessoas portadoras de deficiência a viver na União Europeia. Este problema não as afecta apenas a elas, porque a sociedade da União Europeia também está a envelhecer drasticamente. Logo, este problema não afecta apenas as pessoas portadoras de deficiência, mas também o futuro de todas as pessoas idosas, bem como de todas as que se deslocam em cadeiras de rodas, por exemplo, se tiverem necessidade de uma rampa. Isto significa que, de modo geral, isto facilmente se torna um problema para toda a sociedade, motivo por que tem de ser tratado de modo prioritário. O acesso a serviços foi adiado por 10 anos. É importante que esse prazo se mantenha, precisamente porque é no interesse de todos nós.

**Cecilia Malmström**, *Presidente em exercício do Conselho.* – (EN) Decididamente, estou de acordo com o senhor deputado no que diz respeito à necessidade de uma tal directiva. Ainda há na Europa milhões de pessoas que não têm acesso às coisas mais normais da vida. Isto levanta obstáculos à sua liberdade, impedindo-as de viver uma vida normal, o que lamento profundamente.

As negociações no Conselho estão a tomar muito tempo. Trata-se de uma proposta inovadora, de grande alcance, e com enormes implicações de ordem prática e financeira. Antes de a Directiva ser aprovada, será

necessário, primeiro, unanimidade entre os Estados-Membros e, depois, o consentimento do Parlamento Europeu. Tivemos negociações. Tivemos inúmeros grupos a trabalhar no Conselho. Registámos progressos, mas, infelizmente - tenho de ser muito franca com o senhor deputado -, ainda não alcançámos o consenso exigido. Não obstante, vamos prosseguir até final da nossa Presidência, e estou muito optimista pois creio que a Presidência espanhola irá esforçar-se o máximo por chegar a uma solução.

**Presidente.** – Pergunta nº 7, da deputada **Vilija Blinkevičiūtė** (H-0445/09)

Assunto: Protecção dos direitos das pessoas portadoras de deficiência

Quando a conjuntura económica é difícil, é fundamental assegurar uma protecção social apropriada aos grupos mais desfavorecidos da sociedade. Um dos grupos mais vulneráveis da sociedade é o das pessoas portadoras de deficiência. É lamentável que estejam a ser desenvolvidos esforços para reequilibrar os orçamentos nacionais reduzindo as prestações sociais e os programas destinados às pessoas com deficiência. Não só é contrário aos princípios de solidariedade e de justiça social como também enfraquece os processos e mecanismos de integração social dos deficientes e acentua a sua exclusão social.

Previu o Conselho medidas adicionais para ajudar as pessoas portadoras de deficiência em período de recessão económica? A situação económica desfavorável não irá atrasar a apreciação pelo Conselho de uma proposta de directiva destinada a pôr em prática os princípios de igualdade de tratamento das pessoas portadoras de deficiência?

**Cecilia Malmström**, *Presidente em exercício do Conselho.* – (SV) Todos estamos conscientes dos problemas sociais que se seguiram na esteira da crise económica. É fundamental dar especial protecção a pessoas e grupos particularmente vulneráveis, e combater a exclusão. Bem sabemos que muitas vezes, por causa da discriminação, não existe capacidade para explorar o potencial dos portadores de deficiência ou de outros grupos vulneráveis de pessoas. Tendo isto em conta, o Conselho realçou, coerentemente, a importância de promover o acesso de pessoas portadoras de deficiência ao mercado de trabalho.

Isto foi feito no âmbito da Estratégia de Lisboa, que inclui as actuais linhas de orientação sobre o emprego. Em Maio de 2008, o Conselho - em conjunto com os governos dos Estados-Membros - também aprovou uma resolução relativa à situação das pessoas portadoras de deficiência na UE. A importância da integração de pessoas e grupos vulneráveis no mercado de trabalho é aprovado também pelo Conselho nas suas conclusões de 13 de Novembro de 2009, a que fiz referência em relação à pergunta anterior. Facilitar o acesso destes grupos ao mercado de trabalho é também um pré-requisito para o crescimento a longo prazo.

Gostaria de lhe lembrar a decisão conjunta do Parlamento Europeu e do Conselho de designarem 2010 como Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social. Creio que esta decisão também incluirá o acesso à educação para todos. Além disso, a decisão implica igualmente trabalhar para conseguir igualdade de acesso para todos à tecnologia da informação e da comunicação prestando particular consideração às necessidades das pessoas portadoras de deficiência. Outra prioridade que será abordada diz respeito às necessidades das pessoas com deficiência e das respectivas famílias, bem como de outros grupos vulneráveis. Aguardamos ansiosamente o grande número de iniciativas que, estou certa, serão tomadas no próximo ano.

No que diz respeito à Proposta de Directiva do Conselho que visa a implementação do princípio de igualdade de tratamento de pessoas, independentemente da religião ou crença, deficiência, idade ou orientação sexual, compreendemos que a vida das pessoas portadoras de deficiência seria afectada de modo muito positivo, se a proposta da Comissão se tornasse realidade. O grupo de trabalho do Conselho para as questões sociais ainda está a trabalhar no texto. Como já referi, realizámos um debate no dia 30 de Novembro e estamos a preparar um relatório da situação, mas não conseguimos tomar uma decisão.

Não nos é possível prever o resultado das negociações que ainda estão em curso, mas é essencial que a formulação esteja correcta, porque é uma questão de certeza jurídica e de definir o alcance da Directiva. Como referido anteriormente, os Estados-Membros têm de estar de acordo a respeito da proposta. A eles cabe avaliar quaisquer repercussões da recessão económica neste contexto. Uma vez alcançada unanimidade, será solicitado, naturalmente, ao Parlamento Europeu que dê a sua aprovação, nos termos do artigo 19.º do novo Tratado de Lisboa.

**Vilija Blinkevičiūtė (S&D).** – (LT) Muito obrigada, Senhora Presidente, e muito obrigada, Senhora Ministra Cecilia Malmström pela sua resposta. Gostaria de agradecer também à Suécia, porque foi precisamente durante a Presidência sueca que o Conselho de Ministros da UE ratificou a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência. Isto foi um grande passo, mas é apenas um passo.



Na verdade, a vida dos nossos deficientes varia incrivelmente de país para país. Algumas pessoas deficientes auditivas não são capazes de usar a linguagem gestual, ao passo que alguns invisuais não têm acesso aos serviços de ajuda a cegos. Não existem adaptações para pessoas com deficiências motoras. Do mesmo modo, um número muito significativo de pessoas portadoras de deficiências estão simplesmente desempregadas e tudo isto quando, na verdade, as pessoas portadoras de deficiência representam 10% dos nossos residentes na União Europeia.

Senhora Ministra, bem sei que há certos problemas e dificuldades com a Directiva anti-discriminação (é desta forma que eu a sintetizaria), mas talvez fosse possível dispor mais brevemente de uma directiva separada relativa aos direitos dos portadores de deficiência. A nossa directiva seria vinculativa para todos os Estados-Membros da UE, para que as pessoas portadoras de deficiência não se vissem confrontadas com discriminação.

**Cecilia Malmström, Presidente em exercício do Conselho.** – (EN) Permita-me que sublinhe que não é por falta de vontade política. Nós compreendemos realmente a importância desta Directiva e temos estado a trabalhar muito, muito duramente para a pôr em prática.

Não posso, porém, como já disse, alterar o facto de precisarmos de unanimidade, e relativamente a isso não há unanimidade. A Presidência sueca e a Presidência anterior trabalharam para tentar propor diferentes compromissos, diferentes maneiras de avançar. Há inúmeros grupos de trabalho a reunir-se e a trabalhar todo o tempo; e ainda estão a reunir-se. Vamos trabalhar no assunto até final da nossa Presidência. Infelizmente, porém, ainda não temos unanimidade.

Seria lamentável separar as diferentes partes da Directiva porque todo o objectivo - isso também foi grandemente encorajado pelo Parlamento - era ter uma directiva abrangente sobre a discriminação. Se começarmos a pegar em bocadinhos, penso que se perderia a ideia e que isso seria deplorável. Logo, vamos tentar um pouco mais pôr em prática toda a Directiva, porque tal seria extremamente valioso na luta contra a discriminação das pessoas portadoras de deficiência, mas também das outras pessoas discriminadas em toda a Europa.

**Christa Kläß (PPE).** – (DE) Temos de evitar a discriminação, que é um problema social, e a todos nós cabe evitá-la, seja ela de que tipo for.

A Senhora Ministra não é da minha opinião que não existem critérios bem definidos para determinar se se verificou um caso de discriminação, como, por exemplo, numa situação em que um senhorio arrenda um apartamento e um candidato preterido reclama que foi discriminado porque não lhe não arrendaram o apartamento?

Está de acordo em que uma directiva europeia só pode estabelecer os critérios, que os Estados-Membros teriam posteriormente de transpor para a legislação nacional? É muito difícil à Europa estabelecer legislação europeia neste domínio.

**Mairead McGuinness (PPE).** – (EN) Uma vez que estamos a falar dos direitos das pessoas portadoras de deficiência, seja-me lícito declarar que o nosso colega, senhor deputado Kósa acaba de ser eleito presidente do Intergrupo do Parlamento Europeu para as Pessoas Portadoras de Deficiência. Desejamos-lhe todo o êxito nas suas funções.

No que diz respeito especificamente à crise económica, assunto sobre o qual ontem tivemos um debate, e a Senhora Ministra estava a mostrar a sua concordância acenando com a cabeça, estamos preocupadíssimos com o acolhimento de crianças e jovens adultos em instituições, e com a possibilidade de a crise económica - e talvez a Senhora Ministra partilhe da minha opinião - ir afrouxar o processo de desinstitucionalização. Preocupa-me ainda o facto de esta ser uma questão a respeito da qual temos de ser muito cuidadosos, quer na UE, quer fora dela.

**Cecilia Malmström, Presidente do Conselho em exercício.** – (EN) Em tempos de crise económica, são sempre os mais vulneráveis quem mais sofre - as crianças, os jovens, os idosos, os portadores de deficiências - e é por esse motivo que nós, como políticos responsáveis, temos de ter este facto bem presente. Nas conclusões de várias reuniões do Conselho foram incluídas recomendações no sentido de que os Estados-Membros deviam ser incentivados a ter em especial atenção que são sempre os grupos mais vulneráveis quem mais sofre. Estou absolutamente de acordo.

Em resposta à sua pergunta, quero dizer que sem termos uma directiva geral e abrangente, torna-se muito difícil estabelecer normas a nível europeu na área da discriminação contra as pessoas com deficiência. Primeiro temos de ter uma directiva global e só depois podemos trabalhar a partir daí.

Para mim é claro que temos muito trabalho pela frente e estou bem ciente da discriminação maciça e das dificuldades que as pessoas com deficiência enfrentam na sua vida diária, e que as impedem de preencher as possibilidades e o potencial das suas vidas. Por isso, penso que temos de trabalhar primeiro na directiva global.

A decisão de considerarmos o próximo ano o ano do combate à exclusão social abre a possibilidade do surgimento de novas propostas concretas e da organização de eventos conjuntos para reforçar esta questão e a consciência em todos os Estados-Membros.

**Presidente.** – Tenho a certeza de que, no âmbito da presente discussão, a Câmara gostaria que eu também felicitasse o deputado Adam Kósa pela sua nomeação para a presidência do Intergrupo.

As perguntas 8 e 9 foram retiradas.

A pergunta n.º 10 não é chamada, dado que o assunto sobre o qual versa figura já na ordem do dia do presente período de sessões.

Por não se encontrar presente o seu autor, a pergunta n.º 11 caduca.

Pergunta n.º 12, do deputado **Charalampos Angourakis** (H-0455/09)

Assunto: Os terríveis assassinatos de agricultores pobres peruanos questões de lucro

Artigos na imprensa internacional relatam que, nos últimos anos, no Peru, nas regiões de Huánuco e Pasco, dezenas de camponeses foram assassinados por um gang conhecido por 'Los Pishtacos', com o propósito de procederem à venda da sua gordura corporal - para venderem a sua gordura corporal – supostamente uns 17 quilos – a fabricantes europeus de cosméticos, a 15.000 dólares por quilo. As autoridades peruanas consideram, que o desaparecimento de inúmeras pessoas, incluindo crianças, pode ser atribuído a esta abominável prática. Condenamos as práticas das companhias multinacionais europeias que andam há muitas décadas a matar pessoas e a pilhar a riqueza da América Latina só pelo lucro.

Qual é a opinião do Conselho em relação a este acto criminoso de companhias multinacionais europeias e qual é o nível de financiamento da UE a estas companhias que operam na América Latina?

**Cecilia Malmström**, *Presidente em exercício do Conselho.* – (SV) Como é do conhecimento do senhor deputado, o respeito pelos direitos humanos constitui um dos valores fundadores da União Europeia. O Conselho presta sempre uma especial atenção, em todas as suas relações com países terceiros, à garantia do respeito pelos direitos básicos e pelo Estado de direito.

Em relação aos incidentes específicos mencionados pelo senhor deputado, o Conselho não estava a par dos mesmos e também não os discutiu. A Presidência também leu os jornais e está a par dos relatos que surgiram nos meios de comunicação, mas gostaria de salientar que as notícias mais recentes indicam que a história inicial era um embuste.

Dado que os relatos nos meios de comunicação são contraditórios e na medida em que o Conselho, normalmente, não comenta relatos surgidos nos meios de comunicação, a Presidência não pode nem deve especular sobre esta história, assim como não deve responder a esta pergunta.

**Charalampos Angourakis** (GUE/NGL). – (EL) Senhora Presidente, devo dizer que a resposta da Senhora Ministra não me satisfaz minimamente. Trata-se de um crime horrendo, um crime sem precedentes, e devo acrescentar que, em qualquer caso, considero que a União Europeia, quando quer, dispõe de recursos para investigar questões deste tipo em muito maior profundidade.

Visto que temos relações com o Peru, pedimos que o Governo peruano dê informações oficiais sobre este caso concreto e solicitamos que sejam tomadas medidas. Caso contrário, iremos ver uma repetição da mesma situação.

**Cecilia Malmström**, *Presidente em exercício do Conselho.* – (SV) Os relatos sobre esta questão têm sido extremamente contraditórios. O que ressalta das informações das autoridades e dos relatos dos jornalistas é que não existem quaisquer provas que confirmem a ocorrência destes terríveis acontecimentos.

Dado que não existem indicações precisas e que há uma abundância de indícios que apontam no sentido de que aqueles factos não aconteceram realmente e que, pelo contrário, tudo aquilo não passou de um embuste, o Conselho não pode empreender qualquer acção nesta área, nem tem competência para o fazer.

**Presidente.** – Pergunta n.º 13, do deputado **Ryszard Czarnecki** (H-0458/09)

Assunto: Discriminação contra a minoria polaca na Lituânia

O Conselho faz tenção de exigir ao Governo Lituano que respeite os direitos das minorias nacionais, dado que a discriminação contra a minoria polaca na Lituânia tem uma longa história e encontra-se manifestada na obrigação de usar a ortografia lituana nos apelidos polacos, na discriminação na educação, na proibição de nomes de locais bilingues e ainda na não devolução de bens confiscados aos polacos pelas autoridades soviéticas? Quando é que o Conselho pretende intervir nesta matéria?

**Cecilia Malmström**, *Presidente em exercício do Conselho.* – (EN) O Conselho reafirma o primado dos direitos fundamentais e dos direitos humanos consagrados nos Tratados e na Carta dos Direitos Fundamentais. O Conselho está – e vai continuar a estar – empenhado em assegurar a prevenção e a erradicação de todas as formas de tratamentos degradantes e discriminatórios.

Gostaria de frisar que as questões relativas à protecção dos direitos das minorias também são tratados pelo Conselho da Europa, ao abrigo da sua Convenção-Quadro para a Protecção das Minorias Nacionais. As questões suscitadas pelo deputado Ryszard Czarnecki estão presentemente a ser examinadas pelos órgãos competentes do Conselho da Europa. Em particular, ao abrigo da Directiva 2000/43/CE do Conselho, de 29 de Junho de 2000, que aplica o princípio da igualdade de tratamento entre as pessoas, sem distinção de origem racial ou étnica, todas as pessoas estão protegidas contra a discriminação baseada na origem racial ou étnica, independentemente do seu estatuto legal. O âmbito da protecção jurídica desta directiva inclui as áreas do emprego, da protecção social, da educação e do acesso a bens e serviços. É da responsabilidade da Comissão Europeia o acompanhamento da implementação e do cumprimento da legislação europeia nos Estados-Membros.

Finalmente, no Programa de Estocolmo aprovado pelo Conselho Europeu, em 10 e 11 de Dezembro deste ano, é apreciada a necessidade de uma proposta adicional no que se refere a grupos vulneráveis, à luz da experiência adquirida com a aplicação pelos Estados-Membros da Convenção de Haia de 2000 sobre a protecção de adultos, à qual irão aderir no futuro.

**Ryszard Czarnecki** (ECR). – (PL) Muito obrigado, Senhora Ministra Malmström, pela sua resposta e, muito em particular, por sublinhar que o Conselho se oporá a todas as formas de discriminação contra minorias nacionais na União Europeia, incluindo a minoria polaca na Lituânia. Esta declaração é muito importante. Bem-haja. Gostaria de frisar que, infelizmente, estamos a lidar com uma actividade sistemática por parte das autoridades lituanas no que se refere ao sistema educativo e aos nomes de locais bilingues, e a níveis da administração. Por isso, trata-se de uma questão extremamente importante e gostaria de solicitar que fosse acompanhada pelo Conselho.

**Cecilia Malmström**, *Presidente em exercício do Conselho.* – (EN) Posso apenas reiterar os princípios e os valores pelos quais a União Europeia se pauta e que, é claro, são defendidos pelo Conselho.

Para além disso, os acontecimentos específicos referidos pelo deputado Ryszard Czarnecki estão a ser examinados pelas autoridades relevantes do Conselho da Europa e, caso se verifique a existência de qualquer tipo de discriminação, compete à Comissão assegurar que os Estados-Membros cumpram os Tratados e as leis da União Europeia.

**Presidente.** – Pergunta n.º 14, do deputado **Brian Crowley** (H-0462/09)

Assunto: Perseguição dos monges e freiras budistas no Vietname

No seguimento da adopção pelo Parlamento Europeu da resolução sobre a situação no Laos e no Vietname a 26 de Novembro de 2009 (P7\_TA(2009)0104), que medidas foram tomadas em concreto para enfrentar a perseguição e o assédio dos monges e freiras budistas no Vietname?

**Cecilia Malmström**, *Presidente em exercício do Conselho.* – (SV) Obrigada pela sua pergunta. O Conselho está plenamente consciente da situação dos direitos humanos no Vietname e estamos a acompanhar atentamente o evoluir dos acontecimentos no país.

O Conselho e Comissão fazem duas vezes por ano uma avaliação da situação no âmbito do diálogo sobre direitos humanos que mantemos com as autoridades vietnamitas. A última reunião no âmbito deste diálogo realizou-se na semana passada, em Hanói, no dia 11 de Dezembro. Foram discutidas diversas questões urgentes, como, por exemplo, a liberdade de expressão, a reforma do código penal, incluindo a pena de morte, assim como a liberdade religiosa e a tolerância religiosa, incluindo a situação dos membros da Plum Village. Foi entregue ao Governo vietnamita uma lista da UE com o nome de pessoas e prisioneiros cuja situação é motivo de especial preocupação. Para além do diálogo em matéria de direitos humanos, a UE também suscita regularmente junto do Governo vietnamita outras questões especialmente preocupantes.

A 10 de Novembro, o Conselho e a Comissão mantiveram uma longa discussão com os membros da comunidade Plum Village. A resolução do Parlamento Europeu sobre esta questão foi publicada no dia 26 de Novembro. No mesmo dia, a Comissão manteve conversações a alto nível com as autoridades em Hanói e esta reunião teve lugar no quadro do Comité Misto para a negociação de um Acordo de Parceria e Cooperação, que esperamos poder concluir no próximo ano. Na reunião, a nossa mensagem principal foi no sentido de afirmar que consideramos muito premente a situação dos direitos humanos no Vietname.

Mencionámos a expropriação da propriedade da igreja, os ataques aos activistas dos direitos humanos e escritores de blogues – que já tinham sido referidos pelos senhores deputados nesta Câmara – e mencionámos ainda a situação dos aderentes da Plum Village. Solicitámos aos nossos homólogos que protegessem e respeitassem os direitos humanos e que cumprissem todos os compromissos fixados na Declaração Universal dos Direitos do Homem e nas convenções internacionais subscritas pelo Vietname. A resolução parlamentar conferiu uma força particular a esta mensagem e eu gostaria de agradecer por isso ao Parlamento Europeu. Informámos igualmente o Vietname a respeito do novo e importante papel do Parlamento Europeu, especialmente no que se refere ao futuro Acordo de Parceria e Cooperação.

Entre 8 e 10 de Dezembro de 2009, uma delegação da UE visitou o mosteiro de Bat Nha e o templo de Phuoc Hue, onde os cerca de 200 membros que restam da Plum Village se refugiaram. Falámos com os representantes religiosos lá presentes e com as autoridades locais para obtermos mais informações sobre a situação actual. A UE vai continuar a acompanhar muito atentamente a situação no templo de Phuoc Hue.

**Pat the Cope Gallagher (ALDE)** *em substituição do autor.* – (EN) Quero agradecer em meu nome e em nome de Brian Crowley à Senhora Presidente em exercício pela sua resposta muito abrangente e quero acrescentar que me agrada bastante a abordagem adoptada pelo Conselho e pela Comissão. Faço votos para que continuem a acompanhar os desenvolvimentos com pragmatismo.

**Presidente.** – Pergunta n.º 15, do deputado **Pat the Cope Gallagher** (H-0463/09)

Assunto: Pedido de adesão da Islândia à União Europeia

Pode o Conselho prestar uma informação actualizada sobre o estado do pedido de adesão da Islândia à União Europeia?

**Cecilia Malmström**, *Presidente em exercício do Conselho.* – (EN) Senhora Presidente, penso que esta é uma questão que também lhe é muito cara.

(SV) Permitam-me que comece por recordar aquilo que ficou expresso nas conclusões do Conselho de 8 de Dezembro, onde o Conselho escreve o seguinte: "A Islândia é um país com longas e profundas raízes democráticas que tem potencial para dar um contributo significativo para a UE, tanto de um ponto de vista estratégico como político. O país já está estreitamente integrado na UE em vários domínios, dado que é membro do Espaço Económico Europeu e do Espaço Schengen."

A candidatura de adesão da Islândia à União Europeia foi submetida oficialmente à Presidência sueca, em Estocolmo, no dia 16 de Julho de 2009. Eu estive presente e recebi a candidatura, que foi imediatamente remetida para os membros do Conselho.

Na sua reunião de 27 de Julho de 2009, o Conselho procedeu a uma recapitulação do consenso renovado sobre o alargamento descrito nas conclusões da reunião do Conselho Europeu em Dezembro de 2006, incluindo o princípio de que cada país deverá ser avaliado de acordo com os seus méritos, e decidimos iniciar o processo previsto no artigo 49.º do Tratado da União Europeia. Foi por isso solicitado à Comissão que submetesse ao Conselho um parecer sobre esta candidatura.

A candidatura deverá ser avaliada de acordo com os princípios consagrados no Tratado, com os critérios estabelecidos na reunião do Conselho Europeu em Copenhaga, em 1992, e com as conclusões da reunião

do Conselho Europeu de Dezembro de 2006. Em conformidade com as conclusões adoptadas na semana passada pelo Conselho "Assuntos Gerais", este abordará de novo a questão quando a Comissão apresentar o seu parecer. Desse modo, o Conselho poderá tomar uma decisão sobre a eventual abertura de negociações com a Islândia durante os primeiros meses da Presidência espanhola.

**Pat the Cope Gallagher (ALDE).** – (EN) Quero agradecer à Senhora Presidente em exercício pela sua resposta. Como Presidente da Delegação para as relações com a Suíça, a Islândia e a Noruega e do Comité Parlamentar Misto do Espaço Económico Europeu (EEE), compreendo perfeitamente, é claro, que cada candidatura deverá ser avaliada de acordo com os seus méritos e que se têm verificado progressos nesta matéria. Penso que a resposta da Islândia às muitas perguntas que lhe foram colocadas num espaço de tempo bastante curto é prova disso e, como é óbvio, o facto de ser um membro da EEE também facilitou muito. É uma indicação do empenho do Governo islandês. Creio que será mais um passo na expansão da Europa se a Islândia vier a tornar-se membro da União Europeia.

Mencionou, contudo, a velha democracia, sendo esta uma questão que deverá ser decidida pelo povo islandês, mas eu fico na expectativa de ver mais progressos na próxima reunião do Conselho e espero que aí seja dado um passo decisivo e que haja um anúncio do Conselho.

**Cecilia Malmström, Presidente em exercício do Conselho.** – (EN) A candidatura islandesa tem de ser tratada de acordo com as regras e os procedimentos e a Comissão ainda não concluiu a sua análise, nem a redacção do seu parecer. A Comissão está a avançar, tal como a Islândia, e já nomeou as suas equipas negociadoras, que estão preparadas para serem muito minuciosas mas céleres no seu trabalho. Por isso, penso que podemos contar com um parecer da Comissão no princípio do próximo ano, com base no qual o Conselho poderá tomar uma decisão sobre as medidas seguintes.

**Presidente.** – Por não se encontrar presente o seu autor, a pergunta n.º 16 caduca.

Pergunta n.º 17, da deputada **Mairead McGuinness** (H-0470/09)

Assunto: Resíduos biodegradáveis

O Conselho pode comentar o progresso dos Estados-Membros em matéria de desvio de resíduos biodegradáveis dos aterros, de acordo com o previsto na Directiva relativa à deposição de resíduos em aterros (1999/31/CE<sup>(5)</sup>)?

**Cecilia Malmström, Presidente em exercício do Conselho.** – (SV) Todos os dias são produzidas grandes quantidades de resíduos nos Estados-Membros da UE. Naturalmente, o modo como tratamos destes resíduos tem um impacto significativo no ambiente. O relatório da Comissão recentemente publicado sobre a implementação da legislação da UE em matéria de resíduos conclui que, apesar de se terem registado progressos em alguns Estados-Membros, se quisermos que a infra-estrutura de gestão de resíduos cumpra os requisitos da UE, em muitos Estados ainda serão necessários esforços enormes. A directiva relativa à deposição de resíduos em aterros é particularmente difícil de implementar.

No que se refere ao desvio dos resíduos biodegradáveis dos aterros, o relatório da Comissão indica que, em 2006, apenas nove países alcançaram as suas metas de redução – de acordo com a informação muito limitada de que dispomos. O Conselho já tinha declarado previamente, nas suas conclusões de Junho de 2009, que estava de acordo com a Comissão. O cumprimento das metas da UE em matéria de desvio de resíduos biodegradáveis é muito importante. O Conselho também solicitou à Comissão que prosseguisse o seu estudo de impacto, tendo em vista a elaboração, se for o caso, de uma proposta de legislação da UE em matéria de resíduos biodegradáveis.

O Conselho afirmou que se devia tomar nota da necessidade de legislação da UE, em particular da necessidade de legislação em matéria de reciclagem de resíduos biodegradáveis por meio de compostagem e de recuperação da energia em instalações de biogás, com a subsequente reciclagem de matérias residuais. O Conselho indicou igualmente que uma melhor gestão dos resíduos biodegradáveis contribuiria para uma gestão mais sustentável dos nossos recursos, aumentaria a protecção dos solos, ajudaria a combater as alterações climáticas e, em particular, permitiria o cumprimento das metas fixadas para o desvio de resíduos dos aterros, para a reciclagem e para as energias renováveis.

---

(5) JO L 182, 16.7.1999, p. 1

**Mairead McGuinness (PPE).** – (EN) Penso que todos nesta Câmara apoiam os esforços. Se estiver, como eu estive, num aterro e inspirar, é muito desagradável e eu penso que as pessoas que fazem deposição de resíduos talvez devessem visitar um aterro.

Será que poderia indicar-nos algumas das razões, se por acaso as tiver, por que só nove Estados-Membros se encontram nesta fase? Sabemos que temos de fazê-lo; concordo que precisamos de avançar no biogás. Todos estão de acordo quanto aos princípios, mas por que razão não conseguimos atingir os objectivos?

**Cecilia Malmström, Presidente em exercício do Conselho.** – (EN) Tenho de confessor que não sou uma especialista nesta matéria, mas, tanto quanto pude aperceber-me das declarações da Comissão, falta a infra-estrutura adequada e a sua instalação é extremamente onerosa. Obviamente, será muito benéfica a longo prazo, mas os Estados-Membros não investiram na infra-estrutura adequada e é por esse motivo que todo este processo está a demorar tanto tempo.

**Presidente.** – Vamos agora aceitar a última pergunta desta tarde e, na verdade, a última pergunta da vossa Presidência. A pergunta foi feita pelo deputado Hans-Peter Martin e diz respeito aos sucessos da Presidência do Conselho sueca em matéria de transparência, matéria em que, atrevo-me a dizê-lo, temos algo a dizer. Pergunta n.º 18, do deputado **Hans-Peter Martin** (H-0472/09)

Assunto: Sucessos da Presidência do Conselho Sueca em matéria de transparência

A 16 de Setembro de 2009, a Presidência Sueca declarou, na sua resposta à minha pergunta H-0295/09<sup>(6)</sup>, que ‘partilha da opinião do senhor deputado sobre a importância de haver maior transparência no trabalho da União’ e prosseguiu dizendo que ‘a Presidência tenciona pôr totalmente em vigor as disposições pertinentes em matéria de transparência, definidas nos n.ºs 1 a 4 do artigo 8.º do Regulamento Interno do Conselho’.

Agora que atingiu o termo da sua Presidência, que sucessos específicos foram atingidos pelo Conselho e em que áreas?

**Cecilia Malmström, Presidente em exercício do Conselho.** – (SV) Conforme indica o senhor deputado, o reforço da transparência no trabalho da União Europeia constitui uma importante prioridade para a Suécia como Estado-Membro e como detentor da Presidência. O reforço da transparência em todas as áreas de trabalho do Conselho foi claramente um dos objectivos estabelecidos por nós.

Gostaria de mencionar, por exemplo, o sítio da Presidência, onde são disponibilizadas informações sobre as reuniões, os documentos de apoio e *links de webstreaming* em três línguas.

Nos últimos meses, a Presidência também fez tudo o que estava ao seu alcance para assegurar a aplicação das disposições em matéria de transparência do Regulamento Interno do Conselho.

Em Julho, Setembro, Outubro e Novembro de 2009, foram realizados 20 debates públicos por iniciativa da Presidência sueca, em conformidade com o n.º 3 do artigo 8.º do Regulamento Interno. Para além disso, realizou-se um debate público sobre o programa de trabalho da Presidência para o trabalho do Conselho Ecofin. Isto perfaz no total 21 debates públicos realizados num período de quatro meses.

No que se refere ao número de deliberações públicas, foram adoptados publicamente 59 pontos legislativos como pontos A, no processo legislativo ordinário. Numa reunião pública do Conselho foram discutidos como pontos B nove pontos legislativos propostos. Para além disso, foi tomada uma deliberação pública por iniciativa da Presidência. Caso o senhor deputado ache que isto não soa a muito, deverá ter em linha de conta que o número de pontos na ordem do dia do Conselho em que devem ser tomadas deliberações públicas varia consoante o número de pontos que são sujeitos ao processo legislativo ordinário. Além disso, o novo Parlamento não tem tido tantos pontos como é costume. A nova Comissão vai, com certeza, aumentar o número de propostas legislativas que deverão ser tratadas pelo Conselho e pelo Parlamento Europeu, o que fará aumentar também o número de pontos.

Para além disso, agora que o Tratado de Lisboa entrou em vigor, todas as reuniões do Conselho que tratam da parte da ordem do dia que diga respeito a deliberações sobre legislação são também públicas. A Presidência sueca saúda este avanço que vai tornar a União Europeia mais eficiente e democrática.

Em conclusão, gostaria de mencionar que a Presidência sueca tomou ontem a iniciativa de realizar uma reunião com o grupo de trabalho interinstitucional em matéria de transparência com a Vice-Presidente da

<sup>(6)</sup> Resposta escrita de 16.9.2009

Comissão, Margot Wallström e com a Vice-Presidente Diana Wallis. Discutimos inúmeras propostas específicas no sentido de proporcionarmos aos cidadãos europeus um acesso melhor e mais fácil à informação nas instituições da UE.

**Hans-Peter Martin (NI).** – (DE) Raramente se passa algo no Plenário que dê origem a algum tipo de emoção. Penso que é uma honra e um prazer que possamos ser nós, em particular, a manter o diálogo final. Senhora Ministra Malmström, V. Exa. sabe que o caminho para uma maior transparência é um caminho lento e apertado, onde nós, infelizmente, muitas vezes, avançamos a passo de caracol, especialmente se considerarmos onde estávamos há dez anos e onde estamos agora. De qualquer modo, como pró-europeu crítico, mas apaixonado, é claro que não posso ficar satisfeito com aquilo que atingimos até agora.

Gostaria de saber que mensagem tem para nos deixar em relação ao que os seus sucessores poderão efectivamente melhorar. Estou a pensar, em particular, nos grupos de trabalho do Conselho. O número de pontos da ordem do dia que até agora foram tornados públicos não me satisfaz, tal como não me satisfaz o modo como o acesso aos documentos é obtido. Com base na sua experiência de dez anos na política europeia, numa perspectiva de longo prazo, pensa que alguma vez vamos atingir, em termos de transparência, o nível que a Suécia atingiu já há décadas?

**Cecilia Malmström, Presidente em exercício do Conselho.** – (EN) Esta é, de facto, uma questão muito importante. Eu diria que o acesso aos documentos e a transparência aumentaram consideravelmente nos últimos dez anos. Isto deve-se ao Regulamento (CE) n.º 1049/2001, que é um regulamento muito importante e eu orgulho-me de poder ter participado na sua elaboração.

Trata-se também do modo como o implementamos e tem também a ver com as atitudes, que tiveram avanços nos últimos dez anos. Muitas pessoas nas nossas instituições europeias já se aperceberam de que a transparência e a abertura não são perigosas. Pelo contrário, são boas, são eficientes. São boas para a legitimidade e também diminuem as possibilidades de infracções e de corrupção.

Ainda temos muito trabalho pela frente. O Tratado de Lisboa apresenta-nos novas possibilidades. Espero que todas as presidências futuras venham a utilizar essas possibilidades da melhor maneira possível. A Comissão declarou ontem que vai apresentar propostas decorrentes do Tratado de Lisboa relativamente ao modo como podemos avançar com transparência.

Ainda há muito por fazer, mas já percorremos um longo caminho. Como diz o senhor deputado, trata-se de uma luta constante e espero que possamos travar juntos esse combate.

**Presidente.** – Resta-me expressar, Senhora Ministra, cara Cecilia, o nosso agradecimento pela sua cooperação e por uma tão plena participação no Período de Perguntas durante a Presidência sueca. Sujeito à aprovação desta Câmara, é com expectativa que esperamos vê-la desse lado. Muito obrigada e os nossos agradecimentos à sua equipa.

Está encerrado o período de perguntas.

As perguntas que, por falta de tempo, não obtiveram resposta obtê-la-ão ulteriormente por escrito (ver Anexo).

### 13. Ordem do dia da próxima sessão: ver Acta

### 14. Encerramento da sessão

(A sessão é suspensa às 19H10)